



Realizações e Utopias:
**O Património Arquitectónico e Artístico das
Caldas de Monchique na Cenografia
da Paisagem Termal**

Ana Maria Lourenço Pinto

Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro

2013



Realizações e Utopias:

**O Património Arquitectónico e Artístico das
Caldas de Monchique na Cenografia
da Paisagem Termal**

Ana Maria Lourenço Pinto

**Dissertação orientada
pela Professora Doutora Clara Moura Soares**

Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro

2013

Resumo

O objectivo do presente estudo foi, antes de mais, coligir a informação dispersa e tratar de forma crítica a documentação inédita, no sentido de traçar a evolução histórica do núcleo edificado da estância termal das Caldas de Monchique, desde os vestígios mais remotos. A abordagem histórico-artística permitiu-nos analisar os modelos estéticos que ditaram o espírito da época das diferentes campanhas construtivas na paisagem termal.

Essa perspectiva permitiu deslindar novos elementos acerca dos projectos elaborados por artistas conceituados, quer tratando-se de propostas concretizadas em obra, quer de idealizações que não passaram do papel pelos limites bem reais dos orçamentos disponíveis e pelas conjunturas económicas, políticas ou pelo desaparecimento repentino das personagens promotoras. *Realizações e Utopias* caminharam juntas ao longo da história das termas algarvias, obedecendo sobretudo aos limites da imaginação dos encomendantes e do talento dos projectistas, especialmente desde os últimos anos do século XIX e ao longo da centúria seguinte. Modelos historicistas, ecléticos, discurso ambíguo no Estado Novo e o funcionalismo contemporâneo foram algumas das correntes que enriqueceram o conjunto edificado das Caldas de Monchique, dialogando entre si.

Por outro lado, a relação simbiótica entre o património natural e o património arquitectónico condicionou todos os projectos, pelas particularidades da função termal, as questões topográficas e a moldura vegetal envolvente contribuíram para ditar, não só a vertente estrutural, mas também o seu figurino artístico.

E só através da complementaridade entre a estrutura arquitectónica e as expressões artísticas que decoram o seu interior – especialmente nos espaços de culto – é possível fazer-se uma leitura integrada da mensagem estética com conteúdo, abarcando peças autenticamente barrocas, bem como outras de figurino revivalista que aumentam a dimensão cenográfica da arquitectura tradicionalista.

Palavras-Chave: História da Arte, Termas, Arquitectura, Artes Decorativas, Caldas de Monchique

Abstract

The aim of this study was to collect scattered information and treat critically the unpublished documentation in order to trace the historical evolution of the architecture of Caldas de Monchique, from the remotest trace. The history of art approach allowed us to analyze the aesthetic models that dictated the *zeitgeist* of different constructive campaigns in this unique algarvian thermal landscape.

This perspective allowed us to unravel new elements of the projects developed by famous artists, both in the case of implemented proposals on site, either idealizations that remained on paper by the real limits of the available budget, political issues or the sudden decease of their promoters. *Achievements* and *Utopias* walked together along the history of the spa in the Algarve, obeying the limits of the imagination and talent of those who ordered those projects, especially since the last years of the nineteenth century and throughout the following century. Historic and eclectic models, the ambiguous speech in the Estado Novo regime and contemporary functionalism were some of the chains that have enriched the architecture set of Caldas de Monchique.

On the other hand, the symbiotic relationship between the natural and architectural heritage has conditioned all projects, especially because of the peculiarities of the thermal function, the surrounding topography issues and the vegetation surrounding contributed to dictate not only the structural aspect, but also the artistic models.

And only through the complementarity between architectural structure and artistic expressions that decorate its interior – especially in religious buildings – it is possible to make an integrated reading of the aesthetic message and its content, covering authentic baroque pieces, as well as other revivalist or traditionalist art objects that increase the *scenographic* dimension of the architecture.

Keywords: History of Art, Spa, Architecture, Arts, Caldas de Monchique

Agradecimentos

O presente estudo sobre o Património das Caldas de Monchique teve o seu início em 2008, e desde então foram muitos e preciosos os contributos recebidos. O tema de trabalho, a que estamos umbilicalmente ligados por laços familiares, afectivos e laborais, resultou em encontros sempre enriquecedores em termos académicos, mas também de crescimento pessoal.

Dedico este trabalho à minha Família: àqueles que me acompanharam neste processo, e aos que deixaram saudades, mas em especial ao sobrinho Bernardo.

Aos amigos de sempre, aos colegas-amigos, às amizades entretanto construídas ou reencontradas, o grato reconhecimento pelas palavras de motivação e para reflexão, em todos os momentos deste percurso, por vezes sinuoso.

À Professora Doutora Clara Moura Soares, uma palavra de sincero apreço pela orientação sempre presente e por estimular o sentido crítico do trabalho, com um elevado nível de exigência, a que esperamos ter conseguido corresponder.

Os professores dos seminário do curso de Mestrado contribuíram também para o enriquecimento metodológico e dos conteúdos da nossa dissertação, facto pelo qual muito agradecemos.

Na *Villa Termal das Caldas de Monchique – Spa Resort*, temos a agradecer ao Dr. Tiago Martins Barata e ao Dr. Pedro Gaivão a abertura com que a Direcção acolheu a nossa investigação, bem como a Tiago Carvalho, Ana Francisco, Francisca Paiva, Eunice Medronho e restantes colegas toda a ajuda e companheirismo. Na Fundação Oriente, uma nota de gratidão pela receptividade dos senhores Dr. António Simões Pinheiro e Dr. Manuel Almeida.

Na esperança de mencionar todos os que, de algum modo, nos auxiliaram e a quem desejamos agradecer, os senhores: Cónego Miguel Ponces de Carvalho, Dr. Alberto Júlio Silva, Maria Manuela Augusto, Dr. José Rosa Sampaio, Mestre José Gonçalo Duarte, Mestre Cristina Fé Santos, José Meco, Doutora Rosário Salema de Carvalho (Rede Temática de Estudos em Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões - Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), Câmara Municipal de Monchique (Vereadora Arminda Andrez, Dr. Eduardo Duarte e Dr^a Paula Calapez), Junta de Freguesia de Monchique (Presidente Ana Paula

Gervásio, Graça de Sousa), Dr^a Helena Martiniano, Dr^a Teresa Parra da Silva e António Santos (Museu da Assembleia da República), Dr^a Isabel Carneiro (Arquivo do Ministério das Obras Públicas), Dr. José Alcântara Cruz (Direcção-Geral de Energia e Geologia), Dr^a Eugénia Costa (Arquivo do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana), Dr^a Catarina Barradas (Biblioteca da Ordem dos Arquitectos – Região Sul), Dr. António Perestrelo de Matos, Doutora Cristiana Bastos, Dr. Artur Barracosa Mendonça, Irmã Marta Silva e os senhores Arquitecto Vítor Lourenço e Arquitecto Luís Rebelo de Andrade.

Pela generosidade em partilhar comigo as suas experiências de vida e conhecimentos relativos às Caldas de Monchique, a sentida gratidão aos senhores Dr. António Ventura e Professora Maria Laura Martiniano, Delmira Fortunato Marques, Ilda de Lourdes, Gisela Palma Brito, Lídia Marreiros Venda, Darin Joye, Maria Cassiano Baptista Neves e Luísa Caracol.

Às colegas e amigas Dr^a Andreia Rodrigues e Mestre Ana Mehnert Pascoal o reconhecimento pela revisão deste trabalho.

Índice

Introdução	p.1
-------------------------	-----

Parte I

1- O Banho de Monchique. Dos Vestígios Romanos ao Primeiros Relatos dos Séculos XVI e XVII	p.7
1.1- As <i>Águas Sagradas</i> dos Romanos na Génese da função Termal	p.7
1.2- Fontes Históricas: Traçando a Evolução do Banho de Monchique (Séculos XVI-XVII)	p.12
2- Arquitecturas para o Corpo e para o Espírito na Tutela dos Bispos do Algarve (1691-1833)	p.25
2.1- O Hospital dos Pobres: a Arquitectura e a Instituição Assistencial <i>ao Serviço de Deos e bem dos Enfermos Pobres</i>	p.25
2.2- A Capela de S. João de Deus: Dimensão Espiritual da Arquitectura Hospitalar	p.35
2.2.1- A Capela do Hospital Primitivo: Estrutura e Recheio Artístico	p.36
2.2.2- Os Azulejos Setecentistas da Capela Primitiva	p.42
2.3- Relatos de Viagem na Transição para Oitocentos. Sensibilidades Científica e Artística nas Descrições das Caldas de Monchique	p.50
3- A Administração do Governo Civil de Faro, na Ausência de um Plano de Melhoramentos (1835-1895)	p.59
3.1- Hospital e Estabelecimento Termal: Dualidade Arquitectónica e Vivencial	p.59
3.2- João Bentes Castel-Branco: o Lançamento das Bases para a Concessão	

do Estabelecimento Termal (1882-1895).....	p.70
3.3- As Caldas de Monchique na Segunda Metade de Oitocentos:	
Publicações Científicas, Guias do Viajante e do Banhista. Francis Cook e a Expectativa de uma <i>Sintra do Algarve</i>	p.85

Parte II

1- O Apogeu Construtivo: Realizações e Utopias Românticas na Transição para Novecentos (1895-1921).....	p.96
1.1- Do Cosmopolitismo de Nicola Bigaglia à Iniciativa Particular.	
A Construção Romântica da <i>Sintra do Algarve</i> (1895-1902)	p.96
1.1.1- O Arquitecto-Decorador: Materialização de Propostas <i>Cenográficas</i> de Bigaglia.....	p.96
1.1.2- A Iniciativa Particular na Criação de um <i>Bairro Aristocrático</i>.....	p.114
1.2- Utopias: do Ideal ao Papel. As Propostas Inconcretizadas.....	p.128
1.2.1- Projectos de Nicola Bigaglia.....	p.132
1.2.2- Dois Projectos para uma Nova Capela nos Alvores de Novecentos.....	p.140
1.3- Entre o Retrato das Realizações e a Maqueta das Utopias de Bentes Castel-Branco: a Pintura de Ângelo de Lima (1899).....	p.143
2- O Problema das Caldas de Monchique (1921-2001).....	p.148
2.1- O Discurso Tradicionalista e Discurso de Regime: Dicotomia da Arquitectura Termal no Estado Novo.....	p.148
2.2- O Programa da Nova Capela (1940-1945).....	p.167
2.2.1- A Arquitectura de Guilherme Rebelo de Andrade (1940).....	p.167
2.2.2- Artes Integradas na Capela de S. João de Deus e de Santa Teresa de Jesus.....	p.173
- O Retábulo Atribuído a José Abreu do Ó (cerca de 1790).....	p.173

- Os Azulejos Neo-Barrocos de Gilberto Renda (1945).....	p.179
- O Vitral de Lino António (cerca de 1946).....	p.188
- Outras Artes Decorativas na Capela: Entre Tradicionalismo e Modernismo.....	p.191
2.3- Realizações e Utopias no Pós-25 de Abril (1977-2001).....	p.195

Notas Finais.....	p.201
--------------------------	--------------

Bibliografia.....	p.205
--------------------------	--------------

Apêndice Imagético.....	p.233
--------------------------------	--------------

Abreviaturas

DGEG-ME: Direcção-Geral de Energia e Geologia – Ministério da Economia.

STM: Sociedade das Termas de Monchique II (Villa Termal das Caldas de Monchique - Spa Resort).

OARS: Ordem dos Arquitectos – Região Sul.

ADF: Arquivo Distrital de Faro.

DGOTDU: Direcção-Geral do Ordenamento do Território de Desenvolvimento Urbano - Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

DGEMN: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

IHRU: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

CACM: Comissão Administrativa das Caldas de Monchique.

Introdução

O presente trabalho teve como objectivo a abordagem sistemática e inédita ao património edificado da estância termal das Caldas de Monchique, à luz da História e da História da Arte. O percurso das únicas termas devidamente exploradas na zona do Baixo Alentejo e Algarve até ao século XX é sobejamente conhecida devido ao inquestionável contributo do médico Augusto da Silva Carvalho¹, que então coligiu grande parte da documentação historiográfica mais recuada sobre o tema até à transição para o século XX, e que nos serviu de ponto de partida.

A essa linha cronológica traçada pelo autor, acrescentámos a abordagem crítica da problemática relativa às arquitecturas, nos momentos de debate devido à ausência de planos de melhoramentos, e também nos períodos de fulgor construtivo, introduzindo a novidade dos projectos realizados e idealizados, sobretudo a partir dos últimos anos de Oitocentos.

Partimos ainda de outras obras de referência, das quais se destacam o levantamento da arquitectura com função estritamente termal no nosso país, da autoria de Jorge Mangorrinha e Helena Gonçalves Pinto², assim como o projecto *Das Termas aos "Spas": Reconfigurações de uma Prática Terapêutica*³, numa visão individualizada da história das Caldas de Monchique, nomeadamente dos debates políticos gerados pelos sucessivos impasses construtivos.

O trabalho de recolha bibliográfica e documental realizou-se no arquivo inexplorado da Sociedade das Termas de Monchique II, nos fundos documentais públicos da Direcção-Geral de Energia e Geologia, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (antiga Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), Ministério das Obras Públicas, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano, Arquivo Distrital de Faro e também na Ordem dos Arquitectos - Região Sul.

No sentido de traçar a evolução das construções termais e de funções complementares em contexto termal confirmou-se, com efeito, o manacial de

¹ Carvalho, Augusto da Silva, *Memórias das Caldas de Monchique*, Comissão Administrativa das Caldas de Monchique, Lisboa, 1939.

² Mangorrinha, Jorge; Pinto, Helena Gonçalves, *O Desenho das Termas: História da Arquitectura Termal em Portugal* 1ª ed., Ministério da Economia e da Inovação: Direcção Geral de Energia e Geologia, Lisboa, 2009.

³ Centro de Estudos de Antropologia Social e Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, www.aguas.ics.ul.pt.

informação que se encontrava disperso, ainda por tratar e desconhecido, quer em trabalhos académicos, quer em obras de divulgação.

A tentativa de compreender essa evolução de uma forma abrangente e o mais profunda possível, só poderia, quanto a nós, adoptar o modelo monográfico, cronologicamente organizado, desde a ocupação romana até à actualidade. A nosso ver, estava por coligir e analisar este vasto espectro temporal, na tentativa de esboçar uma linha sequencial, mas, sobretudo, encontravam-se por questionar os motivos que justificaram os períodos de maior intensidade, e os que se pautaram por uma maior ou menor estagnação edificatória, numa análise comparativa entre si, no decorrer da longa história da estância termal. Assim, foi necessário adicionar a este diálogo uma breve resenha sobre os dados arqueológicos recolhidos no local acerca das estruturas arquitectónicas mais recuadas, sem nos imiscuirmos nessa área do saber (que não é a nossa), mas dela recolhendo os elementos considerados pertinentes para a narrativa construtiva das termas algarvias, na referida análise comparativa entre os diferentes períodos históricos.

O facto deste trabalho pretender servir com conteúdos cientificamente sólidos para actividades de Turismo Cultural nas Caldas de Monchique e para eventuais conteúdos expositivos (no caso da musealização dos objectos artísticos), exigiu-nos o exercício monográfico de sintetizar a evolução construtiva desde os seus indícios documentais mais recuados, de forma a corresponder ao espólio por nós localizado e cujo paradeiro era há décadas desconhecido, no caso das estatuetas de bronze e dos fragmentos de pavimento do período romano, e também dos azulejos barrocos da capela e da *buvette* primitivas, encontrando-se estes últimos, até à realização do presente trabalho, por estudar.

A opção pela monografia trouxe-nos, contudo, opções a tomar, pela densidade historiográfica e pela numerosa documentação inédita sobre o nosso objecto de estudo, que nos tolheu, de alguma forma, da visão globalizante sobre a realidade das outras termas portuguesas. Na verdade – e apesar de não ser esse o nosso objectivo –, detectámos a ausência de um estudo crítico alargado aos figurinos artísticos das campanhas de obras mais relevantes das estâncias termais portuguesas, sobretudo no que diz respeito à paisagem termal, no conjunto que engloba os equipamentos termais e também complementares, como a arquitectura religiosa e habitacional. Cingimo-nos ao

modelo estético dos balneários e das *buvettes* incorreria numa análise redutora de cerca de quatro dezenas de casos à escala nacional.

Mais do que limitar o estudo à arquitectura de função meramente termal, o objectivo foi também o de compreender outros tipos de infraestruturas que, não sendo termais, detêm a particularidade de orbitar em torno da utilização das águas mineromedicinais das Caldas de Monchique. E mais ainda, de estender o campo de visão ao conjunto simbiótico entre o património natural e o património humano, que caminhou reciprocamente, porquanto a água termal justificou a ocupação do lugar sob a forma arquitectural, e essa ocupação retribuiu com a plantação de espécies vegetais exóticas e a criação de percursos pela envolvência natural, numa autêntica cenografia de conjunto da paisagem termal, conceptualizada pelo ser humano, para seu próprio usufruto e deleite, transformando este lugar num veraz recurso de património paisagístico⁴.

Com vista a complementar o estudo das arquitecturas, o património artístico confere-lhe uma leitura coerente, sob a forma das artes plásticas e decorativas que recheiam os edifícios, nomeadamente os azulejos barrocos da Capela existente no antigo balneário, bem como as diversas expressões artísticas da nova Capelinha, uma demolida e a outra erigida em meados do século XX.

No largo friso de quase dois mil anos de história conhecida, o território das Caldas de Monchique foi inicialmente palco de um crescimento espontâneo, à medida das necessidades balneares. O hospital dos pobres ali erigido pelos bispos do Algarve, em 1691, começaria a ser motivo de discussão depois do Liberalismo triunfante, pela necessidade de um plano de melhoramentos que só chegou no final do século XIX, depois dos devidos enquadramentos legais, pelo proponente à concessão do estabelecimento termal, João Bentes Castel-Branco. Esta personagem, pelo seu carácter poliédrico, mas sobretudo pela marca indelével que deixou na paisagem natural e edificatória das Caldas de Monchique, mereceu-nos uma abordagem peculiar

A partir de então, sucederam-se os projectos para novas construções, umas efectivadas em obra, e outras confinadas à idealização em papel, muitas delas até agora desconhecidas. Constrangimentos diversos, de ordem financeira ou mesmo política, terão resultado em algumas propostas com interesse artístico, cujos limites foram o talento e a criatividade dos seus autores ao idealizarem a paisagem termal algarvia, a par

⁴ <http://icomos.fa.utl.pt/eventos/apap2007.pdf>, consultado a 22/09/2013.

da formação técnica em medicina dos seus encomendantes, num complemento entre a técnica artística e o conhecimento terapêutico. A história da arte e a história da instituição caminharam lado a lado, pelo que considerámos necessário explicá-las mutuamente.

Se, por um lado, a implementação das Realizações moldou fisicamente o aspecto da paisagem termal ao longo da história, de forma palpável, as Utopias refletiram as soluções criativas dos autores de projectos pensados também para aquele território, mas que não se materializaram, revelando numa dimensão virtual a feição que as Caldas de Monchique poderiam ter assumido, caso se tivessem concretizado. E é precisamente a dimensão utópica que acrescentou, quanto a nós, interesse ao estudo, permitindo-nos vislumbrar essa bifurcação entre o que foi construído e as idealizações que até agora permaneceram obscurecidas na memória histórica.

Através dos imóveis não efectivados em obra foi possível compreender de uma forma mais concreta os planos de intenções que as personagens decisoras tiveram em mente para o desenvolvimento da estância termal, ao mesmo tempo que se abre o leque de opções construtivas, muitas delas reveladoras de qualidade artística e de um certo espírito de época que as vincula a contextos históricos muito particulares, com destaque para Nicola Bigaglia, Bernhard Hoetger ou Luís Rebelo de Andrade.

Porém, alguns dos arquitectos que viram obras suas edificadas nas Caldas de Monchique – como os supra-citados Bigaglia e Luís Rebelo de Andrade – enquadram-se na ambivalência entre Realizações e Utopias, por terem concebido propostas que não passaram do projecto bidimensional.

Dos projectos e das obras de arte realizados, porém, estava por identificar a autoria de alguns, mas naqueles em que o autor estava identificado, pouco mais se sabia: ainda não tinha sido feito o seu enquadramento no currículo artístico de cada arquitecto ou artista-decorador, de forma a perceber a fase de produção a que pertencem, nem as ligações que unem alguns dos autores. Estava, assim, por se fazer a devida justiça à efectiva qualidade das obras arquitectónicas e artísticas que ali tem permanecido em silêncio, por descortinar, e de que foram autores José Abreu do Ó, Guilherme Rebelo de Andrade, Gilberto Renda, Carlos Lyster Franco ou Lino António.

O trabalho acha-se dividido em duas partes: a primeira colige e trata de forma crítica a bibliografia e documentação relativa ao extenso período anterior aos planos de melhoramentos aprovados para as Caldas de Monchique (desde a ocupação romana até

1895), buscando na literatura de viagens um complemento para a falta de iconografia, através das descrições de homens das artes e das ciências, recorrendo à metodologia da Cripto-História da Arte⁵ na recuperação da memória de edifícios entretanto extintos, nomeadamente o antigo balneário dos bispos algarvios, demolido em meados do século passado.

A segunda parte corresponde, em grande medida, ao grau de novidade deste trabalho, em que a partir do desbravamento e estudo da documentação existente, sobretudo, nos arquivos da Direcção-Geral de Energia e Geologia (Ministério da Economia) e da Sociedade das Termas de Monchique II, desvendámos projectos de Realizações e Utopias, que permitem compreender os período da transição para Novecentos, o Estado Novo e os últimos anos do século XX como os três momentos em que as Caldas de Monchique viveram com maior intensidade os ensejos construtivos que inspiraram, tanto em encomendantes como em artistas.

O conceito de *Espírito do Lugar* contrói-se a partir de “elementos tangíveis (sítios, edifícios, paisagens, rotas, objetos) bem como de intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, festivais, comemorações, rituais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.) e que todos dão uma contribuição importante para formar o lugar e lhe conferir um espírito”⁶, pelo que o registo da memória histórica contribui indelevelmente para definir e valorizar a identidade irrepitível das Caldas de Monchique.

Porém, é nossa intenção alargar o âmbito deste trabalho além das fronteiras académicas, após a sua validação científica, para que possa tornar-se útil enquanto ferramenta de trabalho, tanto ao serviço da gestão do património e da musealização, como na criação de produtos de Turismo Cultural⁷, complementando a oferta turística de Saúde e Bem-Estar das Caldas de Monchique, e que poderá constituir, a nosso ver, um factor de combate à sazonalidade na ocupação das termas e aos reflexos socioeconómicos em que se traduz a nível local.

A nossa experiência profissional como balneoterapeuta na Villa Termal das Caldas de Monchique - Spa Resort, desde 2011, tornou possível conhecer, a partir de dentro, as dinâmicas ligadas à actividade termal. Simultaneamente, a criação de um

⁵ Cf. Serrão, Vítor, *A Cripto-História de Arte. Análise de Obras de Arte Inexistentes*, Livros Horizonte, Lisboa, 2001.

⁶ *Declaração de Quebec sobre a Preservação do "Spiritu Loci"*, ICOMOS, Quebec 2008.

⁷ Cf. *Carta Internacional do Turismo Cultural*, ICOMOS, México, 1999.

guião de conteúdos para a realização de visitas pelo seu património edificado permitiu-nos aferir o perfil dos termalistas e visitantes das Caldas de Monchique, que cada vez mais exigem conhecer a identidade local e os aspectos históricos, valorizando o acesso aos recursos patrimoniais habitualmente encerrados ao público (como a Capela riscada por Guilherme Rebelo de Andrade), e com preocupações pela sua preservação física e memorial. Nesse sentido, é nossa expectativa que o presente estudo possa ter um papel teórico, mas também possa actuar na responsabilidade de partilhar com os presentes e vindouros o real valor histórico e patrimonial das Caldas de Monchique.

Parte I

Capítulo 1- O Banho de Monchique. Dos Vestígios Romanos aos Primeiros Relatos Históricos dos Séculos XVI e XVII

▪ 1.1- As Águas Sagradas dos Romanos: na génese da função termal

Nas Caldas de Monchique, a utilização da água termal para fins terapêuticos atravessa os séculos pelo menos desde os Romanos, dos quais nos chegaram os vestígios mais recuados. Para uma abordagem à ocupação humana do lugar, importa compreender os testemunhos da função termal, principalmente visíveis sob a forma de estruturas arquitectónicas, revelados aquando das obras para a captagem das águas termais na década de 1940, e estudados pela equipa de arqueólogos constituída por Octávio da Veiga Ferreira, Abel Viana e José Formosinho.

A procura de fontes mineromedicinais foi, de resto, decisiva na implantação de construções para o seu melhor aproveitamento em tempos romanos e até pré-romanos, chegando muitas vezes a justificar a própria existência e a evolução histórica de muitos núcleos urbanos dispersos por Portugal⁸, reflectida na diversidade de topónimos como *Caldas*⁹, à semelhança do presente caso de estudo.

As termas romanas de Monchique estariam implantadas sobre a emergência das fontes termais do vale, ou muito perto delas, num aproveitamento directo do manancial de água corrente tépida, com as propriedades mineromedicinais que os Romanos tão bem souberam explorar nos diferentes recantos do seu vasto império. As características destas águas, condicionaram, aliás, a localização das termas, evitando a necessidade do recurso a técnicas de engenharia para que fossem transportadas (através de complexos aquedutos e canalizações), ou aquecidas por via de caldeiras.

O carácter irreproduzível em outro lugar da função terapêutica da água termal existente no vale das Caldas de Monchique obrigava então a uma movimentação geográfica dos banhistas, que só ali obtinham o resultado desejado no alívio dos seus padecimentos, criando um fluxo migratório específico, motivado pela crença nas

⁸ São conhecidos inúmeros vestígios de utilização romana de termas no actual território do nosso país, “junto às nascentes de Aljustrel, Cabeço de Vide, Caldas da Saúde, Caldelas, Freixo (Marco de Canaveses), Chaves, Conimbriga, Gerês, Lisboa (Termas de Cassios e de Esculápio), Milreu, Miróbriga, Moledo, Monchique, Monte Real, Óbidos, Pedras Salgadas, S. Pedro do Sul, S. Vicente do Pinheiro (Entre-os-Rios), Taipas, Vidago, Vizela”. (Mangorrinha, 2000, pp.33-34).

⁹ Cf. Vasconcelos, 1994, p.558.

melhoras obtidas pelo seu uso. Hoje, falaríamos do segmento de *Turismo de Saúde*¹⁰ para explicar o fenómeno da deslocação de indivíduos com o propósito de procurar a cura para problemas físicos.

As célebres termas romanas consistiam mais em banhos higiénicos por via de água que não seria necessariamente termal, mas sendo também um modo de socialização que foi ganhando crescente importância na esfera urbana do império romano¹¹. Todavia, a vertente de convívio entre aquistas estaria certamente presente na vivência de todas as termas, independentemente das motivações primordiais com que ali acorriam os banhistas.

Dos vestígios móveis encontrados ao longo das escavações arqueológicas realizadas em 1942, foi recolhida uma prova contundente de que a frequência destes banhos situados num enclave da Serra de Monchique era, com efeito, motivada por questões de saúde. Uma ara votiva com inscrição epigráfica (*Fig.1*) documenta de forma clara o exemplo de Patúlcia, uma mulher romana que cumpriu “de bom grado e com razão”¹² um voto de agradecimento “às águas sagradas”¹³. Este acto voluntário materializa a crença nas propriedades curativas da água termal, divinizando o próprio líquido.

Noutras termas portuguesas foram encontrados agradecimentos decorrentes do uso termal, mas cujos benefícios são atribuídos a uma divindade, de que é exemplo a lápide das Caldas de Vizela (Guimarães), dedicada ao deus Bormanicus, cujo teónimo significa “águas quentes”¹⁴, numa personificação santificada das suas propriedades. As termas dos Romanos – ou, pelo menos, as que detinham funções medicinais – tornavam-se, de certa forma, espaços sagrados¹⁵, fundamentando a crença nas propriedades destas águas, pelos resultados que surtiam nos indivíduos que nelas buscavam o bem-estar físico¹⁶.

¹⁰ Cf. TRH, 2006, p.9.

¹¹ Cf. Fabião, 2006, p.71.

¹² Robalo (consultado a 20/03/2013).

¹³ Formosinho, 1948, p.7.

¹⁴ Cf. Robalo, *op.cit.*.

¹⁵ Cf. Velasco (consultado a 20/03/2013).

¹⁶ A designação de *águas sagradas* ou de *águas santas* percorre a História da estância termal algarvia, e das duas outras fontes termais existentes no concelho de Monchique, ainda hoje conhecidas como “Fonte Santa da malhada Quente” e “Fonte Santa da Fornalha”. É curioso registar que em 1906, faltando mais de trinta anos até a ara votiva romana ter sido descoberta nas Caldas de Monchique, e já o então concessionário do Estabelecimento Termal referia que “a fama nas virtudes curativas das águas santas nunca se perdeu”, recorrendo à expressão com que Patúlcia mandou insculpir a sua gratidão na lápide. Castel-Branco, 1906, p.6.

Em 1906 era já referido o achamento de moedas antigas¹⁷ nas Caldas de Monchique, então atribuídas aos Romanos. É porém na década de 40 que vêm a lume outros espécimes, datados desde o século I ao século IV, com as efígies dos imperadores Trajano, Octávio, Cláudio, Máximo, Filipe, Honório, Graciano, Arcádio, entre outros¹⁸, que têm servido de baliza cronológica para datar a estadia dos Romanos nestas termas.

A equipa de arqueólogos que intervencionou e estudou na década de 1940 os objectos e os restos das estruturas romanas nas Caldas de Monchique concluiu que “o balneário das Caldas de Monchique deveria ser de modestas proporções”, “mais modesto mesmo que um simples *balneum*”, pois “ergueu-se em lugar demasiadamente apertado”, e, portanto, “incompatível com a amplitude exigida para grandes e monumentais edifícios”, corroborando a ideia de que “não se tratava de um local de prazer, mas sim para curar enfermidades”¹⁹.

Octávio da Veiga Ferreira reformulou no entanto esta versão em 1963, chegando mesmo a afirmar que “por comparação com outros balneários da mesma época, pode considerar-se um grande edifício de termas”²⁰, devido às dimensões calculadas de 50 metros de comprimento por 18 metros de largura das ruínas, e que teria sido composto até por uma ala masculina e outra feminina.

Argumenta a favor de que o edifício, além de relativamente extenso, seria ainda ornamentado nos pavimentos com *opus vermiculatum*, a crer nos fragmentos encontrados nas escavações, e que lhe atribuiria alguma sumptuosidade decorativa pelos motivos encordoados nas tesselas cinzentas, vermelhas e brancas (*Fig.2*) que o compunham.

Outros objectos igualmente recolhidos na década de 1940 concorrem ainda para a teoria posterior de Octávio da Veiga Ferreira, nomeadamente uma fibula em prata lavrada com figuras²¹, e o conjunto de lucernas encontradas que denunciam ser de fabrico itálico sem características indígenas, o que, por conseguinte, indicia que os

¹⁷ Cf. Castel-Branco, 1884, p.18. O autor afirma ter colhido um “mediano bronze do Alto Império (classificação do sr. Estácio da Veiga), encontrado proximo das thermas”, que se encontrava no Museu Arqueológico de Faro à data em que foi escrito o relatório. Contactámos o Museu Municipal de Faro em Novembro de 2012, no sentido de identificar a referida moeda, mas sem sucesso, por termos sido informados de que no acervo do Museu, não constam objectos provenientes das Termas de Monchique. O seu paradeiro afigura-se, assim, desconhecido.

¹⁸ Cf. Formosinho, Viana, Ferreira, 1953, p.150.

¹⁹ *Id.*, *ibid.*, pp.142-143.

²⁰ Ferreira, 1963, p.16.

²¹ Cf. *Jornal de Notícias*, 11/12/1942.

aquistas romanos frequentadores das Caldas de Monchique teriam poder económico suficiente para transportarem consigo bens de outros pontos do Império Romano. A lucerna contribuía para a aura sacralizada que era conferida à função termal, encontrando-se permanentemente acesa no pequeno altar (“pequeno *aedes sacrae*, ou mero *sacellum*”²²) do edifício.

Além do mais, foram ainda desenterradas nas imediações da Fonte de S. João, entre outros vestígios, algumas estatuetas de bronze (*Figs.3 e 4*), representando cornucópias – o símbolo da fertilidade para os romanos, normalmente associado à terra e à água. Foi também recuperada uma escultura feminina com 7 centímetros de altura, que o autor identifica como uma Pomona (deusa das colheitas), mas que, anteriormente, os três estudiosos tinham aventado tratar-se de uma ofertante ou da deusa Fortuna, figura intimamente associada às cornucópias e ao mundo dos negociantes.

Quanto às estruturas arquitectónicas, Veiga Ferreira publica o esboço geológico da área das nascentes nas Caldas de Monchique, assinalando os restos do *Balineum lusitano-romano* (*Fig.5*). Esta designação de “lusitano-romano” remete não só para o território português actual, a Lusitânia outrora ocupada pelos romanos, mas iria talvez ainda no sentido do sincretismo resultante da assimilação dos seus modos de vida pelas populações autóctones, dando uma expressão orgânica à romanização²³ que aqui foi surgindo ao longo dos séculos de ocupação, sobretudo em termos culturais.

Na encosta, a Poente do vale, foram encontrados, durante os trabalhos de captação de água, em 1942, vestígios de panos murários do balneário romano, assim como *imbrices* que faziam parte da estrutura do pavimento de um *caldarium* ou *tepidarium* (tanques de banhos quentes e de banhos tépidos, respectivamente), uma vez que se encontravam junto à Fonte de S. João, a nascente principal de água termal.

Do lado oposto do vale, foram postas a descoberto as ruínas de estruturas balneares, nomeadamente uma construção circular, que aparentava ter sido abobadada e três salas rectangulares (uma delas com um tanque anexo, numa cota mais baixa), partes de canalizações e, por fim, o resto de uma parede que delimitaria o balneário neste lado.

Não deixa de ser curioso reflectir sobre o facto destas últimas construções com vocação termal – em particular aquela que dispunha de um tanque de banhos – se encontrarem no flanco oposto às fontes termais mais caudalosas, que brotam a Poente

²² Formosinho, Viana, Ferreira, *op. cit.*, p.143.

²³ Cf. Fabião, p.23.

(S. João, Santa Teresa e Pancada). Daquele lado situa-se apenas a chamada *Fonte das Chagas*, a Sul das estruturas encontradas, cuja designação remete justamente para a aplicação da sua água em problemas de saúde. Os fragmentos do sistema de canalização daquele período demonstram, por seu turno, o transporte da água corrente até aos banhos, que não teriam de estar forçosamente edificadas sobre as fontes, mas talvez com a proximidade suficiente para que ela não perdesse a temperatura e as suas propriedades curativas ao longo do percurso.

As estruturas encontradas nas Caldas de Monchique permitem vislumbrar uma relativa complexidade física no aproveitamento dos mananciais de água termal, pela extensão e quantidade de estruturas arquitectónicas voltadas para a função. E depreende-se que em órbita desta funcionalidade nuclear, teriam de existir espaços para o alojamento, entre outras funções complementares que garantissem as condições necessárias à estadia dos frequentadores romanos das termas.

O caso de Monchique é ilustrativo de uma prática generalizada no Império Romano e noutras civilizações, já que “sacred water holes exist around the world and major bathing cultures and architectures were developed at least under the Roman, Russian and Ottoman empires. The remnants of Roman water pipes, pools and extravagant bathhouses exist in sites that became spa-towns”²⁴.

De acordo com o que conhecemos sobre a ocupação humana deste território, a vivência romana foi aquela que terá, pela primeira vez, estruturado e divulgado a fama das águas, num impulso que teve continuidade – em diferentes ritmos – ao longo da História da única estância termal algarvia, até aos nossos dias.

Até a própria localização das termas coincidiria com o eixo viário regional romano, pois “uma estrada a eles atribuída, serpentearia pelas encostas serranas, não seria uma estrada principal mas uma «via vicinal» que ligaria os vários núcleos urbanos da região com o interior e o mar”. O facto de existir uma via – ainda que não fosse um eixo principal –, já seria indício de que ali havia um ponto de interesse para os Romanos.

As termas constituiriam um “pólo de atracção e de desenvolvimento regional”²⁵. De resto, este recurso natural, alvo de grande afluência para fins medicinais, viria muito mais tarde a justificar, por alvará régio de D. José, a própria autonomia territorial do

²⁴ Bastos, 2011, p.41.

²⁵ Passos, 1989, p.18.

concelho de Monchique, em 1773. Mas são os objectos que recheavam as arquitecturas que nos permitem compreender a dimensão simbólica que o lugar tinha para os romanos que o frequentavam. Assim, o documento pétreo que atesta a eficácia dos tratamentos termais, a par de outros objectos como a estatueta e as cornucópias em material nobre – o bronze –, “falamos de quanto era estimado o valor das Águas Sagradas”²⁶ nas Caldas de Monchique, quando utilizadas pelos Romanos²⁷.

▪ **1.2- Fontes históricas: traçando a evolução do Banho de Monchique (séculos XVI- XVII)**

A partir do que conhecemos das termas romanas, advém um extenso hiato temporal sem indícios materiais ou documentais sobre a história das Caldas de Monchique. Com efeito, o decoro do Cristianismo medieval era avesso aos banhos públicos dos romanos, tendo contribuído para afastar as massas num primeiro momento da prática termal. Mas com o advento da Nacionalidade, e o exemplo de monarcas como D. Afonso Henriques e D. Mafalda, que fundam gafarias em S. Pedro do Sul e Aregos, respectivamente, ou a paradigmática fundação do Hospital das Caldas da Rainha por D. Leonor²⁸, aos poucos se vão reatando os elos com os banhos, pelo seu inegável poder curativo.

Ao mesmo tempo, a própria Igreja reconheceu o potencial interessante das crenças associadas aos autênticos *milagres* operados pelos tratamentos termais, cujo fundamento científico para justificar as suas propriedades era ainda rudimentar ou

²⁶ Ferreira, 1963, p.16.

²⁷ Para uma leitura mais aprofundada sobre os vestígios da ocupação das Caldas de Monchique pelos romanos, veja-se a seguinte bibliografia: Carvalho, Herculano de, “Composição Química dum Tubo de Chumbo da Época Romana (Caldas de Monchique)”, separata da *Revista Portuguesa de Química*, vol.IV, Faculdade de Ciências de Lisboa, Lisboa, 1964; Franco, Mário Lyster, *As Termas Romanas de Monchique*, Comissão Administrativa das Caldas de Monchique, Faro, 1945.

João Bentes Castelo-Branco (1906, p.5) alude ao achado de moedas “árabes” e da “primeira dinastia” nas Caldas de Monchique, mas cujo paradeiro e a verdadeira feição se desconhece.

Sobre os vestígios visigóticos nas cercanias das termas, Formosinho, José; Ferreira, Octávio da Veiga; Viana, Abel, “O Conjunto Visigótico de Alcaria (Caldas de Monchique)”, separata da *Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*, nºs 33-34, Lisboa, 1949.

Os três arqueólogos debruçaram-se também sobre pistas mais recuadas da ocupação do território envolvente: Formosinho, José; Ferreira, Octávio da Veiga; Viana, Abel,, *Estudos Arqueológicos nas Caldas de Monchique: Relance das Explorações nas Necrópoles da Idade do Bronze, do Ano de 1937 ao de 1949*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1955.

²⁸ Cf. Acciaiuoli, 1940, p.5.

praticamente inexistente. Começa a despontar a tutela eclesiástica²⁹ de muitas das nascentes, associando os seus efeitos à acção divina e atestando a alma pia dos seus benfeitores, que dotam a envolvência das nascentes com balneários e equipamentos complementares aos banhos. As povoações de cariz termal assistem desta forma a um gradual crescimento dos seus núcleos urbanos entre os séculos XII e XV³⁰, fenómeno que não terá sido alheio também às Caldas de Monchique.

O silêncio historiográfico das termas algarvias é interrompido pela crónica régia do humanista Garcia de Resende, dedicada à *Vida e Feitos de D. João II* e publicada postumamente em 1545. A obra inclui o valioso relato das circunstâncias que trouxeram o monarca às “Caldas do Algarve”³¹, em 1495, bem como a descrição da respectiva estadia, num período em que os relatos se dedicavam, praticamente em exclusivo, às biografias das personalidades régias, na perenização laudatória da imagem destes que eram, afinal de contas, os patronos de tais escritos.

A saúde de D. João II havia-se deteriorado manifestamente em 1492, depois do duro golpe da morte inesperada do seu filho e herdeiro, o príncipe Afonso. De acordo com o cronista, tal ter-se-á devido ao “grãde sentimento que por elle teve, ou por peçonha que lhe derão”³². Mas deixando de lado as conjecturas sobre as causas da hidropisia de que D. João II começara a padecer desde então, o facto é que, a partir de Julho de 1495, sentiu debilitar-se bastante depois da fuga ao surto de peste em Évora, quando se refugiou nas Alcáçovas.

No final do mês de Setembro daquele ano, a maioria dos clínicos que assistia o rei “acordou que era bem entrar em caldas, nas de Monchique, ou nas de Obedos, e porque as agoas dellas erão desviadas em alguma maneira, foi acordado de buscarem doentes da doença del Rey pera mandarem a ambas as caldas, e verem as que fazião mais proveito”.³³ Encontrando-se no Alentejo, sensivelmente a meio-caminho de ambas as termas, recebeu em primeiro lugar notícias de Monchique, de onde “lhe trouxeram hum moço do doutor Pero Diaz, que vinha das caldas do Algarve, onde fora mandado doente de idropesia, (...), e porque de todo veyo sam, creceo a vontade a el Rey de yr, e assi o determinou, e porque era já tarde, no mês de Outubro ouve nos fisicos

²⁹ Cf. Azevedo; Vasconcelos, 1995, p.9.

³⁰ Cf. Vasconcelos, *op.cit.*, p.560.

³¹ Resende, 1973, p.274.

³² Cf. Carvalho, 1939, p.14.

³³ Resende, *op. cit.*, p.272.

contradições em alguns”³⁴. Tal indicia que a administração dos banhos seria feita nos meses mais quentes, pela ausência do conforto necessário ao “abafo” que a prática termal requer³⁵, minimizando o risco de resfriados e outras complicações decorrentes da imersão, mais susceptíveis ainda num organismo já bastante fustigado pela doença.

Mas D. João II, almejando o alívio rápido para o seu padecimento, ignorou as opiniões adversas, e “logo ao outro dia mandou (...) partir Ioam Fogaça diante a Monchique a lhe concertar as caldas, e seu aposentamento, e tudo o que fosse necessario pera yr logo apos elle”³⁶. Ora, o facto de este emissário ter partido previamente para “concertar” as caldas (na acepção do edifício dos banhos) e o seu alojamento aponta para edifícios pré-existentes com duas funções termais complementares, mas também para a sua utilização ao tempo do monarca. Por outro lado, os benefícios que a água termal de Monchique trazia aos que padeciam de patologias da mesma natureza da sua seriam sobejamente afamados, pelo menos a Sul do reino.

Parece ainda clara a necessidade de melhoramentos naquelas arquitecturas, no sentido de garantir-lhes, antes de mais, as comodidades necessárias aos tratamentos que lhe iriam ser administrados e ao repouso subsequente, desconhecendo-se em detalhe, contudo, até que ponto seriam obras estruturais ou apenas pequenas reparações. Outra das preocupações nesta intervenção seria, com muita certeza, a de transformar o local num espaço mais agradável, condigno à presença do rei e aos seus momentos de lazer e convívio, mas que Garcia de Resende não especifica na sua crónica.

Repare-se, porém, no curioso facto do rei não ter optado pelas caldas de Óbidos, beneficiadas dez anos antes pela sua mulher, D. Leonor, que ali promovera a instituição do primeiro hospital de figurino termal da Europa, convertendo-o pela sua acção em *Caldas da Rainha*, com as condições físicas adequadas à época. Diante do testemunho vivo de uma cura, D. João II de imediato decide e toma as diligências necessárias para a ida, o mais rápido possível, até às Caldas de Monchique, apesar destas termas carecerem de arranjos nas suas estruturas.

Ainda antes de partir das Alcáçovas, D. João II mandou chamar o seu confessor, pelo que “se confessou logo muy perfeytamente, e com muyta devação de suas mãos tomou o Sacramento, e acabado isto com elle fez seu justo e verdadeiro testamento”³⁷,

³⁴ *Idem, ibidem*, p.274.

³⁵ Cf. Castel-Branco, 1906, p.10.

³⁶ Resende, *op. cit.*, p.274.

³⁷ *Id., ibid.*, p.275.

num gesto que parece mostrar o receio diante da possibilidade, mais ou menos inevitável, de não sobreviver à ida a banhos, apesar da centelha de esperança a que se agarrara com a decisão firme de empreender a viagem até Monchique.

O seu trajecto começa logo “na entrada do mes de Outubro, (...) hũa quarta feyra partio, e foy dormir a Ferreira, e ao outro dia partio alegre, e bem desposto, e por Messagena, e Panoyas, e os Colos foy suas jornadas, ate o sabado que chegou a Monchique”³⁸. Deduz-se por aqui que os arranjos feitos nas termas de Monchique teriam sido rápidos, de mera consolidação e melhoramentos nas estruturas já existentes, pois como sabemos, João Fogaça partira no final de Setembro para assegurar a sua realização, e logo nos primeiros dias de Outubro, D. João II chega ao seu destino, havendo assim pouco tempo para garantir as condições necessárias à instalação adequada do rei, do seu filho D. Jorge, dos físicos que o seguiam, e naturalmente de outros membros do séquito real que lhe prestavam serviço.

Optámos por focar numa perspectiva crítica a estadia de D. João II nas Caldas de Monchique, na tentativa de compreender melhor as circunstâncias que envolveram a primeira visita régia conhecida a estas termas.

Chegado ao lugar de Monchique (não ainda às Caldas, que distam cerca de seis quilómetros), “esteve o domingo, onde sentio frio, e ahy folgou o dia, e vio luytas dos da terra, e da corte com que folgou, e fez luytar Ayrez Telez (...) que era grande luytador, e ganhou alli as fogaças, com que el Rey recebia prazer”³⁹, aproveitando este primeiro dia para descansar e distrair-se.

Na segunda-feira, “por a frialdade da terra ser já muyta, foy el Rey aconselhado que não entrasse nas caldas, e elle por se achar em boa desposição todavia foy aquelle dia dormir ás caldas, e entrou nellas”⁴⁰, desvalorizando de novo as opiniões que o tentaram demover de se expôr às baixas temperaturas que se faziam sentir nessa segunda-feira.

E “ao outro dia terça feyra tambem entrou nas caldas polla manhã, e a noite muyto contente de si, e dizendo que se achava melhor”⁴¹, reflexo muito provável dos banhos que tinha até ali tomado e do repouso como complemento da cura, com que se sentiu mais confiante no seu próprio restabelecimento.

³⁸ *Id., ibid.*, p.276.

³⁹ *Id., ibid.*

⁴⁰ *Id., ibid.*

⁴¹ *Id., ibid.*

E com esse novo ânimo, “assi entrou a quarta feyra polla manhã, e a tarde porque andavam porcos emprazados pera monte perguntou aos fisicos se podia la yr, e disseramlhe que si, e bem forrado pera o frio, e cuberto pera o ar, embuçado com touca, e hum chapeo por ordem dos fisicos, foy la em cavallo muyto manso, em que vinha no caminho, e sendo la, ou pollos quatro banhos que tinha tomados, ou pollo abalo que fez, se achou mal, e veyo com muyto grande dor de estomago, e com fruxo que logo muyto apertou, com que ficou muyto agastado e triste, porque por se achar os dias dantes bem tinha muyta esperança de sua saude”⁴². Com a anuência dos clínicos quis aproveitar as melhoras que começara a ter; porém, a atitude displicente terá contribuído em boa medida para o enorme retrocesso que sentiu, mal chegou ao lugar onde os porcos estavam encantonados, apesar dos agasalhos e do cavalo manso que montava.

A partir deste desaire, o estado de saúde de D. João II piorou irreversivelmente, e “por não poder mais esteve nas caldas a noyte da quarta feyra, e a quinta, e a sesta feyra com grandes agastamentos”⁴³, partiu no sábado para Alvor, aposentando-se nas casas de Álvaro de Ataíde (então alcaide-mor deste lugar), onde a 25 de Outubro acabou por finar-se.

Desconhece-se, todavia, se o desfecho inglório da ida de D. João II às termas terá eventualmente resultado em descrença nas virtudes destas águas ou se, em última análise, provocou um decréscimo na afluência dos que ali procuravam curar-se das suas maleitas corporais, pela ausência de documentação em qualquer sentido⁴⁴. Podemos, no entanto, conjecturar que, numa época em que poucas alternativas havia para a cura de doenças, e tendo em conta o prestígio da água termal de Monchique pelo menos desde os romanos, será de crer que a sua utilização ter-se-á mantido, pelos casos de sucesso que justificavam a prática ancestral de ir ali a banhos.

Só quase oito décadas volvidas é que voltamos a ter notícias das Caldas de Monchique, sob a pena de João Cascão, que faz a *Relação da Jornada de el-rei D. Sebastião quando partiu da cidade de Évora*, percurso que durou de 2 de Janeiro até ao dia 14 de Fevereiro de 1573. D. Sebastião parte com a missão de cimentar os laços

⁴² *Id., ibid.*, pp.276-277.

⁴³ *Id., ibid.* p.277.

⁴⁴ João Bentes Castel-Branco (1906, p.13) afirma que o infame episódio de D. João II terá afugentado das Caldas de Monchique “toda a gente de valor” durante quase dois séculos, pois só no final de Seiscentos as termas voltam a receber a atenção de um indivíduo notável – desta feita, o bispo D. Simão da Gama. Esta suposição é recorrente na bibliografia; porém, como veremos, vão existindo referências pontuais à fama e aos efeitos benéficos destas águas, que assistiram à visita de D. Sebastião, e mais tarde ao investimento construtivo de D. Francisco Barreto (na década de 1640), factos que comprovam a utilização constante dos banhos pelas massas ao longo desse período.

políticos com a nobreza meridional do reino, que confinava com Marrocos, vendo nesse território uma oportunidade de suprir as suas dificuldades económicas, sendo assim fácil alinhar a estratégia bélica contra o inimigo da Cristandade, mais ainda pela tradição henriquina que ainda se respirava, em especial no Algarve⁴⁵. A um nível mais prático, pretendia “verificar como se cumpriam as disposições militares, quanto ao treino e recrutamento dos soldados; observar o ritmo a que se processava o reforço das fortalezas, – esse o intuito primeiro da Jornada régia a uma área que vivia *sob forte tensão ideológica*”⁴⁶.

Foi então que, já no reino do Algarve, na “2ª feira, 26 de Janeiro, partiu El-rei de Vila Nova [de Portimão], às quatro horas depois da meia-noite, para Monchique; e são cinco léguas de caminho; foi acompanhado somente dos fidalgos da guarda. No caminho viu os banhos em que muitos doentes acham remédio a suas enfermidades. Da Vila o vieram receber uma bandeira de soldados, e alguma gente a cavalo”⁴⁷. As Caldas de Monchique são referidas de forma breve mas incisiva, o que permite desvendar dois aspectos: em primeiro lugar, que ocorria um número considerável de enfermos aos seus banhos, mas por outro lado é também assegurada a sua qualidade, pois aquelas pessoas encontravam, de facto, a cura para as suas moléstias. Aparentemente, os bons resultados obtidos com o seu uso continuavam a justificar a deslocação de indivíduos em estado de saúde débil, através de veredas e caminhos escabrosos rumo à Serra de Monchique.

Exceptuando os argumentos apresentados, desconhece-se tudo o resto sobre este período nas caldas: a proveniência, o número dos doentes e as suas patologias, a fama e as lendas em torno da água termal, as estruturas físicas em que se banhavam e alojavam durante os tratamentos, ou se existia uma entidade ou personalidade que ali os acolhia, gerindo os recursos e garantindo uma utilização regrada do espaço.

Quatro anos depois da visita real, é Frei João de S. José que faz menção às caldas em 1577, dizendo que “tem Monchique huma legoa de si, huns banhos de agoa saudavel, aos quaes por conselho dos Físicos se foi a banhos El Rey D. João 2º deste nome, não faltando em Portugal outros mais perto em que isto podera fazer”⁴⁸. O autor enaltece desta forma o lugar que mereceu a confiança do malogrado rei, apesar da diversidade de termas existente no reino português; ignora, porém, que Monchique se

⁴⁵ Cf. Loureiro, 1984, pp. 66-67.

⁴⁶ *Id.*, *ibid.* p.64.

⁴⁷ *Id.*, *ibid.* p.108.

⁴⁸ Carvalho, 1939, p.25.

encontrava no leque de opções juntamente com Óbidos, por ambas distarem praticamente o mesmo a partir das Alcáçovas, onde D. João se encontrava no momento em que foi decidida a ida a banhos na derradeira tentativa de buscar o lenitivo para os seus padecimentos.

Escusando-se também de referir o malogrado final do Príncipe Perfeito, Frei João de S. José aparenta, precisamente por essa omissão, não atribuir culpas às Caldas de Monchique pela sua morte, legitimando a crença nas propriedades terapêuticas dos *banhos de água saudável*.

Conta Silva Carvalho que em 1579 se deslocavam diariamente religiosos do convento de Estômbar ao Banho de Monchique⁴⁹, e que no final do dia de tratamentos regressavam ao cenóbio, fazendo cerca de 30 quilómetros em cada trajecto, sob condições que estariam longe de ser confortáveis. O sacrifício de tais jornadas por parte dos monges dever-se-ia, antes de mais, à falta de alojamentos em número suficiente nas Caldas, ou de um qualquer cenóbio por perto onde fosse possível pernoitarem para mais um dia de banhos. Na verdade, só em 1631 o futuro Vice-rei da Índia, Pero da Silva, viria a fundar a pouca distância do então lugar de Monchique o Convento de Nossa Senhora do Desterro, que passou a agasalhar a partir do ano seguinte uma pequena comunidade de Franciscanos da Ordem Terceira.

Mas seria preciso chegarmos até cerca do ano de 1600 para o monografista Henrique Fernandes Sarrão nos fornecer a primeira descrição conhecida das instalações balneares existentes ao seu tempo nas termas algarvias. Conta-nos que “ũa légua de Monchique para o sul, na lomba da serra do oriente, estão uns banhos muito sadios, em que muitos cobraram saúde de muitas enfermidades; os banhos são desta maneira: é ãa fonte d’água claríssima, muito transparente, que nasce entre uns rochedos e sai quente, e é muito macia e confortosa. Vem por minas de enxofre (segundo se afirma) que é causa de sarar esta água: principalmente sarna, porque este é seu efeito. Tem ãa casa e dentro está a fonte, onde se banham e lavam as pessoas, que aí vão para despídos se lavarem secretamente, e a mandou fazer el-rei D. João o segundo, quando neles se veo banhar. Da água da fonte se faz ãa levada, com a qual se rega um pomar do vale abaixo”⁵⁰.

Do excerto deste precioso documento, sob o título de *História do Reino do Algarve*, é possível extrair diversas informações com particular interesse para

⁴⁹ Carvalho, 1934, p.2.

⁵⁰ *Id.*, *ibid.* p.155.

compreender a forma como a água termal era administrada aos doentes e em que consistiam, efectivamente, os *banhos* em termos edificatórios. A principal indicação terapêutica da água quente, como vimos, prendia-se com afecções cutâneas, por ser já comprovado através da experiência o efeito, mas sabemos de antemão que além deste tipo de patologias, também era procurada na hidropisia (inchaço abdominal por acumulação de líquidos, sintoma de uma condição de saúde mais grave), à imagem do que sucedera com D. João II, cerca de cem anos antes.

Pela descrição, existiria um único edifício de banhos, no interior do qual brotava uma única fonte de água termal, e onde não deixa de ser curiosa a duplicidade funcional, pois ali se “banhavam” e “lavavam” as pessoas, dando a entender a distinção entre a imersão termal com fins medicinais e o banho higiénico do corpo. A privacidade dos banhistas estava assegurada, pois ali dentro se despiam antes do banho, que, parecia assim ser individual para se lavarem *secretamente*, denotando haver um tanque ou tina que seria, portanto, dimensionado para esse propósito.

Com muita propriedade, na nossa opinião, teria de existir alguém no local a assegurar a utilização devida do banho, no respeito pela privacidade, pela espera ordenada para os tratamentos, a limpeza, o auxílio aos mais entevados a entrar e sair da água, e fazendo cumprir os bons costumes entre os forasteiros que ali se juntavam. Esse conjunto de tarefas exige uma autoridade óbvia e incontestável, cuja natureza ainda desconhecemos, tal como as condições de acesso aos tratamentos, nomeadamente se haveria uma opinião clínica ou se os banhos eram pagos.

Revela o monografista algarvio, por fim, que esta casa foi mandada erigir por D. João II, na altura em que ali se banhou. Na crónica de Garcia de Resende – que acompanhou pessoalmente o monarca em 1495 –, é usado o verbo “consertar” quando refere a missão para que João Fogaça fora enviado às Caldas de Monchique. Na acepção actual, o termo encontra sinónimos em “arranjar”, “compor”, “reparar”, “remediar”, no sentido de “repor uma situação ou um estado anterior”⁵¹. A ter sido este o vero sentido que o humanista alentejano atribuiu à intervenção nas “caldas” e “seu aposentamento”, realizada antes da chegada real ao banho, e levando à letra a interpretação, depreende-se, como havíamos notado antes, que naquele momento já existiam estas estruturas arquitectónicas, que foram então somente beneficiadas, sendo-lhes devolvidas as eventuais condições de utilização anteriores.

⁵¹ Cf. <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=concertar> (consultado a 10/04/2013).

Repare-se, porém, como Henrique Sarrão não contempla o alojamento nos seus escritos, cingindo-se ao banho, porque terá considerado aquele meramente acessório à função principal para que as caldas são vocacionadas, mas também porque esta implica forçosamente instalações para a estadia dos doentes, que teriam de permanecer ali por mais que um dia, até sentirem minimizar-se os sintomas que os conduziam às termas, localizadas num vale ermo de agregados populacionais.

É incógnito o motivo exacto pelo qual a mitra algarvia iniciou a sua influência sobre as Caldas de Monchique, sabendo-se apenas que em 1640 – dois anos depois de ter subido à cadeira episcopal – que o bispo do Algarve D. Francisco Barreto convocou a ida de médicos às Caldas de Monchique para que dessem um parecer científico sobre as verdadeiras propriedades dos mananciais. Os resultados aferidos, cuja documentação se desconhece, terão sido satisfatórios, e dado o seu interesse pelo local a que continuavam a acorrer “gentes até de partes remotas, assim nacionais como estrangeiras, mandou construir algumas pequenas casas⁵² para cobrir as aguas e agasalhar as pessoas quando sahissem dos banhos, estabelecendo quartos com camas para accomodar os pobres e assim deo a mão a este estabelecimento”⁵³. Assistia-se, assim, ao crescimento do núcleo termal inicial em 1649⁵⁴, pela dotação de aposentos com uma expressão assistencial junto dos mais desfavorecidos, sob o patrocínio do bispo algarvio.

Sobre Monchique, escrevia Jorge Cardoso, em 1657, que “o ar alli he muito puro, o clima benevolo, & a vista alegre, de sorte que convida á gente ir a elle recrearse nos Verões, tendo os apaixonados da caça, oportunidade grande para o seu gosto (...), sitio privilegiado dos Reis, pela comidade grãde que resulta ao bem comum d’aquelle reino [do Algarve]. Aqui nasce hũa fonte, celebrada dos naturaes, pela melhor delle”⁵⁵, aludindo muito provavelmente às Caldas. Por aqui se percebe que Monchique era já, em meados do século XVII, destino de veraneio para os amantes da caça, por todos os seus convidativos atributos de paisagem e clima, mas sem se poder correr o risco de afirmar que as termas seriam naquele tempo desfrutadas nesse contexto de lazer. As fontes

⁵² Quanto ao termo “casas”, afigura-se-nos prudente considerar que corresponde às divisões de um edificio e não à sua totalidade, por ser essa ainda hoje a acepção regional, e também porque só se conhece a descrição de um só edificio promovido por D. Francisco Barreto (constituído por três divisões e corredor).

⁵³ Carvalho, 1939, p.27, citando João Baptista da Silva Lopes.

⁵⁴ Cf. *Id.*, *ibid.* p.27.

⁵⁵ Cardoso, 1657, p.654.

documentais até agora encontradas apontam, sim, na utilização das águas termais exclusivamente para tratamentos de saúde⁵⁶.

O médico António Teixeira legou-nos um manuscrito muito rico em informação, com a novidade de ser o primeiro inteiramente dedicado às “agoas ou Caldas de Monchique”, redigido no final desta centúria⁵⁷. Elogiando a virtude dos banhos, que “sendo alguns quazi milagrosos”, o autor louletano afirma o merecimento e a necessidade de serem divulgados, precisamente pelo efeito benéfico que surtiam, e prossegue descrevendo as edificações que ali se encontravam.

Informou haver duas casas de banhos, a primeira “hũa obra do senhor Dom Francisco Barreto, Bispo foy deste Reyno do Algarve de glorioza memoria e consta esta de tres cazas com seu corredor, hũa que he abobadada, se recebe a agoa do banho em que os doentes o tomão; e em outra grande estão três leitos adonde os doentes se recolhem, e tem as suas camas, e alem disto, faz hũa mais grande e sala com cheminé para se fazer de comer, e hũa janela grande, que cahe sobre a rybeira; e a terceira, he a caza mais pequena em que se recolhem mossos, e creados, ou enfermos pobres, quando há muitos”⁵⁸. Desvenda-se assim a estrutura arquitectónica que o bispo mandara construir décadas antes, cuja funcionalidade vai além do balneário, com divisões anexas de apoio, em que se alojava e alimentava os utentes e o pessoal.

No excerto é feita distinção entre *doentes* e *enfermos pobres*, considerando duas condições entre os banhistas, sendo uma parte composta pelos indivíduos que podiam pagar os tratamentos e o alojamento – os doentes contribuintes –, e do outro lado os doentes pobres, sem possibilidades de comportar as despesas inerentes aos banhos, ou mesmo indigentes que ali procuravam cura para as maleitas que os afectavam. Havia,

⁵⁶ Silva Carvalho registou o testemunho do botânico e académico açoriano Rui Teles Palhinha, que dizia ser tradição naquele arquipélago no século XVII os frades franciscanos vindos doentes da Índia irem restabelecer-se às Caldas de Monchique, ficando alojados no Convento de Nossa Senhora do Desterro, pertencente à mesma ordem religiosa (Carvalho, 1939, p.67).

⁵⁷ O documento intitulado *Noticia Breve com algumas observações das agoas ou Caldas de Monchique. Escrita pelo Doutor Antonio Teyxeira Medico de grande fama e familiar do Santo Officio* foi transcrito na íntegra por Augusto da Silva Carvalho, nas suas *Memórias das Caldas de Monchique*. Este autor data o manuscrito do período entre 1687 e 1699.

Na nossa óptica, porém, a obra do médico louletano terá sido redigida antes de 1691, o ano em que o bispado algarvio passa a tutelar oficialmente as termas das Caldas de Monchique, pois no final da obra afirma que “o que a estes banhos lhes falta, que são roupas, enfermarias, e medico, porque espero em Deos, que ainda há de haver algum Principe zeloso, ou algum Prelado pio, que dê fim a esta obra de tanta caridade; e acabando o que o senhor Bispo Dom Francisco Barreto de gloriosa memoria principiou com tanto fervor, que se a morte o não levara no tempo em que teve comessada esta obra, a acabara com grande perfeição” (Carvalho, 1939, p.47). António Teixeira dá assim a entender que, à data da escrita, as Caldas não estavam ainda sob protecção da diocese. O facto de não aludir ao edificio construído pelos bispos em 1692 leva-nos a crer com maior convicção nesta datação.

⁵⁸ *Id., ibid.* p.33.

portanto, neste período, uma vertente caritativa que estendia o acesso à terapêutica a todos os que dela necessitassem, independentemente da condição económica de cada um. A iniciativa do bispo ia precisamente ao encontro da sua missão ecuménica e pia, na qualidade de alto membro do clero regional.

Já o segundo edifício tinha apenas uma divisão consignada aos banhos, estando distante do primeiro “na mesma direitura, quatro ou cinco passos, obra do Inclito Conde de Val de Reys, sendo governador, e Capitão Geral deste Reyno [do Algarve]. He esta casa piquena, de abobada, e nella se toma o banho, com porta para o meyo dia, e sua janella, que ao tomar banho se feixa”⁵⁹. Nesta construção ficamos, todavia, sem perceber com clareza se era de cariz particular, ou se o acesso era dado a qualquer indivíduo que precisasse dos banhos para molificar os problemas de saúde. Mas dado o cargo administrativo civil do seu patrono, talvez se tratasse de uma obra pública.

O autor explica ainda que nestas duas casas existiam vários canos por onde era aproveitada a água directamente da fonte termal, e que a saída se fazia para fora do edifício por um outro cano que, por sua vez, era tapado quando se pretendia tomar o banho, “ficando a agoa na caza em proporsão, que asentado hũ homem, lhe chega athe ao pescoso”⁶⁰.

Dada a experiência clínica do redactor, este discorre com fundamentos sobre a administração dos banhos – em harmonia com os conhecimentos científicos da época –, no que diz respeito às propriedades e indicações terapêuticas daquela água, denunciando que muitas vezes os banhos não surtiam efeito, devido à falta de um médico com que os prescrevesse correctamente aos pobres, a par de uma alimentação e comportamentos regrados: “nesta forma se não aplicam ordinariamente, principalmente a gente pobre, não succedeu algũas vezes os effeitos pretendidos; porque muitos pobres, sem mais preparação, que a de terem saude vão a elles, comendo, e bebendo o que não convem, sem saberem o numero de banhos que hão de tomar, porque como nelles não há medico, que conheça os indicantes, e contra indicantes, são como Náo sem piloto”⁶¹.

Os conhecimentos empíricos adquiridos ao longo dos séculos, pela utilização da água termal nas Caldas de Monchique estavam longe de ser suficientes para o máximo aproveitamento do seu potencial curativo, tendo por esse motivo António Teixeira

⁵⁹ *Id., ibid.* p.33.

⁶⁰ *Id., ibid.* p.33.

⁶¹ *Id., ibid.* p.39.

alertado para a importância de um acompanhamento médico de todos os doentes *in situ*⁶², baseado em premissas comprovadas cientificamente.

O clínico algarvio aponta ainda que “a experiencia tem mostrado nestes nossos banhos, que o mais accommodado tempo para se tomarem, he Mayo, Junho, Julho, Agosto e Setembro”, justificando esta época termal com as características do clima, da paisagem e das próprias águas, num conjunto de condições que propiciava uma maior eficácia dos tratamentos naquele período do ano⁶³.

O autor deixa-nos a este propósito a enumeração das espécies vegetais que se destacavam no cenário natural envolvente dos banhos, como as nogueiras e os castanheiros, entre outras árvores que povoavam o fundo barranco, e que contribuíam para amenizar o clima no Estio, em relação à aridez da generalidade do reino do Algarve⁶⁴.

Facilmente se constata que as temperaturas no mês de Outubro eram, assim, já desaconselhadas para *entrar nas caldas*, e António Teixeira vai mais longe, contraindicando após os banhos “o andar a cavallo, ou a pé, [pois] debilita os nervos que com os banhos se havião gerado”⁶⁵, mas sem nunca referir directamente o caso do malogrado D. João II, que nos parece, de certa forma, implícito nestas recomendações.

Com base no relato do médico seiscentista, Silva Carvalho propôs em 1939 um esboço esquemático das duas edificações, a que chamou de “primeiro hospital”, ainda que falte sustento documental para que fosse essa a designação à época.

Porém, tratava-se, de facto, de um local para tratamentos médicos, e nesse sentido meramente funcional faria sentido designá-las assim. A nosso ver – também a partir do manuscrito de António Teixeira e da localização das nascentes termais no lado Poente do vale das Caldas de Monchique –, parece que os edifícios estariam, afinal, longitudinalmente orientados de Norte para Sul, e não de Oeste para Este, como apresenta Silva Carvalho. As divisões em que se encontram assinalados os banhos só assim poderiam estar sobre as águas, hoje designadas de S. João e de Santa Teresa, estando o edifício erigido por D. Francisco Barreto sobre a primeira, ficando a casa que o Conde de Vale de Reis mandou construir posteriormente sobre a segunda fonte.

⁶² Silva Carvalho conclui que, por esta altura, os doentes que precisavam de aconselhamento médico antes de fazerem uso das caldas, dirigiam-se aos clínicos de Silves, Lagoa, Portimão e Monchique (Carvalho, 1939, p.55).

⁶³ Cf. Carvalho, 1939, p.46.

⁶⁴ Cf. Carvalho, 1939, p.46.

⁶⁵ *Id.*, *ibid.*, p.46.

Ambos os edifícios descritos por António Teixeira manifestam claramente a protecção do poder religioso e do poder administrativo do Reino dos Algarves – bispo D. Francisco Barreto e Conde de Vale de Reis, respectivamente – nas Caldas de Monchique, patrocinando balneários para os que traziam as suas mazelas e a esperança da cura. Tal só pode significar a importância que era já dada ao lugar no século XVII, a par da necessidade de assistência, de gestão e de manutenção da ordem (civil e espiritual) a um número de aquistas que devia ser, por esse motivo, substancial.

Na ausência de iconografia das Caldas de Monchique produzida neste longo espaço temporal – da ocupação romana ao final do século XVII –, que nos permita ver com clareza as estruturas que foram sendo erigidas, são os vestígios materiais deixados pelos longínquos utilizadores e os relatos escritos que surgem esparsos a partir do fim da Idade Média que deixam vislumbrar os contornos da sua utilização e das arquitecturas resultantes. Da utilização espontânea dos recursos, justificada pela observação de curas efectivas, o aproveitamento da água termal parece ter caminhado gradualmente pelos séculos até à instituição consolidada

Capítulo 2- Arquitecturas para o Corpo e para o Espírito na Tutela dos Bispos do Algarve (1691-1833)

▪ 2.1- O Hospital dos Pobres: a Arquitectura e a Instituição assistencial ao serviço de Deos e bem dos enfermos pobres

Dado o interesse já anteriormente revelado pela Diocese algarvia na manutenção deste espaço termal de Monchique, foi na década final do século XVII que o bispo D. Simão da Gama (1642-1715) dirigiu uma exposição à Coroa sobre a utilidade de se estudarem as águas daquelas caldas, que se encontravam então ao abandono. Como ficasse provada a sua eficácia terapêutica, solicitou o prelado que transitassem para a tutela do Bispado, que seria provido de meios para construir um hospital no local.

D. Simão recebeu resposta afirmativa de D. Pedro II, pelo alvará⁶⁶ de 2 de Outubro de 1691, em que se firmou que o bispo e seus sucessores ficariam encarregados da administração do dito Hospital, aberto a todos os que dele precisassem, mas com especial vocação para “o serviço de Deos e bem dos enfermos pobres e miseráveis (...), nem pereção os moradores daquelle Rnº [do Algarve] e molestia de virem à villa das Caldas tão distante nem pereção os pobres que por sua impossibilidade não podem fazer a jornada”⁶⁷. É neste espírito assistencial⁶⁸ junto dos mais necessitados e num espírito de *democratização* no acesso aos cuidados de saúde, com credenciais e apoio junto da Casa Real, que enceta a história das Caldas de Monchique, enquanto instituição oficialmente consolidada.

Até à administração bispal, as Caldas de Monchique terão vivido uma dinâmica de continuidade da prática termal mais ou menos semelhante à de diversas outras termas por toda a Europa, “como muitas destas albergarias e gafarias funcionavam junto das ruínas das velhas termas romanas, no desejo, da medicina do tempo, de aproveitar a acção terapêutica das águas, nelas nasceu a assistência, a Medicina Social nas Termas⁶⁹”. No caso concreto algarvio, com a tomada de consciência, por parte da

⁶⁶ Tentámos localizar o referido alvará no Arquivo Nacional / Torre do Tombo, sem sucesso;

⁶⁷ Cf. citação do referido Alvará. Carvalho, 1939, p.60.

⁶⁸ De acordo com Alberto Júlio Loureiro de Sousa, este “Hospital Termal” terá sido “a primeira obra assistencial que existiu nesta Província” (num ofício enviado ao Director-Geral da Fazenda Pública, em 22/11/1949, Arquivo da Villa Termal das Caldas de Monchique). Naturalmente, este ponto de vista exclui a acção das Misericórdias.

⁶⁹ Narciso, 1940, p.4.

Diocese, da criação de uma estrutura organizada a que pudessem acorrer todos os filhos de Deus, sem olhar às posses terrenas de cada um, no acesso aos cuidados de saúde.

Fora o próprio D. Pedro II, que nomeara D. Simão da Gama para encabeçar a Diocese do Algarve, em 1685, tendo desempenhado anos mais tarde, este merecedor da confiança régia, funções como sumilher da cortina D'El-Rei e também como Arcebispo de Évora e membro do Conselho de Estado. Orbitando no círculo mais íntimo do monarca em missão espiritual e também consultiva, a estreiteza dos laços ter-lhe-á, por certo, facilitado o processo de transição dos terrenos e dos recursos termais para a alçada eclesiástica.

Do alvará emanava, por outro lado, a obrigação para que D. Simão da Gama, e seus sucessores no cargo eclesiástico, investissem esforços e os meios pecuniários recolhidos na conservação e aumento do Hospital, alargando as dimensões da obra pia, através dos contínuos melhoramentos das suas instalações. O bispo ordenou de imediato a reparação das casas em ruínas existentes nas imediações das nascentes termais (erigidas pelo antecessor D. Francisco Barreto em meados do século), construiu uma enfermaria de modo a alargar o número de pobres em tratamento simultâneo, apetrechando-a com as necessárias camas e roupas, e erigiu de raiz a chamada *Hospedaria Velha*⁷⁰ junto à confluência das Ribeiras do Banho e do Lajeado, no cumprimento zeloso das condições régias⁷¹.

D. Simão da Gama fez questão de lacrar as obras que promoveu no Hospital das Caldas de Monchique com lápides em pedra inscritas, facilitando à posterioridade identificar o quão importante foi o seu contributo para o desenvolvimento da instituição então embrionária.

À entrada da referida enfermaria, encontrava-se um desses documentos pétreos lavrado com uma cercadura, revelando que “Esta obra mandou fazer D. Simão da Gama

⁷⁰ Este edifício possui uma lápide embutida na fachada Sul com a inscrição 1692, que atesta a data em que foi levantada a sua estrutura térrea inicial, onde ficariam alojados os indivíduos mais eminentes (Cf. Castel-Branco, 1906, p.14), e que foi posteriormente ampliada em altura e para ambos os lados, no século XIX. Esta lápide é a única que permanece no lugar original, das que documentam a acção dos bispos do Algarve nas Caldas de Monchique.

As restantes lápides alusivas à acção dos bispos do Algarve foram removidas aquando da demolição do Hospital primitivo, em meados de Novecentos, encontrando-se hoje expostas numa pequena sala anexa ao Hotel Central.

⁷¹ Silva Carvalho não revelou qual a fonte consultada para traçar a campanha de obras promovida por D. Simão da Gama,. Durante a nossa investigação, não foram localizadas evidências bibliográficas ou documentais que sustentem a descrição daquele autor;

sendo Bispo d'este reino, era de 1692", por baixo de uma sineta igualmente inscrita com o seu nome mas com a data de 1691 (*Fig.6*), data oficial da sua tutela sobre o Hospital.

D. Simão percebeu também que a afluência às Caldas dependia inevitavelmente de um raio de acção mais extenso, pois a falta de condições nas vias de acesso demovia parte da afluência, ou muito dificultava doentes e entrevados na busca do alívio, e investiu mais de vinte mil cruzados⁷² no arranjo dos caminhos e estradas que conduziam ao Hospital.

É através de duas outras lápides que se traça a evolução física das instalações do hospital inicial, agora sob os auspícios de José Pereira Lacerda, que com a mitra algarvia e o epíteto de Cardeal-Presbítero (outorgado pelo Papa Clemente XI) alargou em 1731 o dormitório que D. Simão erigira no final do século XVII: "Este dormitorio que havia mandado fazer o Illmº Sen.r D. Simão da Gama renovou e redusio a melhor" [e na outra lápide], "forma o Ex.mº Sen.r Cardial Pereira sendo bispo d'este Algarve anno de 1731 &c" (*Fig.7*).

Mas ao que parece, o Bispo-Cardeal não se limitou apenas a reformular o corpo Norte do edifício, tendo levantado um acrescento do lado Sul, que abarcou uma outra fonte termal – a chamada *Fonte de Santa Teresa* – e aqui criou um dormitório feminino.

Crê-se então que a partir deste momento o dormitório levantado primeiramente por D. Simão passou a albergar exclusivamente doentes masculinos, ao passo que o novo corpo mandado construir pelo Cardeal Pereira estava destinado apenas às mulheres, havendo uma nítida separação dos sexos, tanto nos banhos como no alojamento. O próprio corredor ficava assim dividido, não sendo por isso necessário que mulheres transitassem pelo corpo destinado aos homens, e vice-versa. Até a invocação das fontes e das respectivas alas remete para uma distinção de género, sendo a zona feminina tutelada por uma santa – Santa Teresa de Ávila ou de Jesus –, estando a parte masculina dedicada ao santo português já aludido, e com uma capela ao meio, em jeito de fronteira física e espiritual entre ambas as alas.

O esquema funcional das alas feminina e masculina, em que balneários e quartos se encontravam adossados, corresponde a um modelo mais económico, pois não havia necessidade de construir um edifício para cada finalidade. Mas acresce ainda a lógica operacional da função terapêutica, já que evitava deslocações entre edifícios, que seriam nefastas aos doentes depois dos banhos pela exposição às temperaturas exteriores. No

⁷² Cf. Lopes, 1848, p.404.

interior do Hospital as variações de temperaturas eram minimizadas, garantindo o necessário “abafo” e uma deslocação segura até aos aposentos, sem colocar em causa o processo de cura dos utentes.

Evocando a construção do antecessor, o Cardeal Pereira não só a melhorou, dando-lhe o seu cunho pessoal, como aumentou também em extensão o Hospital. Encontrou instrumentos de financiamento desta missão, trazendo para a instituição cerca de cem mil reis de renda em foros⁷³ recolhidos noutras povoações algarvias. Passaram a ser directamente canalizadas, por esta via, verbas de contribuições anuais pagas à Diocese por particulares da região, num contributo anual garantido para custeamento das obras no Hospital, sua manutenção e sustento dos doentes pobres que ali acorriam durante o período de tratamento a que eram submetidos (*Fig.8*).

D. Inácio de Santa Teresa, por seu turno, ter-se-á socorrido de um breve apostólico⁷⁴ para aplicar, cerca de 1742, “a renda aproximada de 100.000 reis pela redução de algumas missas de menor esmola deste bispado”⁷⁵. Não há notícia de modificações ou ampliações do edifício hospitalar durante a posse do prelado, que fora Arcebispo de Goa antes da sua nomeação para o Bispado do Algarve⁷⁶, em 1740.

O próprio Arcebispo-bispo concedeu despacho para que o então Administrador Forâneo de Monchique lavrasse um livro de registo dos óbitos ocorridos na *Hospitalidade de São João de Deus*, e para que fossem sepultados no cemitério dos *Banhos*⁷⁷. Tal indicia que havia casos de enfermos que sucumbiam durante o período de tratamento nas Caldas, havendo por isso necessidade de reservar um espaço nas imediações do Hospital tais fatalidades.

Há assinalar ainda que neste período fora nomeado um médico para o lugar de Monchique, onde talvez pela primeira vez surge um clínico, e cuja jurisdição muito possivelmente incluía as Caldas. O diploma, formalizando o partido médico, foi emitido em 1747, e revela-se invulgar, na medida em que habitualmente era atribuído a uma sede de concelho, o que não era o caso, já que Monchique se resumia àquela época à condição de freguesia do termo de Silves. Não obstante o isolamento geográfico da povoação serrana, o fluxo de doentes que acorria às Caldas para obter tratamentos de

⁷³ Cf. Cardoso, 1758, p.1146.

⁷⁴ legislação circular relativa a actos administrativos da Santa Sé.

⁷⁵ Carvalho, 1939, p.65.

⁷⁶ Sobre as medidas que este bispo instituiu na Diocese algarvia: Mendes, 2012, pp.59-62.

⁷⁷ Cf. Gascon, 1993, p.253. Repare-se ainda que por esta altura o Hospital já recebia oficialmente a invocação de S. João de Deus.

saúde terá jogado a favor desta decisão, que fora, inclusivamente, pugnada em petição por “moradores, nobreza e mais povo do lugar de Monchique e sua freguesia”⁷⁸ a D. João V.

Também vindo da cadeira arquiépiscopal de Goa, a que renunciara por complicações de saúde decorrentes do clima da região, Frei Lourenço de Santa Maria foi indigitado, em 1752, por D. José para a Diocese do Algarve, que na altura se encontrava em sede vacante.

Movido pelo mesmo espírito caritativo dos bispos que o precederam na protecção e desenvolvimento do Hospital, D. Lourenço lhe acrescentou um banho de lodo⁷⁹, diversificando deste modo as técnicas de tratamento oferecidas aos doentes, que se resumiriam até então à simples imersão em água termal e ao seu uso interno, bebendo-a.

Mas a campanha de obras deste Bispo-arcebispo foi muito além dos tratamentos termais, tendo garantido novas condições de habitabilidade ao edifício, porquanto lhe construiu umas cozinhas para que ali fossem preparadas as refeições para os pobres, que estavam incluídas nos encargos, além dos tratamentos e do alojamento dos mesmos. Levantou-se também um corredor que correspondia com uma latrina⁸⁰, mantendo esta divisão mais afastada por lógicas questões de higiene.

O Hospital deixou assim de ser meramente o espaço de banho e de dormidas, para assumir-se como edifício autónomo e espacialmente organizado, onde os enfermos dispunham de divisões adequadamente diferenciadas para cada uma das funções necessárias à sua estadia, podendo transitar comodamente entre elas. Neste período, o Hospital contava com um corredor dividido por segmentos – masculino e feminino – cada um com as “cellas e quartos” correspondentes, divididos por “hũa capella de S. João que fica no meio, onde se celebra missa e ao lado, trez casas de banho ordinario pegadas no mesmo corredor”⁸¹.

Em meados do século XVIII, a época de banhos para os pobres estendia-se de 2 de Julho a 29 de Setembro (dia de S. Miguel) e apesar das rendas que a mitra auferia

⁷⁸ Carvalho, 1939, p.65.

⁷⁹ Mais tarde, este banho de lodo seria convertido em data incerta (mas antes de 1841) num tanque de banhos cuja água caía de uma altitude superior a 2 metros, pelo que devido ao impacto da queda, ficou a ser conhecido como *Banho da Pancada* (Cf. Carvalho, 1939, p.121, citando Silva Lopes);

⁸⁰ Cf. Carvalho, 1939, pp.67-68.

⁸¹ Cardoso, 1758, p.1146. Da leitura do manuscrito, parece constar a designação de “S. João” para a capela, por comparação com a grafia de “João” existente na mesma página, referindo-se à ida d’O Príncipe Perfeito às Caldas de Monchique. Já Silva Carvalho leu “S. José” naquela passagem sobre o orago da capela (Cf. Carvalho, 1939, p.69).

para a gestão o Hospital e para o sustento dos cerca de 250 doentes desfavorecidos que ali acorriam em cada época termal, parecia haver dificuldades financeiras no cumprimento dessa missão assistencial.

O abalo de 1755 aparenta não ter sido violento nas Caldas de Monchique, ao contrário da sede de freguesia, a 6 quilómetros para Norte, onde morreram duas pessoas, e a Igreja Matriz e o Convento de Nossa Senhora do Desterro viram parte das suas arquitecturas colapsar⁸². Ao passo que no Banho, o sintoma mais intenso foi o facto da água termal ter corrido com uma cor turva durante mais de dois meses⁸³, consequência dos efeitos que o Terramoto teve em níveis subterrâneos.

Mais do que ter dotado o Hospital de melhores instalações físicas (em obras no valor de dez mil cruzados), D. Lourenço de Santa Maria saldou-se num generoso mecenas no sentido do funcionamento da instituição, já que a “cada anno mandava dar dous moyos de trigo⁸⁴ para alimento dos pobres, que se curavão nos banhos de Villa Nova de Monchique, e mais cem mil reis annualmente para as despesas dos mesmos pobres”⁸⁵.

Apesar dos rendimentos do Hospital neste período, os vencimentos do pessoal eram um encargo difícil de suster. Os recursos humanos eram compostos pelo Provedor, um sangrador, enfermeiros e enfermeiras⁸⁶, deixando vislumbrar que os cuidados eram prestados por indivíduos do mesmo sexo que os doentes, como seria de esperar na época e mais ainda num Hospital tutelado pela Igreja. Desconhece-se, porém, se seriam indivíduos leigos ou eclesiásticos a administrar os tratamentos termais aos doentes. A designação de *enfermeiro* seria talvez no sentido do auxílio prestado aos enfermos, mais ou menos equivalente às funções actuais de um balneoterapeuta e de um contínuo, ajudando os doentes mais debilitados a entrar e a sair do banho, controlando o tempo de cada tratamento, organizando eventuais filas de espera e assegurando as condições de limpeza do estabelecimento, sem que houvesse, de facto, uma formação técnica para o desempenho da função.

O alvará outorgado por D. José, a 16 de Janeiro de 1773, ordenava que Monchique fosse “erigido em Villa”, alegando como um dos motivos de força maior

⁸² Cf. Cardoso, 1758.

⁸³ Cf. Lopes, 1841, p.253. Contudo, Silva Carvalho adianta que “fora disto, assinalaram-se alguns destroços nos edificios”, sem rematar qual a dimensão destes efeitos (Carvalho, 1939, p.70);

⁸⁴ O equivalente a 120 alqueires.

⁸⁵ Maria Santíssima, vol.2, 1800, p.419.

⁸⁶ Cf. *Id.*, *ibid.*.

para tal a numerosa concorrência de “mais de mil pessoas, que anualmente vão buscar ao sobredito lugar o remedio dos banhos nelle existentes”⁸⁷. A par do volume de negócio das madeiras de castanho e da produção agrícola da serra fértil, as Caldas de Monchique assumem-se como factor decisivo de prestígio e de utilidade pública do território, servindo de alavanca à autonomia territorial, pela elevação de Monchique a concelho (condição que mantém até à actualidade).

No Hospital permaneceu a prática assistencial, reforçada pela portaria de 15 de Junho de 1780, do bispo D. Frei Lourenço de Santa Maria, em que o próprio ordenava que as pessoas enfermas pobres “não sejam obrigadas a contribuir com espórtula alguma na sua ida ou saída do dito Médico Cirurgião e mais oficiais do dito Hospital”, e a quem ocupar o cargo de Provedor da instituição a admitir “os pobres, que como tais curamos à nossa custa pelo amor de Deus”⁸⁸. Ora, as obras pias dedicadas aos mais necessitados eram, com efeito, levadas a cabo “à custa” dos bispos; porém, não se tratava de verbas próprias da Diocese, mas de dinheiro obtido pelas rendas dos foros. Existiam ainda fontes paralelas de receita necessária ao equilíbrio da balança financeira do estabelecimento, como as devotas esmolas concedidas pelos próprios bispos beneméritos, assim como as gratificações dos doentes mais abastados que se alojavam nas Caldas de Monchique para aliviar as suas moléstias, no uso da água termal.

Mas além da gestão das economias do Hospital dos Pobres, importava à tutela assegurar o seu funcionamento ordeiro, no cumprimento do recato que se impunha a um edifício onde estavam instaladas pessoas doentes necessitadas de repouso, ao mesmo tempo que a tutela de origem religiosa obrigava ao zelo dos bons costumes, tanto nas enfermarias de ambos os sexos como nas instalações balneares.

Com este objectivo, D. André Teixeira Palha – Doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra e Monsenhor da Patriarcal de Lisboa, redigiu em 1783 nas suas *Determinações*⁸⁹ medidas de combate aos excessos praticados dentro das paredes do estabelecimento após a data de encerramento do mesmo, em virtude de que ao “Hospital dos Banhos de Monxique vão algumas famílias, depois do dia de S. Miguel com o fim de se divertirem e que, esquecidas das suas obrigações fazem acções indecentes, como bailes, barulhos indignos destruindo as portas (...)”. Deixaram assim

⁸⁷ Gascon, 1993, p.148.

⁸⁸ *Id., ibid.*, p.79.

⁸⁹ Carvalho, 1939, p.80.

de ser admitidos os familiares dos enfermos na hospedaria, e o fecho das portas passou a ser feito com maior zelo, sob a observação do Provedor.

A estatística da frequência de doentes pobres mostra que o ano de 1780 foi aquele em que o hospital acolheu maior número de enfermos na sua história, com cerca de 350 no total⁹⁰, manifestando-se o período de 1779 a 1785 como o apogeu caritativo das Caldas de Monchique, a que não terá sido alheio o investimento na dotação de infraestruturas. Só na segunda metade do século XIX é que passariam a ser contabilizados também os utentes dos banhos de outras categorias sociais, como veremos mais adiante.

Sabe-se que por esta época os doentes que afluíam às Caldas de Monchique eram não só provenientes de outras partes do Reino do Algarve, mas o prestígio das suas águas cativava também muitos espanhóis a procurarem na serra algarvia o “remedio a suas queixas”⁹¹, até porque no Sul de Espanha os recursos termais eram são escassos.

A partir de 1789, foi a província regida pelo destacado bispo D. Francisco Gomes do Avelar (**Fig.9**). Deparando-se com a exiguidade das instalações, orientou a estratégia de desenvolvimento em dois sentidos: em primeiro lugar, na recuperação e ampliação das estruturas arquitectónicas das *caldas* (as salas de banhos) e do *Hospital dos pobres* e da casa do Provedor⁹². Desta campanha de obras desconhece-se o exacto teor, devido à falta de documentação escrita ou iconográfica capaz de atestá-la, e porque também não se dá conta de nenhuma lápide em pedra que nos tenha legado as datas, os espaços intervencionados nem a identificação do prelado, como foi prática dos seus sucessores.

O segundo ponto de acção de D. Francisco Gomes do Avelar alargou-se à envolvimento daqueles edificios, nomeadamente às vias de acesso, tendo mandado arranjar a estrada que conduzia da vila ao Banho, e construir a ponte sobre a ribeira de Odelouca⁹³. Adquiriu algumas propriedades em volta do estabelecimento, em que mandou plantar pinheiros, oliveiras e laranjeiras, cuja produção passou a aumentar os rendimentos do mesmo, sendo que com esse objectivo comprou ainda um moinho para

⁹⁰ Costa, 1957, Gráfico da Frequência de Doentes Pobres Internados e Tratados: 1751 a 1792, 1880 a 1885, 1920 a 1958;

⁹¹ *Id.*, *ibid.*, p.81, citando o médico algarvio João Nunes Gago, num relatório dirigido em 1787 ao Secretário da Academia Real das Ciências.

⁹² Cf. Ataíde, 1902, p.265.

⁹³ Cf. Carvalho, 1939, p.106.

moer trigo, aproveitando o caudal da ribeira. Se até este momento da história das Caldas de Monchique foram os recursos naturais – a água termal – a origem da ocupação humana do lugar, traduzida em edificações para seu usufruto, com as plantações de árvores ornamentais e de frutos na transição para o século XIX, essa instalação do ser humano no local, por sua vez, transformou a paisagem natural com as novas espécies.

Aquele prelado, incansável nos esforços de garantir o sustento e as comodidades necessárias ao Hospital, assistia pessoalmente todos os anos à abertura do Hospital dos pobres, numa prática assistencial que continuava assim a ser sazonal, ao longo dos meses mais confortáveis para a administração dos banhos. O próprio Gomes do Avelar supervisionava os enfermeiros, que respondiam directamente ao bispo sobre os banhos, o que manifesta a clara importância que dava à instituição, querendo inteirar-se sobre todos os aspectos do funcionamento hospitalar no dia-a-dia. A actividade de outras instituições de assistência foi também acompanhada de perto com especial interesse pelo bispo, já que “os hospitaes da Misericórdia lhe devêrão summo desvelo, principalmente o de Faro, que visitava a miudo, consolando os enfermos, e provendo-o de roupas necessarias”⁹⁴.

Procurando a constante melhoria no auxílio prestado aos mais desprotegidos, mandou adquirir em 1816 materiais para novas obras de beneficiação no Hospital das Caldas de Monchique, mas foi tolhido pela morte antes que a vontade se pudesse materializar, ficando esses materiais sem um sucessor que os aplicasse no mesmo desígnio.

A partir da época termal de 1793, começam a fazer uso dos banhos de Monchique oficiais oriundos de regimentos sediados em diversos pontos do Algarve, cujo arrolamento foi rubricado pelo padre Joaquim José de Faria “e destinado ao registo dos soldados e oficiais inferiores que por ordem régia vinham tratar-se ao hospital, de maneira análoga ao que se fazia nas Caldas da Rainha e dos quais o primeiro entrou em 7 de Julho de 1793 e os últimos em Agosto de 1822”⁹⁵. Sabe-se, pois, que o hospital não era exclusivamente para os pobres e contribuintes civis, havendo religiosos e militares a usufruir dos benefícios do clima e das águas das Caldas de Monchique na transição para

⁹⁴ Lopes, 1848, p.469.

⁹⁵ Gascon, 1993, p.253.

o século XIX⁹⁶, num acesso transversal a todas as condições sociais aos tratamentos pela água das termas algarvias.

D. Bernardo António de Figueiredo foi o ocupante da cadeira episcopal algarvia seguinte na administração do Hospital dos pobres por parte da Diocese, e também, por sua vez, o último a assumir esta função caritativa nos banhos de Monchique, de que chegou a reformar o Regulamento em 1829, quatro anos após ter sido confirmado bispo.

D. Bernardo não se coibia de manifestar o seu apoio a D. Miguel, porém, esse comprometimento político com a ala absolutista – de acordo com Baptista Lopes, quinze anos depois dos factos – valeu-lhe a fuga para Lisboa na sequência do desembarque da divisão liberal do Duque de Terceira no Algarve⁹⁷, em 24 de Junho de 1833. Por seu turno, João Bentes Castel-Branco – que viria a ser o concessionário das termas na transição para Novecentos – indicou como motivo para a evasão do bispo, e consequente abandono do estabelecimento dos banhos, o corte nas rendas da Mitra⁹⁸ por parte do governo liberal no mesmo ano, que votou a instituição à impossibilidade de cumprir a manutenção e constante melhoria das instalações de banhos, como ficara contratualizado com a Coroa em 1691.

Em todo o caso, a Diocese do Algarve foi abandonada pelo seu titular, ficando o cónego Manuel Rasquinho responsável por garantir os serviços mínimos do Bispado⁹⁹, no que tocava a celebrações e administração de sacramentos, sem mecanismos financeiros para pagar os recursos humanos, os mantimentos e as obras – físicas e espirituais – nas Caldas de Monchique.

O Hospital dos Pobres passou então a espelhar a instabilidade vivida na província, com a falta decorrente de recursos e de uma estrutura administrativa passível

⁹⁶ José Rosa Sampaio refere a existência de um Hospital Militar nas Caldas de Monchique (Cf. Sampaio, 2010), baseando-se num livro com capa de pergaminho com o registo dos militares que fizeram uso dos banhos entre 1793 e 1822 (Gascon, 1993, p.253). Como sabemos, durante este período, o Hospital das Caldas de Monchique continuou com a sua tutela religiosa, afecta à Diocese de Faro, ao cuidado de D. Francisco Gomes do Avelar. O que parecia existir era um convénio com as Forças Armadas, no sentido de também os militares terem acesso aos tratamentos termais.

No ofício enviado pelo provedor do Hospital das Caldas de Monchique, Francisco Xavier do Carmo, ao Ministro de Estado dos Negócios de Guerra, em 1811, confirma-se a utilização do hospital termal por parte dos militares do Reino do Algarve, contudo não registámos indicações de que se tratasse, em concreto, de uma unidade hospitalar militar. Cf. Correspondência do Bispo do Algarve para D. Miguel Forjaz, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, sobre um Requerimento dos Militares Doentes do Hospital das Caldas de Monchique, 1811, Arquivo Histórico Militar, <http://arqhist.pt/ViewerForm.aspx?id=201002> (consultado a 21/06/2013);

Desconhecemos, por agora, qualquer outra documentação no sentido de classificar as instalações como sendo um Hospital Militar.

⁹⁷ Cf. *Id., ibid.*, p.504.

⁹⁸ Cf. Castel-Branco, 1906, p.18.

⁹⁹ Cf. Lopes, 1848, p.505.

de gerir os tratamentos dos muitos doentes pobres que buscavam alívio para as suas maleitas nas águas termais. Sucumbia, vítima do contexto político nacional, a instituição eclesiástica fundada cerca de 140 anos antes por D. Simão da Gama, mas que já recebia patrocínio bispal há quase dois séculos, desde as primeiras construções termais de D. Francisco Barreto.

Com efeito, o edifício dos Banhos foi recebendo sucessivos acrescentos por algumas destas personalidades episcopais, que se comprometeram, em diferentes graus e registos, com a missão instituída em 1691 pelo antecessor D. Simão da Gama. Todavia, as obras promovidas no espaço arquitectónico do Hospital acabaram por servir também, de alguma forma, de pretexto para destacar o seu cunho individual, pois – à excepção de D. Francisco Gomes do Avelar – fizeram questão de lhes imprimir os nomes e datas das intervenções que patrocinaram, sob a forma de lápides embutidas nas paredes. Tais documentos pétreos deixam transparecer a sua missão devota, através das obras com que abrigavam os pobres (atestando o poder divino com que foram terrenamente investidos), ao mesmo tempo que essa imagem fica eternizada num suporte material que resiste aos séculos, numa atitude deliberada de autopromoção através do Tempo.

Todavia, o poder eclesiástico iria sofrer um acentuado declínio com a proliferação dos princípios anticlericais do Liberalismo pela Europa, como a noção de laicização do Estado, sobretudo a partir da Revolução Francesa (em 1789). Portugal iria, décadas mais tarde, adoptar o novo enquadramento mental e político, pelo que as instituições religiosas viriam a ser despojadas do seu antigo poder inquestionável. Os reflexos da nova realidade viriam a sentir-se de forma muito concreta no hospital das Caldas de Monchique, pela ruptura com a administração bispal e, por conseguinte, com um culto do indivíduo que os próprios bispos vinham promovendo há cerca de um século e meio, juntamente com as suas obras caritativas.

▪ **2.2- A Capela de S. João de Deus: dimensão espiritual da Arquitectura Hospitalar**

▪ 2.2.1- A Capela do Hospital Primitivo: sua estrutura e recheio artístico

À medida que o edifício do Hospital dos Pobres nas Caldas de Monchique foi crescendo morfológicamente, deu-se um progressivo depuramento na funcionalidade das divisões que o constituíam, alargando-se além do cariz estritamente termal dos balneários. Como vimos já, a partir da intervenção concebida pelo Cardeal Pereira em 1731, a estrutura parece passar a comportar uma capela ao centro, estipulando claramente um espaço sacralizado para o culto religioso, ao passo que divide física e moralmente as secções masculina e feminina dos banhos, com respectivas enfermarias e quartos.

Todavia, João Bentes Castel-Branco, o primeiro autor a escrever acerca da história da instituição das Caldas de Monchique, em 1884, acreditava que a estrutura hospitalar inicial, promovida por D. Simão da Gama a partir de 1691, com orientação de Norte para Sul no flanco Poente do vale, correspondia ao longo corredor que mais tarde ficou conhecido como *corredor de S. João*, por abranger a fonte termal desta designação, e que teria sido desde logo dotado da capela¹⁰⁰ que constituía este corpo do edifício, sob o orago do santo português S. João de Deus. Nascido em Montemor-o-Novo no fim do século XV, fundou a Ordem dos Irmãos Hospitaleiros e por essa obra foi considerado patrono do auxílio hospitalar aos desfavorecidos, tratando-se assim de uma invocação assaz apropriada à função do edifício e à índole caritativa dos patrocinadores deste estabelecimento termal.

Em boa verdade, é altamente provável que desde raiz estivesse prevista uma capela no interior do Hospital, por todos os motivos: a obra devota patrocinada pelo bispo do Algarve, deveria decerto consubstanciar-se, desde logo, num palco dos ofícios litúrgicos; tratando-se de um local de cuidados de saúde, também a capela serviria a necessidade dos fiéis de orarem fervorosamente pelo seu restabelecimento; e era, por fim, o local próprio para os doentes mais remediados ou abastados deixarem a esmola piedosa que ajudaria aqueles que a sorte desfavorecera. Porém, a falta de fontes documentais passíveis de demonstrar inequivocamente que a capela fora concebida no primeiro corpo do Hospital impede, por ora, essa afirmação categórica.

As Caldas de Monchique viviam circunstâncias muito particulares no contexto termal português – não apenas por se tratar de um invulgar hospital termal, a par do hospital das Caldas da Rainha –, mas por possuir administração religiosa directa, o que

¹⁰⁰ Cf. Castel-Branco, 1906, p.13.

moldou a índole moral, e concorreu ainda nesta época para a necessária construção de um espaço de culto integrado no edifício balnear.

Silva Carvalho registou em 1939 existir entre ambas as alas do Hospital a *Fonte da Torneira* – espécie de Buvette onde era ingerida a água termal para tratamento interno – e também a capela¹⁰¹. Esta última encontrava-se, pois, estrategicamente colocada, na qualidade de barreira física, mas também de obstáculo moral a eventuais promiscuidades, permitindo zelar pelo cumprimento dos bons costumes, ou não fosse este um espaço dirigido por religiosos.

D. José elevou Monchique ao estatuto de vila, por alvará de Janeiro de 1773, e só achamos nova referência à capela no início do século XIX, quando Francisco Tavares – professor na Universidade de Coimbra, autor de um manual sobre a utilização das águas termais portuguesas –, em 1810, descrevendo as quatro fontes e os três banhos então existentes nas Caldas de Monchique, situou o segundo banho sensivelmente a meio do edifício, junto à Capela de S. João de Deus¹⁰². Esta mesma invocação seria corroborada por Silva Lopes, cerca de trinta anos depois¹⁰³, e ainda por Francisco da Costa Felix¹⁰⁴, já em 1877. Concluimos, assim, que a invocação a S. João de Deus atravessa todo o século XIX. O naturalista suíço Charles Bonnet, incorrendo igualmente, em 1850, na descrição das salas de banho e suas nascentes, revelou a designação da primeira como banho de *S. João*, e a segunda como sendo de *Santa Teresa*, facto que nos leva a reforçar a hipótese de uma relação anterior entre os oragos da capela e a designação das fontes de *águas santas* do Estabelecimento e das enfermarias.

Em 1833, numa época de instabilidade política em que se afirmava o espírito anticlerical do Liberalismo (um ano antes da extinção das Ordens Religiosas), a jurisdição do Hospital foi retirada à Diocese de Faro, e o mesmo passou a ser dirigido pelo Governo Civil do distrito. Três anos depois, os rendimentos dos “bens da capela, chamada *dos Pobres*¹⁰⁵” passaram a ser aplicados à conservação e custeamento do hospital das Caldas de Monchique “como medida provisória, em quanto [sic.] com a concorrência do Poder legislativo se não tomasse deliberação sobre este objecto”. Em

¹⁰¹ Cf. Castel-Branco, 1906, p.25.

¹⁰² Cf. Mangorrinha, 2001, p.157.

¹⁰³ Lopes, 1841, p.253.

¹⁰⁴ Cf. Felix, 1877, p.79.

¹⁰⁵ Carvalho, 1939, p.118.

1837, Oliveira Soares mencionava as dimensões da instalação balnear de S. João de Deus, sem avançar qualquer dado sobre a capela contígua¹⁰⁶.

Os rendimentos da dita *Capela dos Pobres* foram entretanto destinados à Misericórdia de Faro, porém o prefeito da província algarvia, Jerónimo José Carneiro, aplicou-os no hospital do estabelecimento em 1837. Tratava-se de duas instituições depauperadas pela nacionalização dos bens religiosos, ambas com uma forte missão social, no âmbito assistência aos mais desfavorecidos, pelo que, vinte anos depois, o ministro Rodrigo da Fonseca Magalhães viria a propor a sua aplicação para o sustento do seminário episcopal de Faro, entidade com um raio de acção mais abrangente, não cingida apenas a tratamentos de saúde.

No relatório do ano de 1883, o Dr. João Bentes Castel-Branco, manifestava vontade para que se procedesse ao estudo da Capela e a melhoramentos no Edifício Principal do Estabelecimento¹⁰⁷, desconhecendo-se se a primeira pretensão terá sido realizada, uma vez que não foi encontrada documentação que a materializasse. Foi o próprio o director clínico das Caldas de Monchique, Bentes Castel-Branco, o autor do primeiro esboço descritivo das obras escultóricas da capela, tendo sido também da sua autoria os primeiros escritos monográficos sobre a história das Caldas de Monchique.

Este clínico dava notícia que “entre as duas nascentes¹⁰⁸ existe a capella, onde falta a era, mas certamente que um dos dous prelados precedentes a mandou construir e n’ella empregou certo esmero, porque a totalidade das imagens assim como as obras de talha do altar são bastante perfeitas apesar de serem todas em ponto pequeno e de algumas estarem completamente estragadas pelas pinturas ulteriores¹⁰⁹”. Como seria de prever, a escala reduzida da capela tinha capacidade para albergar apenas um retábulo de singelas dimensões, que, por sua vez, ostentava peças de imaginária proporcionais, de boa qualidade plástica, de acordo com o autor, ainda que desvirtuadas por repintes.

Apesar da inexistência de uma inscrição com a data de construção, o médico das Caldas de Monchique remeteu-a para um dos dois prelados anteriores, ou seja, já para a segunda metade do século XIX. Provavelmente, o bom estado de conservação do

¹⁰⁶ Cf. Acciaiuoli, 1944, p.182.

¹⁰⁷ Castel-Branco, João Bentes, *Documentos Inéditos (2º Volumen): Caldas de Monchique*.

¹⁰⁸ Curioso será referir que o autor dá o nome de *S. João do Deserto* a uma das nascentes que ladeavam a capela, ao invés da invocação habitual de S. João de Deus (que chegou até hoje). Poderá este facto tratar-se de um lapso, uma vez que a invocação atribuída desde os tempos primitivos do Estabelecimento é a do fundador da Ordem dos Hospitaleiros.

¹⁰⁹ Castel-Branco, 1885, pp.25-26.

edifício e dos objectos possa ter-lhe dado a impressão de que estes seriam mais recentes, ou alguma intervenção posterior podia levar a tal conjectura.

O relatório anual da administração do estabelecimento termal correspondente a 1891 dava conta do pessoal que laborava no Estabelecimento, que incluía um capelão, para dar cumprimento aos ritos litúrgicos na exígua capela. O recheio artístico que a pequena capela encerrava neste mesmo ano é-nos revelado, todavia, somente por via de um inventário¹¹⁰ dos bens mobiliários da parte urbana da instituição de banhos. O documento dá conta da presença de alguns objectos utilitários e rituais, que será de interesse mencionar no presente trabalho, como sejam:

- ” Um altar de madeira com banquetas e sacrário (velho);
- Uma imagem de S. João de Deus com cruz de prata e dois resplendores, sendo um de prata e outro de fôlha;
- Uma imagem de St^a Thereza de Jesus, com resplendor de prata.”

Porém, este elenco não coincide com a descrição do director do estabelecimento, apenas seis anos antes, uma vez que aqui o altar de madeira em que repousam as imagens merece a nota adicional de *velho*, num estado de conservação que denotaria uma feitura já recuada e a sujeição dos materiais à passagem do tempo.

Neste mesmo ano, o bispo do Algarve D. António I dirige uma epístola ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, dando conta do estado profundamente lamentável a que estava votada a exígua capela, encravada no meio do edifício balnear, pelo que lhe estava vedado o acesso aos habitantes da pequena povoação das Caldas de Monchique e suas cercanias, sendo templo exclusivo para os banhistas alojados no Estabelecimento Termal. Apresenta uma solução arquitectónica para esta dificuldade: “construir-se uma outra Capella, sufficientemente espaçosa e ampla, que, em contacto immediato com o Estabelecimento, para que os respectivos moradores possam frequental-a, sem carecerem de para isso sair d’elle, offereça facil accesso aos individuos, que, que residem fóra d’elle, pela abertura de uma porta externa”¹¹¹. Para a manutenção de um sacristão, o prelado avançava com a atribuição de uma cõngrua (rendimento pago pelos fiéis da freguesia), e que as esmolos, quando

¹¹⁰ *Inventário dos Bens Móveis do Estabelecimento de Banhos de Monchique*, 1891, fls 8-10.

¹¹¹ Ofício do bispo do Algarve D. António I, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, em 11/09/1891, Arquivo DGEG-ME.

avultadas, revertessem para a beneficiação desta capela a construir. Porém, a resolução do primeiro problema foi mais difícil do que D. António previra, na medida em que foi mantida a vetusta capelinha no seio do balneário nas mesmas condições por mais algumas décadas, como veremos a seguir.

Segue-se uma nova lacuna cronológica no que tange a referências à capela do Estabelecimento termal de Monchique, que não parece digna de menção em obras como o segundo volume do *Guia de Portugal*¹¹², entre outros testemunhos escritos de passagem pela povoação. E no alvor da década de 1930, sabe-se que já não residia ali qualquer capelão, ou outro responsável espiritual pela dita capela¹¹³.

Nas incontornáveis *Memórias das Caldas de Monchique*, editadas em 1939, Silva Carvalho dá um importante contributo para o conhecimento iconográfico do espólio azulejar que revestia a capela e as salas de banhos contíguas, através da sua descrição e registo fotográfico, conjunto azulejar que será abordado de seguida. Desde a nomeação de uma Comissão Administrativa das Caldas de Monchique, em 1934, estava já prevista a demolição das instalações dos banhos a que nos reportamos, incluindo a própria capela¹¹⁴, assunto que iremos desenvolver no capítulo correspondente ao Estado Novo.

De acordo com os *Subsídios* de Gascon, cuja escrita terminou em Janeiro de 1940, “a igreja, como lhe chama D. José Gascon, tem, até ao arco da capela 7,05m de comprimento por 3,11m de largura; a capela, que é de abóbada, tem 3,65m de comprimento e 3,11m de largura. Tem um só altar, em que estão S. João de Deus e Santa Teresa¹¹⁵”. Podemos a partir daqui reconstituir a espacialidade do templo, que consistia numa estrutura rectangular de pequena dimensão, sendo que a *igreja* se achava dividida da capela, propriamente dita, por um arco, e que esta última possuía tecto em abóbada e recebia na parede testeira o único altar; neste, à época, assentavam apenas as imagens dos dois oragos que davam o nome às salas de banho laterais à capela.

A Comissão Administrativa empossada em 1934 realizou estudos para os projectos de melhoramento, e no que respeita ao edificio termal primitivo, “por ser impossível conservá-lo, foi necessário demoli-lo¹¹⁶”, deitando por terra¹¹⁷ o vestígio

¹¹² Cf. Franco *et. All.*, 1991, pp.284-290.

¹¹³ Cf. Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1932, pp.83-84 (a propósito do pessoal do Estabelecimento das Caldas de Monchique).

¹¹⁴ Mangorrinha, 2001, p.172.

¹¹⁵ Gascon (1993), p.243.

¹¹⁶ Sousa (1951), p.50.

físico erguido inicialmente no século XVII, que testemunhava sucessivos acrescentos no decorrer da História das Caldas de Monchique, desde então.

Através desta resenha histórica da capela primitiva, é de notar o facto de esta ter estado sob alçada da Diocese durante cerca de um século, no período da faustosa arte barroca portuguesa, mas ainda assim com reflexos relativamente modestos neste oratório termal, no que toca à sua exígua dimensão e recheio artístico. Por esse motivo, ao longo das diversas referências bibliográficas consultadas, a capela é apenas mencionada pela sua localização entre os banhos de Santa Teresa e de São João de Deus, pelo que não parece merecer uma caracterização do seu interior a nível decorativo ou dos objectos litúrgicos que guardava.

Até que, em 1932, foi publicado um artigo no *Almanach Bertrand* com a súpula da História das Caldas de Monchique, ilustrado pelo “lápiz do talentoso artista e professor algarvio, Samora Barros¹¹⁸”. Dele constam reproduções dos azulejos da Fonte de Santa Teresa, dos da “Torneira do corredor”, e ainda de alguns azulejos de figura avulsa, de uma tela representando S. João Baptista (*Fig10*) e a pia da capela (*Figs.11 e 12*). É a primeira vez que uma parte do recheio do pequeno templo surge representado pictoricamente¹¹⁹, na sua História de quase três séculos, e perto de década e meia antes de ser desmantelado.

Sete anos volvidos, perante a certeza e proximidade da sua demolição, Silva Carvalho procedeu a uma descrição dos painéis de azulejos que revestiam a capela e as divisões balneares laterais, na única documentação visual obtida do interior da capela, em todos os quase três séculos de existência, como veremos mais adiante.

Já o retábulo da capela, assim como as esculturas de vulto que ostentava, não mereceram anotação descritiva, pelo que, hoje, desconhecemos qual o seu aspecto e disposição no espaço de culto original. Os únicos indícios de que dispomos baseiam-se no inventário dos bens móveis da capela em 1891, na breve anotação (poucos anos

¹¹⁷ Em 1946 é executada a demolição da enfermaria das mulheres, ao passo que a dos homens ocorreu cinco anos depois, para melhoramento da captação de águas (Ramos, Adriano Barreto, “O Complexo Termal das Caldas de Monchique”, *I Jornadas de Monchique*, Comissão Instaladora do Museu de Monchique/ Junta de Freguesia de Monchique, Lousã, 2001, p.203).

¹¹⁸ Baião, António, “As Caldas de Monchique”, Costa, M. Fernandes (coord.), *Almanach Bertrand 1932*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1932, pp169-174;

¹¹⁹ Uma das ilustrações do mesmo artigo revela-nos que a pia da inicial capela das Caldas de Monchique corresponderá àquela que hoje se encontra na igreja matriz da vila, embutida numa coluna da nave, no lado da Epístola. Na sequência da consulta deste texto, conseguimos localizar a pintura sobre tela do Ecce Agnus Dei, da qual não existia referência bibliográfica, precisamente desde a sua menção no *Almanach Bertrand*;

antes) de João Bentes Castel-Branco, em que atesta a qualidade estética da talha e das imagens, e num inventário datado de 1933 à existência de “1 concha de pedra da igreja; 1 pia de pedra da igreja”¹²⁰ guardadas num anexo do Estabelecimento Termal, de feição e paradeiro desconhecidos.

▪ 2.2.2- Os Azulejos Setecentistas da Capela e da Fonte da Torneira

Há mais de setenta anos, Silva Carvalho publicou o único registo descritivo e fotográfico¹²¹ conhecido do recheio da capela, ainda que apenas relativo aos azulejos que a revestiam, juntamente com os da Fonte da Torneira. O monografista não deixou referência a qualquer outro tipo de objecto artístico que servisse de recheio à capela, além dos azulejos, motivo que nos leva a questionar se, naquele momento, existiriam ainda no local a talha e as imagens mencionadas por Castel-Branco meio século antes.

O autor atribuiu aos estragos causados pelo Terramoto de 1755 o aspecto desconexo dos diferentes painéis cerâmicos¹²², cujas peças constituintes se encontravam salteadas, em composições confusas e incompletas, que fugiam à sua disposição original. Mas como sabemos, de acordo com a *Corografia* de Silva Lopes, “o terramoto não se fez sentir rijamente neste sítio; principiou a crescer a água nos banhos, fervendo e trazendo uma cor turva (...)”¹²³, não mencionando, pois, indícios de que as estruturas arquitectónicas tenham sido comprometidas. Mas como vimos já, Silva Carvalho afirma ter havido alguns destroços decorrentes do abalo, talvez até baseado na composição incongruente dos próprios azulejos.

Da obra *Memórias da Caldas de Monchique* constam quatro fotografias a preto e branco que nos legam o aspecto sumário dos silhares na primeira metade do século XX, ainda que a fraca qualidade da imagem e os sombreados laterais impeçam a leitura da totalidade dos painéis. O registo foi feito com a preocupação de que “quando se demolirem as actuais instalações dos banhos da antiga fábrica, será ocasião, depois de cuidadosamente serem descolados os azulejos, de tentar com tudo isto reconstituir os

¹²⁰ *Inventário - 1933*, Arquivo da Villa Termal das Caldas de Monchique;

¹²¹ As fotografias que acompanham o texto descritivo são, porém, da autoria do coevo director clínico das Caldas de Monchique, Dr. José de Sousa Costa. Cf. Carvalho, 1939, pp.52-53.

¹²² *Id.*, *ibid.*, p.51.

¹²³ Lopes, 1841, p.253.

primitivos painéis, completando com peças novas as faltas notadas”¹²⁴, no intuito claro de manter a sua futura fruição, sob uma clara sensibilidade patrimonial por parte do director clínico Dr. José de Sousa Costa e do autor da monografia.

Talvez a intenção fosse revestir a nova capela, que viria a ser construída anos mais tarde, com este espólio remanescente, que testemunha a histórica acção caritativa dos Bispos do Algarve com que beneficiaram as Caldas de Monchique, construindo obras para o alívio físico, ao mesmo tempo que a vertente espiritual estava omnipresente no espaço arquitectónico, sob a forma da pequena capela. Importa referir o facto de estar já projectada uma nova capela para as Caldas de Monchique, por encomenda da Comissão Administrativa das Caldas de Monchique, em substituição da primitiva, cuja demolição se encontrava prevista.

Contudo, dado o cariz já fragmentário e o debilitado estado de conservação dos painéis em geral – incapazes de revestir um novo templo mais amplo –, quer por outras vicissitudes, houve necessidade de forrar as paredes da capela iniciada em 1941 com outros painéis em estado íntegro que permitissem uma leitura coerente das suas representações, e cuja extensão pudesse corresponder às dimensões do templo, e de que falaremos mais à frente no presente trabalho.

A partir desta alusão ao espólio azulejar da capela primitiva, cessam as referências documentais ao mesmo, e o seu paradeiro é reduzido ao esquecimento. O facto de estes conjuntos terem sido obnubilados terá feito com que se presumisse que os azulejos da actual capela fossem os da *Hospitalidade de S. João de Deus*, daí não mais terem sido procurados nem estudados.

A estranheza causada pela ambiguidade da informação veiculada desde então suscitou-nos o interesse da localização dos painéis da capela anterior, em primeiro lugar pelas fotografias do Dr. José de Sousa Costa, que mostram motivos e composições díspares dos que hoje vimos, e depois, pela incongruência morfológica das dimensões e estado de conservação dos actuais.

Em Agosto de 2009, a direcção da *Sociedade das Termas de Monchique II* (a empresa que actualmente explora as unidades hoteleiras e termais da *Villa Termal das Caldas de Monchique- Spa Resort*), autorizou a nossa entrada num antigo balneário onde hoje estão reservados equipamentos da empresa, para que pudéssemos averiguar a existência de material de interesse para o nosso trabalho.

¹²⁴Carvalho, 1939, p.52.

Entre outros objectos, foram ali encontradas doze caixas de madeira com os azulejos registados em 1939, que, como vimos já, correspondiam a uma das fontes termais e ao primitivo templo, e com outros ainda de que não havia notícia anterior na bibliografia.

Em termos gerais, há a registar neste núcleo cerâmico a presença exclusiva de peças cerâmicas pintadas de azul sobre fundo branco, que variam tipologicamente entre azulejos de composição meramente decorativa (de figura avulsa e de padrão geométrico conjugado com floral), motivos de cercaduras, até constituintes de painéis figurativos historiados.

Sabe-se que os azulejos vidrados com figura avulsa (*Fig.13*) de inspiração holandesa constituem uma modalidade pouco dispensidosa que atravessou todo o século XVIII, perfazendo combinações variadas, de sabor popular¹²⁵. A sua utilização era particularmente consagrada a espaços secundários, tanto em espaços civis (cozinhas, corredores) como em edifícios religiosos (nos revestimentos de entrada, como na Basílica Real de Castro Verde, ou em sacristias, tal como se vê na Igreja de S. Pedro de Palmela).

Em sintonia com as fotografias tiradas pelo Dr. Sousa Costa, estes motivos decoravam o espaço envolvente da Fonte da Torneira, onde a água termal era ingerida para tratamentos internos dos doentes e de onde era recolhida para uso na cozinha.

De notar também o paralelismo temático com os azulejos do Convento seiscentista de Nossa Senhora do Desterro de Monchique¹²⁶, que sofreu obras de melhoramento no século XVIII, entre as quais recebeu revestimento de azulejos de motivo solto em silhar do refeitório, sendo parte dele depois utilizado no revestimento da chamada Fonte dos Passarinhos, que recebeu a designação precisamente pelos motivos de aves existentes em boa parte daqueles azulejos de influência holandesa.

Tanto aqui como no Estabelecimento termal, as intervenções podem ter sido realizadas de forma concomitante, ou mesmo promovidas pelo mesmo benfeitor, até porque os monges seriam frequentadores dos banhos¹²⁷. De resto, o próprio edifício, de construção algo tosca e de aspecto soturno, foi considerado pelos autores do *Guia de Portugal*, em 1927, como tendo “qualquer coisa de conventual”¹²⁸.

¹²⁵ Cf. Santos, 1957, pp. 106-107.

¹²⁶ Cf. Pinto, 2009.

¹²⁷ Carvalho, 1939, p.65.

¹²⁸ Franco *et all.*, 1927, p.285.

Outro tipo de azulejo de função exclusivamente decorativa é o que compõe efeitos padronizados geométricos, em cujas junções das linhas se encontram motivos florais, e que são comuns numa fase mais tardia do Barroco português, em particular do período pombalino, se bem que ainda delimitados por cercaduras com volutas, e que denotam, uma vez mais (*Figs.14-17*), a economia de custos na decoração azulejar da capela primitiva das Caldas de Monchique.

O acervo fragmentário permite-nos também constatar a existência de cercaduras com ornatos de concheados e *orelhas*, que emolduravam as composições historiadas, tão características da expressão barroca no panorama azulejar português. Em comparação com os concheados dos azulejos da capela actual, os do templo inicial revelam-se mais fluentes e sinuosas, revelando o espírito decorativo da Grande Produção joanina, tal como o contraste face aos hodiernos.

Desta fase surgem, do mesmo modo, exemplares de atlantes ornados com motivos vegetalistas e de querubins, que habitualmente ladeavam as composições figurativas da parte central dos painéis que integravam.

Em relação à tipologia historiada, foram identificados azulejos que constituem painéis figurativos, de natureza religiosa (na medida em que são apresentadas figuras hagiográficas), mas também com iconografia relacionada com a função assistencial e com a temática da água, que se justificam plenamente do hospital do Estabelecimento, tendo sido certo, por esse motivo, que foram produzidos exclusivamente para o lugar em cujas paredes foram colocados.

Tais temáticas explicam-se pela duplicidade funcional de um espaço de culto, ao qual se encontravam associadas as salas de banho do Hospital com as suas fontes termais e as enfermarias, cuja missão suprema era a de acomodar e cuidar desveladamente de enfermos pobres. Assim se poderá explicar a alusão recorrente à água, elemento basilar nos tratamentos que ali eram promovidos, no sentido de restabelecer os pacientes com poucos recursos das maleitas de que padeciam, justamente nas instalações de banhos termais.

Dos painéis que nos foi possível reconstituir, a temática da água surge relacionada com as matérias religiosas, designadamente num trecho azulejar em que uma santa (figura feminina aureolada) se encontra junto um cântaro, que parece estar a abençoar, com um crucifixo erguido no segundo plano do espaço pictórico (*Fig18*).

De acordo com o já citado *Almanach Bertrand*, esta representação pictórica encontrava-se junto à chamada *Torneira do Corredor*, pelo que a iconografia se adapta em pleno ao lugar exacto onde o painel terá sido originalmente colocado. Por outro lado, o gesto de bênção da água por parte de uma figura divinizada simboliza, de certo modo, o retomar da crença antiga nas propriedades destas águas, que já desde a sua utilização pelos Romanos eram apelidadas de *sagradas*. O pequeno conjunto azulejar legítima, pois, a santidade do precioso líquido, num ciclo constante e transversal a diferentes Culturas – pagã e cristã – de fenómenos tidos como milagrosos.

Silva Carvalho descreveu também um excerto de azulejos em que se percebe “uma senhora com uma criança despida, que outra prepara a banhar¹²⁹”, e que surge representada numa das fotografias que acompanham o capítulo em que fala do revestimento cerâmico da capela e das fontes existentes nas salas de banhos. Contudo, aquando da nossa pesquisa nas Caldas de Monchique, o paradeiro dos azulejos que mostra a criança referida não foi identificado.

Esta associação íntima surge também num painel em que uma mulher com nimbo resplandecente (que, por esse motivo, se supõe tratar-se de uma santa) dirige-se com um cântaro na mão a um homem trajado de nobre setecentista, de aspecto combalido, sentado sob uma árvore, e provavelmente acometido pela sede. A cena parece evocar uma das sete Obras de Misericórdia Corporais – que impele a que se dê de beber aos sedentos –, mas cuja identidade da figura sacra desconhecemos. Em torno dela, figuras de alados querubins barroquizantes assistem à cena, suspensos no céu.

Tal painel encontra semelhanças plásticas com outro fragmento historiado, de que consta uma figura masculina munida de um alforje ao ombro direito, enquanto no oposto carrega um indivíduo em fraqueza física, denotada pelos olhos fechados e a cabeça pendida (*Fig.19*). A intensidade cromática nas variações de luz e sombra, assim como o próprio traço indiciam a mesma autoria, que se reforça pelas formas das cercaduras com enrolamentos, que certamente compunham um painel.

As figuras do último trecho entram num espaço arquitectónico de interior, do qual é possível vislumbrar um leito, onde o homem carregado iria depositar o outro, num acto de desvelada Caridade. Certamente tratar-se-á do padroeiro da ala masculina dos banhos, e da capela primitiva – S. João de Deus –, apresentando semelhanças iconográficas face ao episódio em que, alquebrado pelo peso dos mantimentos e de um

¹²⁹ Carvalho, 1939, p.51;

indigente que carregou aos ombros para o seu hospital em Granada, o santo recebe a intervenção do Arcanjo Rafael.

Mais do que as semelhanças plásticas e estilística com o anterior painel, este parece ainda evocar o mesmo discurso caritativo associado às Sete Obras Corporais de Misericórdia – representando o princípio de *Assistir aos enfermos* –, ambos ilustram claramente as funções do Hospital termal de Monchique, no uso interno da água e no acolhimento dos indivíduos doentes, sem olhar às suas condições económicas.

Através da atribuição de nomes de santos, o lugar termal reveste-se de grande poder simbólico, pois assim a Igreja “provided names of saints to the sources and pools; built chapels and shrines next to them; adapted the rituals and prayers used by the waters”¹³⁰, confundindo os próprios efeitos terapêuticos da água com a acção do respectivo patrono.

Ainda a respeito da temática assistencial, de aura misericordiosa, é possível destrinçar um pequeno conjunto azulejar (com o suporte material já bastante fragmentado), em que se vê uma mulher mexendo uma tigela de caldo, à beira de uma outra figura deitada num leito (*Fig20*). A representação pode ser de grande valor documental para a História do hospital para pobres instituído nas Caldas de Monchique no século XVII, pois é bastante provável que represente o quotidiano no estabelecimento sob auspícios da Diocese algarvia.

Aqui, como no painel anterior, existem vestígios de acção iconoclasta, que frequentemente acomete os olhos ou mesmo toda a face de certas figuras de composições em azulejo. Naquele, é visível nos rostos rasurados dos indivíduos profanos, sendo que as figuras sacras mantêm o rosto íntegro; neste último fragmento, apenas a face da paciente acamada se encontra completa.

Ainda em jeito de representação caritativa, é possível reconstituir três azulejos que ilustram uma figura humilde, de joelhos, lavando o pé m chaga de um indivíduo (cujo rosto ficamos impossibilitados de ver) num alguidar. De novo, a acção sugere parecenças com determinados episódios da vida de S. João de Deus¹³¹, nomeadamente aquele em que, ao lavar os pés de um pobre (ou talvez de um peregrino, sugerido pelo cajado), o santo reconhece a figura de Cristo (*Fig.21*).

¹³⁰ Bastos, 2011, p.38.

¹³¹ O estudo das biografias e vidas místicas de S. João de Deus e de Santa Teresa de Jesus será tratado de forma mais aprofundada na parte do presente estudo relativa à actual Capela de S. João de Deus e de Santa Teresa de Jesus nas Caldas de Monchique.

Por fim, o painel cuja tentativa de reconstituição revelou ser a mais intrincada, pela complexidade da composição, em que figura um maior número de personagens, e, ao mesmo tempo, pelas lacunas de azulejos que hoje apresenta. A cena acha-se dividida num núcleo que ocupa a maior parte do espaço pictórico, composto por cinco indivíduos com vestes eclesiásticas, e outro com duas figuras femininas na parcela do lado direito (do observador). O homem que se encontra a um nível inferior em relação aos outros é a única figura com resplendor e segura nas mãos um crucifixo. Ao canto da composição, uma das mulheres sugere dirigir-se para o centro, com uma mão erguida, como se tivesse urgência em fazê-lo, enquanto segura um livro na outra.

De acordo com esta iconografia, o conjunto de azulejos insinua, na nossa opinião, o derradeiro episódio da vida do santo de Granada a que temos vindo a aludir ao longo do estudo. Se forem tidas em contas representações da gravura e dos azulejos da actual capela das Caldas de Monchique, podemos constatar alguns paralelismos, como sejam o próprio S. João de Deus de joelhos (num nível inferior, portanto) empunhando um crucifixo, o grupo de eclesiásticos que o velaram nos últimos momentos de vida, ou a anfitriã, D. Ana Osório, acorrendo ao santo, depois de o ouvir entregar a alma a Deus com fervor, imediatamente antes de falecer.

No registo fotográfico de José de Sousa Costa, este painel surge como ornamento da Fonte da Torneira, o que nos oferece questionar se seria este o local original do painel, e não a Capela ou a sala de banhos dedicada, também ela, a S. João de Deus.

Será também de interesse ressaltar a informação legada por Silva Carvalho nas suas *Memórias das Caldas de Monchique*, acerca de um outro painel – de difícil legibilidade na fotografia publicada – com a representação do que o autor diz ser “uma barraca construída com largas taboas provavelmente do castanho daquele sitio, que não pode sêr senão a instalação primitiva dos banhos, que D. Francisco Barreto encontrou ao tomar conta da diocese e do hospital que dela dependiam”¹³². Teriam os encomendantes dos painéis tentado reproduzir neles a História mais recuada do Hospital dos pobres, aludindo ao primeiro bispo que deu a mão às Caldas de Monchique em meados do século de XVII?

Posta a análise descritiva dos painéis destacados da capela primordial que estiveram ocultados durante sete décadas, importa sublinhar a diferença técnica e

¹³² Carvalho, 1939, pp.52-53.

plástica entre eles, o que permite aventar momentos e/ou locais distintos de fabrico, ou seja, a autoria dos mesmos mostra-se heterogénea. Podemos concluir que se trata de encomendas distintas, apesar dos painéis encontrados revelarem, entre si, alguma coerência iconográfica.

Em termos de qualidade plástica, o fragmento que mostra a figura sacra feminina prestes a matar a sede a um homem, e aquele que retrata (muito possivelmente) o santo padroeiro do estabelecimento de banhos monchiquense carregando um indivíduo até aos aposentos hospitalares, exibem maior cuidado no traço e virtuosismo nas variações tonais do azul-cobalto, uma técnica que nem todos os azulejadores da época conseguiram dominar.

A identificação da figura recai no santo, porque na época de fabrico destes azulejos em particular (século XVIII, por certo), sabemos que o hospital de pobres era já de invocação a S. João de Deus, como vimos anteriormente.

Podemos concluir que estes exemplares formam, entre si, um conjunto plástico e iconográfico coerente, ao passo que o painel de maior dimensão difere destes no tratamento cromático e no desenho, apesar da sua complementaridade iconográfica, também relativa à vida do santo. Um outro fragmento, em que se vê uma figura a lavar os pés a outra indicia de novo uma cena da biografia do padroeiro dos hospitais e, por último, o maior dos painéis reconstituídos trata de forma muito provável o *Feliz Trânsito* do santo nascido em Portugal (*Fig.22*).

De notar a aparente ausência de conjuntos que remetam para a vida da também padroeira da capela primitiva, ainda que existam dois painéis com a representação de uma figura feminina com auréola (e ambas relacionadas com cântaros de água), mas cuja acção difere dos episódios da vida de Santa Teresa de Jesus, de acordo com a pesquisa efectuada.

Este acervo azulejar mostra, contudo, características estilísticas ligadas ao Barroco amplamente difundido da Grande Produção. Será de interesse reflectir acerca da relação intrínseca entre a função caritativa do edifício de banhos e os temas a que os painéis são subordinados, revelando um cuidado por parte dos encomendantes de adequar as peças artísticas ao espaço balnear e religioso de destino.

Do esboço histórico da primitiva capela *dos Pobres* nas Caldas de Monchique, é possível verificar o parco número de referências bibliográficas e documentais que

permitam vislumbrar os processos de apetrechamento artístico do espaço de culto, original e subsequentes.

Concedida a administração do Estabelecimento de banhos aos bispos de Algarve, cuja obra começou a materializar-se em 1692, e se estendeu até 1833, importa salientar o facto de durante o período, a capela do Hospital possuir modestas dimensões. De acordo com o espólio de azulejos do templo inicial que conseguimos recuperar (e que tentámos reconstituir), é possível aferir diversos tipos decorativos de revestimento, ainda que todos eles ilustrativos desta arte, que percorrem boa parte do século XVIII, quase que em jeito de *catálogo* tipológico da arte cerâmica a azul e branco dessa centúria, do azulejo de figura avulsa ao azulejo de padrão pombalino.

De salientar do conjunto que inclui azulejos de figura avulsa, motivos de cercaduras e padrões, as composições que dizem respeito às práticas assistenciais, que correspondem à actividade a que o espaço se destinava. A representação de figuras praticando o Bem ao próximo (dando de beber ou transportando os necessitados aos ombros) ligam-se intrinsecamente aos códigos de conduta no edifício caritativo, como forma de estimular a sua prática efectiva, sob os auspícios de figuras sacras.

▪ **2.3- Relatos de Viagem na transição para Oitocentos. Sensibilidades Científica e Artística nas Descrições das Caldas de Monchique**

Em Fevereiro de 1798 chegou a Portugal o conde Johann von Hoffmansegg, patrocinando a sua segunda jornada com o objectivo de catalogar e sistematizar os estudos sobre as espécies da flora e fauna deste país, então ainda muito desconhecidas aos olhos da comunidade científica europeia. Tendo-se especializado em Entomologia e Botânica em Leipzig, fez-se acompanhar de Heinrich Friedrich Link, naturalista igualmente versado nas espécies vegetais, professor académico em Rostock, e que irá proceder ao relato da viagem.

Ainda imbuído de uma metodologia Iluminista nas descrições objectivas do viajante, em que as opiniões são emitidas de forma distanciada das impressões subjectivas, Link alude ao trajecto incómodo devido à orografia do terreno entre a vila e as Caldas de Monchique, e para o que chama o “jardinzinho ao lado das termas”, único local cultivado e que deverá corresponder aos pomares ali mandados plantar por D.

Francisco Gomes do Avelar, o bispo que se encontrava então em funções na Diocese do Algarve, e por conseguinte geria o Hospital dos pobres. De resto, e não obstante o intuito botânico da viagem, torna-se curioso questionar porque as notas se cingiram apenas às oliveiras, sem qualquer referência a outras plantas existentes no vale das termas ou na sua envolvência.

Discorrendo acerca do balneário construído em pedra, afirma ser bem equipado e confortável, servindo não só para os banhos mas ainda para alojar os frequentadores das termas, em quartos que eram alugados ao Provedor. Para os tratamentos, havia “quatro quartos de banho de pedra, cada um equipado apenas para uma pessoa, quando muito para duas, e por meio de torneira deixa-se a água entrar e sair como for do agrado de cada um. São completamente escuros, sem janelas, e descem-se vários degraus”¹³³, adaptando-se o edifício ao declive do vale onde estava implantada, com balneários sem ventilação e iluminação apropriadas a um espaço que se pretendia salubre.

Sobre a prática balnear, informava o botânico alemão que a época de banhos se fazia na Primavera (altura do ano em que visitou as termas), que os aqúistas eram muitas vezes algarvios, e que frequentemente ali se viam freiras que iam a banhos. Lamentava, por fim, que “os banhos não estejam situados em Monchique, onde a estada seria tão agradável que poucas termas se lhe podiam comparar”, talvez pela paisagem mais aberta, e porque nesse caso se evitava o transtorno da viagem pelo caminho de uma légua, nas más condições acima relatadas pelo autor. Na verdade, as Caldas de Monchique sofreram ao longo do seu devir histórico as agruras do relativo isolamento geográfico, ao contrário das “cidades termais” europeias e nacionais (como Chaves ou Caldas da Rainha), em que o desenvolvimento orgânico entre termas e núcleo populacional se deu de forma simbiótica, contribuindo para a autonomia socioeconómica dos aglomerados.

Por seu turno, o Marechal Príncipe Christian de Waldeck, então ao serviço da Coroa portuguesa, deslocou-se ao Alentejo e ao Algarve neste mesmo ano de 1798, onde passou revista aos respectivos regimentos de infantaria, num trajecto descrito pela pena do Barão von Wiederhold. Sobre as Caldas de Monchique, o autor ressaltou meramente os mesmos olivais que cobriam o vale, e reteve da sua História a celebridade de que gozavam os banhos já em tempo de D. João II¹³⁴. Parece, assim, que os militares

¹³³ Link, 20065, p.254.

¹³⁴ Cf. Guedes, 1992, p.160;

apenas viram as Caldas de passagem, a caminho de Monchique, tendo oportunidade de vislumbrar apenas de forma breve e esquemática o vale abaixo, sem possibilidade para guardar detalhes de maior sobre as construções e a vivências das termas.

Doze anos volvidos, Francisco Tavares publicou um estudo sobre as cautelas práticas para o uso de águas minerais, *principalmente de Caldas*, em cujo primeiro volume são mencionadas e descritas as mais importantes termas portuguesas¹³⁵ em actividade àquele tempo, contemplando as Caldas de Monchique.

Feitos os louvores iniciais ao bispo Avelar, pelas obras de melhoramento que tinha promovido até ao momento, o autor transita para a descrição do edifício balnear, constituído pelo extenso corredor já conhecido¹³⁶, ladeado pelos quartos que se achavam divididos por ambos os sexos, e com umas escadas a meio do percurso, tendo à entrada uma camarata para homens pobres, e no extremo oposto outra para mulheres da mesma condição. Os quartos individuais eram destinados aos doentes contribuintes, que deixavam uma esmola voluntária para as despesas do Hospital, como pagamento dos banhos e da estadia. Desconhece-se, contudo, de que forma era feito o rastreio das eventuais carências económicas dos doentes; sabe-se que mais tarde os carenciados vinham munidos de atestados de pobreza redigidos pelos párocos da sua freguesia de residência, pelo que nesta altura também haveria uma forma de controlar quem podia ou não pagar a estadia para tratamentos termais.

Em volta do estabelecimento, apenas mais “cinco ou seis pequenos albergues de pobre gente que ali assiste, e cultiva algum terreno”¹³⁷, com excepção da casa de maior dimensão que cabia ao Provedor, e que, como sabemos, fora erguida por D. Simão da Gama em 1692.

Existiam quatro nascentes, que davam origem a três banhos diferentes no interior do edifício, a meio do qual se encontrava a Capela de S. João de Deus, a saber: o banho (também do mesmo orago) que ficava no piso superior do edifício em que podiam tomar banho 12 pessoas em simultâneo, e sendo o de maior caudal, enchia em cinco minutos até à altura dos ombros de um adulto; o segundo correspondia ao banho

¹³⁵ Na verdade, afigura-se-nos provável que as informações constantes tenham resultado de inquéritos enviados às entidades locais ou às tutelas dos balneários, ou até de pesquisa bibliográfica (nomeadamente as corografias regionais). Ou talvez tenha consistido num estudo realizado por um grupo de trabalho em visitas ao terreno, para aferir *in loco* as condições dos estabelecimentos balneares, as características e indicações terapêuticas das suas águas;

¹³⁶ O autor afirma que os banhos estão distantes entre si em mais de 150 passos (Cf. Tavares, 1810, p.173);

¹³⁷ *Id.*, *ibid.*;

de Santa Teresa, próximo da capela e da bica destinada ao uso interno da água, levando entre quatro a cinco indivíduos; por último, o tanque de banhos de maior dimensão, que segundo o autor podia acolher até quarenta utentes de uma só vez, levando cerca de uma hora a encher.

Registe-se que esta descrição pormenorizada das divisões em que se achava organizado e espaço interior do Hospital colide, porém, com o relato que Link fizera em 1798, visto este último referir quatro quartos de banho individuais ou com capacidade máxima para duas pessoas, pelo que se desconhece o motivo desta incongruência em relatos cronologicamente tão próximos.

Ainda na primeira quinzena do século XIX, os Banhos de Monchique receberam a visita do militar inglês George Thomas Landmann, que deixou um testemunho incontornável na História deste lugar, começando por mencionar o contributo histórico de D. Simão da Gama na fundação do Hospital, sucessivamente melhorado pelos bispos que lhe herdaram a cadeira episcopal do Algarve. O início da narrativa integra os elementos mais objectivos acerca do conforto existente nas instalações balneares para os enfermos, e sobre a gestão institucional, por via das parcas esmolas deixadas pelos doentes mais remediados ou mesmo abastados.

Mas o militar britânico preenche estes contornos informativos – já anteriormente divulgados por outros autores – com o colorido das vivências do espaço termal, já sob uma sensibilidade romântica a que não seria de todo estranha a sua própria nacionalidade e o contexto em que viveu, tendo exercido funções numa Península Ibérica dilacerada pelas Invasões Francesas no advento do Liberalismo, e numa Europa em que começavam a despontar fortes sentimentos de identidade nacional, assim como uma sensibilidade romântica perante a História e as paisagens, a par da valorização das experiências subjectivas dos indivíduos.

Também nascia então uma nova perspectiva sobre as termas, transversal ao *Velho Continente*, deixando de ser somente um lugar de doença e de tratamentos, mas também, em dicotomia, de convívio e lazer, com eco no ermo vale da serra algarvia: “the baths of Monchique have now become a rather fashionable lounge, which attracts many visitors, besides those who go there through necessity; so that, during the bathing season, the society is not only numerous but good and exceedingly agreeable”¹³⁸.

¹³⁸ Landmann, 1818, p.128.

Em rigor, a prática termal reveste-se desta ambiguidade, porquanto as patologias e respectivos sintomas conduzem os indivíduos aos tratamentos de saúde, a estadia nas termas é um período de descanso, em que forasteiros se cruzam, conhecem-se e estabelecem ligações, pelo que o tempo entre tratamentos se faz de conversas e de passatempos, até para esquecer as dores ou as preocupações que ficaram longe, no seu local de origem. Desta forma, “as termas e o termalismo permitem analisar as dimensões mais ambíguas e paradoxais da doença, da dor, do sofrimento, do corpo, do tratamento, ao integrar, simultaneamente as funções de vilegiatura, de lazer e recreio, e até de festa, excesso e transgressão”¹³⁹.

E apesar do regulamento então em vigor e o zelo do bispo D. Francisco Gomes do Avelar exigir o silêncio no Hospital e estipular as horas destinadas ao descanso, George Landmann referia alternativas de alojamento para quem ali se deslocasse por outros motivos (para os quais os banhos seriam o pretexto), e onde essas regras não tinham necessariamente de ter lugar: “the surrounding woody hills contain many singularly rural cottages, and it will be found more convenient to hire the whole or part of these, unless the bathing should be the chief object”¹⁴⁰. Já anteriormente o prelado D. André Teixeira Palha tinha estabelecido um regulamento que visava reprimir manifestações *festivas* num edifício onde imperava a austeridade moral da tutela eclesiástica, justamente em resposta a sucessivos actos de promiscuidade que já ali tinham dado lugar.

Se antes as Caldas eram um lugar exclusivo de doentes, ou de pessoas que o usavam como desculpa para momentos de lazer e de convívio, agora, com a opção de se alojarem em casas afastadas do Hospital, o banho deixava de ser o motivo único para uma ida às termas, e passou a ser explicitamente, também um lugar de veraneio e da moda, que pode ser independente dos banhos. Não podemos ignorar, contudo, que, a par da vertente clínica, os banhos tiveram sempre a faceta inevitável da sociabilidade no decorrer da História da sua utilização, mesmo desde os ancestrais Romanos.

E a paisagem natural envolvente provocava sentimentos de contemplação e de deleite nesta tendência romântica do início do século XIX, como conta o autor inglês: “the walks round this spot are very enchanting to the admirers of the wildest mountain-scenery: every evening, little parties of bathers with their friends retire to some shady

¹³⁹ Quintela, 1999, 1º vol, p.7.

¹⁴⁰ Landmann, *op. cit.*

spot on the side of these mountains, and there eat fruits or other refreshments, at some distance from the lodgings”¹⁴¹, tocando também instrumentos de corda e entoando cantigas alegres, como forma de aproveitar o tempo livre.

Tal atmosfera reverberava nos sentidos de Landmann, “the distant murmurs of the cascading rivulets swell upon the ear, and lull the stranger’s mind into a pleasing sort of melancholy (...), but alas! We are too soon reclaimed by the vesper-bell, announcing the hour for evening devotion”¹⁴², com a sineta mandada colocar no Hospital por D. Simão da Gama no final do século XVII a interromper os gozos profanos, chamando à eucaristia vespertina os doentes – pobres e contribuintes – e fazendo recolher à Capela de S. João de Deus os dissidentes que merendavam à sombra do arvoredó.

Homem multifacetado, além da responsabilidade sobre um corpo militar em Portugal (a partir de Setembro de 1808), e de redactor, George Landmann tinha formação como engenheiro civil, falava fluentemente a língua espanhola, e tinha dotes plásticos como pintor. Ilustrou, pois, profusamente a sua obra *Historical, Military and Picturesque Observations on Portugal*, editada em 1818, com reproduções de pinturas também de sua autoria, reproduzidas em água-tinta por gravuras em metal.

A distinção entre os conceitos de *belo* e de *pitoresco* já haviam sido fixados e discutidos teoricamente pelo padre William Gilpin na segunda metade do século anterior, no sentido em que “between those, which please the eye in their *natural state*; and those, which please from some quality, capable of being *illustrated in painting*”¹⁴³. Ao adjectivar as suas observações de *pitorescas*, Landmann estaria, portanto, a par da terminologia commumente utilizada, do modo de sentir e de exprimir o impacto causado pelas paisagens, classificando aquelas que teriam as características estéticas e sensoriais adequadas à sua pictorização, completando-as com as descrições escritas sobre detalhes que não cabiam nas pinturas.

Foi neste enquadramento que saiu da sua paleta a primeira representação iconográfica até hoje conhecida das Caldas de Monchique (*Fig.23*), com destaque para o

¹⁴¹ Landmann, *op. cit.*

¹⁴² Landmann, *op. cit.*

¹⁴³ Gilpin, 1792, p.3.

edifício balnear construído e acrescentado pelos sucessivos bispos algarvios desde 1691 até ao momento em que o registou e paisagem, antes de 1813¹⁴⁴.

Todavia, o pintor envolveu-o na paisagem montanhosa e no arvoredo então existente no vale, assim como os pinheiros mansos no topo do penhasco, provavelmente os mesmos mandados plantar por Gomes do Avelar. O sol espreita pelo lado Nascente, cuja luz se projecta na massa branca do Hospital num contraste vibrante com as cores de terra em redor, matificando de forma distinta a paisagem humana e a paisagem natural, ao mesmo tempo que formam um todo de coexistência harmónica.

As sombras produzidas por estes volumes denunciam a execução da obra nas horas da manhã, num género de pintura ao ar-livre em linha com a concepção dos paisagistas ingleses, através do contacto directo com a realidade tridimensional e os elementos da Natureza, que antecedeu a escola de Barbizon, numa técnica que será constante na Pintura europeia por todo o século de Oitocentos.

A figura masculina que atravessa a vereda mostra a existência de vida – ou de *vivência* humana – da paisagem, ao mesmo tempo que serve de elemento métrico para que o observador melhor percepcione a escala da paisagem.

No que tange às arquitecturas, são perfeitamente observáveis do exterior os diversos corpos que compunham o Hospital, construção extensa edificada em paralelo com a ribeira que corria no fundo do apertado vale. O corpo mais afastado e homogéneo com várias janelas alinhadas e três chaminés, situado a uma cota superior ao resto edifício, diz respeito ao núcleo inicial com que D. Simão da Gama cobrira a nascente de S. João, ao passo que os corpos que se estendiam para Sul foram sendo acrescentados pelos seus sucessores, conforme já descrito.

Apresenta-se como uma estrutura orgânica, que foi crescendo espontaneamente à medida das vontades de cada prelado e das finanças da instituição, sem uma planificação prévia de raiz, com vista ao melhor aproveitamento do espaço disponível, ou dos recursos termais ali presentes. À medida que crescia o Hospital, foi-se evitando a despesa ou o esforço de trabalhar o território em função do edifício; pelo contrário: a arquitectura submeteu-se às características do terreno, tornando-se excessivamente

¹⁴⁴ Avançamos com esta datação, devido à legenda da pintura intitulada *Hot Baths in the Mountains of Monchique*, de que consta a informação: “London, pub. 1813 by T. Cadell & W. Davies, Strand”, tendo por esse motivo o autor estado nas termas algarvias em data logicamente anterior à da publicação. Landmann pintou duas outras vistas de Monchique, uma do centro da vila e outra da zona conhecida por Pomar Velho, publicadas em 1814 e em 1813, respectivamente.

longa e com inacessibilidades interiores para os frequentadores com mobilidade condicionada, no caso das escadas situadas a meio do longo corredor.

Em segundo plano na pintura, afastada da massiva construção balnear, a casa do Provedor e das demais individualidades que visitassem as Caldas de Monchique, exibindo dois registos, tendo sido acrescentada ao longo das diferentes administrações bispais. E do lado Poente da encosta, duas casas particulares, talvez dizendo respeito às *cottages*, ou casas de campo, em que Landmann dizia alojarem-se as pessoas que vinham às Caldas de Monchique na época termal mais por motivos de sociabilidade do que de saúde, podendo ser alojadas em parte ou na totalidade.

O relato de George Landmann em tudo confirma, precisamente, que a sua viagem às Caldas de Monchique teve lugar em plena época dos banhos, pois observou não só as paisagens construída e natural, mas também a forma como ambas eram fruídas pelos numerosos aquistas, em especial os que faziam uso das termas e do cenário envolvente, em boa parte pelo prazer do convívio social. Entre 1750 e 1850, os excursionistas não se regem já em exclusivo pelas motivações educativas do *Grand Tour* de uma elite circunscrita que quer conhecer as nuances culturais e paisagísticas da Europa, tratando-se a ida às termas “de conciliar os tratamentos terapêuticos de águas mineromedicinais e marítimas, do ar revigorante da beira-mar ou da montanha, recomendados por médicos e higienistas com o lazer e o recreio”¹⁴⁵.

No ano de 1820, José António Cunha redigiu uma descrição das Caldas de Monchique, recuperada posteriormente por Oliveira Soares¹⁴⁶. Adianta alguma informação relativamente aos testemunhos anteriores, nomeadamente sobre a existência de uma espécie de *banho turco* sobre um reservatório de água termal junto ao banho de Santa Teresa, que emanava vapor e fazia subir a temperatura ambiente naquela divisão, promovendo subsequente libertação de toxinas do organismo pela transpiração decorrente, tendo ainda uma sala de abafos anexa, para aí o corpo perder gradualmente a temperatura, antes do aquista sair do balneário.

Além das duas salas de banho principais sob invocação dos oragos do estabelecimento, a terceira sala – e a maior delas – era conhecida como “banho de pancada”, devido à queda de água sobre o tanque. Afirmara o autor original da descrição que ali existira “uma espécie de poço ou escavação, onde se depositava um

¹⁴⁵ Lousada, 2010, p.67.

¹⁴⁶ Cf. Carvalho, 1939, p.109. Este autor refere que José António Cunha fora enfermeiro na cadeia do Limoeiro, mas nada adianta sobre Oliveira Soares ou o seu artigo.

lodo amarelo e pegajoso, com que barravam as mãos e o rosto dos leprosos”, e que quando foi redigida esta notícia, “ainda ali se acumulava algum lodo que se mandava para fora das Caldas para ser usado nas dermatoses”¹⁴⁷. Tal facto dá corpo às palavras do padre António de Figueiredo, na sua resposta ao já citado inquério das *Memórias Paroquiais*, ao dizer que o bispo seu contemporâneo, D. Lourenço de Santa Maria, tinha, de facto, mandado acrescentar um banho de lodo ao edifício balnear.

Em relação aos ritos terapêuticos de então, parece que havia uma preparação prévia sob a forma de purgante antes dos doentes darem entrada no Hospital, e que nos alvares de Oitocentos existiam curandeiros – que se intitulavam de cirurgiões – vendiam substâncias com esse efeito, dando indicações sobre a sua posologia, talvez por neste altura não haver um médico residente para dar as directrizes clínicas apropriadas.

E além da bica da Copa (a já aludida Fonte da Torneira) no interior do estabelecimento quase em frente da Capela, a administração interna da água termal era também feita na chamada *Água do Cipreste*, a Sueste do edifício, cujos efeitos da água férrea justificariam o seu uso, desta feita sem estar sujeita a qualquer regra de utilização ou pagamento. Por outro lado, os doentes que acorriam ao Hospital em 1820 seguiam um regime padronizado de 6 banhos ao longo de 12 dias, ao mesmo tempo que o tratamento era complementado com a ingestão de água termal, aparentemente para qualquer tipo de doença ou nível de gravidade.

Cada um dos quatro relatos de viagem sobre as Caldas de Monchique redigidos no despontar do século XIX remete para o objectivo, a sensibilidade, a formação técnica dos seus autores, pelo que se mostram fragmentários quando estudados isoladamente, mas numa visão conjunto, entram em diálogo. Complementam-se e confrontam-se assim os relatórios academizantes com as impressões de um viajante romântico, naquele período de grandes transições científicas e mentais, que de alguma forma repercutiram na aparente imobilidade cronológica do Hospital termal fundado em finais de Seiscentos.

¹⁴⁷ *Id., ibid..*

Capítulo 3- A Administração do Governo Civil de Faro, na Ausência de um Plano de Melhoramentos (1835-1895)

3.1- Hospital e Estabelecimento Termal: Dualidade Arquitectónica e Vivencial

O abandono da cadeira episcopal de Faro por D. Bernardo António de Figueiredo, em 1833, deveu-se não apenas ao seu apoio explícito aos ideais absolutistas, assim como ao corte dos rendimentos da Diocese por parte do anti-clericalismo galopante; os confrontos políticos entre liberais e absolutistas tomaram a forma de guerrilhas em solo algarvio¹⁴⁸, gerando enorme insegurança a todos aqueles que se deslocavam até e por entre a serra, rumo aos *Banhos*. Nesse mesmo ano, o cofre do estabelecimento foi roubado¹⁴⁹, evento que contribuiu para o depauperamento que as circunstâncias políticas vinham já a desenhar.

Por fim, a nacionalização de imóveis religiosos decretada pelo Liberalismo triunfante, em 1834, terá ditado de forma categórica o fim da administração bispal do Hospital dos Pobres de Monchique, que tivera lugar ao longo de quase século e meio. Por portaria de 8 de Abril de 1835¹⁵⁰, o Hospital transita oficialmente para alçada pública, sob a protecção da figura do Prefeito do Algarve¹⁵¹.

Perante o notório estado de ruína do edifício balnear e falta de qualquer organização no acesso aos banhos, o então Prefeito algarvio, Jerónimo José Carneiro, solicitou neste mesmo ano autorização ao Governo no sentido de canalizar uma verba para dotação da prefeitura a favor do estabelecimento termal, alegando que o bispado tinha abandonado o hospital, e que por esse motivo o Governo tinha de assumir a sua guarda¹⁵², transformando-o num hospital público com rendas próprias, denominado em alguns regulamentos desta época como Hospital Civil das Caldas de Monchique¹⁵³.

No curto período que mediou entre o abandono do estabelecimento e a transição do mesmo para a alçada civil regional algarvia, certamente a necessidade de muitos indivíduos confrontados com problemas de saúde de maior ou menor gravidade terá

¹⁴⁸ Cf. www.aguas.ics.ul.pt, citando a intervenção do deputado Brak-Lamy nas Cortes em 15 de Junho de 1840.

¹⁴⁹ Cf. Sessão da Câmara dos Senhores Deputados de 12/08/1853 (<http://debates.parlamento.pt>).

¹⁵⁰ Cf. Ofício do Governador Civil de Faro, Francisco Lázaro Cortes, dirigido ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, em 27/08/1889, Arquivo DGEG-ME.

¹⁵¹ Título que dará lugar ao de Governador Civil com o Código Administrativo de Costa Cabral, em 1842.

¹⁵² Conforme os parágrafos 1º e 2º do artigo 43º do Decreto nº23 de 16 de Maio de 1832.

¹⁵³ Cf. *Id.*, *ibid.*, 1885, p.28.

garantido a continuidade da utilização das instalações termais, não obstante o perigo de cruzar a serra e, por conseguinte, a afluência em geral ter diminuído. Perante a ausência de uma entidade de gestão no local, supõe-se que a água voltou “provisoriamente à administração directa e ao uso livre, sem supervisão ou apoios estruturados”¹⁵⁴, numa prática em que o número de banhos ou de vezes em que era ingerida obedecia somente às crenças populares e às condições logísticas precárias possíveis no momento.

As termas traduziam-se, pois, num escape em potencial às normas rígidas da vida em sociedade, num refúgio ao estigma do pecado que a omnipresença da Igreja veiculava com ardor, que se reforçava pelo próprio ambiente de descanso e de lazer com que eram preenchidas as horas entre os banhos. Sem a ordem imposta pela mitra do Algarve, as regras eram mais fáceis ainda de transgredir, pelo queurgia restabelecer a ordem nos banhos de Monchique.

Sabe-se que em 1840, já sob auspícios da tutela civil do distrito de Faro, foram instituídas as guias para admissão dos pobres e dos doentes contribuintes no estabelecimento termal, data a partir da qual os administradores levaram a cabo algumas “reformas e melhoramentos insignificantes”¹⁵⁵. Na verdade, Silva Lopes¹⁵⁶ registou o estado de “progressiva ruína” do edifício construído e acrescentado pelos bispos do Algarve, ressaltando no entanto que “existe um plano, que posto em obra, ofereceria todas as vantagens e comodidades”, sem deixar no entanto identificados os autores e os detalhes sobre a intervenção que se tinha então em vista para melhorar as condições físicas no estabelecimento. Não se encontra, porém, identificado qualquer registo iconográfico, que nos ajude a deslindar o aspecto veraz do estabelecimento termal neste período.

Por esta altura, acorriam ao Banho de Monchique “muitas pessoas da Andaluzia, Gibraltar e até da Catalunha”¹⁵⁷, ecoando até partes longínquas da Península Ibérica a virtude da água termal, que justificaria deslocações tão longas na esperança da cura.

Mas abaixo do aparente verniz de laicização, apesar da tutela oficial do poder temporal do distrito de Faro, a instituição permaneceu administrada, até certo ponto,

¹⁵⁴ Bastos, 2010, p.115.

¹⁵⁵ Castel-Branco, 1885, p.28. O autor não concretiza, porém, em que consistiram estas pequenas obras;

¹⁵⁶ João Baptista da Silva Lopes desenvolveu actividade como deputado pelo círculo algarvio, contexto em que viria a propôr em 1848 que os bens da capela de Bento Araújo Barbosa, então incorporada na Fazenda Nacional, fossem aplicados ao Seminário de Faro, em detrimento das Caldas de Monchique, por considerar que o estabelecimento termal tinha rendimentos suficientes para suprir as suas despesas (sessão parlamentar de 05 de Agosto de 1858, projecto de lei n.º 116 A, em que se faz alusão à proposta de Silva Lopes, <http://debates.parlamento.pt>).

¹⁵⁷ Carvalho, 1934, p.10.

pelo *poder espiritual*, na pessoa de um clérigo com funções de provedor, até ao início da década de 1870. Desta forma, as dinâmicas do dia-a-dia, que passavam pelos tratamentos de saúde mas também pela liturgia da capela que estava integrada no edifício (funcionando como barreira física e moral entre as enfermarias masculina e feminina), prolongaram por mais algumas décadas a influência dos ritos e da moral religiosa no estabelecimento, mas com reflexo incógnito na eventual materialização em obras de arte.

Como complemento a esta entidade administrativa, havia também a figura do médico, incumbido dos pareceres clínicos sobre os doentes e de definir os métodos terapêuticos adequados ao seu restabelecimento ou melhoras.

Ainda assim, as decisões superiores cabiam hierarquicamente aos governadores civis, sendo o provedor a figura operacional que residia nas Caldas de Monchique, responsável pela sua rigorosa concretização, pelo contacto directo diário que tinha com o pessoal e com os doentes. Foi neste contexto que o governador Albino Abranches de Figueiredo (que ocupou o cargo de 1859 a 1863) fez cumprir o pagamento de foros que há muito estavam em dívida ao Hospital, regularizando as contas, e procedeu a melhoramentos paisagísticos e edificatórios. O governador civil estava “obrigado a visitar anualmente o Distrito, provendo as necessidades públicas no âmbito das suas atribuições, e dar conta ao Governo do estado em que se encontrava e dos melhoramentos, de que era susceptível”¹⁵⁸, havendo um acompanhamento periódico que era feito *in situ* por esta autoridade intermediária do Governo central às instituições regionais de utilidade pública.

Data de 1870 o mais recuado arrolamento dos frequentadores das termas¹⁵⁹ em que foi lavrado o perfil de cada paciente ali tratado, com intenções estatísticas sobre o número dos que ali acorriam para fins terapêuticos e as suas características, demográficas e clínicas. Neste mesmo ano, Eugénio de Castilho¹⁶⁰ – administrador de Lagos, incumbido pelo governador civil de relatar o estado do estabelecimento termal – descrevia o velho balneário como “o typo das edificações monasticas pesadas, frias, pouco arejadas, com extensos e isolados corredores orlados pelos cubículos das

¹⁵⁸ Gomes, 2009, p.56.

¹⁵⁹ Porém, o registo mais antigo por nós encontrado no arquivo da Villa Termal das Caldas de Monchique começou a ser lavrado na época termal de 1872. Para uma caracterização dos banhistas de Monchique, de acordo com o livro de registos iniciado em 1874, veja-se Bastos, 2011.

¹⁶⁰ Natural do concelho limítrofe de Lagos – de que foi administrador –, filho do escritor Feliciano de Castilho. Contudo, Castel-Branco não refere qual a relação do autor com as Caldas de Monchique, nem qual o âmbito do relatório citado.

habitações”¹⁶¹, que devia o modelo arquitectónico despojado à influência austera dos bispos que lhe moldaram a forma. Conclui as suas sugestões para uma administração mais inteligente com o alerta para a falta “de um plano geral feito por um engenheiro”, pugnando pela intervenção de um técnico com a formação adequada para solucionar as condições de insalubridade do estabelecimento e organizar o espaço de acordo com os recursos e as funções a que se destinava.

Com isto, depreende-se que o autor lacobrigense defendia a demolição do já obsoleto edifício de banhos e de alojamento, velho de anos e de estrutura, dando lugar a um novo hospital pensado de raiz com as condições adequadas de ventilação e de circulação no seu interior. Se desde a transição para a jurisdição civil do distrito surgia a necessidade de desenhar um plano generalizado para os equipamentos termais, com a crescente profissionalização das engenharias decorrente da Revolução Industrial na Europa, também nas Caldas de Monchique se vai reflectindo a tendência para que essas obras estruturais sejam coordenadas por técnicos especializados. Parece, então, pela mão de Eugénio de Castilho, a primeira vez que declaradamente se defendeu a necessidade de um novo edifício balnear nas termas algarvias.

Pela Portaria de 7 de Dezembro de 1872 dá-se uma viragem no molde de gestão por acção do governador civil José de Beires, que ocuparia este lugar durante mais cinco anos. Além da ordem para adoptar um novo Regulamento, a instituição passa a ser presencialmente administrada por um médico, que reunirá daqui em diante ambas as funções, administrativa e clínica, no Estabelecimento Termal das Caldas de Monchique. Assim, a gestão do estabelecimento termal passa pela nova concepção oitocentista de atribuir aos técnicos o desempenho de funções de carácter eminentemente técnico, ao mesmo tempo que lhes é exigida polivalência, tanto para as tarefas inerentes à sua formação, como na resolução das questões burocráticas.

Não podemos deixar de constatar, que já em 1840 o deputado José António Brak-Lamy, eleito às Cortes pelo círculo algarvio, constatava as virtudes do eclesiástico que então dirigia as Caldas, lamentando que no entanto fosse “destituído dos conhecimentos que poderiam influir na aplicação das águas, ou ao menos da higiene precisa e apropriada aos doentes”¹⁶², pelo que a nova medida veio colmatar a falha num conhecimento que deveria ser global nas duas vertentes, administrativa e clínica.

¹⁶¹ Castel-Branco, 1885, p.33.

¹⁶² www.aguas.ics.ul.pt.

Foi então sob os auspícios do conselheiro governador civil José de Beires que se delineou uma estrutura administrativa organizada, tanto nos princípios que a regiam, como na documentação dos resultados obtidos, para que fossem devidamente justificados em relatórios anuais que o facultativo redigia para o Governo Civil.

Por sua vez, este relatório era anexado a um outro que o próprio governador civil endereçava à Junta Geral do Distrito de Faro, com o Regulamento em vigor (do *Estabelecimento Thermal* e da Casa de Recreio) e o seu balanço sobre o que se fizera e o que ficava por realizar no ano seguinte. Mas dúvidas não há sobre o “especial cuidado” com que o conselheiro, que exerceu o cargo por duas vezes, olhava para este estabelecimento, “sem dúvida o mais importante do distrito, tanto pela excelência de suas águas, que rivalizam em propriedades terapêuticas com as melhores do país e do estrangeiro, como pelo agasalho e conforto que o seu hospital presta a grande número de enfermos pobres que ali são admitidos na quadra própria”¹⁶³.

É de salientar que já em 1862 se desenhava uma nova disposição arquitectónica para o estabelecimento termal, pois neste ano foi construída por subscrição pública uma enfermaria masculina para pobres nas proximidades do edifício do hospital, imóvel que vinha sendo acrescentado, de forma desordenada, além disso, exíguo e com poucas condições de salubridade, desde o tempo dos bispos. A nova estrutura foi erigida por subscrição pública em homenagem ao recém-falecido e bem-amado monarca D. Pedro V, que se dedicara na sua curta vida à saúde pública e à caridade para com os mais desfavorecidos. A relação do rei com a nova enfermaria esgota-se, precisamente, na homenagem (de que restaram duas lápides evocativas, uma em português e outra em latim), tratando-se a edificação de uma singela casa, de cariz utilitário e sem interesse artístico, recebendo a designação de enfermaria, no sentido de manter a actividade assistencial

Até ao novo modelo de administração instituído em 1872, o excedente das receitas produzidas pelo estabelecimento era remetido para o Governo Civil de Faro, ao que acrescia o facto de não existir um orçamento regular que garantisse uma verba anual para obras. Os melhoramentos a realizar eram meramente indicados pelos provedores à tutela regional, que depois providenciava as condições possíveis para a realização de melhoramentos isolados (realizados durante a *época baixa*, no Inverno), sem obediência a um plano geral.

¹⁶³ Beires, 1873, p.35.

No relatório apresentado à Junta Geral do distrito de 1873, José de Beires enumerou as medidas práticas tomadas na gestão do estabelecimento ao longo desse ano, como o aluguer da hospedaria (que já tinha sido ampliada em 1861, para dar resposta a um crêscimo de utentes, por parte do Governo Civil) – o vetusto edifício construído para o alojamento dos bispos, provedores e outras figuras ilustres –, para onde iria remeter um piano e uma mesa de bilhar, dando a uma das salas o cariz de salão de recreio. Lamenta, contudo, a ausência de um plano geral de melhoramentos desde as construções primitivas, com vista às “condições de hygiene, commodidade e belleza”, numa preocupação que supera as questões estruturais, com a necessidade de conferir ao estabelecimento um aspecto estético agradável.

Desde o final do século XVII, as estruturas arquitectónicas foram sendo acrescentadas de forma desordenada, adaptando-se ao território, à vontade pessoal de cada um dos ocupante da cadeira diocesana algarvia e aos recursos disponíveis no momento de cada campanha de obras, pensada isoladamente, ou de forma a articular-se da melhor forma possível às pré-existências. Com a tomada de posse do estabelecimento termal pelas autoridades civis do Algarve, surge também a tomada de consciência sobre a premente necessidade de um plano geral de melhoramentos, passível de articular as diversas funções, que se vão diversificando com as tendências da época. O salão de recreio, por exemplo, seria impensável na gestão eclesiástica, adversa aos perigos morais do convívio e das distrações entre os banhistas, e condenatória à prática do jogo, que era considerado moralmente pernicioso pela Igreja.

Sob a tutela laica, o espaço adaptou-se à procura de momentos de lazer e dos jogos, que constituíam, em simultâneo, uma fonte de receita para os administradores, sendo anexados ao relatório do governador civil e do facultativo em funções, e os regulamentos do Estabelecimento Termal¹⁶⁴ e da Casa de Recreio. Até o próprio clínico, Dr. José Gascon, mencionou “os concertos musicas no salão do estabelecimento”¹⁶⁵ e o aumento do número de banhistas ao longo daquela época termal, atribuído aos arranjos realizados nas estradas de acesso às Caldas de Monchique. Não deixou de colocar a prioridade na conclusão, em definitivo, da estrada de Portimão, que ligaria o

¹⁶⁴ A partir sensivelmente desta altura, passa a ser utilizada a designação “Estabelecimento Termal”, no sentido do conjunto de edificios onde eram disponibilizados os banhos termais e alojamento, já não só no sentido estrito de “hospital” para a cura de molésticas físicas vocacionado para os pobres e instituído pelos bispos do Algarve. Progressivamente, transformou-se também em destino de lazer, convívio e bem-estar, conforme as tendências europeias nas termas em Oitocentos, e que víamos já despontar no relato de George Landmann.

¹⁶⁵ “Relatório do Facultativo”, anexo a Beires, 1873.

estabelecimento termal directamente ao litoral sul do Barlavento, onde aportavam os barcos com potenciais banhistas. À semelhança do governador do distrito, também o médico do partido de Monchique possuía uma sensibilidade estética sobre o carácter pitoresco dos arredores do estabelecimento, defendendo o aformoseamento dos passeios (em particular o do Tanque e o do Lajeado), assim como as obras de complemento no salão de recreio. Há a registar, neste sentido, o progressivo alargamento da concepção de lazer, favorecida pela laicização do estabelecimento termal, e que caminhou a par do culto romântico da fruição da paisagem natural, o pano de fundo de que também o Naturalismo comungou na pintura. Além de que a preocupação pelo embelezamento paisagístico dos trilhos das Caldas de Monchique encontrava-se em sintonia com os hábitos daquele período, em que a socialização no exterior se consolidava, em especial sob a forma dos passeios públicos nas grandes cidades.

O governador terá tentado encontrar resposta às necessidades através de um plano de obras, mas acaba por confessar a sua frustração: “porque a receita própria do estabelecimento pouco me podia habilitar, desisti do projecto (...). Limitei-me aos reparos indispensáveis”, justificando-se, por outro lado, com a grande distância a que as Caldas de Monchique se localizavam relativamente aos centros urbanos e com as “péssimas vias de comunicação”¹⁶⁶ que exacerbavam a distância, mesmo com as pequenas obras a que o médico aludira.

No ano seguinte, em 1874, era *Médico Director* do estabelecimento termal o Dr. Francisco Lázaro Cortes, tendo registado no seu *Relatório das Caldas de Monchique* que se procedera à construção de uma nova enfermaria para mulheres, fronteira à referida enfermaria dos homens. À semelhança da enfermaria masculina levantada doze anos antes, também a feminina possuía as condições mínimas de habitabilidade, pautando-se por uma ausência de matriz estética, sendo meramente funcional. O Hospital transita, pois, para estas duas instalações construídas de raiz, dando as antigas enfermarias do velho edifício dos Banhos lugar a quartos para albergar os doentes contribuintes, que conferiam ao mesmo tempo necessária receita para a manutenção do estabelecimento. As próprias salas de banho definem a partir daqui a condição social dos que as frequentam, ficando atribuído exclusivamente o *Banho da Pancada*¹⁶⁷ para

¹⁶⁶ *Id., ibid.*, p.35.

¹⁶⁷ O Banho da Pancada encontrava-se numa divisão anexa ao hospital termal, e recebeu este nome pela elevada queda de água no tanque de banho que possuía;

os mais pobres, que só em casos muito excepcionais poderiam tratar-se nas tinas na parte superior do edifício.

Criava-se assim um distanciamento físico entre classes sociais, pois “em Monchique, como noutros lugares, manteve-se historicamente o acolhimento dos pobres, mesmo que lhes estivessem destinados lugares cada vez mais longe da vista dos utentes de maior fortuna que ali procuravam, também, prazeres do lazer e do entretenimento postos em moda nas termas mais afamadas e elegantes”¹⁶⁸.

Até nos assentos parlamentares foi discutida a rígida divisão entre o estabelecimento termal e o hospital dos pobres, a que deu voz Aragão Mascarenhas, do círculo eleitoral algarvio: “um dos regulamentos médicos é que nenhum dos doentes saia do hospital, absolutamente nenhum; ha guardas sobre guardas para evitarem as infracções; mas adiante do edifício ha um bello jardim, que é destinado para passearem os doentes que não estão no hospital; de maneira que para o doente pobre a cura é agua e encerro, e para o que não é pobre a cura é agua, o passeio e ar livre!”¹⁶⁹. Como se o processo de restabelecimento da saúde e as necessidades terapêuticas fossem diferentes entre pobres e ricos, privando-se os primeiros de tratamentos complementares, como o ar livre e a distracção, facto contra o qual se insurgia e que denunciava aquele deputado.

A dicotomia estendia-se igualmente à tipologia dos banhos, pela distinção feita entre *banhos higiénicos* e os tratamentos termais, propriamente ditos, tanto no que tange às instalações consignadas a cada tipo, mas ainda ao preço praticado, sendo os segundos obviamente mais económicos que os primeiros. A água termal passa a ter declaradamente duas funções diversas, vocacionada igualmente para indivíduos de diferentes perfis, de acordo com os objectivos da ida a banhos (saúde ou bem-estar) e respectivas posses pecuniárias, numa simultaneidade de usos com lugares também distintos¹⁷⁰, escalonada em banhos para as várias classes.

Por esta época, as termas eram frequentadas por banhistas oriundos de todo o Algarve, da região do Alentejo (com que o concelho de Monchique faz fronteira) e, ainda, se mantinha a tradição dos espanhóis, provenientes da Andaluzia e de outros pontos do país vizinho¹⁷¹.

¹⁶⁸ Bastos, 2010, p.117.

¹⁶⁹ Sessão de 24 de Julho de 1861 (<http://debates.parlamento.pt>, consultado a 20/05/2013).

¹⁷⁰ Cf. Bastos, 2010, p.112.

¹⁷¹ Ortigão, 1875, p.113.

A atenção que o conselheiro José de Beires dispensava ao Estabelecimento de banhos e respectivo Hospital continuava a materializar-se em algumas intervenções de obras supervisionadas pelo agora director clínico, Dr. Francisco Lázaro Cortes, mas ainda muito distantes de satisfazer a carência de uma campanha que abrangesse todo o complexo por igual, actualizando as condições físicas dos edifícios.

Assim, em 1874, foi então concluída a nova enfermaria com capacidade para albergar cerca de 30 mulheres pobres, obedecendo a preceitos de salubridade, como a adequada ventilação do espaço, obrigando por sua vez a uma remodelação no Banho da Pancada¹⁷², através da construção de um corredor de acesso para ambas as enfermarias dos pobres – feminina e masculina, entre outras alterações na estrutura e acessos. Também a ribeira paralela ao balneário foi coberta ao longo da extensão do edifício, porquanto a estagnação das águas no Verão originava amiúde focos de infecções.

Deu-se ainda seguimento à necessidade registada no ano transacto, pelo que houve intervenção no chamado *passeio do Tanque Novo* e a sala de recreio recebeu nova pintura, com cadeirões e reposteiros que certamente contribuíram para uma decoração mais confortável e actual. Houve também diversas intervenções individualizadas: na estrada, moinho, hospedaria, quartos, tinas, etc.

Começou a ser edificado ainda o chamado *Palacete (Fig.25)*, destinado a residência do provedor do estabelecimento, uma vez que a Hospedaria deixara de ter esta função, dando lugar a quartos e cozinha comum para doentes contribuintes. Contudo, esta medida foi alvo de acesa polémica nas bancadas da Câmara dos Senhores Deputados, por o governador civil ter canalizado os bens de uma capela *dos pobres* para esta obra que na óptica de deputados como o algarvio Coelho de Carvalho, acusando Albino de Abranches Figueiredo de ter aplicado “o rendimento vencido da capella de Bento de Araújo, não ao custeamento do hospital das caldas de Monchique, na forma do decreto de 21 de maio de 1836¹⁷³, mas para a confecção de uma espécie de palacete, onde deve presidir o provedor, e isto com manifesto prejuízo d'aquelle estabelecimento, que é pobre, que tem diminutissimo rendimento, e não pôde manter por mais de três dias os pobres que ali vão fazer curativo”¹⁷⁴, e ainda de negligenciar as condições de tratamento dos doentes pobres, privilegiando construções opulentas sem utilidade

¹⁷² Cf. Cortes, 1874.

¹⁷³ O Decreto de 21 de Maio de 1836 definia a medida provisória de que os rendimentos da capela instituída por Bento Araújo a favor dos pobres de Faro seriam aplicados na “conservação, e custeamento do Hospital, e Albergaria das Caldas de Monchique (<http://legislacaoregia.parlamento.pt>).

¹⁷⁴ Acta da sessão de 22 de Março de 1861, p.863 (<http://debates.parlamento.pt>).

efectiva nos melhoramentos de que o estabelecimento tanto carecia. Esse era, de resto, um receio já manifestado pelo deputado Santos Monteiro em 1853 na gestão dos fundos: “como ha muito quem goste de ser architecto, que se principiem a idear obras e a delinear um edificio, e finalmente não haja nem edificio, nem rendimentos”¹⁷⁵. Acabou por materializar-se um edificio, mas a prioridade desta construção saldou-se bastante questionável pelos seus opositores, e até a sua designação reflecte a opulência desnecessária com que era olhado este investimento.

O médico Lázaro Cortes remata o seu relatório anual de 1874 com a convicção de que “nunca se poderá pensar na demolição das [estruturas arquitectónicas] existentes, que chegaria até a ser um imperdoável crime”¹⁷⁶, talvez pelo valor histórico que lhe atribuía, já que as construções precisavam, efectivamente, de profundas obras para se adaptarem aos critério de higiene e salubridade que a Medicina então já exigia. Ou por ventura seria um argumento com o objectivo de camuflar a nítida falta de verbas, ou de uma racional administração, por parte do Governo Civil e do Estabelecimento Termal num empreendimento tão radical e dispendioso.

À parte da questão relacionada com a permanência ou não do velho edificio, neste ano “mandou-se proceder ás obras do lanço da estrada de Lagos Monchique, entre a Torrinha e Monchique, na extensão de 12:440,40 metros (...); e bem assim ás do ramal para o estabelecimento dos banhos, na extensão de 236 metros”¹⁷⁷, mas num ritmo demasiado brando para a exigência de banhistas e de conseqüente capital para pôr em marcha planos de melhoramentos mais ambiciosos. A imprensa regional acusava a administração das termas de ter feito despesas supérfluas, anunciando que irão ter lugar novas obras, mas pede ao governador civil para que seja nomeada uma “comissão de médicos e engenheiros precedida dos indispensáveis estudos chimicos sobre a natureza das aguas”¹⁷⁸. Esta concepção mostra-se já permeável à constituição de equipas pluridisciplinares, e complementares, em edificações com função terapêutica, sob noção prioritária de conhecer cientificamente as propriedades da água termal, e traduzi-las em edificios capazes de maximizar o seu aproveitamento em prol da saúde e da comodidade dos utilizadores.

¹⁷⁵ Acta da sessão de 12 de Agosto de 1853 (<http://debates.parlamento.pt>).

¹⁷⁶ Beires, 1874, p.64.

¹⁷⁷ *Gazeta do Algarve*, nº73, 20/05/1874, p.2.

¹⁷⁸ *Id.*, nº66, 01/04/1874, Editorial.

Em 1875, o director clínico voltava a lamentar a falta de receitas com fim aos tão almejados melhoramentos, ao passo que o governador civil de Faro repetia, por seu turno, o lamento e o desejo de “emprehender obras em larga escala, subordinadas a um plano geral (...). Para isso seria necessário obter dos poderes publicos recursos pecuniários que o estabelecimento não tem, e esses tenho esperança de que não faltarão logo que eu possa obter a confecção de um plano de obras e competente orçamento, trabalho que não tenho podido conseguir, apesar das diligências feitas, por falta de pessoal disponível. Não descançarei em quanto não vir realizado este melhoramento, que deve elevar este estabelecimento á cathegoria de primeira ordem”¹⁷⁹. Deste ano, em que acorreram ao hospital do estabelcimento 683 doentes pobres, ressalta a instalação da estação telegráfica durante a época termal, mas que, por falta de uma construção própria para o efeito, acabou por ocupar dois dos quarenta e dois quartos disponíveis no edificio balnear, visto que o orçamento disponível foi insuficiente para quaisquer melhoramentos de vulto.

José de Beires reiterou a necessidade de estruturar as vias de comunicação, apelando em 1876 que o caminho-de-ferro alcance o Algarve, e retomava a urgência de ser terminada a estrada para Portimão, sendo que já no ano anterior alertara para que fossem facilitadas as vias entre Monchique e o caminho-de-ferro do Alentejo. Perante o relativo isolamento geográfico, a realidade das termas algarvias encontrava-se “longe do fenómeno do desenvolvimento combinado das estações termais e ferroviárias que se conhece para França e também para o Norte de Portugal”¹⁸⁰, numa desarticulação entre meios e recursos, que se tornava um assinalável obstáculo ao desenvolvimento do estabelecimento termal, bem como à fixação de iniciativa privada nas encostas do vale. Porém, no ano seguinte, a estrada de macadame chega às Caldas de Monchique.

Dois anos volvidos, foi nomeado director clínico o Dr. António Frederico Gomes, responsável por algumas obras de reconversão de edificios – transformando um palheiro em chalet para albergar banhistas, por exemplo –, melhorando o Largo da Pimenteira (a praça principal, conhecida como o *Parque*), a entrada da hospedaria, e promovendo melhoramentos no balneário, pelo que conferiu maior iluminação ao corredor das tinas por via de clarabóias e pavimentou as salas-de-abafos. Por sua vez, as enfermarias do Hospital para os pobres anexo ao balneário, receberam novo mobiliário,

¹⁷⁹ Beires, 1875, p.56.

¹⁸⁰ Bastos, 2011, p.117.

fechando o conjunto de pequenas obras isoladas, ao encontro das dispersas acções do mesmo género que tinham sido feitas desde que o Governo Civil de Faro tomara conta da propriedade, apesar do desejo e da necessidade constantemente manifestados por várias individualidades de concretizar-se, por fim, uma campanha concertada de melhoramentos.

Com a nomeação do bacharel João Bentes Castel-Branco para o cargo de director clínico das Caldas de Monchique em 1882, o estabelecimento termal vai conhecer um fôlego inédito na sua história edificatória. Ainda que até 1895 as termas permanecessem sob a alçada do Governo Civil da província algarvia, o novo ritmo e as mudanças imprimidas por esta individualidade justificam por si um capítulo exclusivo, dedicado à sua acção no desenvolvimento da instituição.

▪ **3.2- João Bentes Castel-Branco: o lançamento das bases para a concessão do estabelecimento termal (1882-1895)**

Em Maio de 1882, João Bentes Castel-Branco foi provido director clínico das Caldas de Monchique na sequência de um surto de varíola, cargo que passou desde aí a acumular com o do partido médico do concelho¹⁸¹.

Desde logo, o jovem clínico algarvio natural de Lagoa deu o passo primordial para resolver a questão que ecoava há décadas sobre o progresso das termas: mandou de imediato levantar a planta do estabelecimento – o documento que nos permite pela primeira vez descortinar a morfologia urbana das termas –, elaborado pelo próprio Bentes Castel-Branco (*Fig.25*). Desconhece-se, todavia, a documentação do seu plano e, por conseguinte, de todas as acções que estavam nele previstas. Parte-se do princípio que as diversas intervenções que realizou de 1883 a 1886 integravam o projecto. Refira-se que a figura do Plano Geral de Melhoramentos havia sido instituída em 1864 pelo então Ministro das Obras Públicas, João Crisóstomo.

A Planta Geral de toda a Propriedade que mandou levantar em Setembro de 1883 deixa perceber a complexa diversidade funcional de estruturas pré-existentes: Passeio da Gruta e Tanque Grande, Fonte das Lágrimas, Palacinho, Hospedaria, três Cavalariças, Casa do Mordomo, Açogue, Casa de Manuel Mathias, Palacete e Casa do Director, Salão, Casa da cal, Forno de cal, Cozinha, Venda (loja), Carneiro (“antigo

¹⁸¹ Sampaio, 2010, p.11.

deposito d'ossos humanos”), Edifício do banho, Enfermarias (masculina e feminina), duas Fontes Termais por explorar, Banho da Pancada, Fonte Férrea, três Prisões e um “terreno pertencente ao Estabelecimento mas separado d'ella”.

Devido à falta “d'engenheiro e de dotação conveniente”¹⁸², no sentido de delinear o seu plano geral de melhoramentos¹⁸³, o próprio Bentes Castel-Branco delineou-o começou a executá-lo a partir do ano subsequente:

“Logo no princípio de 83 começámos a pôr em execução o nosso plano, cobrindo as ribeiras para ampliar os largos do Plátano e do Palacinho, arrasámos um velho telheiro, onde se recolhiam as cavalgaduras, a casa do mordomo, o açougue e uma velha cavallariça, para ampliar também o largo principal, ampliámos a hospedaria duplicando-lhe os alojamentos, preparando e mobilando quartos confortáveis.

Edificámos três casas para creados e uma outra para o mordomo, lançámos os fundamentos da actual hospedaria nova e hotel central, deixando, por falta de recursos e de tempo as paredes d'estes dois predios, á altura do primeiro andar.

Tirámos a planta de todos os terrenos do estabelecimento, traçámos e abrimos dois kilometros de passeios atravez dos estevaes, procurando estabelecer facil acesso para os melhores pontos de vista, semeámos de penisco e plantámos d'acacias e d'outras arvores uma grande parte dos terrenos da casa, lançando as bases do parque actual.

Regularisámos o serviço d'escriptorio e a pharmacia e preparávamo-nos para adquirir aguas nos terrenos superiores, afim de irrigar o parque (...)”¹⁸⁴.

Com a responsabilidade de encontrar os mecanismos de financiamento para levar as diversas obras a cabo, remeteu logo em 15 de Fevereiro 1883 o pedido de adjudicação do estabelecimento termal pelo período de noventa anos (para usufruto próprio e de seus herdeiros) ao Ministério dos Negócios do Reino.

Constatando a falta de comodidade, de vias de comunicação com as localidades vizinhas, assim como de uma análise fidedigna das águas termais, propunha-se o

¹⁸² Castel-Branco, 1906, p.28.

¹⁸³ Cf. *Planta Geral de toda a Propriedade do Estabelecimento Thermal de Monchique em 13 de Setembro de 1883*, Arquivo da Direcção-Geral de Energia e Geologia – Ministério da Economia - DGEG-ME.

¹⁸⁴ Cf. Castel-Branco, 1906, pp.28-29.

bacharel em Medicina a resolver alguns destes entraves, mas também a levar a cabo uma série de ampliações para dar lugar a novos espaços em consonância com a prática terapêutica, nomeadamente a beneficiação do velho edifício balnear, e com a vivência do lazer nas termas (de que é exemplo um gabinete de leitura e uma nova capela), a manter o subsídio anual para o acolhimento de doentes pobres, e a elaborar um registo estatístico mais rigoroso¹⁸⁵.

Ao mesmo tempo, concebia o espaço termal no seu conjunto natural e edificado, tendo-se proposto por isso a ajardinar e arborizar todos os terrenos pertencentes ao Estado. No sentido de aprofundar essa relação, contemplou ainda no orçamento a construção de 35 chalets familiares em redor do estabelecimento termal, no seu ideário de que era preciso fundar-se uma aldeia com habitantes que lhe dessem vida e movimento ao longo de todo o ano, com a tentativa de quebrar com a vivência quase exclusivamente sazonal do lugar. Em Novembro submeteu a mesma proposta, mas agora esclarecendo melhor as cláusulas de forma mais minudente numa memória descritiva, talvez no intuito de acelerar o processo que em que a exploração do estabelecimento e da sua envolvência seria privatizada.

Em Abril de 1885 o governador civil de Faro Jerónimo Bivar Gomes da Costa, que treze anos antes fora director clínico das Caldas de Monchique na única época termal em que ali exerceu o cargo, deu o seu parecer acerca do pedido de adjudicação de João Bentes Castel-Branco. Assim, com conhecimento de causa sobre a realidade das termas e a falta de verbas públicas, constatava que, caso as obras não fossem sujeitas a um plano geral e feitas ao sabor das circunstâncias presentes, estaria a dar-se continuidade ao mesmo erro que se verificava desde as edificações primitivas, alvitando por fim que, “se o Governo não quizer ou não puder tornar sobre este encargo (...), a concessão da exploração do estabelecimento será o único [meio] a seguir”¹⁸⁶, deliberando que a proposta se afigurava vantajosa, com o respectivo orçamento.

Ainda sem uma resolução do caso, a Procuradoria Geral da Coroa e Fazenda emitiu no ano seguinte (a 12 de Fevereiro) um parecer sobre a possibilidade de entregar a exploração do estabelecimento termal nas mãos do bacharel em Medicina: “Exceptuando a resolução de deixar o estabelecimento de Monchique na imperfeição

¹⁸⁵ Cf. Castel-Branco, Proposta de adjudicação do Estabelecimento Termal das Caldas de Monchique, 1883, Arquivo da Direcção-Geral de Energia e Geologia – Ministério da Economia (DGEG-ME).

¹⁸⁶ Parecer do governador civil de Faro, Jerónimo Bivar Gomes da Costa, dirigido ao Ministro e Secretário de Estado do Ministério do Reino, em 17/04/1885, Arquivo DGEG-ME.

actual, qualquer outra que tenha por fim construir as edificações e realizar os melhoramentos que elle carece, ou seja por administração directa do Estado ou por contrato oneroso com empresa legal e solidamente constituída, auctorisar as obras e as despesas, e no segundo, approve o contracto”¹⁸⁷.

Independentemente da administração do estabelecimento – pública ou particular –, a prioridade para o poder central era beneficiá-lo, evitando assim as nítidas carências de que padecia e que até ali não tinham solução prevista sob a alçada do Governo Civil de Faro. Mas tais obras não poderiam ser feitas automaticamente, sem planificação prévia, já que o documento salvaguarda desde logo que, em todo o caso, “em ambos deve preceder um projecto feito segundo as indicações technicas da medecina e da engenharia; e consultado e approvedo pela Juncta Consultiva de Saude Publica e pela Juncta Consultiva das Obras Públicas”, numa supervisão técnica partilhada e complementar, consentânea com os critérios de higiene e comodidade exigidos na época.

Cinco dias depois, a 17 de Fevereiro, José Gregório Figueiredo Mascarenhas apresenta na Câmara dos Deputados as representações das câmaras municipais algarvias de Vila do Bispo, Lagos e Alcoutim, bem como de 160 frequentadores do estabelecimento termal das Caldas de Monchique, solicitando a sua beneficiação, devido ao crescente número de pessoas e às “péssimas condições” que ali se encontravam. Considerando o facto deste general e deputado ser um dos proprietários de terrenos nas imediações das termas¹⁸⁸, com interesse no seu desenvolvimento e subsequente valorização imobiliária, facilmente se compreenderão as diligências por ele tomadas nesse sentido, revestido legitimamente pelas representações camarária e popular.

João Bentes Castel-Branco foi, por seu turno, recolhendo através destas vias apoio transversal no círculo político regional e central, junto do Governo Civil da província, da Procuradoria-Geral da Coroa e Fazenda, nas Cortes e até da massa popular, junto dos frequentadores do estabelecimento termal.

Com este propósito, o deputado entrega na sessão de 2 de Março um projecto-lei, propondo uma de duas possibilidades para solucionar a questão: ou a dotação de um

¹⁸⁷ Parecer da Procuradoria Geral da Coroa e Fazenda, dirigido ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, em 12/02/1886, Arquivo DGEG-ME.

¹⁸⁸ Cf. *Caldas de Monchique – Terrenos mal limitados e contestados cuja alienação é proposta pelo concessionário João Bentes Castel-Branco, 30 de Outubro de 1896*, Arquivo DGEG-ME.

considerável subsídio público capaz de promover todos os melhoramentos necessários no estabelecimento, ou, por outro lado, consigná-lo à iniciativa particular, outorgando a sua gestão a uma empresa com capacidade de investimento nessas obras, sem custos para o Tesouro. Conclui com a insinuação de que “seria mais *sympathico* o primeiro alvitre, mas na conjuntura actual do thesouro não ousamos propol-o”, reforçando a ideia da impotência do Estado perante as necessidades do estabelecimento termal.¹⁸⁹, no intuito de dar expressão legislativa aos intentos de Castel-Branco, apoiando-se numa base autárquica regional que se fazia reforçar pela voz popular dos utilizadores do estabelecimento.

Não obstante o apoio transversal de que o seu projecto era alvo, Castel-Branco foi impedido superiormente de deslocar-se ao congresso hidrológico de Biarritz no sentido de estudar hidroterapia e as dinâmicas dos estabelecimentos paradigmáticos na utilização da água termal, acabando mesmo por ser demitido do cargo no mês de Setembro e, por consequência, ver os seus planos abruptamente interrompidos, devido à “mofina política”¹⁹⁰.

Na verdade, o até então director clínico havia sido secretário do Conselho Providencial que elaborou os estatutos do Partido Republicano no Algarve¹⁹¹ em 1884, contribuindo activamente para a organização deste movimento, à altura crescente na província. O comprometimento ideológico passado à prática, por uma causa ainda em contraciclo com o regime monárquico vigente (mas cada vez mais fragilizado), tê-lo-á por certo exposto às flutuações políticas. Teremos oportunidade de verificar que o fervor pela política traduziu-se num factor constante, ora de favorecimento, ora de ruptura na relação de Castel-Branco com as Caldas de Monchique, de que este período é já ilustrativo.

Foi então reconduzido no lugar o Dr. António Frederico Gomes, que em 1882 fora afastado das funções de director clínico do estabelecimento termal de Monchique, precisamente para dar lugar a João Bentes Castel-Branco. Torna-se, pois, bastante perceptível aferir que o cargo, apesar de sua índole clínica, estava intinsecamente ligado às oscilações político-partidárias e às nomeações decorrentes, servindo, no dizer de José Rosa Sampaio, “como um trampolim político”¹⁹² no contexto do poder regional.

¹⁸⁹ Cf. www.debates.parlamento.pt.

¹⁹⁰ Castel-Branco, 1906, p.29.

¹⁹¹ Mendonça, 2010.

¹⁹² Sampaio, 2012, p.7.

Mesmo afastado das Caldas, o seu requerimento para a concessão do Estabelecimento Termal parece ter despoletado desenvolvimentos, e em Setembro de 1887, através de parecer régio de D. Luís saiu a portaria em que se fez “encarregar Rodrigo Maria Berquó de inspeccionar as Caldas de Monchique (...), afim de verificar o estado d’este estabelecimento e propor ao Governo, no relatório que elaborar, os melhoramentos de que carecerá aquela estação balnear”¹⁹³. A nomeação deste técnico ter-se-á devido, muito provavelmente, não só à formação no ramo da Engenharia, mas à experiência que somava na direcção de projectos e de obras em estabelecimentos termais, como as Caldas da Felgueira. Ali iniciara o percurso em 1882, na qualidade de responsável pelos trabalhos preparatórios de sondagem mas ainda na própria concepção do projecto para o novo balneário, o que terá de alguma forma contribuído para que seis anos depois viesse a ser convidado a presidir à administração do Hospital Real das Caldas da Rainha, não sendo, porém, estranhas a este facto as suas ligações ao Partido Progressista. Munido das mais actuais concepções de higiene e salubridade, pensa o espaço termal como um conjunto simbiótico onde cabem o parque com as suas árvores com efeitos higienizantes e os equipamentos culturais na animação termal¹⁹⁴.

No parecer da Direcção das Obras Públicas do distrito de Faro dirigido ao Conselheiro Director Geral das Obras Públicas e Minas em 3 de Março de 1888, é encarregado o engenheiro Filipe Gonçalves Pelouro de fazer cumprir as ordens do engenheiro-director, José Pinheiro Borges . Este responsável relata as condições a que assistira aquando da sua inspecção no terreno, sentenciando que “estão hoje em perfeita desarmonia ou antagonismo com o que a sciencia moderna tem preceituado acerca de estabelecimentos hydrologicos”¹⁹⁵ e que fosse nomeada uma comissão constituída por um engenheiro e dois médicos, no sentido de elaborarem um plano geral de trabalhos a executar e realizá-los no mais curto prazo, devendo prever-se também como seria aproveitada a água termal ao longo da sua execução.

Relativamente a esta articulação de saberes técnicos, conclui que “o grande desideratum é que a concepção medica na sua applicação produza resultado efficaz,

¹⁹³ Portaria de José Luciano de Castro – Ministério do Reino, de 05/09/1887, Arquivo da Direcção-Geral de Energia e Geologia – Ministério da Economia.

¹⁹⁴ Cf. Mangorrinha, 1996. O relatório elaborado por Berquó não consta dos documentos arquivados na DGEG-ME; relativos ao processo.

¹⁹⁵ Parecer da Direcção das Obras Públicas do distrito de Faro dirigido ao Conselheiro Director Geral das Obras Públicas e Minas em 3 de Março de 1888, assinado pelo Engenheiro Director José Pinheiro Borges, Arquivo DGEG-ME.

obtido por intermedio da obra feita pelo engenheiro”¹⁹⁶, que teriam de ser forçosamente especializados e com experiência prática demonstrada em intervenções neste tipo de estabelecimentos.

A Junta Consultiva da Saúde Pública coíbiu-se em 27 de Maio de 1889 de exprimir um veredicto quanto às questões de salubridade das propostas apresentadas, visto o projecto do bacharel ser considerado insuficiente devido à ausência de alguns dados técnicos, e por outro lado, o de Berquó tido como deficiente por cingir-se apenas ao edifício balnear¹⁹⁷, lacunas que impediam uma decisão definitiva por parte do Governo, sendo o aspecto mais palpável da questão o “vergonhoso estado d’aquelle estabelecimento e a urgencia de o transformar”¹⁹⁸. Determina, contudo, que seja realizada a análise química das águas, um plano de melhoramentos que se estenda além do velho edifício de banhos, assim como a avaliação da viabilidade económica da concessão ou da continuidade do Estado na exploração do estabelecimento.

Enquanto se faziam estas movimentações nos bastidores político-administrativos, João Bentes Castel Branco aproveitou em 1889 o interregno na direcção das Caldas de Monchique para alargar os conhecimentos clínicos. Viaja até à Alemanha¹⁹⁹, país onde o padre católico Sebastian Kneipp (1821-1897) gerava burburinho pelos seus métodos inovadores na hidroterapia e no conceito de cura saudável através dos elementos naturais, tornando-se seu discípulo. Mais tarde, veremos como Castel-Branco tentou adaptar a influência da Naturopatia à oferta terapêutica do estabelecimento termal de Monchique.

Ainda sobre o projecto de Rodrigo Berquó, em Janeiro de 1890, o ainda director clínico do Estabelecimento Termal das Caldas de Monchique, o Dr. António Frederico Gomes redige (alguns meses antes de falecer) a sua apreciação face ao documento, começando por elogiar-lhe os aspectos gerais de conjunto, como a “necessaria separação de classes e sexos” no balneário termal, em nítida consonância com a prática economicamente estratificada dos banhos, como se ia desenhando mental e arquitectonicamente em estabelecimentos congéneres, no primeiro aspecto, e no segundo, permanecendo a separação entre homens e mulheres, conforme os bispos algarvios defenderam. A laicização das termas pelos vistos, neste sentido, não gerou um

¹⁹⁶ *Id., ibid.*

¹⁹⁷ Cf. Parecer da Junta Consultiva da Saúde Pública, em 27/05/1889, Arquivo DGEG-ME.

¹⁹⁸ *Id., ibid.*

¹⁹⁹ Cf. Peralta, 1912, p.3.

corte com a moral cristã instituída, preconizando-se apesar da visão científica objectiva também a separação de casais.

Debruçando-se sobre a aplicação da proposta do engenheiro ao local a que se destinada aplicar, em concreto, António Frederico Gomes encontrou-lhe, sobretudo, um assinalável entrave: “parece ter dominado o autor uma despreocupação demasiada por tudo o que existe hoje nas Caldas de Monchique”, por ter concebido um edifício balnear isolado e perfeitamente simétrico, sem ter em conta a necessária articulação com o conjunto pré-existências. Considera que estas “nem são tão insignificantes ou de construção tão antiga ou defeituosa que me pareça devam ser sacrificadas”, no caso dos edifícios do Club ou do Palacete.

Por outro lado, o mesmo director defendia o aproveitamento do velho balneário *monacal*, aduzindo-lhe algumas remodelações interiores, por forma a servirem de habitações aos banhistas pobres. Em relação aos métodos hidroterápicos, julga exagerada a proposta de serem instaladas 63 banheiras de imersão, alegando que generosidade do manacial aquífero não justificava que se transformassem os benéficos banhos de água corrente em banhos de água dormente.

Por detrás de todas estas condicionantes colocadas pelo director clínico, encontrava-se o habitual e incontornável constrangimento financeiro do Estabelecimento Termal em particular, e a óbvia carência do Governo Civil regional para promover obras radicais. António Frederico Gomes chega a propôr um autêntico retrocesso face às necessidades detectadas logo desde a transição do estabelecimento para as mãos do Estado, em 1835, ao desvalorizar a necessidade de um plano de intervenção geral, justificando que “os terrenos circumjacentes ao estabelecimento actual permitem felismente ir ampliando aquellas [construções pré-existent], á medida que o reclamarem as necessidades, da concorrência (...)”²⁰⁰.

Ao defender que as velhas estruturas arquitectónicas fossem simplesmente adaptadas e acrescentadas ao sabor das circunstâncias, sem obediência a uma estratégia de acção integrada e abrangente, o responsável pelo estabelecimento propunha a manutenção da dinâmica construtiva dos Bispos do Algarve desde os finais do século XVII, decorrendo de noções empíricas dos eclesiásticos que solicitavam as obras com exigência de uma construção célere e o menos dispendiosa possível.

²⁰⁰ Parecer do director clínico António Frederico Gomes, dirigido ao Director-Geral da Administração Pública e Civil, em 08/01/1890, Arquivo DGEG-ME.

Em oposição, a crescente especialização oitocentista dos saberes técnicos e, por conseguinte, das arquitecturas onde tomavam lugar funções também elas de natureza específica, introduzia novos critérios na concepção espacial, organizada previamente em planta no gabinete, depois submetida a apreciações também elas técnicas, cujo parecer assente em pressupostos teóricos daria então lugar à sua materialização construtiva.

Mas apesar da urgência incontornável em remodelar o balneário, António Frederico Gomes privilegiava antes de mais a construção de um edifício para acolhimento dos banhistas, relegando para segundo plano a intervenção no edifício balnear, onde tinha lugar a função primordial do Estabelecimento Termal. Apesar da função termal ser centralizadora e justificar todas as outras funções complementares (alojamentos e recreio, por exemplo), defendia-se o imediato aumento do número de quartos disponíveis, em vez da modernização tecnológica das termas.

A mesma prioridade de aumentar o número de quartos, apesar das óbvias carências do balneário, viria a ser retomada poucos anos depois por João Bentes Castel-Branco, numa sequência que se afigura, na nossa opinião, de teor mais economicista do que consentâneo com a verdadeira e mais premente necessidade de actualizar as instalações termais, bem como os métodos de tratamento termal ali integrados. Por outro lado, pode alvitrar-se que esta visão se devia à clara insuficiência de quartos em relação à crescente procura registada neste período pelos frequentadores; tendo como prioridade a oferta em termos de alojamentos, talvez as motivações de uma franja significativa dos frequentadores contribuintes das termas não se prendesse necessariamente à prática termal, ali levados pela vertente de sociabilidade e pela paisagem. Mas poderá também indagar-se se esta prioridade teria em vista assegurar número de quartos suficientes a todos banhistas fora do velho balneário, durante as suas obras de demolição e subsequente substituição por um novo edifício.

Em breve seria aprovado o primeiro enquadramento legislativo no sentido de regulamentar as nascentes de águas mineromedicinais e a exploração dos estabelecimentos anexos em território português, com o Decreto de 30 de Setembro de 1892. Entre diversos outros aspectos, preconizava o documento que fosse instituída a inspecção médica e técnica (esta última por um engenheiro de minas) “exercida por agentes do Governo”²⁰¹. Consubstanciavam-se desta forma as tendências práticas

²⁰¹ Decreto de 30 de Setembro de 1892, regulando as nascentes de águas minero-medicinais e a exploração dos estabelecimentos anexos.

visíveis no processo decorrente do pedido de concessão endereçado pelo bacharel João Bentes Castel-Branco em 1883. Mas curiosamente, o documento legal deixava em aberto a autoria do projecto de obras, abstendo-se de definir se estaria a cargo de um engenheiro ou de um arquitecto, ainda que seja possível depreender a primazia da engenharia, devido à especificidade das intervenções nos edifícios termais, nomeadamente nas canalizações e nas instalações de tratamentos hidroterápicos.

Já os pareceres qualificados das juntas consultivas da Saúde Pública e das Obras Públicas a que o processo fora sujeito, agregavam de forma pluridisciplinar a opinião clínica com a da engenharia, que, por sua vez, vinha sendo pugnada no caso das Caldas de Monchique, pelo menos, desde a década de 1870, como tivemos já oportunidade de observar.

Ao contemplar a figura jurídica da concessão da licença para exploração das nascentes de água minero-medicinal, definindo as condições em que “a adjudicação será feita ao concorrente que mais garantias dê de bem explorar as nascentes”²⁰², o documento forneceu os instrumentos legais de que Bentes Castel-Branco necessitava para reentrar em cena com o ensejo de tomar para si o papel de adjudicatário do estabelecimento termal algarvio. O concurso para a concessão do Estabelecimento Termal de Monchique²⁰³ e dos seus anexos, lançado pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria a 21 de Julho de 1894, por seu turno, foi a porta de entrada do antigo director clínico para renovar o seu plano de intenções e retomar o conjunto de melhoramentos interrompido em 1886 com o seu repentino afastamento devido a questões de índole política.

Os concorrentes à adjudicação ficavam obrigados a um complexo plano de melhoramentos, que abarcava a construção de raiz e respectiva equipagem de um novo estabelecimento hidroterápico com a respectiva separação de classes e de sexos, e também de um novo hospital, duas albergarias e de um hotel, mas também de obras relacionadas com a captagem das águas termais e o sistema de esgotos, bem como dar continuidade aos trabalhos de arborização²⁰⁴ que emolduravam os edifícios do estabelecimento, na criação de uma paisagem natural que era, afinal, um cenário de concepção humana.

²⁰² *Id.*, *ibid.*, Artº 48º.

²⁰³ Decreto de 16 de Junho de 1894, com o respectivo programa do concurso.

²⁰⁴ Cf. *Id.*, *ibid.*, Artº 6º.

Tendo os legisladores consciência da morosidade que tais obras implicavam, “pelas condições especiais do estabelecimento de Monchique as obras a emprender só poderão realizar-se por pequenas secções, visto que os novos edifícios terão de ser levantados em pontos já ocupados por edificações cuja demolição só poderá ser autorizada quando já levantadas outras que as possam substituir, será concedido ao adjudicatário um prazo de dez anos para a conclusão de todas as obras e melhoramentos a que se tiver obrigado e constantes do seu plano geral”²⁰⁵. Por outro lado, o caso a construção do balneário não pudesse ser levada a cabo logo no início da adjudicação, ressaltava-se a ampliação do edifício pré-existente, “em harmonia com o acréscimo da afluência de banhistas”²⁰⁶, mas apenas como medida alternativa e temporária, já que a prioridade era garantir um novo edifício de acordo com as premissas técnicas de então.

João Bentes Castel-Branco endereçou nestas condições a sua proposta de adjudicação, possuindo ele próprio a formação clínica necessária à avaliação das medidas de salubridade e de eficácia terapêutica na maximização do aproveitamento das águas minero-medicinais. Para coadjuvar a sua autoridade clínica, o proponente solicita os serviços de Nicola Bigaglia (1841-1908), professor veneziano de modelação ornamental contratado pelo Estado português na década de 1880 para leccionar nas então recém-criadas escolas industriais²⁰⁷.

Especializado no desenho técnico de arquitectura, em que integrava o decorativismo resultante da sua formação, Bigaglia começou por delinear no papel a planta geral e dos melhoramentos²⁰⁸ propostos por Castel-Branco para o concurso de adjudicação de Julho de 1894 (*Fig.27*).

Não obstante a alusão já referida de Silva Lopes a um plano existente em 1840, mas cujo teor e autoria permanecem obscurecidos, o plano geral de melhoramentos do professor italiano salda-se, pois, na primeira concepção conhecida das Caldas de Monchique como paisagem multifuncional integrada, resultado de um levantamento no terreno das estruturas existentes e posterior avaliação da sua importância no conjunto. Tendo em vista o reordenamento do espaço disponível na maximização do seu potencial de funcionamento, reflecte no território a necessidade política de introduzir os conceitos

²⁰⁵ *Id., ibid.*, Artº19º.

²⁰⁶ *Id., ibid.*, Artº20º.

²⁰⁷ Cf. Pedreirinho, 1994, pp.68-69.

²⁰⁸ A figura jurídica do Plano de Melhoramentos havia sido criada com o Decreto-lei de 31 de Dezembro de 1864 por João Crisóstomo, então Ministro das Obras Públicas.

de disciplina e de ordem²⁰⁹, tão caros ao positivismo científico do final do século XIX previsto na legislação, e que se estende às práticas do Urbanismo coevas.

Este primeiro plano geral de melhoramentos conjuga num só documento as arquitecturas sob diferentes dimensões: em primeiro lugar, a das arquitecturas existentes, de que é exemplo o edifício termal, prevendo igualmente o destino que será dado a cada uma delas (como a reconfiguração de parte do pavimento do salão, a demolir), e por fim a construção de novos edificios, nomeadamente um grande número de chalets por entre os recantos da mata, ou orlando a estrada de ligação à vila de Monchique nos pontos mais pitorescos em redor das termas, bem como a construção de uma nova capela a caminho da ribeira do Lajeado.

No plano iconográfico de intenções de Castel-Branco, o mentor desenvolve assim o conceito da *Aldeia do Banho* que havia tentado fundar em 1883, mas que fora travado perante a ausência de leis para a concessão de estabelecimentos termais, a apreciação demorada pelos diversos órgãos públicos do projecto no meio desse impasse legislativo, a que acresceram, por fim, as quezílias partidárias. Retomando-a, revela a estratégia económica subjacente à auto-suficiência do agregado populacional, afirmando que “só a criação de uma aldeia poderá satisfazer as necessidades e exigências extremamente variadas dos banhistas e mais frequentadores porque cada um dos seus caprichos se transformara numa fonte de receita para os habitantes especuladores da localidade”²¹⁰.

Juntamente com a melhoria das condições do hotel então existente (na Hospedaria Velha) (*Fig.24*), do Club de recreio (então no local onde está hoje o Hotel Central), o mentor previu o traçado urbano da aldeia. No seu conjunto haveria lugar, no entanto, à divisão social dos seus habitantes, porquanto estava consignado o “bairro popular” da aldeia do Banho, ao passo que, debruçado nos melhores pontos da pitoresca encosta do vale previa-se a implantação do “bairro aristocrático”, numa dualidade socio-económica bem definida, ainda que se tratassem de construções particulares. Deste modo, passaria a haver uma oferta diversificada para os diferentes estratos sociais, à imagem dos equipamentos termais que justificavam a deslocação e seriam um bom pretexto à fixação de habitantes, em casas e chalets, permanentes ou sazonais.

²⁰⁹ Cf. Paula, 1999, p.453.

²¹⁰ *Memoria Explicativa e Justificativa da Proposta apresentada por João Bentes Castel-Branco para o Concurso de Adjudicação das Aguas de Monchique e Estabelecimento Anexo*, Arquivo DGEG-ME.

Só após a consolidação da aldeia, propriamente dita, e dos equipamentos de lazer é que seria realizada a intervenção nas instalações hidroterápicas, seguindo a mesma lógica do antigo director, António Frederico Gomes.

Também como fizera este clínico, João Bentes Castel-Branco retomou os seus intentos na construção de passagens cobertas entre edifícios, de forma a resguardar os banhistas depois dos tratamentos: mas se o primeiro se inclinava para a ligação entre o estabelecimento balnear e uma parte proporcional das habitações para banhistas, o segundo preconiza o acesso directo entre o Club e o mesmo edifício termal, facilitando a que os banhistas pudessem deslocar-se logo para a sala de recreio imediatamente depois dos tratamentos hidroterápicos. Mais moderado que o antecessor, Castel-Branco preconizava tinas para os mais diversificados tipos de banhos: de água corrente, dormente, quente e fria.

Estava, pois, desde logo previsto o cumprimento das normas programáticas do concurso, com a edificação de um hospital, albergarias e de uma capela para o serviço religioso (autónoma do edifício balnear), restantes obras de canalização das águas termais e a ornamentação do parque. Na memória descritiva do seu projecto, o concorrente a adjudicatário estipula o tipo de materiais construtivos a utilizar nas obras pretendidas, e ainda que Castel-Branco tenha muito provavelmente tido ajuda nesta vertente construtiva, não deixa de ser interessante a ideia de um médico a inteirar-se sobre as características dos materiais para dar forma às suas concepções, não só edificatórias, mas sobretudo clínicas.

Até porque no diálogo interdisciplinar entre medicina e engenharia, a prevalência da primeira disciplina saldava-se determinante, na medida em que a engenharia era apenas um meio de materializar da melhor forma os equipamentos vocacionados para a função hidroterapêutica, neste caso.

Já anteriormente, o veredicto de António Frederico Gomes teria ditado o abandono do plano delineado por Rodrigo Berquó, que não satisfez os aspectos tidos como essenciais, por ter subordinado a funcionalidade à regra da simetria, mas também por pretender demolir as velhas estruturas bispais.

Não se tratando de um engenheiro de minas especializado em instalações termais, ainda assim o professor Bigaglia integrava-se no projecto, visto o Decreto de 30 de Setembro de 1892 revelar-se lacónico quanto à formação e experiência profissional do autor, cujos motivos da sua contratação para as Caldas de Monchique

permanecem por desvendar. O clínico assumiria o controlo técnico do projecto face às exigências da hidroterapia, articulando-se com a experiência de Bigaglia como projectista, com particular pendor para um decorativismo de matriz artística.

Por fim, Bentes Castel-Branco relembra a importância decisiva do caminho-de-ferro na atractividade do estabelecimento termal, que por esta altura ainda não havia chegado a Portimão, protelando com agonia o seu desenvolvimento. Ciente desta limitação e na tentativa de acelerar o processo, o proponente chega a oferecer-se para negociar com o Estado a execução de um ramal de ferrovia ligando Portimão ao Porto de Lagos, distante 12 quilómetros das Caldas de Monchique.

Apensas à proposta de concessão, seguiram a declaração da sua mãe, D. Carolina Castel-Branco, associando-se com o filho João Bentes Castel-Branco no processo de concurso, assim como outro documento em que este se comprometia a permanecer anualmente em Monchique no decorrer da época termal, e também a declaração de Pedro Júdice Cabral²¹¹, obrigando-se a manter uma farmácia no estabelecimento termal durante a época balnear. Também anexa ao processo, uma representação de diversos indivíduos solicitando a adjudicação a Castel-Branco, atestando a competência e bons resultados demonstrados no período em que ali foi director clínico, entre 1882 e 1886.

Porém, o concurso acabaria por ser anulado²¹², provavelmente por se terem verificado as previsões do Artigo 9º do seu programa: “a adjudicação fica dependente de decisão do governo, que se reserva o direito de não a effectuar se entender que nenhuma das propostas apresentadas é conveniente aos interesses do estado”, de resto o único motivo previsto para este desfecho, embora se desconheça em que medida o Estado considerou que os seus interesses não se encontravam salvaguardados. Abriu, todavia, novo concurso no dia 5 de Dezembro seguinte, obedecendo ao Decreto de 30 de Setembro de 1892.

Dadas as movimentações mais ou menos subliminares no circuito político, a 19 de Novembro 1894 – três dias após o anúncio do novo concurso de concessão –, o

²¹¹ Mangorrinha, 2001, p.165 refere este indivíduo como tendo igualmente submetido uma proposta de adjudicação (com José António Queiroz) concorrente à de Bentes Castel-Branco. Contudo, de acordo com o documento referido, Pedro Júdice Cabral cumpria afinal com a obrigatoriedade de ser mantido uma farmácia nas Caldas de Monchique durante aquele período do ano, aliando-se ao antigo director clínico na sua proposta de adjudicação.

²¹² Diário do Governo, nº261, de 16 de Novembro de 1894.

deputado do Algarve Joaquim Telo (1841-1912), filiado no Partido Progressista²¹³, fez um requerimento para consultar os documentos relativos “a um contrato que se fez ou está para fazer”²¹⁴, denotando a suspeita de haver já um candidato em vias de contratualizar a adjudicação.

Certo é que por alvará da Repartição dos Serviços Técnicos de Minas e da Indústria publicado no Diário do Governo de 17 de Janeiro de 1895, o rei D. Carlos concedeu a João Bentes Castel-Branco a exploração do estabelecimento termal de Monchique e seus anexos “por espaço de setenta e cinco anos (...), para reformar e ampliar o referido estabelecimento, realizando as obras, instalações e melhoramentos constantes do plano geral adjunto á sua propósta”. O monarca fica assim indelevelmente ligado não só à primeira medida legal sobre a concessão das nascentes termais, como à sua sequência prática, concedendo avalo aos concursos realizados com tal objectivo.

Ficou então obrigado João Bentes Castel Branco a promover a criação da *Aldeia do Banho* e de uma estação de Inverno, com as devidas comodidades. Igualmente incumbido de deveres perante o hospital, atribuindo-lhe uma contribuição inicial anual, a promovendo festas de caridade no sentido de obter receitas para a instituição, e reduzir para metade o valor dos tratamentos aos seus utentes, e igualmente aos praças de pré do Exército (sem patente) e da Armada, no seguimento dos benefícios obtidos pelos militares no hospital já em tempo do bispo D. Francisco Gomes do Avelar.

Desconhece-se no entanto de que forma terá sido alterada a proposta para o concurso de Dezembro de 1894, ao ponto de recebido aprovação nesta fase. A formalização do auto de posse do adjudicatário foi assinada a 8 de Fevereiro de 1895, contendo em apêndice o inventário de todos os bens do Estabelecimento Termal e dos seus anexos.

Doze anos depois de ter despoletado o processo de concessão, João Bentes Castel-Branco recebeu, finalmente, o aval ao seu projecto de concessão. Submetendo-o pela primeira vez em 1883, antecipou-se em quase uma década às bases legislativas da exploração de nascentes hidro-medicinais e respectivos estabelecimentos por particulares, pelo que no decorrer do moroso impasse a sua proposta é observada por técnicos de saúde e de engenharia do Estado, as peças do jogo parlamentar

²¹³ Este deputado nascido em Lagos esempenhou ainda os cargos de vogal numa comissão de Saúde Pública em 1880-1881, de secretário de uma comissão de Saúde Pública, tendo sido também relator da Comissão de Obras Públicas, pelo que o seu interesse no estabelecimento termal de Monchique se reforçava além do círculo regional que representava. Cf. Mónica, 2006, pp.903-904.

²¹⁴ Sessão parlamentar de 19 de Novembro de 1894, <http://debates.parlamento.pt>.

movimentam-se, e chega mesmo a perder o lugar de director clínico nas Caldas de Monchique em 1886, regressando cerca de nove anos depois, agora na condição legítima de adjudicatário do Estabelecimento termal e edifícios anexos.

▪ **3.3- As Caldas de Monchique na Segunda metade de Oitocentos: Publicações Científicas, Guias do Viajante e do Banhista. Francis Cook e a Expectativa de uma Sintra do Algarve**

Na segunda metade do século XIX, as Caldas de Monchique continuaram a ser tema de escrita por homens munidos de formações e sensibilidades distintas, como destino quer de cientistas, viajantes ou de escritores, estrangeiros e nacionais.

O primeiro destes a assinalar a sua presença e o seu ponto de vista sobre o estabelecimento termal foi Charles Jean Baptiste Bonnet, formado na sua França natal em engenharia civil, na especialidade de geologia e mineralogia, e cuja paixão pelo Algarve levou-o a fixar-se na região (em Loulé), em data que se crê entre 1844 e 1846²¹⁵, sob a missão de realizar um herbário da flora portuguesa, prática comum na época. Ao discorrer sobre as sete fontes²¹⁶ termais nos chamados *banhos de Monchique* acaba por fazer uma pormenorizada descrição do edifício balnear que consistia naquele tempo “en un rectangle dans le sens de la gorge NE à SO; ce bâtiment est peu spacieux, ne présentant aucune apparence, intérieurement n’offrant aucune commodité et est entouré de 3 à 4 maisons”. Ao fazer uma apreciação estética sobre o edifício, confirma que o mesmo obedeceu somente a uma matriz funcional nas diferentes etapas de construção, em que esteve ausente o interesse em atribuir-lhe feições artísticas ao gosto da época de cada campanha.

“Son intérieur est divisé en deux parties par un corridor étroit et obscur, du côté droit se trouvent les salles de bains, la chapelle, les cuisines; du côté gauche, les petites chambres pour les personnes qui viennent prendre les bains. (...) L’établissement fournit dans chaque chambre, une mauvaise table, deux chaises, et quelques planches en forme de lit”²¹⁷, numa frugalidade própria das celas de um qualquer mosteiro franciscano. Assim, todos os restantes bens necessários ao internamento tinham de ser

²¹⁵ Cf. Bonnet, 1990, pp.10-11 (estudo introdutório de José Carlos Vilhena Mesquita).

²¹⁶ Duas fontes no banho de S. João, outras duas no de Santa Teresa, a fonte do banho da Pancada e uma fonte férrea.

²¹⁷ Bonnet, 1850, p.45.

transportados pelos banhistas, incluindo as criadas que lhes preparavam as refeições nas cozinhas disponíveis no edifício para o efeito, sendo as provisões adquiridas em Monchique ou em Vila Nova de Portimão. Esses factores que deixam vislumbrar a inexistência de comércio nas imediações do estabelecimento, que estava assim longe de ser auto-suficiente, e da quantidade de utensílios e roupas com que os doentes contribuintes mais abastados tinham se fazer apetrechar antes de seguirem viagem até às termas.

A estação de banhos variava entre os doentes contribuintes e os enfermos pobres, sendo aberta para os primeiros em Junho com ciclos de tratamentos que duravam invariavelmente vinte dias, e para os segundos começava no dia 4 do mês seguinte, podendo ficar apenas durante seis dias. O regulamento em vigor é considerado pelo especialista francês como sendo “un peu monacal”, em boa parte por ter sido implementado por um bispo – Gomes do Avelar –, o mesmo que relata ser “qui fit arranger l’édifice des bains dans l’état où il est aujourd’hui”²¹⁸, iniciando obras profundas a ele atribuídas.

Poucas diferenças se registam em relação ao que Heinrich Link registara cerca de meio século antes em relação às más condições das vias de comunicação até às Caldas de Monchique ou ao cenário em volta dos banhos, cuja “végetation n’y est pas riante”, continuando a destacar-se nesta aridez paisagística as laranjeiras mandadas plantar pelo bispo referido, “la serra est couverte de petites arbustes rabougris”²¹⁹, portanto sem grande interesse para um indivíduo que pretendia recolher informação sobre a Botânica.

John Murray detectou anos mais tarde a inexistência de um guia turístico sobre Portugal, e com o objectivo deliberado de tornar-se o precursor dessa tendência que os tempos exigiam, em que os viajantes se multiplicavam e muniam desse suporte informativo para planificarem as suas incursões pelas diferentes nações, replicou muitos dos dados veiculados por Bonnet em francês, língua internacional daquele tempo, resumindo-os. Na realidade, no que toca aos manuais de excursionistas, “o plágio é praticamente inevitável. É raro o viajante que não lê literatura de viagem sobre o país que tenciona visitar, não só antes de empreender viagem, mas também durante a estadia”²²⁰, pelo que o autor inglês se fez documentar da informação prévia disponível

²¹⁸ *Id., ibid.*, p.47.

²¹⁹ *Id., ibid.*.

²²⁰ Cf. Paulino, 2009, p.8.

sobre as Caldas de Monchique no enriquecimento da sua própria experiência eventual *in loco* e decorrente narrativa. Esta prática de viagem com interesse turístico enquadrava-se sequencialmente no *Grand Tour* ou no *Petit Tour*, encetados no século XVIII, resultante da melhoria das condições viárias em território europeu, a par de uma crescente mentalidade burguesa de conhecer outras realidades nacionais.

O autor acrescentou na sua obra editada em 1861, porém, os *clichés* habituais sobre a História então conhecida do lugar, aludindo na sua língua materna à estadia de D. João II no final do século XV e, dois séculos mais tarde, à intervenção do prelado D. Simão da Gama que atribuiu a gestão do Hospital aos seus sucessores. Recuperou igualmente a ideia do geólogo francês acerca do regulamento austero, adicionando a nota de rodapé daquele autor em que se explica que o cariz *monacal* se devia à separação dos sexos, reforçada (simbolicamente, até) pela porta que se trancava a meio do corredor, não só durante a noite, mas também durante as três horas a meio do dia que deviam ser ocupadas com a sesta; o facto de a administração ser feita por um padre que cumpria a função de provedor conferia um ambiente mais rigoroso ainda ao funcionamento das instalações.

Dada a proximidade quase fiel a narrativas anteriores e por acrescentar de novo somente as noções já muito difundidas sobre datas ou personalidades históricas, instala-se a dúvida sobre se Murray terá, efectivamente, estado presencialmente nas Caldas de Monchique, ou se o seu guia se limitou a coligir, a traduzir e a sintetizar as informações anteriormente publicadas por outros autores, numa mera resenha dos pontos turísticos de Portugal, sem particular interesse pelas Caldas de Monchique.

A crescente fama das Caldas de Monchique como estância de lazer deveu-se não só ao manancial termal, mas a par da luxuriante mancha florestal que se ia desenvolvendo a pouco e pouco em volta dos banhos, ao chamamento das águas frescas que corriam pelas ribeiras, mas sobretudo à progressiva complexidade do núcleo urbano, à construção de edifícios apelativos ao convívio de uma classe social abastada e erudita (de que é prova o *salão de recreio*), e, finalmente, à relação entre estes e a paisagem natural envolvente, em especial a partir da década de 1870.

Prova insofismável dessa apetência foi dada em Maio de 1874, com a visita de Francis Cook, milionário negociante inglês de tecidos, que reuniu uma das maiores colecções de obras de arte do seu tempo. Famoso por ter adoptado a quinta de veraneio

sintense de Monserrate²²¹, contratou o arquitecto seu conterrâneo James Knowles, que a dotou entre 1863 e 1865 de uma tipologia arquitectónica e decorativa orientalizante, de influência indiana, território onde os Britânicos detinham uma importante colónia²²².

Cook visitou a estância termal das Caldas de Monchique numa fase de importante apetrecho de equipamentos arquitectónicos, pouco antes da inauguração da estação de telégrafo, e poucos anos antes de concluída a estrada que viria a ligar as termas a Portimão. Instalado em casa dos Villarinho, em Silves, o visconde de Monserrate²²³ causa sensação e expectativas de ali criar uma verdadeira Sintra do Algarve²²⁴ ao deslocar-se propositadamente às Caldas de Monchique para apreciar a sua beleza natural: “(...) O sr. Cook veio ao Algarve, única e exclusivamente para contemplar as maravilhas que a natureza prodigalisou a Monchique e trouxe em sua companhia um celebre artista inglez para lhe levantar os desenhos das mais lindas paragens que alli houverem. Se o sr. Cook veio ao Algarve, como é de supor de Monchique é de presumir que alli mande edificar um challé, o que será, d’uma grande vantagem para Monchique, e mesmo, mais ou menos para o Algarve, porque essa circunstancia tornará de certo a nossa provincia mais conhecida²²⁵”.

Desconhece-se, de facto, qual a motivação que levou Cook a percorrer caminhos sinuosos em condições pouco cómodas, com o intuito alegadamente exclusivo de visitar as Caldas de Monchique. Também a identidade do pintor que acompanhou o “rico capitalista inglez²²⁶”, assim como as eventuais obras que terá produzido sob a inspiração da estância de banhos implantada naquele vale da Serra de Monchique permanecem até agora incógnitas.

Talvez este local verdejante de atmosfera fresca com a fama de “Sintra do Algarve” tenha despertado em Francis Cook a curiosidade de verificar se existiria na província meridional de Portugal, com efeito, tal émulo da serra onde o próprio implantara Monserrate.

²²¹ Cf. Neto, 2007, p.403; Cf. Neto, 2012, pp. 96-110.

²²² Cf. Rio-Carvalho, op. Cit., p.12.

²²³ Cf. *Diario Illustrado*, 28/5/1874, p.1.

²²⁴ A comparação da Serra de Monchique com a Serra de Sintra remonta, pelo menos, a autores dos séculos XVII e XVIII (Cf. Cardoso, 1657; Cf. Santa Maria, s.d., mas escrito antes de 1723). À medida que Sintra vai ganhando coberto vegetal e interessantes construções, o mesmo vai sucedendo em Monchique, ainda que em menor escala. Também devido a aspectos geológicos e ao microclima semelhante que ali se faz sentir, a partir do século XIX vai-se reforçando essa equiparação por parte dos autores que visitaram as Caldas de Monchique.

²²⁵ *Gazeta do Algarve*, Folha semanal, 20/05/1874, p.2.

²²⁶ *Id.*, *ibid.*.

Dúvidas existem ainda sobre as suas alegadas aspirações de construir nas Caldas de Monchique uma habitação de magnificência exótica comparável à de Sintra. Certo é que a imprensa regional tomou essa eventualidade de forma entusiástica, dando quase por certo que Cook iria insuflar em Monchique uma aura de esplendor social da *high life* da época, à imagem do que operara em Sintra com a reconstrução da Quinta de Monserrate, iniciada em 1858²²⁷. Auspiciava-se com a sua ida às Caldas de Monchique um período de grande desenvolvimento que iria saldar-se como estandarte de prestígio do Algarve.

Em 1874, as Caldas de Monchique encontravam-se ainda num estado de desenvolvimento muito incipiente, mesmo em termos de infraestruturas básicas ou meios e vias de comunicação, como vimos já: nem a estação telegráfica nem a estrada de ligação ao litoral se encontravam em funcionamento à data da visita de Francis Cook, facto que concorria para uma fraca atractividade do investimento privado. Só depois de dotadas destes recursos elementares, de outros ao nível de equipamentos balneares, e de uma concepção paisagística e urbanística do território começaram a despontar alguns imóveis de alojamento colectivo e particular com maior nível de conforto, entrosados com as preocupações estéticas manifestadas em relação ao seu aspecto exterior.

Se Cook tivesse visitado o local poucos anos depois, e se houvesse realmente a motivação de ali edificar uma casa faustosa para a sua vilegiatura, decerto que o cenário seria nesse momento mais convidativo ao investimento, devido à existência de meios e de vias de comunicação.

Permanece a conjectura, pois a relação entre a ausência de estradas com as devidas condições e do telégrafo postal nas Caldas de Monchique e a eventual desistência do visconde de Monserrate de ali erigir qualquer edifício de veraneio reside somente no campo hipotético, pois em nenhum dos documentos consultados se regista essa vontade consciente por parte do milionário britânico, implícita ou explicitamente.

No ano seguinte à visita de Francis Cook, Ramalho Ortigão (1836-1915) publicou a obra *Banhos de Caldas de Águas Minerais*, um manual sobre os efeitos dos tratamentos termais, determinando os princípios de fisiologia e o modo de vida consentâneo com a manutenção ou o restabelecimento da saúde. Figura de prôa da Geração de 70, que tentava aproximar a sociedade portuguesa do cosmopolitismo internacional, talvez tenha sido esse um dos motivos que levou o escritor portuense a

²²⁷ Cf. Costa, 1985, p.59.

elencar em dois volumes as estâncias termais e as praias mais concorridas no nosso país, fazendo a sua crónica de costumes, num tempo em que aqueles locais eram o destino turístico, onde confluíam as elites²²⁸.

Ortigão mostrou também a preocupação com a manutenção ou recuperação da saúde com recurso à utilização das águas existentes naqueles destinos, sintetizando o conjunto de cambiantes para tais fins, longe de resumirem-se apenas aos procedimentos clínicos e higiénicos: “A mudança de alimentos, o exercício, a distração, são agentes poderosos para auxiliar em muitos casos o tratamento hydrotherapico. Por essa razão em todos os estabelecimentos de banhos se tem em vista distrahir alegremente o doente. Para esse fim a primeira coisa que se organisa é um *Club* para os banhistas”²²⁹.

A distração e o convívio como fortes aliados ao processo de cura e a uma vida saudável, na génese da criação de casas de recreio, casinos e *clubs* nas termas, infraestruturas prioritárias para a distração, mas também para cativar a deslocação até estes destinos de veraneio. As Caldas de Monchique diversificavam desta forma a sua oferta, dando resposta à procura deste tipo de distrações por parte de um grupo de pessoas cada vez mais alargado, de origem cosmopolita.

Já Júlio César Machado apelara no prólogo do livro para o quão nefasta se tornava a vida citadina – e enfadonha durante os meses de estio –, exigindo temporadas de refúgio na Natureza e no convívio, já que “a vida moderna faz doenças novas, que encontram allivio no descanso e na distração; distrahir-se alguém em Lisboa de abril a outubro é difficil: as caldas conciliam tudo: mudança de ares, exercicio amêno, banhos, copinho, peregrinação, entretenimento, *vita nuova!*”²³⁰.

As motivações para ir a caldas prendem-se pois na recta final do século XIX com a busca do prazer e de um estatuto social, “les lieux où se trouvent les eaux minérales sont communément les rendez-vous des gens du monde qui cherchent à varier leurs plaisirs... la ville d’eaux est la villégiature rotuelle pour tous ceux qui prétendent à la noblesse, à la fortune, à l’élégance...”²³¹, como se houvera efeito de contágio pela convivência ou mera presença junto de individualidades, ou pela simples prática dos rituais de jogo e de festas então em voga.

²²⁸ Cf. Alves, 2009.

²²⁹ Ortigão, 1875, p.17.

²³⁰ *Id.*, *ibid.*, p.6.

²³¹ Grenier, 1984, p.95.

Há a sublinhar, contudo, que apesar da prática termal nas Caldas de Monchique antes do último quartel de Oitocentos seguir a tendência selectiva para um estatuto social cidadão, com possibilidades económicas dos seus frequentadores, manteve-se concomitante o atendimento aos pobres e indigentes, numa afluência heterogénea de pessoas que ali se instalava. Já sabemos que havia uma clara separação física entre ambas as categorias sociais, a quem estavam atribuídos o Hospital ou o Estabelecimento Termal, sendo os locais destinados aos jogos apenas para aqueles que podiam pagar essas actividades lúdicas, que assim se tornavam automaticamente restritas aos demais.

Por sua vez, a mata que ia crescendo à volta do núcleo edificado estava inacessível a passeios aos mais desafortunados, visto os doentes pobres estarem peremptoriamente remetidos à clausura das enfermarias no fundo escondido do vale. Tal facto acabava por ser impeditivo de um dos pretextos principais ao passeio dos ricos: exibirem as suas figuras, com as roupas e os penteados da última moda aos desafortunados, a quem era apenas permitido contemplar e resignarem-se à sua condição social.

Ramalho Ortigão aludiu aos benefícios da própria deslocação geográfica, tanto para os trabalhadores infatigáveis como para os de carácter ocioso e para as mulheres entediadas, pois “as viagens não são simplesmente a mudança de ares, a distração; são principalmente uma actividade que se imprime ao espirito e que elle aceita e acolhe docilmente, sem quase perceber o jugo que se lhe impôz”²³², numa ocupação do espirito, activando a capacidade de atenção e o conhecimento de novas realidades da Natureza e da Sociedade.

Não deixa de notar contudo o quão injustificada é a sazonalidade da afluência termal, desmistificando que “é um erro estabelecer que toda a cura termal haja de se realizar no verão”, visto a comodidade dos balneários e alojamentos em geral, juntamente com as diversões, davam todas as condições a que as termas pudessem ser frequentadas ao longo de todo o ano. Porém, a tradição da cura termal no verão tem sido, com efeito, um dos maiores obstáculos à subsistência das termas portuguesas, com que o sector se debate ainda nos nossos dias.

Esta publicação apresenta-se como um guia com o elenco das várias estâncias termais espalhadas pelo território nacional, sugerindo a deslocação do leitor até às mais adequadas às suas patologias, pelo que dispensa parte da caracterização de cada uma aos

²³² Ortigão, *op. cit.*, p.19.

princípios químicos e minerais das suas águas, deixando ainda algumas informações de interesse para o viajante.

A respeito das Caldas de Monchique, é citado o relatório do Dr. Francisco Lázaro Cortes sobre a tipologia da água termal, e adianta sobre o estabelecimento balnear que oferecia “acomodações decentes e confortáveis para grande numero de banhistas. Tem sala de musica, de bilhar, etc. As piscinas foram modernamente reconstruídas e satisfazem as principais condições da hygiene e do conforto”²³³, acolhendo banhistas de toda a província algarvia, do vizinho Alentejo, da Andaluzia e de outros pontos de Espanha. Desconhece-se quando terão sido feitas as obras de modernização das tinas de banhos, mas ficamos a saber que aparentemente tanto a vertente balnear como a do lazer preenchiam os requisitos dos frequentadores desta época.

Ainda desprovidas de ferrovia nas proximidades, capaz de acelerar o tempo de viagem desde Lisboa em articulação com a rodovia – também ainda por desenvolver – as Caldas de Monchique ofereciam apenas duas possibilidades ao viajante: ou a via marítima no vapor da carreira do Algarve que aportava em Portimão, ou a morosíssima alternativa por terra, seguindo no caminho-de-ferro até Beja e daí até Vila Real de Santo António (no extremo oposto do Algarve), seguindo depois até Portimão, em diligência numa rede viária que estava longe de ser cómoda ou eficaz²³⁴.

Com um propósito mais literário e distanciado das indicações técnicas ou práticas acerca das Caldas de Monchique, Júlio Lourenço Pinto foi autor das *Notas Impressionistas* sobre o Algarve. O próprio subtítulo da obra remete já para uma sensibilidade de *fin de siècle* sob a óbvia influência das correntes artísticas europeias, traduzindo o autor os aspectos pitorescos da paisagem, numa escrita *pictorizante*, em que traduz as sensações empíricas que tal lhe provoca no imediato. Ao dar início à narrativa sobre o concelho serrano, anuncia-o como “o ponto culminante do pittoresco algarvio”²³⁵, numa sucessão de comparações com o Bussaco, Sintra ou mesmo com as montanhas da Beira ou até da Suíça.

²³³ *Id., ibid.*, p.113.

²³⁴ Em 1879, o total da viagem desde o Barreiro (excluindo a travessia do Tejo a partir de Lisboa) até Tavira era de 22 horas, em percurso contínuo. Naturalmente, tal obrigava a que os viajantes pernitassem em Beja e em Mértola antes de chegarem ao Algarve. Ficam ainda por contabilizar as numerosas horas desde Tavira até Portimão por estrada. Cf. Marques, 1999, p.385.

²³⁵ Pinto, 1894, p.125.

Referindo-se ao *banho* de Monchique, lança a crítica mordaz ao facto do estabelecimento e os terrenos em redor serem propriedade do Estado, pelo que esta circunstância, e outras, “bastaria para se compreender a sua inferioridade com relação á maioria das *thermas* do paiz no tocante a commodidades inalienaveis de um viver medianamente confortavel”²³⁶, e que causa alguma estranheza, ou não tivesse Júlio Lourenço Pinto sido o próprio governador civil de Faro entre Maio de 1892 e Julho de 1893, e, por esse motivo, o intermediário e representante do Governo central na província com responsabilidade concreta de zelar pelo Estabelecimento Termal.

Aquando do exercício desse cargo, tomou medidas para racionalizar as despesas, pois de acordo do Regulamento de 14 de Março de 1891 (editado pelo então governador civil José Virgolino Carneiro), aumentavam grandemente os custos em matéria dos recursos humanos, no Estabelecimento, provavelmente por favores políticos subjacentes. Adoptou-se então o anterior Regulamento de 28 de Fevereiro de 1873 (do governador civil José de Beires), que precisava de actualizações para se adaptar devidamente à realidade deste período posterior. Perante o impasse regulamentar, é pela pena do então governador do distrito de Faro, Júlio Lourenço Pinto, que se faz lavrar um Regulamento provisório, a 30 de Novembro de 1892, em que são extintos os cargos supérfluos. Esta será, por ventura, a medida mais emblemática do seu mandato em relação às termas, não lhe sendo atribuída uma acção prática com vista a melhorar as comodidades no balneário termal.

Em compensação, ressalta como mais-valia no seu relato *impressionista* a hospedaria²³⁷, “montada pela bitola das melhores que se encontram no Algarve”, ao passo que os aposentos do estabelecimento termal são referidos pela sua “estructura monástica, espécie de caravansará mal lavado de ar e de luz, onde os banhistas se atulham em comunidade intima e ruidosa, alojados em quartos que se alinham como cellas em soturnos corredores fradescos”²³⁸, retomando a imagem conventual que autores anteriores tinham já atribuído ao edifício, não obstante os melhoramentos pontuais de que ia sendo alvo.

Em tom jocoso alude às hipérboles de imaginativa algarvia na designação de alguns dos edifícios de léxico apalaçado: o *Palacete* (residência do governador civil), o

²³⁶ *Id., ibid.*, p.134.

²³⁷ O engenheiro Pinheiro Borges informa que a Hospedaria fora aumentada em 1861, e que recebera nova ampliação no ano de 1883 (foto data à porta). Cf. Acciaiuoli, 1944, p.187.

²³⁸ *Id., ibid.*.

Palação (acrescento mais recente da hospedaria) e o *Palacim* (situado em frente do anterior, também denominado de *Palacinho*). “Em symetria com estes monumentos babylonicos figura também o *Salão* – a parte do edificio investida nas honras de club para recreio dos frequentadores do *Banho*”²³⁹, afinal de contas, uma sala modesta onde a sociedade algarvia dançava o voltarete e a quadrilha, por ela tão apreciados. Seguindo a mesma concepção de excessivo colorido, o autor refere o *Paraíso*, correspondente à parte Sul da garganta do vale por onde segue a ribeira do Banho, “retiro idyllico, afogado em sombras, canoro de aguas murmuradas, communicante de perfumado lyrismo”²⁴⁰, sendo a vegetação densa e selvagem dali para baixo.

Pelo pitoresco das descrições é também possível identificar algumas espécies vegetais que compunham o cenário natural destes recantos de passeio no perímetro circundante ao Estabelecimento, como os amieiros junto à ribeira, as hortas pontuadas por laranjais, figueiras, milhais, alfarrobeiras, a vegetação espontânea composta por canaviais e estevas, e até espécies exóticas como os inhames compunham um conjunto diversificado, ora autóctones, ora plantadas para a subsistência humana ou com finalidade decorativa na encenação de um cenário bucólico.

Vários recantos distintivos das Caldas de Monchique são igualmente enumerados pelo autor, como seja a janela do Banho que mais tarde virá a ser conhecida como a *Janela da Saudade*²⁴¹ (*Fig.27*), com vista para a ribeira e para o ramal de acesso às Caldas de Monchique, o Mirante, ou a Ponte dos Suspiros, também de designação poética.

Os testemunhos de viajantes, cientistas e escritores caracterizam não só os edificios do Estabelecimento Termal, como a sua envolvência paisagística, mas acima de tudo, as vivências desse conjunto por parte dos frequentadores na última metade do século XIX, traçadas até ao final da tutela do Governo Civil de Faro, vésperas da sua transição para um concessionário particular.

Até esse momento, o Banho de Monchique vai consolidando o seu papel de destino para cuidados de saúde a par do crescente número que ali encontra também o

²³⁹ *Id., ibid.*, pp.135-136.

²⁴⁰ *Id., ibid.*, p.137.

²⁴¹ A *Janela da Saudade* era a janela ao centro na fachada Sul do antigo balneário. Ficou assim conhecida, pois era dali que os banhistas se despediam das suas famílias e de outros frequentadores quando terminava a sua estadia no Banho, pelas relações que se iam construindo pelo convívio. À medida que as termas deixam de ter como fim exclusivo o tratamento de saúde, muitas famílias passaram a vir passar temporadas durante a época termal às Caldas de Monchique, dando lugar a reencontros anuais e a uma familiaridade criada ao longo dos anos.

divertimento e a sociabilização, reflexo da realidade então já vivida noutras termas europeias, apesar do lento e tardio desenvolvimento das vias de comunicação que, até certo ponto, travaram o potencial completo do seu crescimento e do investimento de proprietários privados nas suas redondezas.

A ausência de um plano geral de melhoramentos e de capitais por parte do governo regional para fazê-lo cumprir abrandou igualmente o seu ritmo espontâneo de desenvolvimento, impedindo que cumprisse em pleno as normas exigidas pela Ciência oitocentista no que toca às consições de habitabilidade e de salubridade das infraestruturas.

Ainda apesar destes obstáculos, o Estabelecimento foi permeável às tendências da época, constando dos guias que apontavam os locais mais relevantes para o veraneio, do primeiro guia com propósitos turísticos elaborado por John Murray ou no mapa das estância termais portuguesas de Ramalho Ortigão. Viajantes, cientistas e escritores versaram sobre as Caldas de Monchique neste período, marco incontornável pelo pitoresco e pela sociedade que lhe dava vida, na sua pequena escala, exacerbada na designação dos seus edificios e recantos. A fama de *Sintra do Algarve* ter-lhe-á valido a visita, e quiçá as pretensões construtivas, de Francis Cook, denotando o potencial do lugar à fixação de sumptuosos edificios particulares, em harmonia com a paisagem natural.

Se Landmann traduziu o seu olhar *romântico* sobre o lugar no início do século, Júlio Lourenço Pinto insere-se na evolução da sensibilidade artística do seu ocase, produzindo descrições *impressionistas*, que se complementam pela pena dos técnicos e homens de Ciência que visitaram também o Banho. À falta de fontes iconográficas, as suas palavras escritas conferem ao leitor uma imagem mental pictórica ao leitor.

Parte II

Capítulo 1: O Apogeu Construtivo: Realizações e Utopias Românticas na transição para Novecentos (1895-1921)

▪ 1.1- Do cosmopolitismo de Nicola Bigaglia à iniciativa particular. A construção romântica da “Sintra do Algarve” (1895-1902)

“A sua origem especializada, vinculada ao espaço e funções termais, deu-lhe um carácter definitivamente dentro do Romantismo tardo-oitocentista (quando a estância teve franco desenvolvimento), e da arquitectura revivalista e de influência europeia; por outro lado, a sua localização em plena montanha da Serra de Monchique foi determinante para a introdução no local do modelo de habitação em voga na transição dos séculos XIX-XX – o chamado chalet.”

José Manuel Fernandes, *A Casa Popular do Algarve: Espaço Rural e Urbano. Evolução e Actualidade*, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Faro, 2008.

1.1.1 O Arquitecto-Decorador: Materialização de Propostas Cenográficas de Bigaglia

Logo que João Bentes Castel-Branco corporizou as funções de adjudicatário do Estabelecimento Termal das Caldas de Monchique e respectivos edifícios anexos em 1895, depois do plano geral de melhoramentos por si elaborado ter vencido o concurso de concessão, tratou praticamente de imediato de requerer a alienação de terrenos particulares e do Estado em favor do mesmo Estabelecimento, com o deferimento do Conselho Superior das Obras Públicas e Minas.

Porém, seguindo a estratégia definida no Plano Geral de Melhoramentos com que vencera o concurso para a concessão das termas, a prioridade inicial do novo administrador seria intervir no pequeno núcleo urbanizado (*Fig.29*) pertencente ao

Estabelecimento, modernizando e acrescentando edifícios que além da funcionalidade e condições de habitabilidade, garantissem uma estética de vilegiatura condigna, passível de captar um público cosmopolita exigente, de forma a garantir o prestígio das Caldas de Monchique.

A forma como Bentes Castel-Branco terá chegado aos serviços de Nicola Bigaglia para a elaboração do plano geral de melhoramentos em 1894 permanece por desvendar, mas o facto deste projecto ter singrado no concurso de adjudicação atesta a sua qualidade técnica, pelo que a sua satisfação traduziu-se na contratualização do professor de desenho para dar continuidade às linhas programáticas já por ele esboçadas.

Nomeado director da Escola Industrial Afonso Domingues em Lisboa em 1888 pelo então Ministro das Obras Públicas, Emídio Navarro, para suprir, juntamente com outros estrangeiros²⁴², a carência de quadros técnicos e artísticos em Portugal, Nicola Bigaglia sobressaiu de imediato no nosso país, sobretudo pelo seu “temperamento artístico, [como] desenhador inteligente e aquarelista primoroso”²⁴³, privilegiando os apontamentos decorativos na linguagem estilística das formas arquitectónicas.

O artista, conhecido sobretudo pela concepção de arquitectura residencial para figuras ilustres da sociedade, deixou em Lisboa variados exemplos de habitações que encerram o espírito erudito do *fin de siècle* na capital, como sejam a casa Lima Mayer (com que venceu a primeira edição do Prémio Valmor em 1902) ou o Palácio Lambertini (projectado em 1901), estrategicamente sujeitas a contemplação, no novo urbanismo da Avenida da Liberdade. Nos arredores, ensaiou a arquitectura de veraneio, em 1903, com o chalet Azevedo Gomes (Parede, Cascais), revestido com seixos rolados, numa fusão com a paisagem, e uma estrutura semelhante à que Raul Lino produziu no mesmo ano em Setúbal, com o Palacete da Comenda.

Legou, contudo, obras em vários pontos do país, nas condições de arquitecto e também de decorador, como sucedeu na Casa da Ínsua, Penalva do Castelo, onde assinou em diferentes datas fontenários, lareiras, os portões, entre outros elementos de decoração. No Algarve, desenhou a casa do Visconde de Lagoa, uma das suas obras derradeiras, encetada em 1907

²⁴² Como foi o caso do cenógrafo, também italiano, Luigi Manini, com quem Bigaglia chegou a trabalhar na decoração do Palace Hotel do Buçaco, tendo iniciado em 1898 a recuperação da Casa dos Cedros, no Palace Hotel.

²⁴³ Collares, 1912, p.37.

Talvez o último trabalho de Bigaglia tenha sido encomenda do seu antecessor na direcção da Escola Industrial Afonso Domingues – o famoso pintor de paisagens marinhas, João Vaz – no Dafundo, coroando um vasto currículo de trabalhos para indivíduos pertencentes às elites, “com mais um dos seus prodígios, traçando a pequenina vivenda, em que se attenderam todas as condições modernas, com balcão e janella de angulo na fachada principal e varanda de madeira na fachada lateral olhando para a barra do Oceano”²⁴⁴.

Dando sequência à prioridade já anteriormente manifestada por Bentes Castel-Branco de melhorar as condições e a capacidade de alojamento dos frequentadores do estabelecimento termal algarvio, Bigaglia riscou em 18 de Maio de 1895 o projecto para uma nova estalagem nas Caldas de Monchique, aproveitando a estrutura de umas cavaliças pré-existentes. Racionalizando o espaço disponível, os quartos com vinte e quatro camas previstas, salão de jantar e sentinas foram distribuídos pelo segundo e último registo do edifício, encimando uma estrutura tripartida ao nível do rés-do-chão, destinada às cocheiras, a um restaurante com o respectivo fogão (a “venda de comida”) e às cavaliças. Do lado norte e um pouco mais recuado, destinava-se um outro edifício térreo às oficinas de carpintaria, armazém e forja, funções essenciais à manutenção e arranjos do estabelecimento termal.

A fachada principal da estalagem projectada numa volumetria horizontal pautava-se pela clara distinção material entre o revestimento do primeiro registo em cantaria rústica e o reboco ao nível do 1º andar. As linhas rectas e as portadas de madeira na cocheira e cavaliça reforçavam esse contraste entre a rusticidade do rés-do-chão e o piso superior, este com o corpo central acastelado em merlões e janelas coroadas por arcos, seguindo o modelo da grande fenestração central do salão de jantar. A decoração acaba, pois, por definir visualmente a sobreposição estética e funcional do edifício, desdobrando-se num piso térreo utilitário e num andar nobre superior (*Fig.31*).

E a nobreza do segundo registo culminava precisamente nos merlões do corpo central, remetendo, ainda que de forma muito esquemática, para uma matriz historicista ligada às fortificações medievais, como que a torre de menagem para a defesa do território. Erguido numa posição sobranceira do vale das Caldas de Monchique, alude à imagem de marca do território algarvio, identitariamente ligado à Reconquista cristã. A estalagem acastelada estava pois, em sintonia não só com o enquadramento físico e

²⁴⁴ *Id., ibid.*, p.38;

natural, mas ainda comprometida com a *paisagem histórica* da região, como era apanágio do revivalismo romântico do final de Oitocentos.

E foi precisamente nos anos de viragem para o século XIX que a instalação serôdia dos meios e vias de comunicação no Algarve – de que o caminho-de-ferro é paradigmático – acelerou “a chegada de um já descontextualizado pensamento intelectual e artístico de cariz patriótico”²⁴⁵ (nas palavras de Maria de Lourdes Lima, relativamente ao espírito historicista da época, de matriz nacional), fazendo descer à região técnicos superiores de renome nacional, como o próprio Nicola Bigaglia²⁴⁶, Norte Júnior, Ernesto Korrodi, Adães Bermudes e Raul Lino.

Submetidas ao Conselho Superior de Obras Públicas as plantas do 1º andar e do rés-do-chão, fachadas posterior e principal (esta acompanhada da planta de localização do edifício na malha urbana das Caldas), o órgão decisor desvaloriza “estes desenhos que se chama projecto” por serem lacónicos e deficientes em dados técnicos, como a cubagem de ar necessária, tendo de ser forçosamente reformulado por completo. Não obstante o desaire técnico, a integração do edifício na paisagem de montanha da estância termal por Bigaglia recebeu uma nota de aprovação, já que “a decoração é no genero das construcções ruraes, o que para o fim a que se destina, satisfaz”²⁴⁷.

A avaliação deste projecto ilustra bem o virtuosismo do autor na concepção de um elemento cenográfico merece reconhecimento, pois Nicola Bigaglia era, acima de tudo, um decorador, atento não só ao figurino artístico do edifício pensado individualmente, mas valorizando a sua relação de continuidade com o meio físico onde seria implantado. Tal consideração dever-se-ia à necessidade de conhecer o território na sua envolvência natural e edificada, pelo que o arquitecto ter-se-á deslocado previamente às Caldas de Monchique, a fim de captar essa teia de ligações.

Porém, parece também haver alguma insuficiência face aos conhecimentos de engenharia implícitos neste tipo de construção com distintas funções integradas, a que o diálogo entre o técnico de desenho e o encomendador – também um técnico, na área da

²⁴⁵ Lima, 2002, p.197.

²⁴⁶ Na província algarvia, Bigaglia viria a conceber no concelho vizinho de Silves o imponente Palacete dos Viscondes de Lagoa (ou Palacete de D. Aurora Grade), em figurino eclético. A construção deste edifício habitacional foi iniciada em 1907, um ano antes da morte do autor. <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/71475/>.

²⁴⁷ Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas sobre o projecto de edificação nas Caldas de Monchique, destinadas a cocheiras, cavalariças e estalagem, de 11/11/1895, Arquivo DGEG-ME. Entre os subscritores, ressalta a assinatura de Joaquim Filipe Nery da Encarnação Delgado (1836-1908), engenheiro militar e também um dos precusosres da Geologia em Portugal;

Medicina – foi incapaz de dar resposta satisfatória, face aos critérios exigidos pelo Conselho Superior de Obras Públicas e Minas.

A reformulação do projecto da Estalagem chumbado pelas instâncias decisoras do Estado, a cujo parecer estava obrigado o concessionário do Estabelecimento Termal, foi assinada pelo mesmo Bigaglia no ano seguinte (*Fig.32*). Revistas as questões técnicas da habitabilidade desta construção, o autor repensou também a fachada em termos decorativos, de que resulta uma proposta, de um modo geral, mais simplificada no que tange à diferenciação entre o primeiro e o segundo registo, agora mais esbatida na sua feição material e até numa distribuição mais uniforme dos elementos ornamentais. A rectilinearidade do piso térreo dá lugar a cunhais em arco abatido e a feição fortificada do corpo central do segundo piso é substituída por uma platibanda ladeada por volutas, em torno da identificação da estalagem, ao mesmo tempo que a cobertura recebia ornatos em aleta nos vértices.

À nova feição da estalagem não seriam estranhos os constrangimentos financeiros, pelo que o uso da pedra se restringia agora no projecto reestruturado aos cunhais das três portas e lintéis das janelas, pela desistência do revestimento de toda a fachada do rés-do-chão, ainda que se mantivesse a distinção entre os pisos pela rugosidade da parede no piso inferior. Ainda que a estética historicista tivesse merecido elogio, mais até pelo seu carácter “rural”, o facto é que esta opção foi alterada, não havendo no projecto seguinte qualquer reminiscência da torre de menagem anteriormente proposta. Contudo, na documentação consultada relativamente a este processo, não existe qualquer justificação explicitada quanto às alterações introduzidas.

Com efeito, no ano de 1896, João Bentes Castel-Branco encetou uma série de melhoramentos decisivos ao progresso do Estabelecimento Termal das Caldas de Monchique. Muitos deles já previstos nas cláusulas do concurso de adjudicação, a par de outros, fruto das necessidades manifestadas pelos banhistas ou pelas novas exigências da hidroterapia. Foi finalmente erigida a chamada Hospedaria Nova, que Bigaglia começara a esboçar no ano anterior, agora materializado este “bom predio com cavallariça, cocheira e estalagem com 14 quartos para hospedes”²⁴⁸ de acordo com as normas técnicas e a nova adaptação do figurino do alçado, deixando de lado a influência medieval anteriormente proposta pelo professor veneziano.

²⁴⁸ *A Saúde*, nº1, 1898, p.9.

Devido à falta de alojamentos para suprir a procura dos frequentadores da estância termal, em 1931 a edificação foi aumentada em altura com um novo andar²⁴⁹, sob a orientação da Comissão Administrativa das Caldas de Monchique. Esta campanha de obras alterou, de certo modo, a volumetria de tendência horizontal da Hospedaria Nova, e com o acrescento surgiu uma nova platibanda com ornamentação em baixo-relevo, com motivos geométricos, que descaracterizou aquela que fora concebida originalmente em 1896 pelo professor veneziano.

Ainda no ano em que se levantou a Hospedaria Nova, também foram beneficiadas as instalações hidroterápicas com a introdução de novos duches, tendo o concessionário adquirido novo mobiliário e promovido ainda a abertura de uma mercearia. Foram ainda rasgadas novas ruas no parque e prepararam-se viveiros de plantas²⁵⁰, pois além da cenografia da paisagem natural, numa exuberância recheada de sombras, a arborização tinha em vista a salubridade das Caldas de Monchique, pois as folhas das árvores filtravam as poeiras dos ventos e amenizavam a temperatura da povoação.

Foi precisamente em 1896 que o professor veneziano elaborou o *dossier* de modificações construtivas para o *Estabelecimento Hydrotherapico de Monchique* proposto por João Bentes Castel-Branco, facto que deixa antever uma possível colaboração entre ambos, não só na transacção entre concessionário-encomendante e desenhador-executante, mas no intercâmbio de *know-how* técnico entre médico e arquitecto, numa perspectiva globalizante e integrada, de resto exigida pela diversidade funcional dos edifícios a construir. Do que conhecemos da obra de Bigaglia em Portugal, este *dossier* salda-se como o único exemplo em que o italiano concebeu edifícios de grande especificidade técnica na área da saúde, como é o caso do novo balneário e o hospital, e de equipamentos originalmente desenhados para função hoteleira, no caso da Hospedaria Nova e do Hotel Central.

Daquele *dossier* constavam os projectos para a já conhecida Estalagem (a Hospedaria Nova), para uma nova Capela independente do edificio balnear, uma hospedaria sob a designação de Grande Hotel, substituindo a Hospedaria Velha, de uma Casa de Saúde localizada entre o Palacete e o Grande Hotel, de um Club (*Fig.34*) em traça neo-árabe que, por sua vez, seria articulado com um novo Estabelecimento

²⁴⁹ Cf. *Boletim de Minas : Ano de 1931, 1934*, p.173.

²⁵⁰ Cf. Castel-Branco, 1906, p.30.

Balneoterápico no lugar do já obsoleto fundado pelos bispos algarvios, um Hospital com alas feminina e masculina e a respectiva Albergaria (*Fig.54*) para alojamentos mais económicos.

Alguns dos planos chegaram a ser materializados, ao passo que alguns outros permaneceram no papel, como veremos mais à frente. Essencialmente, estava prevista a reformulação de quase todas as infraestruturas existentes no núcleo da povoação termal – com excepção do Palacete, o imóvel condigno mais recente –, bem como das que existiam no vale devido à existência das nascentes termo-medicinais.

No fim da época balnear de 1895, Castel-Branco obteve permissão do Governo para deslocar-se a “algumas das principaes estações balneares maritimas e thermaes, estações d’inverno e climatericas, estabelecimentos de hydrotherapia, sanatorios e estabelecimentos de cura natural²⁵¹” da Europa. Parte em Novembro e durante três meses e meio visita 27 estabelecimentos, consolidando e alargando conhecimentos em relação à sua primeira incursão em 1889 à Alemanha, onde fizera formação no Método Kneipp, directamente com o sacerdote alemão que preconizava o tratamento holístico – “da alma e do corpo”²⁵² pelos elementos da Natureza.

Ao longo do século XIX, “a institucionalização e democratização do tratamento termal foram sem dúvida impulsionados pela medicina, pela constituição da especialidade de hidrologia médica, que foi o suporte da construção maioria dos centros actuais do termalismo europeu”²⁵³. O *Velho Continente* assistiu, quase simultaneamente, ao despontar de uma outra disciplina a par do termalismo, de cujos conhecimentos o concessionário das Caldas de Monchique irá igualmente beber. Se o termalismo consiste na aplicação terapêutica de águas termominerais, o empirista alemão Vincenz Priessnitz desenvolveu a partir de 1830 a hidroterapia, terapia através da aplicação da água (não necessariamente termal), gerando-se a partir daqui uma ambiguidade entre ambas as práticas: “Le plus curieux peut-être est que ces pratiques vinrent s’implanter dans les stations thermales elles-mêmes”²⁵⁴, como sucedeu nas termas algarvias.

A par do potencial multifacetado das águas, também desponta a helioterapia – a cura pela exposição ao ar – pelo capitalista e higienista suíço Arnold Rikli, entre outros teorizadores da cura pelos agentes naturais. E foi destas tendências de vanguarda,

²⁵¹ Castel-Branco, 1897, p.2.

²⁵² Platen, 1903, p.250.

²⁵³ Quintela, 2008, p.327.

²⁵⁴ Cf. Grenier, 1984, pp.194.

alternativas à medicina convencional, que Bentes Castel Branco bebeu para diversificar a oferta terapêutica nas Caldas de Monchique, local que defendia ser propício à criação de uma estação climatérica, sanitária e de inverno, pelas características do seu clima, em complemento ou alternativa ao uso da água termal.

Levando à prática esta nova concepção, o Estabelecimento Termal alargaria consideravelmente o seu raio de acção a outras patologias que ali poderiam ser tratadas com recurso à água termal e não termal, ao ar, ou à luz natural, revertendo essa dinâmica num número bastante mais dilatado de curistas. Em última análise, aumentaria a receita auferida pelo concessionário para investir em melhoramentos susceptíveis de desenvolver a estrutura empresarial e aumentar o nível de atracção da povoação.

Ao apostar na cura natural, o Dr. Bentes Castel-Branco não só iria diversificar o leque de tratamentos disponíveis nas Caldas de Monchique, mas iria diferenciá-las de todas as outras termas portuguesas, mais ou menos cingidas à terapêutica do termalismo convencional. Em 1900, no estudo académico sobre os efeitos fisiológicos e terapêuticos de Ernesto da Silva Mendes, é atestado esse factor de distinção sobre o uso do Método Kneipp: “Em Portugal apenas existe o [balneário Kneipp] das Caldas de Monchique, dirigido pelo Dr. Bentes GastellBranco [sic.]”²⁵⁵.

Em 1897, prosseguiram os arranjos urbanísticos no Estabelecimento Termal, abrindo-se uma nova rua paralela à fachada poente do balneário, no sentido de facilitar a acessibilidade dos veículos a todos os pisos do velho edifício, ao mesmo tempo que foi elevado o *chalet do Mercado*²⁵⁶, tendo em vista a auto-suficiência em géneros da estância em relação à vila sede do concelho, estimulando em simultâneo a economia interna da *Aldeia do Banho* que pretendia fundar.

A 13 de Outubro, as Caldas de Monchique transformaram-se em palco de cortejo, com a visita oficial de D. Carlos e D. Amélia de Orléans²⁵⁷. O casal reinante encontrava-se em périplo pelo Algarve, e partindo de Portimão a caminho da vila de Monchique, as termas foram ponto obrigatório de passagem e de uma breve recepção. As três filhas do concessionário do Estabelecimento Termal agraciaram os monarcas com flores, tendo-o Bentes Castel-Branco conduzido numa visita ao Sanatório Kneipp –

²⁵⁵Mendes, 1900, p.22.

²⁵⁶ Contudo, na revista *A Saúde* (dirigida por Castel-Branco), é referida a construção do novo mercado no ano seguinte, em 1898 (Cf. *A Saúde*, nº1, 1898, p.8). Este edifício não estava primeiramente previsto no contrato da concessão, mas Castel-Branco erigiu-o a título privado.

²⁵⁷ Cf. Sampaio, 1997.

que naquele ano funcionava pela primeira vez²⁵⁸ –, onde havia organizado uma exposição de artesanato local, bem como de vestuário e medicamentos concebidos segundo os preceitos daquele método terapêutico²⁵⁹.

Conhece-se a simpatia do médico pelo ideário republicano em 1884, ao ter integrado o Conselho Provincial do Partido Republicano no Algarve na qualidade de secretário na redacção dos estatutos. Em simultâneo fazia parte deste órgão, partilhando das suas convicções políticas e de regime, Gregório Nunes Mascarenhas²⁶⁰, empresário de sucesso na cidade de Silves afecto ao Partido Regenerador e familiar do deputado José Gregório Figueiredo Mascarenhas. Recorde-se que este último – respeitável e influente general – havia intercedido a favor de Castel-Branco a partir do assento parlamentar, pugnando em 1885 pela beneficiação do Estabelecimento Termal, em cujas cercanias possuía terrenos e, por conseguinte, interesses económicos. Assim eram tecidas as estreitas malhas de pressão partidária a favor do candidato a concessionário das termas, uma dúzia de anos antes da visita de D. Carlos e D. Amélia às Caldas de Monchique.

Desconhece-se, todavia, qual o posicionamento político de Castel-Branco aquando da visita real, pois o adjudicatário das termas viria mais tarde a cambiar radicalmente de convicções políticas, tornando-se acérrimo defensor da Monarquia, sem que se consiga clarificar com precisão em que momento e quais os motivos que o levaram à rejeição completa dos ideais de regime que havia ajudado activamente a empreender no Algarve.

O facto de ter acompanhado os reis na visita pelas Caldas poderá indiciar que em 1897 estaria já mais próximo da fileira monárquica, em comparação com Gregório Mascarenhas, que recusar-se-ia a fazer parte da comitiva de recepção aos símbolos da Monarquia durante a visita à cidade de Silves, ostentando os seus princípios republicanos inequívocos.

Por outro lado, independentemente da sua convicção, o administrador do Estabelecimento Termal devia, afinal de contas, este estatuto à legislação promulgada por D. Carlos em 1892, que veio regular a concessão e a exploração das nascentes termais do Reino, pelo que até ao final de Oitocentos seriam atribuídos 49 alvarás por todo o território a empresas (individuais ou sociedades), assim como a órgãos

²⁵⁸ Cf. *O Occidente*, nº677, 20/10/1897.

²⁵⁹ Cf. Carvalho, 1934, p.21.

²⁶⁰ Cf. Mendonça, 2010.

municipais²⁶¹. Esta medida régia viria a favorecer, em última análise, os intentos manifestados pelo Dr. Bentes desde 1883. Simples gratidão e cordialidade, ou sinal de mudança na convicção política na recepção de D. Carlos por parte do médico-concessionário, eis o que fica por desvendar peremptoriamente.

No ano de 1898, Castel-Branco prosseguia com o seu plano de melhoramentos nas Caldas de Monchique num ritmo regular e promissor, com a ampliação do agora designado *Parque*. A substituição do topónimo da praça anteriormente conhecida como Largo da Pimenteira²⁶² acusa a influência cosmopolita dos parques públicos nas grandes cidades e estâncias termais europeias mais célebres da época, local de passeio e de convívio vocacionado para a alta sociedade.

Mais do que mero preciosismo, ao actualizar o nome mais rústico pela designação em voga, o concessionário pretendia, assim, dignificar e definir socialmente os frequentadores do núcleo central das termas de Monchique, delimitado a Norte pela Hospedaria Velha, e a Sul pelo Palacete.

Do lado Sul do Parque foi harmonizada a fachada do edifício principal, que viria a dar acesso ao balneário, e ao lado daquele seria erigida também em 1898 a construção em cujas diferentes divisões seriam instalados a farmácia, o consultório médico e o escritório da administração. De cariz multifuncional – e também à semelhança da Hospedaria Nova –, obedeceu este edifício ao desenho de Nicola Bigaglia²⁶³, elaborado dois anos antes no projecto para um novo Club, que viria substituir o salão de recreio que funcionava na Hospedaria Velha desde a década de 1870.

O risco arquitectónico de Bigaglia previa um edifício voltado a Norte para o Parque, composto por dois volumes diferenciados: o torreão com dois registos, destinado às funções clínica (farmácia, consultório e laboratório) e administrativa do Estabelecimento Termal, ao passo que o corpo térreo daria lugar aos equipamentos de lazer – salões de baile, jogos, de leitura e de bilhar –, articulando-se simultaneamente com o balneário pelo flanco Sul, para servir-lhe de acesso principal.

²⁶¹ Cf. Matos, 2004, p.9.

²⁶² Confluíam a este local as duas ribeiras das Caldas: do Banho e do Lajeado, tendo sido cobertas por ordem do director Francisco Lázaro Cortes entre 1872 e 1875, dando lugar à praça principal (Cf. Castel-Branco, 1906, p.27).

²⁶³ Maria de Lourdes Lima atribuiu o edifício do Club ao engenheiro Rodrigo Berquó (Lima, 2002, p.77), que havia elaborado propostas para o melhoramento das Caldas de Monchique em 1887, mas cujo conteúdo efectivo se desconhece. Em 2012, encontrámos o dossier com os projectos de Nicola Bigaglia, que em termos estruturais e na linguagem revivalista islâmica, serviram de base inquestionável ao Club erigido em 1898.

Na verdade, a opção pelo estilo designado convencionalmente de *neo-árabe* para a nova construção que passaria a dar acesso aos balneários terá sido ditada pela própria função do edifício, evocando os banhos árabes²⁶⁴, ao mesmo tempo que alude ao passado de ocupação islâmica em Portugal, concretamente à herança mais vincada no território algarvio, ao passo que o modelo constituiu igualmente, de forma mais ou menos ingénua, uma moda na época.

Existe, desta forma, uma correspondência entre a utilização de um edifício e a sua simbologia neste período de entusiasmo construtivo revivalista, num critério (nem sempre seguido com rigor linear) “según el cual se atribuye a cada tipología funcional un estilo idóneo, constituye, a menudo, el eje principal de la producción edificatoria: los bancos se construyen en estilo «clásico», las viviendas en estilo «renacentista», los balneários en estilos orientales, las iglesias en los medievales²⁶⁵.”

A estética neo-islâmica detinha, neste sentido, um domínio de aplicação alargado a casas particulares, como palacetes, sinagogas, praças de touros, em dependências isoladas incluídas noutra arquitectura, ou pavilhões de recreio²⁶⁶.

Não obstante a estética exótica da cultura muçulmana ter servido de matriz a diversas construções na Península Ibérica ao longo do século XIX, convém referir que “foi no Algarve que, em Portugal, ela mais se enquadrou e justificou historicamente”²⁶⁷, não apenas por ter sido a província que esteve até mais tardiamente sob ocupação muçulmana, mas também por comungar ainda com os países islâmicos da bacia mediterrânica, entes de mais, da proximidade geográfica, do clima e ainda de reminiscências etnográficas diversas.

Além do mais, os banhos termais das Caldas de Monchique terão sido utilizados pelos romanos, conforme atestam os vestígios arqueológicos ali encontrados, pelo menos, desde o último quartel de Oitocentos. A posterior ocupação islâmica do Algarve, assim como as alegadas moedas árabes que Bentes Castel-Branco afirma terem sido ali encontradas, tem levado à conjectura que os Muçulmanos terão também utilizado aquelas termas, por se tratar de apreciadores sobejamente conhecidos dos banhos, até por motivos de natureza religiosa, pela purificação física antes das orações diárias. Desta forma, revelar-se-ia historicamente legítima a construção nas Caldas de

²⁶⁴ Cf. Lima, *op. cit.*, p.78, citando Pedro Navascués Palácio.

²⁶⁵ Argan, *op. cit.*, p.163.

²⁶⁶ Cf. Anacleto, 1992.

²⁶⁷ Fernandes, 1999, p.373.

Monchique de um edifício alusivo a esta prática balnear sob figurino revivalista islâmico.

Inicialmente, o projecto de Nicola Bigaglia – muito provavelmente elaborado em diálogo com João Bentes Castel-Branco – preconizava um edifício de clara matriz oriental, que se consubstanciava nos apontamentos ornamentais dos elementos arquitectónicos, em que o autor era virtuoso. Apenas conjugando arcos de ferradura com lintéis trilobulados em tijolo, era inegável a herança muçulmana; porém, o arquitecto-decorador foi além do mero reconhecimento formal, através dos pináculos a ornamentar as coberturas, e mesmo o pequeno nicho para albergar a sineta de D. Simão da Gama sobrepujando o óculo do relógio, onde a hiper-decoração concentrada em menor escala chega mesmo a sugerir o Extremo Oriente nipónico. Até o próprio pano da fachada seria ritmado com frisos de trabalho em estuque, uma técnica decorativa de inevitável reminiscência islâmica.

Todavia, o edifício cuja construção se começou a materializar em 1898, apesar de exibir a mesma estrutura de torreão (com um destaque vertical que permite associar, ainda que vagamente, ao minarete das mesquitas) e pavilhão térreo e o aspecto arabizante, prescindiu daquela exuberância decorativa, sendo mesmo alterados alguns elementos, que lhe deram uma feição bastante diferente do que Bigaglia havia reproduzido apenas dois anos antes. No biénio de 1901 e 1902 é que o salão do Club foi efectivamente ampliado, e abertas no seu interior as salas de bilhar, de leitura, jogos, toilettes para senhoras e o vestíbulo.

Nesta segunda fase da intervenção, foram ainda abertas a entrada, bem como a escadaria que conduzia ao velho balneário. Ficava assim realizada a intenção inicial do concessionário em criar uma ligação coberta entre as instalações dos tratamentos termais e as infraestruturas de lazer.

A grande porta central em arco de ferradura foi mantida, em relação ao projecto inicial – com a respectiva bandeira de jogo vitral colorido em meia-laranja e caixilhos em ferro, ao gosto da arquitectura decorrente da Revolução Industrial oitocentista –, e todas as outras janelas e portas seguiram o mesmo tipo de arco. Porém, nestas os vidros de decoração geométrica conjugavam-se com a madeira, material mais orgânico, afastando-se da matriz industrial dos pavilhões de exposições internacionais, ou mesmo de infraestruturas utilitárias tão caras à relação coeva entre arquitectura e engenharia, como estações de caminhos-de-ferro ou mercados.

As alterações que o projecto original sofreu, na menor componente decorativa assim como na uniformização da estética neo-árabe pelos arcos de ferradura adoptados em todos vãos poderão explicar-se pelo avultado investimento a que Bentes Castel-Branco estava obrigado a realizar nos primeiros dez anos da adjudicação termal, pelo que a variedade de soluções ornamentais encareceria cada um dos edifícios a construir. Porém, aspectos como as molduras das cinco portas da fachada em cantaria adoptados na construção e acrescentados indiciam um encarecimento, não só pelo material, mas também pela técnica, face ao projecto original.

Não será, pois, de excluir, que as adaptações aos desenhos de Bigaglia ter-se-ão devido, pelo menos em alguns casos, ao gosto pessoal do adjudicatário-encomendante, cuja opinião prevaleceria sobre a sugestão do arquitecto.

E se a alusão à Reconquista sob a forma dos merlões de castelo cristão medieval no primeiro projecto da Hospedaria Nova (1895) acabou por ser anulada, assiste-se agora a uma transposição reformulada deste apontamento arquitectónico de raiz historicista para o Club (e que não estava originalmente contemplado no projecto do arquitecto veneziano), desta feita sob a estética do povo dominado no território algarvio, os Muçulmanos. Por outro lado, a silhueta escalonada das ameias alude mesmo para os templos piramidais da antiga Mesopotâmia – os zigurates –, situando indelevelmente na geografia do Médio Oriente a sua influência estilística.

A segunda metade do século XIX presenciou concomitantemente a crescente industrialização na Europa, o recrudescer de um sentimento de fascínio pelas formas artísticas do passado nacional, ainda que agora tal interesse fosse mais de motivação estética, do que histórica²⁶⁸, em relação às construções de patrocínio real na primeira metade da centúria, como o Palácio da Pena em Sintra.

Na província do Algarve, o crescimento demográfico nas zonas urbanas atingiu um aumento substancial a partir do terceiro quartel de Oitocentos (simultâneo ao início do desenvolvimento nas Caldas de Monchique), exigindo novas construções de carácter público. Algumas delas acabaram por ser erguidas em feição neo-islâmica, como é o caso do Matadouro Municipal de Faro (de autor incógnito), admirável exemplar inaugurado em 1899²⁶⁹, com semelhanças formais em relação ao Club das Caldas de

²⁶⁸ Cf. Argan, 1977, p.7.

²⁶⁹Desconhece-se o autor deste edifício
(http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4504 - Ficha de inventário Matadouro

Monchique, nomeadamente nos arcos em ferradura, nos merlões *ziguráticos* e no jogo de linhas ortogonais na fachada.

Outro exemplo da arquitectura civil algarvia de âmbito revivalista islâmico consiste num outro matadouro municipal, na cidade de Silves²⁷⁰, contudo finalizado já tardiamente em 1914, com claras influências dos morabitos de planta cúbica, legados pelos Muçulmanos aquando da sua presença no território meridional português, e remetendo a função para os açougues da ocupação muçulmana do território nacional, ou para os mercados, associando a estética da função a uma cultura particular que lhe serve de modelo.

Com recurso a esta gramática artística se erigiu ainda o emblemático mercado municipal de Loulé, seguindo o risco do arquitecto Alfredo Costa Campos (de Lisboa) em 1903 e terminado cinco anos depois. Apesar do Club das Caldas de Monchique não se tratar de uma obra de iniciativa municipal, mas de um concessionário particular, o edifício era igualmente vocacionado para o público, seguindo a “predominância estilística”²⁷¹ daqueles edifícios públicos da região.

À medida que nascia a arquitectura de sabor exótico nas Caldas de Monchique, iam verdejando espécies de árvores e plantas de origem ultramarina, numa cenografia total da paisagem termal. Só no jogo de complementaridade entre espaço arquitectónico e ambiência natural circundante, em que o cenário neo-islâmico se consubstancia verdadeiramente, pela articulação do edifício de traça médio-oriental no autêntico *oásis* luxuriante que o envolve, criando uma ligação contínua e simbiótica entre ambos.

No entender de Pedro Vieira de Almeida, é “extremamente importante o conceito de espaço-transição, o entendimento do significado de noções como a de espaço-núcleo e espaço complementar e da sua intervenção na articulação de uma fluidez e continuidade espacial, tudo isso só é possível ou só tem total sentido nas propostas do revivalismo árabe”²⁷².

Este pavilhão com torreão, que constituiu o primeiro casino do Algarve²⁷³, possuía uma dupla função genuinamente holística, na medida em que, ao mesmo tempo que dava acesso aos equipamentos terapêuticos do corpo, contribuía para o bem-estar

Municipal de Faro). Contudo, Maria de Lourdes Lima aponta o ano de 1896 para a construção do Matadouro em Faro (Cf. Lima, 2002., pp 124).

²⁷⁰ Maria de Lourdes Lima aponta Gregório Mascarenhas como possível autor do desenho do matadouro municipal de Silves (Lima, 2002, p.73).

²⁷¹ Lima, 2002, p.201.

²⁷² Almeida, *op. Cit.*, pp.213-214.

²⁷³ Cf. Lima, *op. Cit.*, p.78.

mental, ao promover momentos de divertimento e de convívio entre os seus frequentadores. Assim, “le casino est en effet un équipement essentiel de la ville d’eaux, le complément obligé de l’établissement thermal²⁷⁴”, figurino emulado posteriormente pelos equipamentos das estâncias de vilegiatura marítima²⁷⁵, devido à sua funcionalidade social e de animação dos tempos livres, que entremeava os cuidados hidroterápicos.

Além disso, também a própria estética do edifício, fundamentada em premissas historicistas, concorria para reforçar a sua vocação erudita, propícia a um certo “cosmopolitismo local²⁷⁶” por parte da elite cultural monchiquense e forasteira, que ali se reuniria em animados serões de jogo, música e conversa. No seio do Algarve serrano era, assim, possível viajar geográfica e cronologicamente através da paisagem natural e edificada, internacionalizando²⁷⁷ o lugar.

Nas estâncias europeias do final do século XIX, “si l’architecture est écletique, la population thermale est cosmopolite; les architectes et décorateurs aussi”²⁷⁸, sendo contratados técnicos com gabinetes nas grandes cidades para levar as tendências artísticas em voga aos destinos de vilegiatura na montanha. É através dos trabalhos descentralizados de grandes nomes da arquitectura que se cativam, por sua vez, os frequentadores da elite económica e sociocultural, seduzidos pela gramática ornamental já conhecida através do crescente fenómeno turístico ou pela *viagem das formas* arquitectónicas em edifícios citadinos.

E Nicola Bigaglia possuía o renome²⁷⁹, mas sobretudo o talento de arquitecto-decorador para esse desígnio, ao partir do desenho técnico arquitectónico em volumes geométricos simplificados, para neles espelhar o seu domínio da linguagem ornamental, com que criava uma unívoca identidade revivalista ou ecléctica, numa concepção cénica da arquitectura.

²⁷⁴ Saddy, 1984, p.83.

²⁷⁵ Briz, 1989, p.4.

²⁷⁶ Saddy, *op. cit.*, p.202.

²⁷⁷ Cf. Lima, 20012, p.202.

²⁷⁸ Saddy, *op. cit.*, p.102.

²⁷⁹ Desconhecem-se outros trabalhos de Bigaglia associados directamente à paisagem termal, ainda que o trabalho no Palace Hotel no Buçaco esteja relacionado com a cenografia romântica da paisagem de montanha, nas cercanias das termas do Luso. Provavelmente, a formação em Itália – país de referência nas artes cénicas – a par do trabalho com o conterrâneo Manini terão contribuído para a sua vocação cenográfica nas arquitecturas.

Com obras pautadas pela linguagem ecléctica e historicista, o professor de desenho italiano ganhou prestígio em Portugal, chegando mesmo em 1902 a receber o primeiro Prémio Valmor, pelo Palácio Lima Mayer (de traça neo-renascentista), que havia sido edificado no ano anterior.

Na opinião praticamente contemporânea à edificação do Club, assiste-se à caracterização das quatro portas laterais e da vasta porta central como pertencendo ao “estilo árabe”, pelo inspector das águas minerais, Tenreiro de Sarzedas, numa revelação de sensibilidade artística num relatório técnico. Todavia, cerca de meio século depois da edificação do Casino, é na opinião do engenheiro-director Alberto Pessanha Viegas que assistimos à mudança de gosto quanto à traça do edifício, considerado pelo técnico do Estado como “de pretensiosa arquitectura de tendência árabe”²⁸⁰, denotando uma certa depreciação desta arquitectura de faz-de-conta, em que não reconhece sequer a legitimidade historicista que o teria concebido no final do século XIX.

O terceiro (e último) equipamento a ser levantado no seguimento das propostas do autor veneziano foi o edifício entre o Palacete e a Hospedaria Velha, que viria a ser denominado *Hotel Central (Fig.40)*. Concluído em 1899, foi imediatamente mobilado com a dupla valência de unidade hoteleira, mas também funcionando como Casa de Saúde²⁸¹. Estas instalações remetem para o Sanatório Kneipp, que terá sido então naquele ano transferido para o novo edifício. Aqui eram realizadas as afusões de água “feitas fielmente como em Wörishofen”²⁸², de acordo com os ensinamentos que Bentes havia recebido do precursor deste método na Alemanha, com a possibilidade de ser seguida pelos clientes a dieta que complementava os tratamentos.

Mas este sistema inovador, teria uma curta duração nestas instalações, na medida em que o concessionário foi destacado para Lisboa a tempo inteiro, onde passou a desempenhar as funções de guarda-mor de saúde entre 1901 e 1906. As Caldas de Monchique ficaram, por este motivo, privadas da sua direcção clínica na aplicação do Método Kneipp, em cuja prática não havia substituto para dar seguimento. O prédio foi convertido exclusivamente em hotel, com a saída de Castel-Branco para a capital.

Bigaglia seguiu neste edifício também voltado para o Parque o modelo da Hospedaria Nova (no Largo do Plátano, a Poente), com a diferenciação do piso térreo e a divisão da fachada em três faixas verticais, com destaque visual da parte central, aberto em janelas geminadas e coroado pela sanca ornamentada em V invertido.

²⁸⁰ Ofício assinado por Alberto Arcanjo Pessanha Viegas (Ministério das Obras Públicas), de 16/4/1954 (Arquivo DGEG-ME.).

²⁸¹ Cf. Castel-Branco, 1906, p.30.

²⁸² Castel-Branco, 1897, p.117.

Por seu turno, a ornamentação da cobertura condizia com a do Club, ainda que a linguagem estilística se afastasse do exotismo revivalista de pendor islâmico com que o autor havia concebido o salão de recreio com o seu torreão.

E também à imagem do que havia sucedido com os dois projectos anteriores, a edificação do Hotel Central seguiu, em linhas gerais, a proposta estrutural do arquitecto, implicando contudo algumas alterações formais e estéticas.

Das primeiras, destaca-se a abertura de águas-furtadas no lado Nascente do prédio, que devido ao grande declive do terreno apresentava-se térreo nesta face voltada para o ramal de acesso às Caldas de Monchique, ao passo que exhibia três registos do lado oposto voltado para o Parque. Neste caso, a materialização superou o projecto, pelo acréscimo destas estruturas de aproveitamento do espaço e de iluminação para o interior.

Em termos decorativos, alguns apontamentos como as molduras em pedra nos óculos da face Norte e os ornatos nas coberturas foram prescindidos, ao passo que na fachada Poente foram adicionados frisos em estuque entre as janelas do segundo piso, e na face Nascente.

Do *dossier* com as propostas arquitectónicas do técnico veneziano apresentado em 1896 resultou a concretização de três edifícios nas Caldas de Monchique: a Hospedaria Nova, o Club e o Hotel Central²⁸³. O facto de cada um ter sido concebido para integrar diferentes funções poderá explicar-se, por um lado, pela efectiva economia de recursos financeiros, evitando a construção de inúmeros edifícios.

Mas também a irregularidade do terreno no vale das Caldas de Monchique exigia o máximo aproveitamento do tabuleiro plano conquistado pelo director Lázaro Cortes no início da década de 1870, com a cobertura do ponto onde confluíam as ribeiras do Banho e do Lajeado, agora o centro do núcleo urbano: o *Parque*.

Os constrangimentos físicos do território exigiam, desta forma, edificações verticais na racionalização do espaço construtivo útil, evitando a despesa prévia adicional da extracção de pedras e regularização dos terrenos.

As Caldas ganharam assim no último quartel do século XIX três largos, em torno dos quais foram sendo construídas diversas infraestruturas: o Largo do Palacinho

²⁸³ Silva Carvalho afirma que João Bentes Castel-Branco havia levantado “os alicerces e paredes até ao primeiro andar da hospedaria nova e do Hotel Central”, em 1883, na sequência do plano de melhoramentos que empreendera no ano anterior. (Carvalho, 1939, p.154). Depreende-se, portanto, que Bigaglia teve de projectar a conclusão destes edifícios em 1896 de acordo com as estruturas pré-existentes.

(localização da estação do telégrafo-postal e da Casa do Lajeado), o Largo do Plátano (onde foi erigida a Hospedaria Nova), e o Parque. Neste último, a centralidade da estância termal consubstanciava-se nos edifícios de importância histórica, funcional e estética que o circundavam: a Hospedaria Velha levantada pelos bispos no final do século XVII, o prestigiante Hotel Central, o Palacete onde residia o adjudicatário, e, por fim, o Club de traça revivalista islâmica, albergando as actividades de recreio e conduzindo ao balneário termal.

Daquelas três edificações, as semelhanças formais prendem-se sobretudo com a planta e a estrutura dos alçados realizados por Nicola Bigaglia, tendo sofrido todos eles adaptações especialmente nos elementos decorativos que reforçavam a linguagem estética das propostas lançadas pelo técnico italiano. Tal facto denota que as propostas realizadas no atelier do arquitecto em Lisboa, mas depois submetidas às condições financeiras ou sensibilidade estética do concessionário das termas, e encomendante dos projectos.

Na transição entre as décadas de 1920 e 1930 – provavelmente na sequência do Plano Geral de Melhoramentos das Caldas de Monchique²⁸⁴ de 1929 –, os edifícios da Hospedaria Nova e do Hotel Central foram ampliados em altura, sendo acrescentado um piso superior a cada um. Em ambos os casos, a intervenção posterior acabou por descaracterizar o aspecto original concebido ou adaptado nos últimos anos de Oitocentos dos projectos do italiano.

A estratégia de Castel-Branco em dar resposta ao crescente número de banhistas e frequentadores das termas com alojamentos para diferentes classes sociais, delineada para o concurso de 1894, estava por esta altura em sincronia com o crescimento que as estâncias termais viviam nesta época, não só em Portugal, mas sobretudo na emblemática França, que assistiu ao desenvolvimento dos equipamentos hoteleiros sobretudo entre 1880 e 1914 nas “villes thermales”²⁸⁵.

Pelo ano de 1900, existiam já nas Caldas de Monchique outros prédios destinados ao alojamento, independentes do Estabelecimento Termal, como o Hotel Popular (do lado Poente do vetusto balneário termal) e a Casa do Lajeado, a Norte da estação do telégrafo-postal. Curiosamente, ambos do proprietário João Bentes Castel

²⁸⁴Sobre o Plano Geral de Melhoramentos, veja-se Mangorrinha, Jorge, *A Cidade Termal: Ordenamento do Território e Turismo*, Dissertação de Doutoramento em Urbanismo, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2009.

²⁸⁵Mulleseaux, 1984, p.134.

Branco, que, a par da concessão que possuía do Estabelecimento Termal, ali realizou avultados investimentos a título pessoal. Mas além iniciativa particular de Castel-Branco, existia já no mesmo ano, à entrada do ramal de acesso às termas, o Hotel Guerreiro, e em 1898 já era publicitado o Hotel Viola²⁸⁶ nas Caldas de Monchique.

As três novas construções multifuncionais adaptadas dos projectos de Bigaglia contribuíram não só para a maior diversidade de infraestruturas de apoio ao Estabelecimento Termal nas dimensões hoteleira, clínica, administrativa e de lazer, mas garantiram, acima de tudo, uma escala física e uma estética cosmopolita às Caldas de Monchique.

O facto das propostas do italiano terem apenas servido de base à versão definitiva dos edifícios, poderá ser interpretado, por um lado, com a prevalência decisória do encomendante e dos seus constrangimentos financeiros, ou por outro lado, poderá ser tido como uma menorização do papel do arquitecto, que vê o seu trabalho técnico ser tido apenas como uma sugestão, permeável a modificações que alteraram o modelo por si concebido pela ingerência de João Bentes-Castel-Branco nas questões arquitectónicas.

Independentemente desta questão, a feição de arquitectura civil nos alojamentos e o Club de sabor exótico, inseridos numa malha urbana de valores históricos recuáveis ao século XVII, legitimava uma paisagem ecléctica, perfeitamente integrada no terreno e na envolvência exuberante de montanha.

Com uma vocação particular para a criação de cenários arquitectónicos através da identidade decorativa, Bigaglia criou soluções harmoniosas com o local onde os edifícios seriam implantados, ao mesmo tempo que a cenografia – sobretudo do Club historicista – se destacava pelo cunho erudito, em linha com a linguagem artística internacional²⁸⁷ das mais emblemáticas estâncias da Europa, adaptada à escala das Caldas de Monchique.

1.1.2 A iniciativa particular na criação de um *Bairro Aristocrático*

Ao mesmo tempo que o Estabelecimento Termal das Caldas de Monchique conhecia um fulgor construtivo ímpar na sua História, sob a gestão de João Bentes

²⁸⁶ Cf. *A Saúde*, op. cit., p.9.

²⁸⁷ Cf. Benevolo, 1966, p.235.

Castel-Branco na passagem para o século XX, nas cercanias do vale despontavam algumas construções de cariz particular residencial ou para aluguer, como os chalets Guerreiro, Trindade e Château Rouge²⁸⁸. Seria, em princípio, o primeiro passo para a localidade projectada pelo então director clínico em 1883, com o objectivo de instituir uma povoação efectivamente habitada, auto-suficiente e prestigiante na atracção de proprietários ilustres.

Em 1903 existiam já algumas lojas de comércio, propiciando a autonomia das Caldas de Monchique relativamente aos bens consumíveis, com três mercearias, padarias e farmácia, ainda a possibilidade dos frequentadores alugarem roupas, louças e mobílias para as suas estadias, além dos chalets já mobilados que estavam disponíveis para alugar²⁸⁹.

De acordo com planificação do concessionário, a localidade da Aldeia do Banho seria dividida em *Bairro Popular* e *Bairro Aristocrático*, de acordo com as devidas diferenças do perfil socioeconómico dos proprietários a habitar as Caldas de Monchique. As habitações da aldeia eram previstas para a encosta Sudoeste, ao passo que os numerosos *chalets* projectados deveriam implantar-se na zona Norte das Caldas, no topo pitoresco do miradouro natural que o vale proporcionava.

No entanto, é possível que os intentos de particulares eventualmente interessados em construir habitações nas Caldas de Monchique se tenham manifestado mais cedo, conforme se especulou em 1874 sobre Francis Cook, aquando da sua visita à província com o propósito de conhecer a “Sintra do Algarve”. A anacronia entre a procura e a oferta por este tempo dever-se-ia à falta de vias e meios de comunicação, que coincidiam com um estabelecimento termal de crescimento desorganizado e com condições ainda muito frustes, sem alojamento, salão de recreio, parque e instalações balneares condicentes com o prestígio de tais indivíduos.

²⁸⁸ Cf. Pereira; Rodrigues, 1909, p.1186. Estas eram as designações coevas dos chalets, que entretanto; foram sendo substituídas, quer pela mudança de proprietários, quer pelas características arquitectónicas que os destacam na paisagem. Apenas o *Chalet Trindade* (chalet de figurino suíço, actualmente pintado de rosa) é identificável, pois situa-se nos terrenos pertencentes ao coronel Teófilo Trindade, de acordo com um levantamento datado de 1916.

Segundo o mesmo documento, alvitra-se que a denominação de *Chalet Guerreiro* corresponde a uma habitação construída em pedra, na mesma encosta, a Sul do *Chalet Trindade* (Cf. *Caldas de Monchique: Terrenos mal limitados e contestados cuja alienação é proposta pelo concessionário João Bentes Castel-Branco em 30 de Outubro de 1916*, Arquivo DGEG-ME).

Supomos, por exclusão de partes, que a habitação actualmente conhecida como *Chalet dos Cantinhos* (ou *Chalet das Riscas*) diz respeito ao então designado *Chalet Rouge*, da família Mascarenhas.

²⁸⁹ *Brasil-Portugal*, nº108, anoV, 16 de Julho de 1903, p.187.

Por essa ocasião, Cook ficara hospedado em Silves, na casa dos proprietários da fábrica corticeira Vilarinho & Sobrinho, fundada pelo tio e sogro (em primeiras núpcias) de Francisco Manuel Pereira Caldas (1844-1915). Além da actividade empresarial, este último, tinha uma activa participação no Partido Progressista, tendo até chegado a defender a beneficiação das instalações das Caldas de Monchique²⁹⁰ em 1887, no cargo de deputado pelo círculo do Algarve nas Cortes. No ano anterior, havia sido nobilitado visconde de Silves pelo rei D. Luís, e em 1897, recebeu D. Carlos e D. Amélia na sua cidade (logo após a visita régia às Caldas de Monchique e à vila de Monchique), na qualidade de anfitrião, tendo sido alguns meses antes agraciado com o título de conde²⁹¹.

Do outro lado da barricada – nos negócios da cortiça na mesma cidade, e ainda na política –, encontrava-se Gregório Nunes Mascarenhas Netto (1847-1922). Regenerador convicto, mas acabando por defender a mudança de regime, havia feito parte da comissão redactor do manifesto do Partido Republicano do Algarve juntamente com João Bentes Castel-Branco, e em 1897 recusara-se a participar na recepção ao casal régio em Silves. Era ainda parente do general José Gregório Figueiredo Mascarenhas, que intercedera indirectamente a favor do desígnio do Dr. Bentes a partir do assento parlamentar, e era igualmente proprietário de terrenos nas Caldas de Monchique. Aqui, a família tinha erigido o *Château Rouge*, onde Gregório Nunes Mascarenhas estava habituado a passar temporadas²⁹².

Este homem empreendedor, que haveria de criar a firma Gregório Nunes Mascarenhas & C.^a em 1867, fora enviado na juventude para estudar em Inglaterra, tomando contacto com as correntes artísticas em voga, precisamente no país de origem do *revival* arquitectónico, ao mesmo tempo que explora a técnica do desenho²⁹³.

Na verdade, Gregório Mascarenhas correspondia não só ao perfil do burguês endinheirado da época, com especial predilecção pelas viagens (pela Europa, Norte de África, Tailândia, etc.), como além disso era dotado de uma sensibilidade artística, numa proficua combinação com a aptidão e formação para o desenho de arquitectura.

²⁹⁰ Cf. www.aguas.ics.ul.pt.

²⁹¹ Cf. Mónica, 2004, p.524.

²⁹² Cf. Goes, Maria das Dores Jorge de, “Silves... Mascarenhas Gregório... E o Teatro”, *12º Congresso do Algarve*, Racal Clube, s.l., 2004.

²⁹³ Cf. Lima, 2002, p.80.

Considerado por José Manuel Fernandes “um imaginativo e criativo «arquitecto» (e urbanizador) da Silves industrial”²⁹⁴, é-lhe atribuída a autoria de alguns edifícios com os quais teve ligação mais ou menos directa, nomeadamente os Paços do Concelho (1894) no período em que presidiu à edilidade, a Fábrica do Inglês (1894), o Matadouro Municipal (1914), e o *Castelinho*, em Armação de Pêra (conhecido como o *Chalet dos Bicos*), em cuja praia chegou a construir um Casino²⁹⁵. Também graças à sua iniciativa, Silves é dotada de uma marcante infraestrutura cultural com repercussões sociais, com a edificação do Teatro Mascarenhas Gregório em 1909, pelo risco do arquitecto Júdice Costa.

Desenhador de equipamentos de natureza empresarial, particular e municipal, realizou “um notável esforço de caracterização e qualificação da imagem urbana e moderna de Silves na transição dos séculos XIX-XX, que nenhum outro industrial da cidade conseguiu”²⁹⁶, nem o seu mais próximo rival, o Conde de Silves, precisamente pela concepção de uma estética cosmopolita que Mascarenhas imprimiu à cidade algarvia.

Conhecedor das Caldas de Monchique pelos períodos ali vividos na propriedade da família, Gregório Mascarenhas adquiriu em Maio de 1896 um lote de terreno²⁹⁷ onde empreendeu três anos depois o seu refúgio pessoal ao bulício citadino (*Fig.44*).

Ao passo que a expectativa em torno do magnata inglês Francis Cook se saldou inconcretizada, Gregório Mascarenhas acabou por realizar os augúrios que vinte e cinco anos antes estiveram voltados para aquele hóspede dos adversários, encarnando, ele mesmo, nas Caldas de Monchique, o papel que outrora estivera destinado a Cook em relação a Monserrate, uma vez que “para os homens do Romantismo, a vilegiatura por excelência era a montanha (...). Esta paixão do século Dezanove materializou-se entre nós, de forma sublime, na serra de Sintra”²⁹⁸.

Desta feita, Mascarenhas acabou por impor-se face ao rival, materializando nas Caldas de Monchique os ensejos de que antes estiveram, de certo modo, associados aos Vilarinho, de criar uma veraz “Sintra do Algarve”.

²⁹⁴ Fernandes, 2005, p.42.

²⁹⁵ Cf. Duarte, 2007.

²⁹⁶ Fernandes, 2005, p.43.

²⁹⁷ Cf. Declaração do Conselheiro Director Geral interino Campos Magalhães, de 19 de Junho de 1907, Arquivo DGEG-ME.

²⁹⁸ Briz, *op. Cit.*, p.8.

Por esta altura já havia estrada de ligação ao litoral²⁹⁹ e meios de comunicação à distância, além das recém-erigidas infraestruturas do Estabelecimento Termal, encomendadas pelo concessionário João Bentes-Castel-Branco ao arquitecto Nicola Bigaglia, garantiam agora o conforto, o contacto com a Civilização e o bom gosto propícios aos serões em sociedade no Club de traça oriental, lembrando até as longínquas viagens que o industrial silvense realizava, por motivo de negócios ou puro diletantismo.

Também conhecido como *O Chalet das Caldas*, este imóvel privado reflecte diferentes influências artísticas, resultando o seu conjunto numa obra de gosto eclético, que se torna perceptível através da decomposição dos elementos arquitectónicos e ornamentais que o constituem.

Assim, o interior do torreão corresponde a uma cúpula com trabalho de estuque de pendor neo-árabe, onde foi utilizado o mesmo molde da cúpula no edifício dos Paços Municipais de Silves³⁰⁰, em cuja reabilitação Gregório Nunes Mascarenhas estivera envolvido. Este facto parece indiciar a autoria do empresário no risco desta habitação de vilegiatura, atribuindo-lhe o seu cunho pessoal.

Já o exterior da habitação com planta em forma de *T*, manifesta um certo revivalismo medieval, na volumetria vertical, com o torreão e respectiva cobertura pontiaguda de telha escura de aspecto românico, com os cunhais em relevo reforçando os vértices do prisma, a que crescem as janelas estreitas e alongadas em jeito de fenestração goticizante. O contacto de Mascarenhas Gregório³⁰¹ com o *gothic revival* inglês aquando da sua juventude passada em Inglaterra terá moldado o seu imaginário arquitectónico, reflectido neste imóvel.

Do mesmo modo, se pode verificar a inspiração exótica nas casas campestres da Europa Central, de águas em *V* invertido e alpendres de sancas debruadas com franjados de madeira, de que as colinas suíças representam o paradigma mais amplamente difundido pela Europa no decorrer de Oitocentos.

Este sincretismo de elementos construtivos e ornamentais revela o conhecimento que o projectista possuía de diferentes realidades cronológicas e geográficas, que conjugou num edifício particular, em harmonia com as tendências estéticas em voga.

²⁹⁹ Porém, a ferrovia só chegaria à margem esquerda do Arade em 1903 (apeadeiro de Ferragudo-Parchal) e à cidade de Portimão mais tardiamente, em 1922.

³⁰⁰ Cf. Lima, 2002, p.81.

³⁰¹ O multifacetado industrial da cortiça de Silves passou a inverter o seu próprio nome, autodesignando-se Mascarenhas Gregório, devido a divergências familiares.

O facto do seu primeiro proprietário ser um dos homens de negócios mais bem-sucedidos do Algarve naquele período, e com uma sensibilidade artística latente, revela a dignidade atribuída às Caldas de Monchique, enquanto pano de fundo escolhido para a encenação arquitectónica de Gregório Nunes Mascarenhas.

Ainda que o Estabelecimento termal tivesse como função inicial acolher e dar tratamento a doentes pobres, certo é que as campanhas de obras e melhoramentos acentuados no último quartel do século XIX atribuíram-lhe condições estruturais que o tornaram convidativo também a uma classe socioeconómica mais abastada, caracterizada pela valorização da relação entre o indivíduo e os elementos naturais, em momentos de ócio e “fuga” do ritmo frenético da cidade.

A par dos edifícios integrados nas malhas urbanas das cidades que lideravam o Progresso de matriz capitalista, despontou uma necessidade de evasão ao bulício citadino que brotara com o Romantismo, de refúgio em locais que permitiam o contacto com a Natureza pura. O apreço pelo *locus amoenus* da montanha fazia-se exalar ainda na própria Literatura da alvorada de Novecentos, numa dicotomia entre *A Cidade e as Serras*³⁰².

Outrora unidos pelo ideal republicano e sua disseminação pela província algarvia, Gregório Mascarenhas e Bentes Castel-Branco viveriam posteriormente uma acesa quezília devido ao terreno adquirido pelo primeiro, que reclamava para si umas sobreiras e o edifício do Palacinho (estação do telégrafo-postal), onde em 1907 terá chegado a entrar “armado de uma carabina, á frente de seis homens, (...) declarando em alta voz para ele aquela propriedade e ameaçando a tiro quem tentou fazel-o sahir d’ella”³⁰³. Não seria também estranha a este extremar de posições a enigmática mudança da convicção política do médico, que tinha inclusivamente recebido protecção parlamentar dos Mascarenhas na década de 1880 para ver concretizada o seu interesse em concessionar o Estabelecimento Termal.

A casa de veraneio acabou por ser atribuída a Maria Firmina Júdice Grade, aquando do seu divórcio de Gregório Mascarenhas (segundas núpcias do industrial em 1917, de que não resultaram descendentes³⁰⁴), passando para o seu irmão e herdeiro, o director da Torre do Tombo, Dr. António Eduardo Simões Baião. A partir daqui, este

³⁰² Alusão à obra de Eça de Queirós (publicada em 1901), assim intitulada, em que é contraposta a artificialidade da vida urbana com a pacatez da saudável vida rural.

³⁰³ Denúncia redigida por João Bentes Castel-Branco, datada de 1907, Arquivo DGEG-ME.

³⁰⁴ Cf. Duarte, 2007, p.36.

chalet começou a ser conhecido pelo apelido deste proprietário, e, após a sua morte, o filho António Júdice de Magalhães Barros Baião, Juiz de Direito, adquire-o através de herança, encetando um período de abandono que durou perto de trinta e cinco anos³⁰⁵. Em cerca de 1985 foi vendido a uma família inglesa, que em 2005-2006 procede ao seu restauro³⁰⁶.

Um outro exemplar de *chalet* de montanha nas Caldas de Monchique – o chamado *Chalet dos Cantinhos (Fig.45)*– fica situado a uma cota mais elevada, rente à estrada nacional que liga a estância termal à vila e sede de concelho, acha-se um pouco afastado do núcleo urbano. Detém a particularidade de diferentes corpos arquitectónicos com as respectivas coberturas inclinadas que confluem simetricamente a uma estrutura central quadrangular mais elevada, em jeito de torreão, com quatro águas rematadas por um pináculo.

Desconhece-se a data da sua construção, que, com alguma propriedade, situar-se-á algures entre o termo do século XIX e o alvorecer da centúria seguinte, de acordo com a evolução histórica das Caldas de Monchique e a feição ecléctica de que se reveste o edifício. O edifício foi vendido à actual proprietária no pós-25 de Abril pela família Júdice Magalhães Barros³⁰⁷ – a mesma que herdou o chalet de Gregório Mascarenhas (*O Chalet das Caldas* ou *Chalet Baião*) –, levando-nos a indagar se se tratará do outro chalet pertencente aos Mascarenhas, apelidado em 1900 de *Chalet Rouge*.

Igualmente conhecido actualmente como “chalé dos cantinhos”³⁰⁸, se a sua planta e volumetria de corpos escalonados o reportam para uma época experimental de novas técnicas construtivas, associadas ao Império Bizantino, já a ornamentação exterior acaba por corroborar o pendor orientalizante do imóvel, pela pintura em faixas alternadas de creme e ocre, seguindo o figurino da herança decorativa islâmica e posterior, do Românico que alastrou à Europa Central e Ocidental.

À imagem da solução adoptada nos restantes *chalets* das Caldas de Monchique, também este foi construído sobre um embasamento de pedra que servia, não apenas para regularizar o terreno acidentado, mas também para projectar a casa em altura,

³⁰⁵ Cf. Lima, 2002, p.81.

³⁰⁶ Cf. Fernandes, 2008, p.101.

³⁰⁷ Informação gentilmente cedida pela actual proprietária do *Chalet dos Cantinhos*, Sr^a. Lídia Marreiros Venda, em Março de 2013.

³⁰⁸ Assim o denomina o escritor e cronista local António da Silva Carriço, devido à sua estrutura sucessivamente angulosa, devido à sobreposição dos corpos em planta de cruz grega (Cf. Carriço, Silva, *Memória das Coisas*, Associação “O Monchiqueiro”- Grupo de Dinamização Cultural, 2ª ed., Loulé, 2008, p.19).

transformando-a num miradouro com vista privilegiada sobre determinados aspectos da paisagem das Caldas.

Com efeito, a aplicação deste padrão romano-bizantino, ou de sabor oriental em geral, em *villas* das estâncias termais não foi estranha na Europa oitocentista, de que a França é caso demonstrativo. Também o pináculo em balaústre de madeira parece consistir num remate de tipo oriental, lembrando uma almenara em miniatura.

Acrescente-se além disso, a sua vocação de *chalet* de montanha, que se justifica meramente pelo facto de se encontrar implantado num cenário vegetal denso de orografia acentuada, ao ritmo do passadiço Romântico tardio, que em Portugal ainda se manifestava no início de Novecentos.

Estes factores concorrem para que a habitação em apreço conjugue, não só, o Historicismo revivalista de momentos cronologicamente passados, mas ao qual acresce o fascínio pelo Exotismo das técnicas decorativas típicas da Cultura islâmica, de que o Algarve se assume legítimo herdeiro, numa postura aberta e positivista, descomplexada de dogmas religiosos, típica da mentalidade burguesa coeva.

De acrescentar ainda a propensão destes indivíduos para a selecção de moldes tradicionalmente centro-europeus (alheios, portanto, à nossa tradição construtiva) como forma de se promoverem socialmente, exibindo o seu *dandismo* e nível sociocultural por via da estética construtiva das habitações de campo.

O cenário de montanha com generoso manto vegetal, associado às águas termais, confere ao local uma destacada mais-valia para a implantação de *chalets*³⁰⁹ de montanha, pois no dizer de quem descobria pela primeira vez a paisagem nos primeiros anos de Novecentos, “esta região, (...) pelo seu accidentado é um bocadinho da Suíça³¹⁰”.

Tanto o *Chalet Mascarenhas* como o *Chalet dos Cantinhos* foram erigidos na zona Nordeste das Caldas de Monchique, que estava precisamente consignada no plano geral de melhoramentos de Castel-Branco à construção de habitações de montanha de figurino mais exuberante, em harmonia com as posses e com o estatuto social dos seus empreendedores.

Todavia, no flanco transversalmente oposto do vale foi levantado o *Chalet Trindade* (Fig.46) pelo proprietário do terreno, funcionando como miradouro

³⁰⁹ Cf. Fernandes, 2008, p.100.

³¹⁰ AAVV (dir.), *Brasil-Portugal*, nº108, anoV, 16 de Julho de 1903, p.185.

complementar à habitação de Gregório Mascarenhas, no que toca à perspectiva sobre as Caldas de Monchique que cada edifício proporciona.

Curiosamente, esta habitação que sobressai pelo aspecto alpino, propriedade de uma eminente figura política da época, foi erigido no local destinado ao Bairro Popular, parecendo contrariar a organização espacial das Caldas de Monchique prevista no plano do concessionário.

Teófilo José da Trindade (1856-1936), natural no concelho algarvio de Lagoa – conterrâneo de Bentes Castel-Branco –, foi oficial do Exército e engenheiro, tendo exercido o cargo de director das obras públicas em Moçambique, de onde regressaria em 1915 já com a patente de coronel. Veio a integrar o governo de Pimenta e Castro, tendo-se ocupado das pastas das Colónias e dos Negócios Estrangeiros. Depois de um último regresso a Moçambique e já na reforma, foi convidado a presidir a Junta Autónoma de Estradas, cumprindo esta função até à sua morte³¹¹.

No exercício da sua formação em engenharia militar, participou nas obras de fortificação do Campo Entrincheirado de Lisboa e das instalações da Manutenção Militar, também na capital, não sendo de excluir que possa ter, de algum modo, contribuído para o risco da sua própria casa de montanha nas Caldas de Monchique, uma vez que o autor do projecto permanece desconhecido, assim como qualquer documentação que ajude a desvendar mais elementos sobre esta construção.

Tendo desempenhado cargos de grande relevo político durante o período conturbado da Primeira República, no governo solicitado pelo presidente Manuel de Arriaga, será ainda de presumir o seu alinhamento com os princípios republicanos, ainda antes da queda da Monarquia em 1910. A verificar-se esta suposição, teria estado em sintonia política com Gregório Mascarenhas, e eventualmente, numa fase mais recuada, com o ideário político de João Bentes Castel-Branco, antes de este ter cambiado as suas simpatias para o regime monárquico. Desta forma, poderia ter havido influência para a aquisição de terrenos nas vertentes das Caldas de Monchique e subsequente edificação de chalets – em momento simultâneo, e também das infraestruturas do Estabelecimento Termal (no caso do Dr. Bentes), por uma elite jungida por laços políticos.

São conhecidos estes três promotores para as obras erigidas na passagem para o século XX, com motivações distintas no contexto histórico das Caldas de Monchique.

³¹¹ <http://hm.centenariorepublica.pt/biografias/335-teofilo-jose-da-trindade.html> (19/07/2013).

Castel-Branco intenta dar ao edifício de acesso aos banhos e salão de recreio uma dignidade intelectual, esteticamente apelativa a um público mais requintado, apreciador deste tipo de traça com uma construção intelectual subjacente, e tão sofisticado à época.

Acrescente-se ainda como exemplo de casa particular de veraneio o *Chalet Trindade de Azevedo Lôbo* (**Fig.47**), sobranceiro às Caldas de Monchique.

De acordo com as informações recolhidas acerca deste imóvel, o primitivo proprietário tê-lo-ia vendido a uma senhora conhecida por Miss Amy³¹², talvez de nacionalidade inglesa. Mais tarde, um dos herdeiros sobrinhos desta proprietária – o engenheiro Gregório Mascarenhas – vendou o chalet a um indivíduo de Lagoa³¹³. Tendo em conta o painel de azulejos que identifica a habitação como Chalet Trindade de Azevedo Lôbo, a história do imóvel poderá estar ligada à família de José Carvalho de Azevedo Lobo³¹⁴, proveniente de Lagoa, e candidato à liderança do Partido Republicano algarvio em 1908.

A confirmar-se esta ligação da casa com uma individualidade histórica afecta ao partido defensor da República no Algarve, reforça-se a noção de que os primeiros proprietários de chalets nas cercanias das termas encontravam-se ligados pelos princípios políticos que comungavam entre si.

Alguns anos mais tarde, na década de 1920, há notícia da Quinta da Belle France³¹⁵ (ou Quinta da Francesa), localizada no topo da mata das Caldas de Monchique, com uma admirável panorâmica sobre o litoral algarvio, “que se diria na sua modéstia recolhida, uma *vila* italiana do Mediterrâneo, com os seus dois canteiros floridos, os seus ciprestes, as suas fontes, os seus tanques orlados de diásporos e laranjeiras, e os seus terraços virados para o mar”³¹⁶, e destino emblemático de passeios nas horas vagas por parte dos curistas e turistas instalados na estância termal.

³¹² Ao que nos foi possível apurar por indicação da Dr^a Helena Martiniano, esta antiga proprietária do *chalet* encontra-se sepultada no Cemitério Municipal de Monchique. Da lápide consta o nome de Amy Marion Sedgwin (nascida em 1871 e falecida em 1963) e a homenagem dos seus sobrinhos. Pelo facto, parece certo que não terá tido descendentes directos.

³¹³ Informações gentilmente cedidas por email pelo casal Professora Maria Laura Martiniano e Dr. António Ventura, em Julho de 2013.

³¹⁴ Hipótese lançada pelo historiador e co-autor do blogue *Almanaque Republicano*, Artur Barracosa Mendonça, em Julho de 2013.

³¹⁵ Por esta altura a casa pertencia a uma senhora francesa conhecida como Madame Favre. No registo predial das propriedades em volta das termas, existe uma parcela em nome do entomólogo de deputado Armando Jacques Favre Castel-Branco (1909-1977). O nome deste proprietário sugere resultar de uma ligação familiar entre Madame Favre e João Bentes Castel-Branco.

³¹⁶ Franco, 1991, p.290.

Entre as manifestações arquitectónicas de teor revivalista e exótico existe um interessante paradoxo. Estes edifícios tentam competir pelo local em que foram dispostos, pela visibilidade que têm e detêm na paisagem. Mas também pelo formulário artístico de base histórica e geográfica importado, por outro lado, partilham entre si de algumas características estilísticas, ainda que aplicadas de formas distintas, de que ilustrativa a tendência para as coberturas muito inclinadas, permitindo o eficaz escoamento pluvial, que lembra os *chalets* alpinos, tanto em termos funcionais, quanto estéticos.

Este molde plasmado na envolvência de um estabelecimento de banhos com o seu casino, orlado por *chalets* suíços e frequentados tendencialmente pelas elites, típicos da vilegiatura tradicional romântica, foi posterior e progressivamente transposto para as estâncias balneares do litoral, estas últimas mais acessíveis às classes médias cidadinas, além de que o acesso à água não era pago, como nas termas.

Verifica-se, pois, que a vilegiatura termal encerra um cenário onírico mais restrito, de uma “homogeneidade social”³¹⁷ acessível àqueles que detinham meios financeiros para ali se instalarem; em contraste, os mais desfavorecidos apenas podiam dispendir a estadia nas enfermarias, quase que escondidas no fundo do vale.

Em Portugal, Sintra era, com efeito, o *catálogo* das expressões arquitectónicas de vilegiatura e acaba, de certa forma, por ser emulado nas Caldas de Monchique (de acordo com a sua escala), cujo cenário exuberante da sua vegetação e orografia lhe têm valido o epíteto de “Sintra do Algarve”, ainda que na sua escala particular, e de acordo com o seu percurso histórico (sempre vincado pela existência das *águas sagradas*) e o contexto mental de uma época, também ela, *sui generis*.

Das campanhas construtivas da viragem para Novecentos, destaca-se acima de tudo o valor de conjunto harmónico entre edificações hoteleiras e de recreio adaptadas dos projectos do arquitecto-decorador Nicola Bigaglia, e que constituíram as primeiras propostas de uma estética tardo-romântica permeável ao cosmopolitismo que Bentes Castel-Branco pretendia conferir à estância termal e à sua envolvência. Foram estes imóveis que encorajaram logo depois indivíduos de peso político a investir em *chalets* de matriz igualmente erudita, imiscuindo-se na paisagem natural ao mesmo tempo que se destacam pela curiosidade da sua arquitectura.

³¹⁷ Lousada, Maria Alexandre, “Viajantes e Turistas. Portugal, 1850-1926”, *Viajar – Viajantes e Turistas à descoberta de Portugal no tempo da I República*, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Lisboa, 2010.

Apesar de desconhecer-se com exactidão a data em que foram construídos, serão certamente dos anos que medeiam o final de Oitocentos e o despertar de Novecentos alguns outros imóveis que acrescentam valor arquitectónico ao conjunto das Caldas de Monchique, merecendo por esse motivo referência no presente estudo. Entre eles, destaca-se a casa térrea localizada a Sul do *Chalet Trindade*, cujas portas e janelas foram executadas com molduras de cantaria em formato ogival, numa interessante sugestão de revivalismo neo-gótico, que desponta tímido e se limita ao figurino ornamental dos vãos (*Fig.49*). O volume tendencialmente horizontal do edifício, pelo contrário, cria um paradoxo em relação às estruturas das catedrais góticas, pautadas pela verticalidade apontada ao céu.

Foi desta forma plasmada uma clara influência tardo-oitocentista na singela habitação rústica³¹⁸, cuja propriedade na época e autoria da obra se desconhece, mas que serve para ilustrar que o modelo do *chalet* adaptou-se com grande plasticidade “a todos os tipos de orçamento e de finalidades”³¹⁹, mesmo quando se deteve nos elementos decorativos.

Depois do breve apogeu auspicioso, o desenvolvimento da estância entrou em declínio: inicia-se o cisma contra o adjudicatário, por questões políticas num contexto nacional que caminha progressivamente para a República e com apoiantes regionais de larga influência, como o seu antigo companheiro de ideais revolucionários, Gregório Mascarenhas. O eminente empresário silvense terá tido, por esse motivo, e ainda devido às disputas pelos terrenos, motivos suficientes para pugnar pela liquidação política de Bentes Castel-Branco e a extinção do seu cargo nas Caldas.

Além deste facto, o médico teceu críticas à acção dos proprietários particulares, que “começaram a construir na mais perfeita liberdade, completamente ao seu arbítrio, sem se submeterem ao plano geral de melhoramentos aprovado pelo governo, nem a preceitos de estética e de sanidade, a que devem obedecer todas as edificações urbanas numa Estação de Cura”³²⁰, deixando transparecer as relações tensas subjacentes entre o Estabelecimento Termal e os investidores particulares na circunvizinhança.

³¹⁸ A actual proprietária – Sr^a Delmira Fortunato Marques – desconhece a data de construção da casa. Porém, quando veio habitá-la em 1955, esta encontrava-se bastante degradada, ao ponto de ter sido remodelada quase por completo, restando apenas a fachada da estrutura original (entrevista em Março de 2013).

³¹⁹ Silva, 2010, p.20.

³²⁰ Castel-Branco, João Bentes, Memória sobre os Melhoramentos a efectuar nas Caldas de Monchique, 30/09/1916, Arquivo DGEG-ME.

Outro factor decisivo para o insucesso dos objectivos de Castel-Branco foi o afastamento do próprio concessionário entre 1901 e 1906, nomeado guarda-mor da estação de saúde de Lisboa, e por essa via impedido de se inteirar pessoalmente dos métodos terapêuticos inovadores que havia introduzido na Casa de Saúde Kneipp³²¹, e de prosseguir com o seu plano geral de melhoramentos.

O plano de intenções ia, contudo, além deste documento, sendo perceptível noutros projectos da autoria de Bigaglia que ficaram por cristalizar, ou na tela a óleo pintada em 1899 por Ângelo Lima, onde a par das construções já realizadas à data, se afigurava a visão de João Bentes Castel-Branco em *utopias* que jamais viriam a ser materializadas, como um renovado balneário ou o Grande Hotel das Caldas de Monchique, que abordaremos a seguir.

Estocada decisiva para a boa reputação da sua competência enquanto concessionário foi a visita técnica do inspector das águas minerais – Tenreiro de Sarzedas – em 1903, que resultou num relatório desfavorável sobre o já velhíssimo balneário, devido à “promiscuidade de utilizações”³²² que comprometia a higiene e a salubridade no edifício, onde eram simultaneamente administrados os banhos, e se alojavam alguns banhistas com mobilidade reduzida ou de classe social inferior. Embora reconhecendo os avanços recentes operados na estância, ordenou o técnico a revisão do projecto do concurso e respectivas modificações adequadas³²³, suspendendo no ano seguinte a continuidade do plano de obras até ali seguido.

Com este veredicto e o impasse que tardava a solucionar-se sobre a reformulação do plano geral de melhoramento, as vozes da opinião pública e dos circuitos políticos algarvios opositores ganhavam maior fôlego contra o adjudicatário. Os ataques tomaram maior expressão logo após a implantação da República, encontrando-se a partir daí cada vez mais mais isolado e fragilizado nas suas funções. A oposição republicana apontava então que “o necessario é que todos os algarvios que têm pela sua provincia verdadeira estima que se deve ter por aquilo que é nosso e que constitui uma parte do todo do nosso património de Beleza e Arte algarvia, se unam

³²¹ No decorrer deste período, foi convidado o Dr. António Duarte Lima Elias para as funções de médico consultante (Cf. Gascon, 1993, p.271). Porém, este clínico não possuía a formação nos métodos de cura natural para prosseguir com a Casa de Saúde Kneipp no Estabelecimento Termal das Caldas de Monchique.

³²² Sarzedas, 1907, p.120.

³²³ Cf. Castel-Branco, 1916, p.7.

nesta crusada de libertação³²⁴ contra o adjudicatário. É, de resto, neste contexto turbulento que pela primeira vez (na bibliografia e documentação consultadas) as Caldas de Monchique receberam o epíteto de *Património*, numa apreciação estética acerca do engenho artístico que lhes moldou a paisagem, como contributo importante na valorização identitária da província algarvia.

João Bentes Castel-Branco foi resistindo a custo no seu cargo no Estabelecimento Termal até ao golpe final em que foi rescindido o seu contrato de concessão, a 24 de Fevereiro de 1921, em anúncio do Diário do Governo, sob os argumentos de não ter realizado os melhoramentos a que se comprometera, de ter alegadamente cortado “das melhores árvores da mata” (que ele próprio mandara plantar), entre outras acusações³²⁵. Na altura com 70 anos de idade, recorreu do veredicto, mas ingloriamente.

Na resposta às acusações que lhe haviam sido movidas numa sindicância em 1920, alegava o adjudicatário ter superado até o que estava inicialmente previsto no contrato da concessão, tendo construído “além da proposta”³²⁶, a casa dos criados (conhecida como *Casa dos Bicos*) e a habitação para o moleiro e respectiva cavalaria, afirmando que o Hotel Popular, a Casa do Lajeado e a Casa do Mercado tinham sido construídos pela sua iniciativa particular e de “mais nove edificações particulares que triplicaram a capacidade das Caldas para a recepção e alojamento dos curistas”.

Enumerou no documento diversos outros melhoramentos a que procedera, como o campo de jogos na mata, a regularização e ampliação do Largo Principal, o Largo da Hospedaria Nova, a construção do Largo do Palacinho com a respectiva cobertura da ribeira do Lajeado, o alargamento da rua a Norte da Hospedaria Velha, ou a abertura da artéria a Oeste do balneário. A súpula de todas estas intervenções levadas a cabo durante cerca de vinte e cinco anos resultou determinante no crescimento da malha urbana das termas.

Como passos evolutivos de importância estratégica, o adjudicatário relembra a sua acção decisiva na elaboração do primeiro plano geral de melhoramentos que a estância conheceu, assim como os projectos definitivos do Hotel Central, Hospedaria

³²⁴ *Voz do Sul*, ano III, nº150, Dir.: Maurício Morgado, Partido Republicano Português, Silves, 13/03/1910.

³²⁵ *Diário do Governo*, nº411 – II Série, de 24 de Fevereiro de 1921.

³²⁶ Resposta aos Pontos de Acusação (Processo da Sindicância movida a João Bentes Castel-Branco em 9 de Fevereiro de 1920), Arquivo DGEG-ME.

Nova, Casino, Farmácia e Capela, na progressiva complexidade funcional que o Estabelecimento Termal passou a disponibilizar, num ritmo inédito.

Apesar da rapidez com que as Caldas cresceram, o apogeu construtivo durante a concessão de Castel-Branco, no que concerne a novos edifícios, saldou-se, pelas circunstâncias, numa faixa cronológica verdadeiramente estreita – de apenas cerca de sete anos, entre 1895 (desde a primeira proposta de Bigaglia) e 1902 (data da finalização do *Club*) – mas tão profícuo, ao ponto de marcar de forma determinante a identidade das Caldas de Monchique em termos arquitectónicos, a cuja estética ainda hodiernamente corresponde à imagem de marca do seu património edificado.

▪ **1.2- Utopias: Do Ideal ao Papel. As Propostas Inconcretizadas.**

Nos anos de transição para Novecentos, as Caldas de Monchique viveram um crescimento edificatório e urbanístico ímpar, especialmente a partir das construções baseadas nas propostas do insigne arquitecto italiano Nicola Bigaglia. O professor de desenho ornamental transpusera para as termas da serra algarvia os modelos artísticos internacionais, com a devida adaptação à paisagem natural e histórica deste território – ou não tivessem as suas propostas uma aura de exotismo revivalista.

Por seu turno, inspirados pela feição de estância termal aberta ao mundo, de edifícios em harmonia com as grandes referências termais internacionais, alguns indivíduos abastados e de gosto cosmopolita inegável implantaram nas colinas do vale as suas casas de veraneio, a curta distância do Parque. O largo principal das Caldas era, física e conceptualmente, o palco prestigiante da sociedade algarvia, com a fachada neo-árabe do *Club* em pano de fundo cénico, reservado aos sócios, aos seus bailes, jogos, leituras e discussões de causas políticas.

Não obstante o fôlego insuflado nas construções, por iniciativa do Estabelecimento Termal, quer dos ilustres eruditos que ali afluíam, certo é que uma parte substancial da visão de João Bentes Castel-Branco para o desenvolvimento das Caldas de Monchique ficou por cumprir-se.

Do *dossier* de projectos riscados por Bigaglia em 1896, apenas viram a luz a Hospedaria Nova (1896), o *Club* (iniciado em 1898 e concluído volvidos quatro anos) e o Hotel Central (1899), com as devidas adaptações ornamentais na sua tridimensionalização. Permaneceram até agora esquecidas em arquivo as propostas

conjuntas para novos equipamentos³²⁷ com múltiplas funções a construir, como uma outra Hospedaria, um novo edifício balneoterápico, um hospital para homens e mulheres pobres, com a respectiva albergaria para as pessoas com menos posses, e, por fim, uma nova capela.

Alguns anos mais tarde surgiriam outros dois novos projectos para uma capela – em 1901 e 1903, de outros autores, sem que se conheça por que foram solicitados, se Bigaglia havia já concretizado em planta uma proposta para o templo da estância.

Ignora-se qual a ordem de prioridade exacta com que Bentes Castel-Branco iria proceder a estas construções, que iriam renovar indelevelmente o aspecto das termas. Ao regressar do interregno que o afastara das Caldas de Monchique por meia década, terá dado a entender em 1906 os melhoramentos que então se impunham, e dos quais já possuía os projectos: “uma bonita capella fora do balneario, (...) um grande e bom hotel, (...) reforma do balneário, dotando-o de todos os aparelhos para as applicações therapeuticas por todos os agentes phisicos, (...) montagem d’uma boa casa de saude, (...) levantamento de dois hospitaes, um para homens e outro para mulheres pobres.”³²⁸

Em Lisboa viria a ocupar posteriormente, o cargo de Presidente da Comissão de Praias e Termas da Sociedade Propaganda de Portugal³²⁹, criada em 1908, permitindo-lhe estar em proximidade com o poder central e com a vida cosmopolita que a sua formação e perfil pessoal certamente exigiam, mas também em estreito contacto com a evolução do fenómeno turístico, aplicado às estâncias balneares.

E imbuído da concepção de potencializar turisticamente o território, mas também pelo conhecimento pessoal das estâncias termais mais emblemáticas da Europa, a que teve ocasião de fazer visitas de estudo, o gestor das termas iria almejar pela *importação* desses figurinos para Monchique: “Em toda a parte os grande hoteis para turismo se encontram nos cimos das montanhas pitorescas, como é o Covão d’Águia, com 600 metros de altitude, esplendida vista sobre o litoral e vale de Monchique,

³²⁷ Embora Jorge Mangorrinha tenha já referido a participação de Bigaglia (Cf. Mangorrinha, 2001, p.167), assim como os projectos e a documentação relativa à intervenção deste arquitecto nas Caldas de Monchique, nomeadamente o projecto para a Hospedaria Nova, os projectos não concretizados pelo arquitecto italiano e o respectivo estudo permaneceram, até ao presente trabalho, inéditos, com excepção do plano da Capela de Manuel Ferreira dos Santos (Cf. Mangorrinha, Jorge; Pinto, Helena Gonçalves, *O Desenho das Termas. História da Arquitectura Termal Portuguesa*, Direcção-Geral de Energia e Geologia – Ministério da Economia e Inovação, 1ª ed. Lisboa, 2009, pp.128-134). Em todo o caso, o presente estudo é o primeiro que consagra o estudo dos edificios das Caldas de Monchique numa perspectiva histórico-artística.

³²⁸ Castel-Branco, 1906, p.30.

³²⁹ Cf. *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal*, nº9, Março de 1908, p.19;

podendo funcionar como Casa de Saúde naturista (á imitação dos hotéis Suíços) que será um grande atractivo de frequentadores para o tratamento de molestias crónicas (...). Mas tal hotel não poderá jamais funcionar em boas condições sem que um meio fácil de transporte o ponha em prompta comunicação com as Caldas de Monchique. Isto poder-se-há conseguir com o auxilio de um elevador hydraulico, movido pelas aguas da ribeira do Lageado, acumuladas num reservatorio no cimo da montanha.”³³⁰

Na verdade, as utopias de Castel-Branco para as Caldas de Monchique poderiam parecer excêntricas aos olhos nacionais, pelo seu ineditismo e pelas tecnologias ainda desconhecidas em Portugal, mas já concretizadas noutros países. Tratavam-se, portanto, de ideias visionárias, que abarcavam, por exemplo, o aproveitamento dos materiais recolhidos da limpeza da mata para alimentar fornos para o fabrico de tijolos, a criação de uma companhia de viação, o fabrico de mobiliário e de *recuerdos* para os banhistas, de gelo a partir das águas, a criação de viveiros de plantas e de flores, entre outros, num conceito sustentável do potencial económico da estância termal.

A sua visão não era já, apenas, a de um clínico que desejava desenvolver uma estância termal para cuidados de saúde, nem tão-pouco a de um concessionário com enfoque empresarial no sentido da viabilidade económica do seu investimento, nem mais do mero planeamento urbanístico dos terrenos pertencentes às termas e à sua envolvência: João Bentes Castel-Branco reunia essas premissas com a sua personalidade poliédrica, mas agora canalizando-as com vista a transformar as Caldas de Monchique num destino turístico de qualidade e excelência. Mais do que desenvolver infraestruturas e manter um ritmo lucrativo de negócio, o objectivo era criar uma *imagem de marca* turística para o território, num período em que a indústria turística se sistematizava no nosso país³³¹.

Perante a dificuldade de captar financiamentos para tantas obras a concretizar, o adjudicatário intentou estabelecer parcerias, como revela o officio que terá dirigido a F.W. Kerr, um dos directores da Mining Exploration Company Limited³³², sediada em Londres, com actividade na construção de ferrovia, e expandida até à Argentina. Enviou

³³⁰ Castel-Branco, João Bentes, *Bases para a Construção d'uma Companhia Exploradora das Caldas de Monchique*, 17/08/1913, Arquivo STM. Mas o autor já havia explorado a ideia do aproveitamento da ribeira para a produção de energia eléctrica três anos antes (Castel-Branco, 1910, p.20).

³³¹ Cf. Lousada; Pires, 2010;

³³² Esta empresa foi registada em 1901, tendo sido encerrada por ordem judicial em 1913 (Cf. www.archiver.rootweb.ancestry.com (consultado a 30/11/2012); o officio será, pois, deste período. A cópia do officio dactilografado (até agora inédito) não dispõe de identificação do remetente nem de data, mas certamente terá sido escrito por Castel-Branco, o único interessado nesta altura em captar novos investidores para as Caldas de Monchique.

ao putativo sócio algumas fotos do interior do estabelecimento e da paisagem circundante, como predicado cujo potencial em beleza falava por si: “from which you will see that the project, if completed, will not only compete with such resorts as Bussaco, but in beauty of surroundings will quite surpass it”³³³. Tentativa que não deu frutos, mas que ilustra bem a convicção de Bentes Castel-Branco no resultado de uma estratégia de desenvolvimento bem capitalizada nas Caldas de Monchique.

Mesmo depois da implantação da República e do rombo político decorrente, o adjudicatário – agora, monárquico assumido –, continuava a defender que “o facto do Governo revolucionário ter respeitado o contrato feito no tempo da Monarquia com um adversário irreductível, apesar das instâncias de vários republicanos para o revogar prova bem a solidez da propriedade sobre que se pretende fundar a Companhia das Caldas de Monchique”³³⁴, num argumento evocado para demonstrar a clarividência do seu próprio projecto de desenvolvimento para a estância termal e turística.

Pelas características endógenas diferenciadoras das Caldas de Monchique – água termal, microclima, arquitecturas, entre outras – preconizava que esta “zona do concelho [era] bastante para formar uma *paroquia autonoma de turismo*”³³⁵, num período de franco crescimento da indústria turística em Portugal e da sua regulamentação³³⁶.

Foi, de resto, o próprio João Bentes Castel-Branco a introduzir esta terminologia inovadora no Congresso Regional Algarvio, realizado na Praia da Rocha em 1915, em que define as necessidades de qualquer estância de turismo, no que toca a serviços públicos existentes nas grandes cidades, como os espaços ajardinados, o sistema de esgotos e fornecimento de água potável, iluminação das artérias urbanas, ou o policiamento para a manutenção da ordem nestes locais. Indirectamente, acusa “os municípios provincianos que desconhecem aquelas exigências” – bem entendido, o município de Monchique – de negligenciarem tais serviços e de serem causadoras da “ruína ou da vida precária da maioria das estações de turismo do país”³³⁷.

³³³ Ofício dactilografado, sem data nem remetente identificado (João Bentes Castel-Branco?), Arquivo STM.

³³⁴ Castel-Branco, João Bentes, *Bazes para a Construção d’uma Companhia Exploradora das Caldas de Monchique*, 17/08/1913, Arquivo STM.

³³⁵ Castel-Branco, João Bentes, *Projectos de Contratos Caldas de Monchique. Diferenciação e Organização dos Serviços – 1918*, Arquivo STM.

³³⁶ Cf. Decreto-lei nº4819, de 19 de Setembro de 1918, classificando as Terras de Turismo, em que às Caldas de Monchique foi atribuída a 2ª classe.

³³⁷ Brito, , 2003, 1º vol., pp.486-487.

O afastamento entre a vila de Monchique (sede do concelho) e as Caldas de Monchique tem, efectivamente, razões históricas muito práticas, antes de mais, porque só muito recentemente (transição para o século XX) foi superada a aspereza dos seis quilómetros sinuosos de estrada que as separam com boas condições viárias. Mas também, provavelmente, porque as Caldas justificam a sua existência e crescimento à vocação termal, e só no final do século XIX ganharam atractivos de sociabilização, pelo que antes disso, só lá se deslocavam os enfermos. Acresce ainda o facto de existirem duas outras *termas populares* no território do concelho de Monchique – Malhada Quente e Fornalha –, ambas situadas na freguesia do Alferce, sendo as primeiras mais próximas da vila, a cerca de três quilómetros, que seriam escolhidas em detrimento das Caldas de Monchique pelos habitantes locais.

Apesar das águas termais terem garantido, em boa parte, a legitimidade da elevação de Monchique a concelho em 1773, a realidade é que as vivências entre vila e termas pouco se cruzaram ao longo da História, pelo que os laços afectivos da população monchiquense com as Caldas se limitavam aos bailes esporádicos no Club (mais conhecido por Casino) ou aos passeios e piqueniques no parque de merendas, salvo eventuais ligações familiares ou o facto de se ter trabalhado – ou trabalhar, actualmente – nas Caldas estreitarão o elo de alguns habitantes àquele território.

Por outro lado, a paisagem, a vegetação e o microclima individualizam as Caldas do restante território concelhio, “com identidade histórica e funcionalidade própria. São de facto uma paróquia de turismo”³³⁸, no dizer de Sérgio Palma Brito, utilizando a expressão de Castel-Branco, que subscrevemos, tendo em apreço os factores atrás mencionados.

1.2.1- Projectos de Nicola Bigaglia

Preconizavam os planos de Nicola Bigaglia – a pedido do adjudicatário – que se erguesse uma outra Hospedaria no lugar da chamada Hospedaria Velha, erigida pelos bispos algarvios em 1692. A nova construção receberia o epíteto de *Grande Hotel* das Caldas de Monchique (*Fig.50*), reflectindo a dimensão e o prestígio da unidade hoteleira, ombreando com os *Palace Hotel* em voga nas termas internacionais mais ilustres.

³³⁸ Brito, *Op.Cit.*, p.487.

Assim se espelhava um mimetismo à escala portuguesa, materializado em Vidago, Monte Real ou no Bussaco, para citar apenas alguns exemplos da designação de charme que atribuía, quase *per se*, uma chancela prestigiante aos alojamentos.

No caso do *Grande Hotel* monchiquense, de arquitectura com um ritmo de vãos austero, denunciava a designação mais pela placa identificativa na cobertura ou pela volumetria horizontal e os três registos, que iria igualar o edifício vizinho do *Hotel Central*, no Parque.

A importância do Parque na sociabilidade das Caldas foi realçada no relatório do engenheiro subalterno de minas da Circunscrição Mineira do Sul, Manuel Roldan y Pego³³⁹, ao sugerir que a sala de jantar, a copa e o salão desta hospedaria com nome de hotel ficassem voltadas para Sul³⁴⁰, camarote com vista privilegiada sobre a praça central e para o salão de bailes do Club. Permitiria desta forma desfrutar do movimento das pessoas que passeavam, ou vislumbrar o interior do Club e apreciar a música nas noites estivais em que as portas de vidros multicolores se abriam para que os frequentadores mais dilectos se mostrarem, em momentos de lazer que só a eles eram acessíveis.

Apesar de inconcretizada em obra, é contudo de notar a semelhança entre a fachada Nascente desenhada por Bigaglia e o aspecto que a mesma assume no edifício actualmente, não só pela estrutura, mas também pelas molduras das portas e janelas em arco abatido, cuja diferença mais notória é a ausência da cimalha recta. Tal parecença leva a crer que o corpo Este foi edificado de acordo com a sugestão do professor italiano em 1896, não fosse o facto de no lintel estar cronografado o ano de 1883.

Na impossibilidade de edificar de raiz o prédio de três andares, João Bentes Castel-Branco passou a apelidar a Hospedaria Velha com o grandioso nome, numa tentativa de granjear-lhe reputação, até porque a designação tradicional estava longe de ser lisonjeira: “o edifício do Grande Hotel, embora careça ser melhorado com uma sala de jantar, já pode dispor de 30 quartos limpos, (...) podendo ser classificado o melhor do seu género no Algarve”³⁴¹.

Não obstante os significativos melhoramentos operados pelo concessionário na dotação da Hospedaria Nova e do Hotel Central, a crescente afluência às Caldas de

³³⁹ Manuel Roldan y Pego viria mais tarde a desempenhar as funções de Director-geral de Minas e Serviços Geológicos, entre 1914-1933.

³⁴⁰ Relatório de Manuel Roldan y Pego ao Engenheiro-Chefe da Circunscrição Mineira do Sul, 08/02/1898, Arquivo DGEG-ME.

³⁴¹ Castel-Branco, 1910, p.14.

Monchique – de banhistas e de turistas – parecia justificar um novo alojamento com considerável número de quartos.

O projecto contemplava ainda que as instalações de tratamentos fossem reformuladas, ao que parece, optando por modernizar as estruturas pré-existentes, em vez de demolir o velho edifício e erigir de raiz um novo balneário.

Seria, assim, um renovado Estabelecimento Balneoterápico, com instalações para Casa de Saúde (“pelo systema naturista”³⁴²), integradas no mais elevado dos três pisos, e que daria continuidade arquitectónica ao Club, com a mesma volumetria oblonga paralela à ribeira. O registo intermédio corresponderia ao Corredor de S. João, com um novo corredor no seu prolongamento, integrando consultório, banhos de 1ª e 2ª classes, e quartos com cozinha; já o “Corredor das Saudades” [sic] acolheria as instalações hidroterápicas, ginásio, salas de reacção e de enfaixamento, duches de vapor e pulverizações, bem como às terapias naturistas tão queridas a Castel-Branco, de que destaca um recinto para *passeio descalço*, como preconizado por Sebastian Kneipp.

O facto do velho e extenso edifício não ter sido alvo imediato de uma intervenção profunda pelo concessionário deixava muito a desejar no que concerne à organização do espaço interno, acessibilidades, mas sobretudo aos critérios higienistas cada vez mais rigorosos na prática clínica. Foi, de resto, por este motivo, que o plano de obras do concessionário para o Estabelecimento Termal viria a ser embargado em 1904 pelo engenheiro-inspector das águas minerais, através de despacho ministerial.

Foi citado no mesmo parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas o engenheiro Roldan y Pego, ao propor “que na fachada oeste do club se abra uma janella em cada pavimento, no mesmo estilo neo-arabe da fachada principal, a fim de se manter a harmonia architectonica do edificio e ser desagradável á vista um largo vão de parede sem ornamentação”³⁴³. A opinião do técnico de minas torna-se digna de nota, sobretudo pelo vocabulário que denuncia como era designada a estética revivalista de figurino islâmico na própria época da sua concepção (e pouco antes do edifício do Club ser erigido, numa terminologia ainda hoje comumente utilizada na historiografia da arte para denominar aquele tipo de expressões).

A preocupação em *harmonizar arquitectonicamente* a matriz artística do imóvel demonstra ainda, por seu turno – e antes de mais – uma sensibilidade estética; mas mais

³⁴² Castel-Branco, 1913, p.5.

³⁴³ Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas de 24 de Fevereiro de 1898, Arquivo DGEG-ME.

importante, a familiaridade de Roldan y Pego com as teorias da unidade de estilo legadas por Eugène Viollet-le-Duc, no compromisso de cenografar uma gramática estilística com fundamentos historicistas.

Com efeito, tratava-se de um restauro do edifício sucessivamente ampliado pelos bispos do Algarve, na medida em que “o edifício não é novo, mas a reconstrução e adaptação de um edifício antigo, que não seria rasoavel condemnar por completo”, na opinião do Chefe da Repartição de Minas³⁴⁴, e em linha com o que vinha sendo defendido, pelo menos, desde a administração de António Frederico Gomes, que em 1890 havia censurado no relatório de Rodrigo Berquó a proposta de um balneário novo. Como vimos já, Castel-Branco afirmou-se consentâneo com a ideia de remodelar o antigo edifício balnear, com que venceu o concurso de adjudicação em Dezembro de 1894, apresentando por isso um projecto no sentido de adaptar a pré-existência à função termal e de Casa de Saúde com alojamentos inclusos.

Esta proposta daria continuidade, precisamente, à “promiscuidade de funções” que o edifício albergava desde finais do século XVII, de resto apontada por Tenreiro Sarzedas em 1904, e que acabaria por condenar todo o plano geral de melhoramentos do adjudicatário, pela sua suspensão.

Foi publicado um artigo n’ *A Medicina Moderna* em 1905, relativo à visita do seu director, Oliveira e Castro, à estância termal algarvia. Descrevendo o emaranhado de acrescentos antigos e mais recentes que o balneário havia sofrido ao longo da sua história, sentencia o autor – de forma sensata, a nosso ver – “bom seria que esta casa, que já conta mais de dous seculos de bons serviços prestados á indigencia doente, fosse apeada e substituida por edificio mais alegre e mais higienico, condigno das belezas do logar e da excellencia das aguas”³⁴⁵. Se tivesse havido um investimento inicial no edifício balnear, de forma a dotá-lo com as condições necessárias à função termal, o plano geral de melhoramento de Castel-Branco não teria sido embargado a meio do processo.

Mais à frente, Oliveira Castro apontou ainda a frugalidade do balneário também em termos decorativos: “a frialdade e o peso da alvenaria d’estas paredes fazem d’este logar um verdadeiro carcere, com aspecto de querer aggravar as miserias do doente, quando poderia, tendo pintados os risonhos cherubins da arte antiga ou as phantasias

³⁴⁴ O Chefe da Repartição de Minas não é identificado no documento. *Id., ibid.*

³⁴⁵ Castro, 1905, p.330.

esbeltas da arte nova, ou inscriptos em graciosos e ornamentaes arabescos alguns versiculos ou maximas adequados, distrahir da consciencia do seu mofino estado o banhista que na nudez do banho mal póde apartar da vista a realidade dos seus sofrimentos”.

Todavia, a remodelação de acordo com o projecto concebido por Bigaglia, também com o objectivo de ornamentar o edifício, alegrando-o, não chegou a efectivar-se, pelo que se mantiveram no velho balneário as mesmas dinâmicas primitivas, coabitando banhos, alojamentos dos banhistas, *buvette*, cozinhas e capela no mesmo edifício.

Igualmente no programa do concurso para a concessão do Estabelecimento Termal e respectivos anexos, se encontrava estipulado que os tratamentos termais seriam feitos de acordo com uma rígida divisão de estratos sociais e de ambos os sexos, pelo que seria erigido um hospital para doentes pobres (homens e mulheres), garantindo a prática assistencial junto daqueles que não tinham possibilidades financeiras de pagar a terapêutica, mas com a preocupação de corresponder às mínimas condições de conforto e salubridade.

O Hospital seria composto por dois pisos, sendo o inferior consignado às instalações de hidroterapia e banhos termais, bem como à enfermaria feminina e respectivas dependências; o piso superior estaria reservado à enfermaria masculina, mas também ligando-se com os onze quartos da Albergaria, que, por sua vez, faria correspondência com o Estabelecimento Balneoterápico. A arquitectura hospitalar traduzia a simplicidade social dos seus doentes, num aspecto que pouco excedia a funcionalidade, apenas quebrada por singelos apontamentos ornamentais, como os aventais das janelas e os cunhais de pedra nas esquinas do edifício.

O local destinado a estes banhistas carenciados permanecia na parte sul da Ribeira do Banho, com recurso ao Banho da Pancada, a uma cota mais baixa que a zona nobre das Caldas, e por isso fora do alcance visual da elite, concentrada nos arredores do Parque e que voltejava pelos trilhos pitorescos da mata, com vista para os *chalets*.

No aproveitamento da longa axialidade da construção paralela à ribeira teriam ainda lugar o Hospital e a Albergaria para os mais necessitados, clínica e financeiramente, prolongando no tempo a acção assistencial histórica destas termas.

Com a vitória no procedimento concursal de 1894, o hospital dos pobres havia ficado excluído da sua jurisdição, passando a ser gerido pelo município de Monchique.

Todavia, ao solicitar um projecto para estas instalações, Castel-Branco denuncia, desde logo, a intenção de reclamar a si a gestão hospitalar, na qualidade de director clínico mas ainda alargando o espectro de acção do Estabelecimento Termal que administrava.

Para o estrato social dos mais remediados, estava, por sua vez, consignada uma singela Albergaria, de cariz estritamente utilitário, sem qualquer detalhe estético digno de nota, que se pretendia, assim, discreto – ou talvez melhor, *invisível* – no Sul do vale.

Com o decreto de 17 de Março de 1906, o Hospital das Caldas de Monchique transitou da alçada da Câmara Municipal de Monchique para a superintendência do Estado, através da 2ª Repartição da Direcção Geral de Saúde e Beneficência Pública³⁴⁶, visto a administração camarária não ter conseguido suprir as deficiências das instalações, e nem mesmo na sua direcção. Esta transição coincidiu com o ano em que João Bentes Castel-Branco regressou às Caldas de Monchique, depois de meia década como guarda-mor da saúde do Lazareto de Lisboa³⁴⁷.

Com efeito, o adjudicatário do Estabelecimento Termal aproveitou de imediato para denunciar os procedimentos da gestão autárquica – na tentativa, talvez, de chamar a si a tutela da instituição –, na medida em que “o hospital das Caldas de Monchique acha-se limitado a duas enfermarias terreas, verdadeiros pardieiros separados para os dois sexos, um com vinte e outro com dezasseis camas, constando apenas de um aposento onde os doentes dormem, comem e permanecem todo o dia. (...) Os administradores do concelho mandam ao seu arbitrio os doentes para o hospital”³⁴⁸. Com a frontalidade habitual, ia assim ganhando inimizades em todas as frentes, desde o núcleo republicano regional, os proprietários de *chalets* particulares nas Caldas de Monchique, e até com a própria edilidade. Mas, de facto, persistiria neste objectivo de conseguir a gestão do Hospital, chegando a manifestar num relatório datado de 1913 o objectivo de que o Hospital passasse a ser administrado pela *Companhia Exploradora das Caldas de Monchique*³⁴⁹, que pretendia fundar.

Entenda-se que o projecto encomendado por João Bentes Castel-Branco a Nicola Bigaglia – e que jamais seria materializado – consistia numa única construção (*Fig.53*), fazendo o aproveitamento do grande edificio balnear herdado dos bispos algarvios, composto por corredores nos três pisos, e actualizá-lo de acordo com os parâmetros

³⁴⁶ Publicado no Diário do Governo, nº62, de 20 de Março de 1906.

³⁴⁷ Cf. Peralta, 1929, p.3;

³⁴⁸ Castel-Branco, João Bentes, *Relatorio sobre o plano geral a seguir na execução do decreto de 17 de Março de 1906 relativo às Caldas de Monchique*, 02/04/1906, Arquivo DGEG-ME.

³⁴⁹ Cf. Castel-Branco, 1913, p.7.

exigidos pela medicina, ao mesmo tempo que disponibilizava instalações para o inovador método naturista recolhido no circuito empreendido pelas estâncias termais e hidroterápicas europeias, e integraria ainda um razoável Hospital para os mais carenciados.

Os projectos delineados pelo professor veneziano em 1896 visavam cumprir as exigências concursais que Castel-Branco havia ganho dois anos antes com o plano geral de melhoramentos que Bigaglia havia já então concebido. E porque além das dimensões clínica e social do Estabelecimento Termal, o espaço de cura necessitava de instalações para o culto religioso, o arquitecto veneziano iria responder à encomenda do adjudicatário com a planta e o alçado de uma nova capela.

Com a extinção da exígua capela do século XVII inserida no balneário bispal, previa-se um novo imóvel autónomo, de acordo com o regulamento concursal, e projectado pelo arquitecto-decorador para o Largo do Palacinho, praticamente voltado para o ramal de acesso às Caldas de Monchique.

O projecto assume-se agora como a primeira incursão conhecida na arquitectura religiosa em solo português, por parte do autor nascido em Veneza, já que, até ao momento, apenas se lhe conhecia nesse registo o Convento de S. Francisco (ou Convento da Portela), na cidade de Leiria, onde chegou a leccionar. Iniciada em 1902, numa linguagem revivalista de sabor medieval, mas eclética, a igreja conventual – com um virtuoso trabalho nos madeiramentos em riga, único no país – radica em propostas góticas, como o clerestório, ao mesmo tempo que ensaia uma espacialidade de quase igreja-salão, lembrando as manifestações *epi-manuelinas* algarvias das primeiras décadas de Quinhentos, combinando capitéis ornamentados com arcos de volta perfeita, anunciando já o Renascimento³⁵⁰.

Porém, proposta do artista italiano, que chegou a director da Escola Industrial Afonso Domingues em Lisboa, para as termas de Monchique, resumia-se ao desenho da fachada principal e à planta do pequeno templo. Apesar da dimensão, a planta quadrangular do interior da capela compunha-se de um transepto que lhe conferia a forma de cruz latina, não fossem as duas divisões laterais ao altar principal transformá-la numa planta quadrangular, com o corpo avançado do torreão frontal (*Fig.55*).

Este torreão acaba por seguir a volumetria comum aos outros edifícios que foram, efectivamente, consubstanciados com base no risco de Nicola Bigaglia para as

³⁵⁰Cf. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21800;

Caldas de Monchique, em que sobressai, visual ou tridimensionalmente, o corpo central da arquitectura.

A cobertura em duas águas inclinadas culminava num campanário com sineta e cruz, sendo anunciada a missão religiosa do edifício pelo torreão, onde se rasgava a porta principal, num arco de volta perfeita, ornamentado por uma rosácea circular rematada com uma cruz grega. Já o corpo central da planta achava-se coberto por um ostentoso coruchéu (em relação à escala da capela). Rosácea e coruchéu correspondiam a duas soluções recuperadas da arquitectura gótica e que conferiam um aspecto medieval, na encenação decorativa que Bigaglia habitualmente dominava, mas aqui numa combinação que nos parece algo forçada e até mesmo dada a algum desequilíbrio, pela excessiva concentração visual destes elementos identificativos na fachada principal do templo.

No entender do engenheiro Roldan y Pego o projecto mereceu aprovação³⁵¹, contudo, à semelhança das propostas para o Grande Hotel, Estabelecimento Hidroterápico, Hospital e Hospedaria para doentes desfavorecidos, não chegou a concretizar-se. Depois da conclusão dos edifícios da Hospedaria Nova, Club e Hotel Central, o afastamento do adjudicatário para exercer funções na capital em 1901 terá sido, com muita propriedade, motivo decisivo para que a campanha de renovação das infraestruturas das Caldas de Monchique fosse interrompida.

Na longa ausência de Castel-Branco, que assume os comandos do Estabelecimento Termal a partir da capital até ao seu regresso em 1906, a conjuntura política, o relatório desfavorável do inspector das águas minerais, bem como a opinião pública³⁵² e de parte dos banhistas sobre a necessidade urgente de melhorar as condições físicas do balneário, a par da falta de capital para avançar com as obras, terão sido um conjunto de factores incontornável para que o concessionário fosse tolhido de realizar os melhoramentos a que se havia proposto em 1894.

³⁵¹ Relatório de Manuel Roldan y Pego ao Engenheiro-Chefe da Circunscrição Mineira do Sul, 08/02/1898, Arquivo DGEG-ME.

³⁵² Logo em 1902 foram publicadas cartas de leitores na imprensa portimonense manifestando indignação acerca do estado de incúria a que estavam votadas as Caldas de Monchique (Cf. Sampaio, 2010, p.16);

▪ 1.2.2 Dois Projectos para uma Nova Capela nos Alvores de Novecentos

Também por estudar, encontravam-se, até agora, os dois outros projectos para uma capela a edificar nas Caldas de Monchique (o primeiro, sem data nem autor identificado, e o segundo projecto assinado por Manuel dos Santos³⁵³), uma vez que Bigaglia já havia realizado uma proposta para o templo termal em 1896.

Nenhuma das três propostas viria a ser erigida nas Caldas, até porque à data dos dois últimos projectos antevia-se já a futura instabilidade do plano do concessionário, que em 1901 foi, de certa forma, arredado de garantir o prosseguimento das obras, ficando em Lisboa a título permanente.

O primeiro projecto, de autoria incógnita, parecia querer camuflar-se na paisagem natural circundante, numa cantaria de aparelho irregular (muito provavelmente recorrendo à pedra cinzenta local, o sienito), até com a empena da entrada lateral coroada destas pedras no seu formato rústico, formando como que uns merlões (*Fig.56*). O facto da entrada principal não seguir a axialidade da planta lembra os conventos femininos, fazendo-se assinalar por um frontão triangular sobrepujado de uma cruz.

Ambos os portais – principal e lateral – foram delineados em arco ogival (à semelhança das janelas da fachada principal) e arquivoltas, com clara inspiração no *gótico despojado* do ocaso medieval. A torre lembra o figurino da torre do Convento de Nossa Senhora do Desterro, na vila de Monchique, mas com uma estrutura mais simplificada sem entablamentos decorativos, e aqui também com a feição medieva do arco quebrado, sobre um óculo circular.

O aspecto de tal construção revelava-se algo sombrio, pela rudeza construtiva, quase como que um retiro monástico de ascetas, distante do mundo secular e preenchido de silêncio grave. Mas a melhor expressão para caracterizar esta proposta surgiu num parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas a 16 de Junho de 1903: “Não satisfaz este projecto pelo seu *aspecto tumular*, para o *afformoseamento* d’aquella estancia balnear”³⁵⁴. Apesar da concordância do engenheiro Roldan y Pego para os projectos das fachadas, certo é que já anteriormente o mesmo Conselho Superior havia examinado o processo, concluindo “que os desenhos, que formam o projecto, não são

³⁵³ Apesar das nossas diligências no sentido de indagar mais informações sobre este autor e os motivos que o levaram a conceber uma nova capela para o Estabelecimento termal monchiquense, a investigação revelou-se, até ao momento, infrutífera.

³⁵⁴ Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas, 16 de Junho de 1903, Arquivo DGEG-ME;

bastante para avaliar da sua estabilidade e que são de mau gosto, devendo pedir-se ao concessionário projecto mais completo e fundamentado”³⁵⁵, numa contundente rejeição do exacerbado gosto românico de um autor incógnito.

Dois anos depois aparece então nova proposta, pela mão de Manuel Ferreira dos Santos³⁵⁶, seguindo um modelo também influenciado pela estética medieval, mas agora reinterpretado ao gosto da época, sem a intenção de recriar um ermitério solene na entrada da mata, como no plano anterior.

Na verdade, à primeira vista, o desenho deste autor assemelha-se mais à arquitectura civil da passagem para o século XX, do que propriamente um templo religioso (*Fig.57*). Se o projecto anterior pecava pelo peso excessivo da arquitectura religiosa da Idade Média, o projecto seguinte correria o risco de não ser devidamente levado a sério na solenidade que uma capela para o culto católico naturalmente exigia, lembrando mais uma estação de caminho-de-ferro.

Até porque o corpo a que poderia chamar-se de torreão exhibe mostradores de relógios nas suas faces, em vez do sino que legitima a função religiosa. Esse elemento sonoro incumbido do chamamento para a liturgia surge, pelo contrário, relegado para um plano inferior, em altura e em dimensão, sob a forma de uma sineta enquadrada num minúsculo campanário, sobre uma porta que parece ser lateral. Outra pequeníssima sineta no cata-vento sugere discretamente a eventualidade de tratar-se de um edifício religioso. Pode dizer-se que a função religiosa foi de certo modo neutralizada, ou mesmo menosprezada, no desenho bastante eclético de Manuel Ferreira dos Santos (*Figs.58-60*), que conjuga diferentes figurinos revivalistas. Curiosamente, a solução encontrada por Ferreira dos Santos para as coberturas da capela proposta para as Caldas de Monchique parecia antever em vinte e seis anos a tipologia que os irmãos Carlos e Guilherme Rebelo de Andrade viriam a materializar no Pavilhão de Portugal na Exposição Ibero-Americana de Sevilha, em 1929, com o torreão de águas arredondadas.

Na verdade, o projecto de Manuel Ferreira dos Santos exhibe-se assaz inovador, não apenas comparativamente aos paradigmáticos Rebelo de Andrade, mas também por pugnar por um revivalismo barroquizante do reinado de D. João V, num período em que

³⁵⁵ Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas, 26 de Fevereiro de 1903, Arquivo DGEG-ME.

³⁵⁶ Manuel Ferreira dos Santos (n.?-m.?) foi o autor da Casa Costa e Silva no Estoril, nos últimos anos do século XIX. Esta habitação revestida em pedra corresponde ao figurino de uma *cottage* (casa de campo) com água inclinadas e torreão, em uso naquele período. Com a mudança de proprietários, a casa ficou posteriormente conhecida como Casa dos Condes de Ficalho. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22908;

o neo-manuelino, ou as derivações de pendor medieval, em geral, traduziam o fundamento historicista português, com raízes recuadas à Idade Média ou ao grandioso período das Descobertas Marítimas, na viragem para o século XX.

Todavia, este projecto para uma capela nas termas algarvias denunciava, igualmente, essa tendência da época: pórtico principal e a porta secundária exibiam lintel chanfrado numa invocação manuelina da transição para o século XVI, estando o primeiro enquadrado numa galilé. Acresciam ainda outros detalhes de sabor medievo, como uma rosácea ou as fenestraçãoes no corpo da Capela em arco apontado, denunciando uma provável vontade do encomendante de adoptar a estética medieval no novo templo a erigir no local previsto desde o concurso de 1894, voltado para a estrada de entrada nas Caldas. Recorde-se que já o risco de Bigaglia e o desenho anterior apostavam nesse figurino.

Não obstante a estética arrojada, no parecer do referido Conselho Superior em Junho de 1903 (no mesmo dia que se acha cronografado no projecto), a opinião foi no sentido de que a proposta agora apresentada “está mais em concordancia com os fins do culto a que é destinado e não prejudica o embelesamento das caldas. A sua distribuição posto que original satisfaz plenamente como informam os engenheiros de minas que intervieram no assumpto”. Ainda assim, o facto é que nem este projecto acabou por ser executado, de forma a cumprirem-se as condições do regulamento concursal ganho por Castel-Branco.

Porém, a tenacidade do concessionário e administrador do Estabelecimento Termal, tal como se havia revelado em relação a outros projectos e ambições, persistiu no tempo, e em 1918 ainda redigia sobre a dotação de um pároco, que para além das funções litúrgicas, fosse responsável pela capela, hospital – que pretendia ainda trazer para alçada do Estabelecimento –, pela revista *A Saúde* (fundada pelo próprio Dr. Bentes em 1898), para um instituto de educação³⁵⁷ que pretendia fundar nas Caldas, e também pela administração geral³⁵⁸.

³⁵⁷ Até mesmo alguns anos depois exonerado do cargo de adjudicatário e já perto dos 80 anos de idade, o Dr. Bentes anunciava a criação de uma cooperativa nas Caldas de Monchique, sob a direcção espiritual do padre Francisco Jorge de Melo, destinada a “receber famílias pobres e trabalhadoras, crear trabalhos uteis para os socios, baratear a vida, construir casas baratas, tratar-lhes os doentes e os velhos, educar os filhos para a vida autonoma” (Cf. Castel-Branco, João Bentes, *O Tratamento Natural pela Higiene e Terapeutica Biologica: por Meios Seguros, Inocentes e Economicos para Conservar a Saúde, alongar a Vida e Curar os Doentes*, Escola Tipográfica das Oficinas de S. José, Lisboa, 1929). Não temos contudo qualquer notícia do seu funcionamento.

³⁵⁸ Cf. Castel-Branco, João Bentes, *Projectos de Contratos: Caldas de Monchique. Diferenciação e Organização dos Serviços – 1918*, Arquivo STM.

Ditariam as circunstâncias que, não obstante a idealização de uma nova capela autónoma do balneário na viragem para o século XX, seriam necessárias quatro décadas até ser realizado o ansiado templo nas Caldas de Monchique.

▪ **1.3- Entre o Retrato das Realizações e a Maqueta das Utopias de Bentes Castel-Branco: a Pintura de Ângelo de Lima (1899)**

Na incontornável monografia de José Guerreiro Gascon – preciosa em qualquer estudo sobre a História do concelho de Monchique –, refere o autor a propósito dos melhoramentos que João Bentes Castel-Branco desejava promover na estância termal, que quando o artista portuense Ângelo de Lima fora a banhos nas Caldas de Monchique em 1899, o adjudicatário solicitou-lhe uma pintura que ilustrasse “todas as edificações que projectava levar a efeito”³⁵⁹.

Ficaram, pois, essas intenções eternizadas no quadro que hoje se pode contemplar na recepção do Hotel Central, e que, ao mesmo tempo que retrata os edifícios das Caldas de Monchique naquele ano, consiste, por outro lado, numa maqueta de edifícios idealizados pelo promotor das obras decisivas no virar de século, mas que não chegaram a materializar-se no terreno. Até ao momento, não existia ainda uma abordagem histórica e artística desta obra, em que ficaram eternizadas as realizações e utopias do clínico e concessionário, precisamente executada no momento crucial em que o plano geral de melhoramentos sofreu a abrupta travagem, de que jamais iria recuperar.

Ângelo Vaz Pinto Azevedo Coutinho de Lima, nascido em 1872 no Porto, frequentou por duas vezes a Academia de Belas Artes naquela cidade, em 1888 e em 1894. Ali, alguns dos seus desenhos foram publicados nas revistas *A Geração Nova* e *Revista Azul*, tendo substituído António Carneiro na direcção artística da primeira.

De personalidade instável e propenso à vida boémia, desistiu pela primeira vez das aulas de desenho para cumprir serviço militar em África, onde permaneceu durante 7 meses “com as vísceras flutuando em vinho”³⁶⁰ – no dizer do próprio artista –, tendo estado às portas da morte devido a doença hepática, de cuja fragilidade lhe adveio, depois, uma severa infecção e anemia decorrentes do paludismo.

³⁵⁹ Gascon, 1993, p.272.

³⁶⁰ Lima, 1991, p.102.

Regressado ao Porto, volta de novo à Academia, agora com melhor aproveitamento, mas “após irregularidades de conduta, por excitações irregulares de sentimento” que lhe turvaram a clareza mental, acabou por ser internado no Hospital do Conde Ferreira, onde permaneceu durante mais de três anos.

Ao sair da instituição, foi viver para o Algarve, onde teve alguma actividade artística, tendo-se posteriormente mudado para Lisboa. Foi, de facto, neste período que passou na província algarvia entre 1898 e 1900 que esteve nas Caldas de Monchique, cujo núcleo urbano representou na pintura encomendada pelo concessionário, mas também em alguns desenhos a carvão onde ficaram retratados alguns trechos das termas e dos seus arredores.

O médico e adjudicatário, com base nas observações meteorológicas registadas nas Caldas de Monchique aconselhavam a sua frequência a “todos os doentes depauperados pela acção deprimente dos climas tropicaes, nomeadamente das febres palustres”³⁶¹, como era o caso do pintor portuense, que talvez por ainda manifestar sintomas da temporada africana, ali tentou buscar alívio às suas moléstias, aproveitando para se distrair com a pintura e o desenho.

Já em Lisboa, Ângelo de Lima foi preso por proferir obscenidades no Teatro D. Amélia (actual Teatro S. Luís) em Dezembro de 1901, tendo por isso recolhido ao Hospital de Rilhãfoles, onde foi examinado no ano seguinte pelo médico Miguel Bombarda. O especialista redigiu um interessante relatório clínico do paciente, em que revela que a ocupação habitual era, precisamente, o desenho e a pintura, ainda que por vezes fosse acometido de “alucinações do ouvido”³⁶², numa clara manifestação de desequilíbrio.

O médico republicano teceu mesmo considerações acerca das suas capacidades artísticas: “o fundo mental deste doente é de um formidável desequilíbrio. Ao lado de qualidades artísticas, que os seus amigos talvez exagerem um pouco, mas que em todo o caso são incontestáveis, apresenta no mesmo campo coisas lamentáveis. Assim, com o lápis é um emérito desenhista; um pouco académico, não perdoa a nitidez dos contornos, sendo, talvez, um pouco duro. Mas o claro-escuro é de grande primor e as figuras que desenha oferecem um alto-relevo. Com o pincel, porém, é uma lástima e não chega a ter consciência do seu nulo valor (...). Poeta a suas horas, tem coisas de valor

³⁶¹ Castel-Branco, 1906, p.56.

³⁶² Cf. Lima, 1991, p.127.

(...)”. Com efeito, seria publicado na revista *Orpheu* nº2 um conjunto significativo de poemas da sua autoria, facto que atestará as qualidades líricas de Ângelo de Lima.

Viria a morrer com 49 anos de idade em Rilhafoles, no ano de 1921, numa progressiva espiral descendente da sua condição mental.

Na verdade, a obra do artista, apesar de relativamente bem conseguida, terá uma maior importância documental na História das Caldas de Monchique, relativamente ao seu valor artístico intrínseco (*Figs.61 e 62*). Traz-nos não só o aspecto geral da localidade, mas ainda as prováveis cores originais que revestiam os edifícios então existentes nas Caldas, que no caso das propostas de Bigaglia correspondem a cores diferentes das actuais. Porém, o revestimento da fachada do Club corresponderia ao efabulado por Bentes Castel-Branco, já que os postais mais recuados revelam a inexistência do aparato decorativo de figurino islamizante no alçado que Ângelo de Lima representou.

Da maqueta pictórica vertida por Ângelo de Lima deparamo-nos, porém, igualmente com a ausência de elementos patrimoniais – neste caso respeitante ao património natural das termas –, como a magnificente sobreira centenária localizada junto à entrada Nascente do Palacete, e que actualmente ali se impõe ainda na sua dimensão invulgar. Julgamos, pois, que Castel-Branco pretendia abater este espécime, à semelhança do que ordenara em relação às sobreiras que se situavam na subida para o chalet de Gregório Mascarenhas, num acto que constituía parte fervorosa da celeuma entre adjudicatário e proprietário particular, além dos outros motivos já conhecidos.

A estadia do pintor nas Caldas de Monchique em 1899 coincidiu com o fulgor edificatório no núcleo urbano das termas, no ano em que estava a estrear o Hotel Central, depois de no ano anterior ter sido iniciado o Club, com o respectivo salão, e em 1896 ter sido concluída a Hospedaria Nova, que na pintura de Ângelo de Lima exhibe o mesmo aspecto que na proposta desenhada nesse mesmo ano pelo futuro vencedor do primeiro Prémio Valmor, o professor italiano de desenho Nicola Bigaglia.

No mesmo ano em que o pintor português retrata as Caldas, são igualmente edificados os chalets particulares nas colinas em redor do estabelecimento, propriedade de indivíduos ricos, influentes e jungidos pelos laços políticos republicanos. Se Ângelo de Lima tivesse ali estado um ano antes, a paisagem edificada que representaria na sua obra seria decerto menos interessante, sem estes imóveis que trouxeram uma brisa de cosmopolitismo – e mesmo, de exotismo – ao lugar.

Mas o mentor dos melhoramentos pretendia ainda levar a cabo a reformulação da Hospedaria Velha, não só em termos arquitectónicos, mas também atribuir-lhe um nome condicente com o prestígio que queria insuflar nas Caldas de Monchique; o velho balneário, alvo constante de melhoramentos pontuais, mas em geral já obsoleto, seria também intervencionado e transformado num estabelecimento de grandes dimensões, com instalações termais e hidroterápicas.

E ao mandar projectar numa espécie de maqueta pictórica o futuro aspecto destes dois edifícios, Bentes Castel-Branco assumiu, de certa forma, o compromisso de concluí-los, e com base nas propostas de Bigaglia. Não sabia ainda, porém, que cerca de dois anos depois iria ser destacado para Lisboa, e que a partir daí a campanha de natureza política contra a sua concessão, a par do relatório de Tenreiro de Sarzedas³⁶³, iriam impedi-lo definitivamente de cumprir o seu projecto para o Estabelecimento Termal. Estava, por isso, longe de saber que este retrato das edificações iria prolongar-se no tempo tal como Ângelo de Lima o pintou, com os projectos do Grande Hotel e do Estabelecimento Balneoterápico interrompidos, e sem novas edificações dignas de nota até à década de 1940.

Em termos comparativos, as Caldas de Monchique viveram um período de desenvolvimento relativamente unísono com algumas das mais importantes termas do País na entrada no século XX, como o Parque Termal da Curia, criado em 1901. A ferrovia chegou a Portimão (Parchal-Ferragudo) em 1903, quatro anos antes de o comboio ligar-se a Pedras Salgadas, tendo chegado a Vidago em 1910 e em 1921 Chaves já teria estação de caminho-de-ferro³⁶⁴. Curiosamente, o adjudicatário das termas algarvias, que fora um acérrimo defensor da ligação à ferrovia – tendo chegado a propor responsabilizar-se por um ramal que chegasse o mais perto possível das Caldas de Monchique – viria mais tarde culpabilizar o dito caminho-de-ferro pelo desvio de grande parte dos frequentadores mais abastados para as termas nas províncias do Norte³⁶⁵, considerando-o um concorrente ao desenvolvimento da sua concessão.

A pintura que representa a estância numa fase decisiva entre o seu desenvolvimento célere e fulgurante, e a apatia gerada a partir de questiúnculas

³⁶³ O relatório deu origem ao despacho ministerial que em 13 de Maio de 1904 suspendeu as obras a efectuar nas Caldas de Monchique, até o Governo definir o seu recomeço. Cf. Requerimento de João Bentes Castel-Branco para levar a cabo os estudos necessários ao desenvolvimento das Caldas de Monchique, 15/09/1920, Arquivo DGEG-ME.

³⁶⁴ Cf. Lousada, 2010, Introdução.

³⁶⁵ Cf. Castel-Branco, *Memória sobre os Melhoramentos a efectuar nas Caldas de Monchique*, 30/09/1916, p.5.

políticas, acaba por ser um complemento pictórico aos projectos de Bigaglia, ficando apenas a faltar a representação da capela proposta pelo ilustre técnico de desenho ornamental. Traduz, por outro lado, também o fruto da iniciativa particular em redor das termas no seu apogeu, ao mesmo tempo que permite vislumbrar o aspecto do que teriam sido as Caldas de Monchique se a conjuntura tivesse favorecido a acção de João Bentes Castel-Branco até à conclusão do seu plano geral de melhoramentos.

Capítulo 2: “O Problema das Caldas de Monchique” (1921-2001)

▪ 2.1- Discurso Tradicionalista e Discurso de Regime: dicotomia na Arquitectura Termal do Estado Novo

João Bentes Castel-Branco já havia apelidado de “*O Problema das Caldas de Monchique*”³⁶⁶ o impasse construtivo a que as termas ficaram obrigadas a partir de 1904. Viria esta expressão a ser comumente adoptada até à segunda metade do século XX, não só pelo presidente da Comissão Administrativa (CACM) – o Dr. Alberto de Sousa³⁶⁷ –, como nas sucessivas abordagens com que o deputado algarvio Coronel Sousa Rosal alertou para a questão em contexto parlamentar, com vista ao devido aproveitamento das águas e ao desenvolvimento turístico da estância termal.

Não obstante a rescisão do contrato de adjudicação de Castel-Branco decretada em 1921 consagrar a uma nova nacionalização e a imediata substituição por uma comissão administrativa composta pelos representantes dos órgãos públicos do concelho de Monchique, e ainda pelo presidente da Junta Geral do Distrito de Faro, nem com o novo molde de gestão se retomaram ou reformularam as obras de beneficiação de que o estabelecimento termal carecia. No final da época balnear de 1923, encontrava-se constituída uma Comissão de Iniciativa Local³⁶⁸, tendo sido aprovado no ano seguinte o programa de concurso para adjudicação³⁶⁹, mas que não recebeu qualquer proponente.

Mesmo diante da inércia no desenvolvimento da estância e mais de uma vintena de anos depois da moda edificatória, o local parecia ser ainda atractivo aos olhos de investidores particulares, desejosos de ali implantar os seus *chalets* de veraneio. Joaquim Lobo de Miranda (1845-1940) – com o título de Visconde de Miranda, e proprietário imobiliário na Bordeira (Aljezur), tendo ocupado os cargos de vereador do município de Lagos e de vice-cônsul do Brasil e Argentina no Algarve –, mostrou-se interessado em 1925 em adquirir um lote de terreno para construção nas Caldas³⁷⁰, porém tal não passou de mera intenção. É de considerar que o *Problema* instalado na

³⁶⁶ Castel-Branco, João Bentes, *Uma Solução do Problema das Caldas de Monchique*, 1914?, Arquivo da Sociedade das Termas de Monchique.

³⁶⁷ Cf. Sousa, 1951.

³⁶⁸ Cf. Ofício do presidente da Comissão Administrativa das Caldas de Monchique [Dr. Bernardino Moreira?] dirigido ao Director-Geral de Minas e Serviços Geológicos a 27/09/1923, Arquivo STM.

³⁶⁹ Diário do Governo nº69 – II Série de 15 de Março de 1924, pp.1018-1020.

³⁷⁰ Cf. *Gráfico indicativo do terreno que o Exmº Sr. Visconde de Miranda pretende adquirir para construção*, Arquivo DGEG-ME.

estância termal, e as incertezas dele decorrentes quanto ao seu desenvolvimento, tivessem assim demovido a fixação de outras individualidades nas cercanias.

Em 1926 decorria ainda a antiga questão sobre o destino a dar ao também já bastante velho balneário bispal (com a falta de condições de salubridade há muito reconhecida), pelo que o Conselho Superior de Minas concluiu a proibição do alojamento de famílias naquele edifício, tendo em vista a sua reconversão “num estabelecimento termal higienico e modernizado”³⁷¹ e evitando a promiscuidade funcional que já Tenreiro de Sarzedas tinha apontado no seu relatório em 1903. Teriam, desta forma, de ser criados novos aposentos nos terrenos do estabelecimento termal com vista a substituir os quartos do balneário. Sabe-se, no entanto, que o vetusto balneário continuou a servir de alojamento aos doentes com problemas de locomoção até à década de 1940, devido à facilidade para se deslocarem entre os tratamentos e os quartos, sem necessidade de sair do edifício³⁷².

No célebre compêndio turístico *Guia de Portugal*, Raul Proença e o pintor Carlos Lyster Franco (1879-1959) exaltavam sobretudo as belezas naturais das Caldas de Monchique, já que devia-se “deitar abaixo, sem qualquer espécie de consideração ou de piedade, os balneário e os chalés horríveis que ali fizeram construir”. Não só a ausência de condições do balneário era criticada, também as moradias particulares que tinham reforçado o epíteto de *Sintra do Algarve* à estância termal eram malquistas pelo seu figurino romântico, agora em desuso. Havia, no entanto, esperança para o seu desenvolvimento turístico, pois “com um pouquinho de iniciativa, far-se-ia das Caldas de Monchique e circunvizinhanças uma das cinco ou seis grandes regiões de turismo do País. O seu abandono é um crime que urge resgatar por uma larga obra de melhoramentos e de propaganda”³⁷³.

Foi então nomeada uma comissão incumbida de delinear o Plano Geral de Melhoramentos no ano de 1929, integrando as diversas intervenções pontuais a realizar, no sentido de tornar as condições estruturais das Caldas de Monchique mais convidativas aos eventuais interessados num novo concurso público para a sua adjudicação.

³⁷¹ Parecer do Conselho Superior de Minas, 19/11/1926, Arquivo DGEG-ME.

³⁷² Informação cedida pela Sr^a Ilda de Lurdes, funcionária das termas durante 54 anos, de 1942 a 1996.

³⁷³ Proença, Raul; Franco, Mário Lyster, “Serra de Monchique”, *Guia de Portugal*, vol.II, 2ª reimpressão da 1ª ed. de 1927, Fundação Calouste Gulbenkian, Coimbra, 1991, p.286.

Previa o documento que se levantasse um piso superior no Hotel Central, para a instalação de seis aposentos e uma retrete. Esta obra foi, com efeito, levada a cabo no mesmo ano, com o valor de 51.700\$35, tendo descaracterizado a cobertura original do imóvel concebido por Nicola Bigaglia. Contudo, foi dado um passo no sentido de criar alternativas de alojamento face ao balneário, uma vez que o objectivo era o de desocupar as habitações que ali existiam, bem como de ali retirar os serviços religiosos da capela, construindo-se um novo templo até ao início da época balnear de 1932: “será construída em lugar central uma capela, tendo sessenta metros quadrados de superfície interior, e ficando disposta por forma a poder-se ampliar quando isso se julgue conveniente”³⁷⁴. A expectativa era, portanto, que a afluência às termas aumentasse, prevendo-se a possibilidade de acrescentar o edifício religioso.

De tal forma, que o Plano preconizava a construção de um novo hotel com 100 camas distribuídas por 60 quartos, mas cuja localização seria apontada pelo concessionário após o concurso. Esta unidade de alojamentos era vocacionada para um segmento mais exigente de aquistas e turistas das Caldas, com “moderna feição, sem luxo, mas oferecendo largas comodidades e, sobretudo um interior atraente e alegre pela muita luz, pelo muito ar e pela abundância de ripolin”³⁷⁵. O seu exterior não deverá marcar pelo excesso de motivos decorativos, mas sim pela proporção e harmonia das suas linhas, e pelo carácter tradicionalista fixado na arquitectura algarvia”³⁷⁶. O gosto não era já o ecletismo exuberante de linguagem internacional dos chalets e do Casino, erigidos na fronteira para Novecentos, pautando-se agora pelas linhas discretas, mas bem firmadas na tradição construtiva algarvia, numa tendência que iria depurar-se nas décadas seguintes, sob a égide tutelar do Estado Novo, com raízes teóricas de um gosto nacional de cambiantes regionais no arquitecto Raul Lino.

Apesar de definidos os tipos de construções a erigir nas Caldas de Monchique no Plano Geral de Melhoramentos e da sua aprovação pelo Conselho Superior de Minas no ano subsequente, não parecem ter chegado a cumprir-se projectos arquitectónicos concretos para a nova capela nem para o hotel, que iria substituir as funções religiosa e habitacional do velho balneário, que se pretendia modernizar.

Recorde-se que já o anterior concessionário, João Bentes Castel-Branco, havia defendido a reconversão do balneário num moderno estabelecimento hidroterápico,

³⁷⁴ *Caldas de Monchique: Plano Geral de Melhoramentos (1929)*, 2ª Parte, p.35, Arquivo DGEG-ME;

³⁷⁵ Marca de tintas para revestimento interior dos edificios.

³⁷⁶ *Caldas de Monchique: Plano Geral de Melhoramentos (1929)*, 2ª Parte, p.36, Arquivo DGEG-ME.

assim como a transformação da Hospedaria Velha num *Grande Hotel* (com projectos do italiano Nicola Bigaglia), tendo ambas as obras sido impedidas por despacho ministerial. Vinte e cinco anos volvidos, e agora sob tutela do Estado, acabou por retomar-se, afinal, a mesma intenção do clínico em relação ao balneário no Plano Geral de Melhoramentos com que vencera o concurso de adjudicação em 1894, mas que viria a ser posteriormente interrompido, em boa parte, por motivações de cariz político.

Seria preciso chegar a 1932 para que fosse decretada autorização para um novo concurso para a exploração industrial do estabelecimento termal (pelo prazo de 50 anos), sob as directrizes do Plano Geral de Melhoramentos elaborado três anos antes. O mesmo diploma instituiu ainda a substituição da Comissão de Iniciativa por uma Comissão Administrativa das Caldas de Monchique, que iria acumular além das funções legalmente definidas para as comissões de iniciativa, também “os serviços de urbanização, assistência e propaganda fixados no plano geral de melhoramentos”³⁷⁷.

Ainda assim, também neste concurso não foi apurado um vencedor passível de alavancar os melhoramentos necessários projectados para o estabelecimento termal, desconhecendo-se se terá ficado deserto de concorrentes, ou se nenhuma das propostas se afigurava vantajosa aos olhos do Estado. Foi, de resto, a tutela pública que empreendeu as obras de beneficiação da estância na primeira metade da década de Trinta: em 1932, a conclusão da central eléctrica³⁷⁸ e do segundo andar da Hospedaria Nova e embelezamento do passeio até à Fonte dos Amores, no ano seguinte a pintura da Hospedaria Nova e de parte do balneário de primeira classe, do casino e de todas as fachadas voltadas para o Parque, e a construção do lavadouro público, e em 1934, a conclusão do campo de ténis³⁷⁹, canalização de água potável para vários edifícios e cobertura em cimento armado da varanda do Casino³⁸⁰, entre outras intervenções.

Também em Abril deste ano foi nomeada nova comissão consignada ao estudo dos melhoramentos, sob a presidência do general Teófilo da Trindade, o já referido proprietário de um *chalet* nas Caldas de Monchique desde a viragem de século, e personalidade aclamada pela sua carreira militar e política. Ingloriamente, com a sua

³⁷⁷ Cf. Decreto nº20.816, de 20 de Janeiro de 1932, exarado pelo Ministério do Comércio e Comunicações – Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos.

³⁷⁸ Apesar da menor dimensão geográfica e reduzido número de habitantes, as Caldas de Monchique foram abastecidas de energia eléctrica alguns anos antes da vila sede de concelho, devido não só ao prestígio que fazia da estância termal o centro cosmopolita de Monchique, mas ainda pela necessidade de actualizar as unidades hoteleiras e a premência da instalação de métodos terapêuticos movidos a electricidade no balneário.

³⁷⁹ Então localizado no local do actual *Restaurante Rouxinol*, a Nascente do *Chalet das Ricas*.

³⁸⁰ Cf. *Estatística das Águas Minerais* (relatórios dos anos de 1932, 1933 e 1934), Arquivo STM.

morte em 1936, sucumbiu também o plano de obras que havia concebido, mas que não chegara a transpor em relatório³⁸¹.

E foi precisamente no final de 1934 que o ministro Duarte Pacheco (1900-1943) reforçou a “regulamentação de um processo construtivo centralizado no seu gabinete”³⁸², com o decreto que obrigava as câmaras municipais a proceder ao levantamento topográfico e à elaboração de planos gerais de urbanização³⁸³, que seriam sujeitos à avaliação do Ministério das Obras Públicas e Comunicações. A abrangência legislativa do gabinete ministerial, mas ainda a acção directa de Duarte Pacheco com vista à resolução do *Problema das Caldas de Monchique*, viria a insuflar no estabelecimento termal a esperança de um renascer das cinzas³⁸⁴, como veremos.

Foi em 1937 nomeado presidente da Comissão Administrativa das Caldas de Monchique o então presidente da Junta Provincial do Algarve, Dr. Alberto Júlio Loureiro de Sousa³⁸⁵ (1881-1962), médico e primeiro Director Clínico do Sanatório Vasconcelos Porto³⁸⁶ em S. Brás de Alportel, localidade algarvia onde exercia a carreira clínica desde 1915. Com a já longa permanência no Sotavento algarvio, poderá aventar-se que terá cimentado relações institucionais ou políticas com o círculo da terra-natal de Duarte Pacheco – Loulé – que viriam a estreitar os canais de comunicação com o Ministro das Obras Públicas em benefício das Caldas de Monchique.

Nos cerca de vinte e cinco anos como presidente da comissão gestora do estabelecimento termal, revelar-se-ia uma personalidade diligente, de acordo com a vasta correspondência oficial por si expedida a diversas figuras e entidades, no intuito de resolver os diversos problemas que compunham *O Problema das Caldas de Monchique*, num período de significativos avanços – e de igualmente grandes recuos – na sua História. Em estreita ligação com os irmãos monchiquenses – o director clínico do estabelecimento, Dr. José de Sousa Costa (1896-1963), e o administrador-gerente, Manuel Baptista de Sousa Costa (1907-1970)³⁸⁷ –, a Comissão Administrativa manteve-

³⁸¹ Cf. Carvalho, 1939, p.5.

³⁸² Costa, 2012, p.102.

³⁸³ Decreto-lei nº24802, de 21 de Dezembro de 1934.

³⁸⁴ Ainda hoje está presente no imaginário comum dos aquistas e proprietários das Caldas de Monchique de faixa etária mais elevada a intervenção pessoal de Duarte Pacheco na requalificação das termas, abruptamente interrompida pela sua morte prematura em 1943.

³⁸⁵ Cf. Diário do Governo nº114 – II Série, de 18 de Maio de 1937.

³⁸⁶ Cf. Santos, Cristina Fê, *Sanatório Vasconcelos Porto. São Brás de Alportel*, Dom Quixote, Lisboa, 2006, p.41.

³⁸⁷ O Dr. José de Sousa Costa iniciou as funções de director clínico das termas de Monchique em 1932, tendo o seu irmão Manuel de Sousa Costa sido nomeado administrador gerente da estância em 1939.

se coesa perante os sucessivos desafios, até à década de 1960 sob a presidência do Dr. Alberto de Sousa.

Dando seguimento ao parecer do Conselho Superior de Obras Públicas emanado onze anos antes, solicitou pouco depois da sua nomeação para a Comissão Administrativa a verba de 300 mil escudos à Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos para as expropriações a realizar previamente aos trabalhos de captagem e defesa das águas termais e para a posterior construção de alojamentos que viriam substituir os quartos do velho balneário e ampliar o número de salas de banho, em número insuficiente³⁸⁸. Em Agosto de 1938, Alberto de Sousa convida Duarte Pacheco a “visitar as Caldas de Monchique, estância que tanto merece a atenção de V.Ex^a como Distinto Ministro que é e como Algarvio Ilustre, que não nega aos interesses do Estado e aos desta Província, o seu sempre evidente esforço Emérito”³⁸⁹. Em Dezembro, a CACM votou por unanimidade um voto de agradecimento ao ministro, que havia contribuído com os 300 mil escudos necessários às obras supracitadas, pelo que se supõe ter-se Duarte Pacheco deslocado às Caldas³⁹⁰ na sequência do convite endereçado por Alberto de Sousa, a fim de avaliar *in loco* as necessidades técnicas e respectivo orçamento, como era seu procedimento habitual e de acordo com a sua formação técnica de engenheiro.

O presidente da CACM continuaria a manifestar as necessidades do estabelecimento termal directamente ao Ministro, tendo-lhe endereçado um relatório em 1942, assente em linhas de força como a resolução do problema hoteleiro e de casas mobiladas para alugar, na consolidação do triângulo turístico Sagres-Praia da Rocha-Caldas de Monchique³⁹¹, a questão do plano de urbanização que teria forçosamente de adaptar-se ao terreno exíguo e acidentado do vale, mas ainda sobre a premência de

³⁸⁸ Cf. Ofício do Presidente da Comissão Administrativa das Caldas de Monchique (CACM) ao Engenheiro-Director de Minas e Serviços Geológicos, 14/09/1937.

³⁸⁹ Convite de Alberto de Sousa ao Ministro Duarte Pacheco, Agosto de 1938, Arquivo STM.

³⁹⁰ Alberto de Sousa refere posteriormente em discursos laudatório, é certo –, a visita do Ministro Duarte Pacheco às Caldas de Monchique, sem avançar contudo em que data se realizou: “E ele veio sozinho até às Caldas, sem comitivas quase incógnito para estudar livre de qualquer sugestão, o que na verdade existe de indiscutível valor a aproveitar, neste florido e verde rincão que é Património Nacional. (...) Viu com olhos de ver, como tudo isto e que é tanto, estava tão pouco e tão mal aproveitado. (...) Impressionou-o de tal forma esta imagem, que na sua lúcida inteligência, apareceu como coisa mais indicada a necessidade de se erguer e quanto mais depressa melhor a grande Estância Termal das Caldas de Monchique, devidamente apetrechada (...)”. Cf. Sousa, *Op. Cit.*, p.53.

³⁹¹ Mário Lyster Franco havia proferido uma palestra promovida pelo *Diário de Notícias* em 1928 sobre a problemática do fomento turístico no Algarve, defendendo aqueles três emblemáticos pontos de visita regionais: *Praia da Rocha, Monchique, Sagres – a Trindade Maravilhosa. Os problemas iniciais do Turismo no Algarve* (Edição Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1928).

deitar abaixo “o pardieiro velho onde está instalada uma coisa chamada «Casino»”³⁹². O edifício de figurino neo-árabe riscado por Bigaglia era agora depreciado e indesejado, e ao que tudo indica, o seu estado de conservação estava longe de satisfazer as condições de utilização mínimas, como parecia manifestar a afirmação de Alberto de Sousa, e pelas ruínas que se apresentavam do lado Sul do edifício, desde a demolição do balneário que lhe tinha estado anexado.

A transversal campanha de obras a executar nas Caldas de Monchique no sentido da sua modernização seria concebida numa visão global em estirador de arquitecto, no conjunto das intervenções a levar a cabo, prevendo uma estratégia de acção com base no levantamento topográfico da localidade. A conclusão deste levantamento desenhava-se em 1943, o ano em que entra em cena o mentor do plano de urbanização nomeado pelo próprio Duarte Pacheco³⁹³, por via da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais afecta ao seu ministério, o arquitecto Miguel Jacobetty Rosa (1901-1970)³⁹⁴. Tal deveu-se ao facto da especialização em urbanismo ser inexistente na maioria autarquias, pois escasseavam ainda em Portugal técnicos especializados em Urbanismo, tendo despontado a noção de ordenamento urbano na década anterior, precisamente sob aquela batuta ministerial³⁹⁵.

Não obstante a necessidade de um Plano de Urbanização a que fossem subordinadas todas as futuras construções – públicas ou privadas –, uma das moradias particulares existentes nas Caldas de Monchique foi demolida, dando lugar a uma nova habitação, numa arquitectura civil de gramática tradicionalista³⁹⁶, enraizada numa certa

³⁹² Cf. Ofício do Presidente da CACM ao Ministro Duarte Pacheco, 23/12/1942, Arquivo STM, pp.7, 12, 21;

³⁹³ Cf. Ofício do Presidente da CACM ao Ministro Duarte Pacheco, 27/03/1943, Arquivo STM.

³⁹⁴ Jacobetty Rosa havia já colaborado em proximidade com Duarte Pacheco nos projectos da construção da Estrada Marginal Lisboa-Cascais (1937), do Estádio Nacional do Jamor e no Viaduto sobre o Vale de Alcântara (ambos inaugurados em 1944). Chefiou o Gabinete de Estudos de Arquitectura da Câmara Municipal de Lisboa de 1939 a 1944, em comissão de serviço do Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Nestas funções, foi solicitado como “urbanista consultor” para os Planos de Urbanização de outros municípios (como Vila Franca de Xira, Vila Fresca de Azeitão, cidade de Lagos, Torres Vedras, entre outros). (Cf. Cruz, 2005; *Diário de Notícias* de 05/11/1970, p.10, “Falecimentos: Arquitecto Miguel Jacobetty”).

Foi igualmente nesse contexto que delineou os sucessivos Ante-planos de Urbanização para as Caldas de Monchique em 1945, 1949 e 1958 (que se encontram hoje no Arquivo da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano - DGOTDU / Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território).

³⁹⁵ Cf. Costa, 2012, p.112.

³⁹⁶ O projecto encontra-se assinado por um engenheiro, cuja caligrafia não nos permitiu identificá-lo com certeza, mas que aparenta ser Jacinto Bettencourt. Neste caso, tratar-se-ia do autor do Bairro Azul, em Lisboa (S. Sebastião da Pedreira), na década de 1930, e de vários prédios de rendimento, também na capital. A construção desta moradia terá sido, por seu turno, acompanhada por mestre de obra José Roberto da Encarnação (1883?-1950), com raízes nas Caldas de Monchique, e cuja família era

prática construtiva considerada tipicamente portuguesa, tão cara nesta fase ideológica de tom patriótico do regime do Estado Novo (*Figs.63-65*). O ano em que terá sido concebida acaba por ter uma conotação simbólica nesse aspecto, visto que “1940 é uma data «mágica» da arquitectura portuguesa – a da «Exposição do Mundo Português» – que assinala sem ambiguidades a reacção estilística de tipo conservador e historicista, aceite a partir de então por um alargado número de autores, num quadro político assumidamente nacionalista”³⁹⁷.

No ano anterior havia, precisamente, encetado o reconhecimento público deste figurino de inspiração apalaçada nos solares barrocos com pináculos nas arestas, com o Prémio Valmor atribuído aos irmãos arquitectos Guilherme e Carlos Rebelo de Andrade, na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro (em Lisboa). Estava assim instituída a tendência construtiva de uma época, que iria disseminar-se com fácil aceitação em múltiplas construções do Estado – caso paradigmático das *Escolas dos Centenários* e de muitas das estações dos correios criadas por Adelino Nunes –, assim como de habitações particulares pelo território português.

De resto, seria em 1940 o próprio arquitecto Guilherme Rebelo de Andrade a conceber o risco para a nova Capela nas Caldas de Monchique – como veremos adiante –, legando o cunho do expoente máximo da arquitectura de regime dos anos 40 na estância termal algarvia. O facto de ter laborado naquela Exposição manifesta, aliás, o seu estatuto de arquitecto consagrado pelo regime.

No que concerne ao alojamento colectivo para os frequentadores do estabelecimento termal, foi gizada uma solução com vista a ampliar a Hospedaria Nova, erigida em 1896 sob a proposta do professor Nicola Bigaglia. Dada a exiguidade de terreno disponível no apertado e íngreme vale, e tendo sido já a Hospedaria acrescentada em altura, a solução passaria agora por erigir dois edificios laterais. O objectivo de construir de raiz um hotel sumptuoso para a clientela exigente parece ter sido, entretanto, suspenso ou mesmo abandonado.

proprietária da Pensão Encarnação, no ramal de acesso às termas. Informação cedida em Janeiro de 2013 por Gisela Palma Brito (n.1924), sua sobrinha.

Construtor civil diplomado (curso técnico), foi responsável pela cobertura da varanda do Casino nas Caldas, e de um projecto em 1937(que não avançou) de tinas para o balneário das mesmas Caldas. Dirigiu ainda a fundação da ponte ferroviária sobre o Rio Arade, “foi o construtor do Palácio da Embaixada de Portugal em Madrid”, colaborou nas obras do Arsenal do Alfeite, desempenhou as funções de fiscal na construção do Hospital de Santa Maria. Foi condecorado em Espanha e em Portugal pela sua colaboração na Exposição Ibero-Americana (Cf. *Jornal A República*, “José Roberto da Encarnação: Faleceu este Dedicado Democrata”, 1950, fotocópia cedida pela Professora Maria Laura Martiniano).

³⁹⁷ Fernandes, 2003, p.17.

Os novos corpos adossados à Hospedaria – e a remodelação desta no mesmo cânone – insistiam, todavia, no modelo de arquitectura nacional com sabor regional de linhas sóbrias, mas ritmado pelas janelas rectangulares pejadas de floreiras, na exaltação da graça singela e asseada de um lar de família português, “pobrete mas alegre”, tão ideologizado pelo regime ruralizante de Salazar³⁹⁸. O projecto de ampliação do número de camas disponíveis no estabelecimento termal não iria avante, reduzindo-se ao papel.

Neste arranque da década de 40, a questão mais importante prendia-se sobretudo com a função primordial das Caldas de Monchique, que justifica a ocupação humana ao longo dos Tempos e que obrigou a constantes adaptações durante a sua História: a utilização termal, propriamente dita, no devido aproveitamento do manancial com propriedades terapêuticas que ali brota à superfície terrestre.

Em 1942 estavam a decorrer em pleno os trabalhos de captagem das águas termais a partir das nascentes mineromedicinais, maximizando as condições de higiene pureza química e bacteriológica, tanto para os banhos, tratamentos respiratórios³⁹⁹, como para a sua ingestão em patologias internas. Parte do velho balneário iniciado, pelo menos, desde o final do século XVII pelos bispos algarvios, foi então desmantelado, visto encontrar-se sobre as emergências termais que importava captar.

Fez-se assim demolir numa primeira fase, sob a orientação da Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, a ala Norte, que fazia a ligação do edifício balnear com o Casino e onde se encontravam as fontes de S. João, de Santa Teresa e da Torneira, e ainda a pequena capela com revestimento azulejar barroco. A ribeira que resultava da confluência das ribeiras do Banho e do Lajeado foi então canalizada, evitando os focos de doença que resultavam da sua exposição à superfície, em especial durante o Verão.

Na sequência destas obras, foram então realizadas prospecções arqueológicas por José Formosinho, Abel Viana e Octávio da Veiga Ferreira, que deslindaram de forma contundente a ocupação romana das termas desde há perto de dois mil anos, com a descoberta de restos de estruturas balneares, entre objectos móveis, como a ara votiva⁴⁰⁰ de agradecimento às “águas sagradas”.

³⁹⁸ Cf. Pinto, 2009, pp.477-478.

³⁹⁹ Em 1936 havia sido autorizada a instalação no balneário de 6 aparelhos de inalação individual com um dispositivo para pulverização de águas termais, e também um aparelho para inalação comum (emanatório colectivo). Cf. *Boletim de Minas: 1936*, Ministério do Comércio e da Indústria – Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos – Repartição de Minas, Lisboa, 1938.

⁴⁰⁰ José d’Encarnação avança o séc. I d.C. para a feitura desta árula, de acordo com os desenhos dos caracteres. Lança ainda novas interpretações epigráficas. Cf. D’Encarnação, José, *Inscrições Romanas do*

Com a demolição do corpo Norte do balneário antigo havia, contudo, a necessidade de garantir a prática termal aos aquistas que acorriam às Caldas de Monchique, por tradição ou por necessidades de tratamento. Manteve-se o tradicional *Banho da Pancada* durante esta fase transitória e foi construído um barracão também para aplicação de banhos⁴⁰¹, até que o desejo da Comissão Administrativa de construir-se, por fim, um hospital termal e balneário termal definitivo, se materializasse, sob os auspícios orientadores do engenheiro-ministro algarvio, Duarte Pacheco.

Foram então estudadas as soluções provisórias mais viáveis e de acordo com um processo de melhoramentos que se previa de relativamente curta duração. Focada nesse objectivo, a Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos (DGMSG) propôs a construção de um balneário provisório em madeira, de rápida montagem e desmontagem, de acordo com o cronograma técnico da intervenção. Foram, contudo, lançadas duas variantes deste modelo: uma aparentemente localizada sobre as nascentes termais, apoiada no terreno pétreo; e outra, mais arrojada, de criar uma casa-ponte suspensa sobre o fundo do vale, ligando as margens Nascente e Poente, assente num sistema de pilares estabilizados na rocha (*Figs.66 e 67*). As propostas de cunho meramente funcional diferiam entre si, sobretudo, num aspecto fulcral: a segunda iria desocupar o local onde emergem as águas termais e permitir ali a construção do novo balneário definitivo, no preciso local onde historicamente se desenvolveu a frequência termal nas Caldas algarvias, ao passo que a primeira proposta estaria a ocupar essa mesma localização.

Desconhece-se a sequência de ambos os projectos, porém, a solução adoptada culminou numa construção provisória situada sobre as nascentes, mas com fundações e materiais definitivos (*Fig.68*). O concurso público para a tarefa operária da sua construção foi anunciado⁴⁰² em 1944, pelo que terá sido levantado por volta do mesmo ano, à falta de documentação que firme a data exacta em que foi erigido o balneário provisório.

O balneário provisório com orientação Norte-Sul exibia uma traça condicente com a estética tradicionalista já anteriormente defendida para a estância termal, com um

Convento Pacensis: Subsídios para o Estudo da Romanização, dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia, Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras, Coimbra, 1984, pp.102-103.

⁴⁰¹ Informação cedida gentilmente pela Sr^a Ilda de Lurdes (em Janeiro de 2013), que começou a trabalhar no estabelecimento termal precisamente em 1942, tendo conhecido ainda o antigo balneário íntegro, antes das demolições, bem como testemunhou as dinâmicas provisórias até à construção do Hospital Termal.

⁴⁰² *Correio do Sul*, 19/03/1944.

volume horizontal típico da arquitectura chã portuguesa, com as tradicionais janelas em guilhotina e fachada caiada de branco, de barrão pintado. Inequivocamente, uma casa do Sul de Portugal.

A par do projecto de extensão da Hospedaria Nova que não chegou a concretizar-se, também este edifício revelou-se com a dignidade da feição simples, fazendo conjunto pitoresco com a casinha da *Buvette* sobre a Fonte de S. João, do lado Norte, para a ingestão da água termal sob prescrição médica. Este edifício encarna ainda um duplo sentido, simbólico e ritual. A água termal é declaradamente a protagonista de todo o contexto, podendo ser contemplada a brotar das profundezas da Terra, e ao mesmo tempo pretexto para uma experiência sensorial de cheiro, temperatura e sabor por aqueles que a ingerem, crentes no seu poder ancestral de restabelecimento da saúde, quase como que em homenagem a este bem telúrico. A função da *Buvette* não se esgota porém na água, em si, por representar ainda um ponto que favorece a sociabilidade entre os utilizadores das termas.

Para infortúnio do desenvolvimento das Caldas de Monchique, a morte inesperada de Duarte Pacheco em 16 de Novembro de 1943 acabaria por reflectir-se, de certa forma, na estagnação do projecto incisivo e transversal que o ministro acompanhava com proximidade, na maximização do aproveitamento da água termal e das infraestruturas complementares.

Não obstante o duríssimo golpe da perda de um aliado tão interessado, e com a poderosa influência política e operacional que lhe estava associada, prosseguia a Utopia por parte da Comissão Administrativa de criar-se um novo Hospital e um novo Balneário, de acordo com os mais recentes avanços científicos, e dando continuidade à vertente assistencial juntos dos desvalidos, a que as Caldas estavam secularmente ligadas.

Em 1944 – recorde-se, o ano do concurso para a construção do balneário provisório –, o Dr. José de Sousa Costa dava à estampa *Alguns Elementos para a Elaboração do Programa de Edificação do Novo Balneário da Estância Termal das Caldas de Monchique*⁴⁰³, contendo a descrição técnica, de acordo com a sua experiência clínica de médico hidrologista, como ponto de partida para a estrutura arquitectónica e dos equipamentos a prever no edifício balnear definitivo. Em anexo, figurava o decalque do autor a partir dos esboços originais oferecidos pelo artista alemão Bernhard

⁴⁰³ Cf. Costa, 1944.

Hoetger (1874-1949)⁴⁰⁴, que havia frequentado as termas monchiquenses pela última vez em 1938. Ao tomar conhecimento do ensejo do clínico em edificar-se um balneário moderno, Hoetger esboçou e ofereceu-lhe os desenhos (*Figs.69-71*), que Sousa Costa considerava um contributo para o eventual arquitecto responsável pela nova construção.

Refira-se ainda um outro suposto refugiado (posterior) da Segunda Guerra Mundial nas termas monchiquenses – Max Jurgen Tams. Pouco se sabe sobre o dinamarquês que viveu na década de 1950 nas Caldas de Monchique, sob a protecção do arrendatário do Hotel Central, produzindo pinturas sobre tela paisagens das termas ou retratos de personagens ainda hoje recordadas por quem ali viveu naquele tempo, que vendia ou oferecia em troca de favores ou géneros, como meio de subsistência.

Permanecem em colecções particulares algumas obras deste pintor, com trechos dos passeios em redor das termas ou figurando a Casa do Lajeado (com o revestimento cor-de-rosa com que era apelidada), sendo a mais visível o retrato desdobrado de José Costa (um indigente que parava pelas Caldas de Monchique àquele tempo), patente na Casa Inglesa, em Portimão. Infelizmente, não restam outras pinturas de Tams no recheio dos edifícios outrora propriedade do estabelecimento termal.

Obra posterior, a representação pictórica em 1978 do interior do Café Mina, que existiu junto à Albergaria do Lajeado, por um artista que assinou *pol.78* (colecção particular), revela, por outro lado, a vida, de alguma forma, boémia que se desenrolava nas Caldas de Monchique até há poucas décadas, em paralelo com a dinâmica de estância termal e de repouso, que hoje a caracteriza.

⁴⁰⁴ Artista multifacetado, com formação de artífice (entalhador e pedreiro), Bernhard Hoetger dedicou-se à escultura, pintura, artes gráficas, arquitectura. Havia absorvido a influência escultórica de Rodin e da Arte Nova no virar do século, após ter visitado a Exposição Universal de Paris em 1900. Mais tarde, aproximar-se-ia do Expressionismo, sobretudo nas suas esculturas. No início da década de 20 dedicou-se a diversos projectos de arquitectura nas localidades alemãs de Harburg (edifício do Winukuk Café) e Worpswede. Em 1924 instalou-se na cidade de Bremen, (onde situa hoje o museu que lhe é dedicado), tendo ali concebido a artéria da Böttcherstraße e a moradia da sua amiga artista Paula Becker Modersohn (1926-1930).

Em 1926 viajou pelo Sul de França, Portugal e Suíça, num percurso testemunhado em diversos desenhos e aguarelas. Apesar de simpatizante do regime nacional-socialista, em 1936 as suas obras são consideradas “arte degenerada” pelo regime de Hitler, facto que o levou a abandonar o seu país, voltando à Suíça e a Portugal, mas tendo regressado à Alemanha em 1938.

Desconhece-se a data da sua primeira estadia nas Caldas de Monchique, visto o Dr. José de Sousa Costa referir apenas a última, em Julho de 1938. José Rosa Sampaio aponta para uma estadia anterior nas Caldas em 1931. Em 1943 a sua casa seria destruída nos bombardeamentos da II Guerra, pelo que se refugiou em Eichendorf, três anos antes de mudar-se definitivamente para a Suíça, onde passou o resto da vida. (Cf. <http://www.galerie-malaquais.com/HOETGER-Bernhard-DesktopDefault.aspx?tabid=45&tabindex=44&artistid=19484>, consultado a 15/06/2013; Fahr-Becker, Gabriele, 1997; Sampaio, José Rosa, *As Estadias de Bernhard Hoetger nas Caldas de Monchique*, edição do autor, Monchique, 2012).

Mas voltando a Hoetger e ao final da década de 30, longe do decorativismo pelo conceito de *obra de arte total* que caracteriza os edifícios deste autor na Alemanha, a proposta que verteu para as Caldas de Monchique trai a rectilinearidade sóbria e racional, de pendor modernista, da arquitectura pública nos Estados totalitários europeus. E de facto, “com o final da década de 30, o acento monumentalista exposto no programa das Obras Públicas do Regime aproxima-se de um vocabulário de novo historicista e regionalista, próxima dos modelos fascistas da época”⁴⁰⁵. Talvez a diferença tipológica em relação às obras do artista se tenha devido ao facto do Dr. Sousa Costa ter sugerido o tipo de arquitectura pretendida para o edifício público, com um objectivo funcional bem demarcado, de uma arquitectura hospitalar.

A fachada do novo balneário quebrava, até certo ponto, o volume maciço do longo edifício, com um corpo central arredondado, orlado por uma colunata de influência clássica que remete, precisamente, para a monumentalidade dos projectos públicos que viriam a ser erigidos no Portugal estadonovista, como o Palácio da Justiça no Porto, (por Raúl Rodrigues Lima, 1961) ou o da Cidade Universitária de Lisboa⁴⁰⁶ (por Porfírio Pardal Monteiro). Este modelo mais arejado caminhou no nosso país a par da dita *Casa Portuguesa*, cânone igualmente apreciado para as Caldas de Monchique, e que, por esse motivo, a coabitação dos dois figurinos resultaria até harmoniosa: um recriava o ninho português, ao passo que a arquitectura pública representava a austeridade portentosa do próprio Governo que a promovia.

A localização apontada para o novo balneário, voltado a Norte para a praça principal – o *Parque* – implicaria a demolição do Casino de traça, também ela, historicista, mas de matriz romântica, mandado construir pelo Dr. Castel-Branco em 1898, indo ao encontro das futuras intenções do Dr. Alberto de Sousa face ao que viria a designar como “velho pardieiro”.

Estava prevista a implantação do novo Balneário e Hospital-balneário (este, prosseguindo a vocação histórica do auxílio aos doentes pobres) sensivelmente no mesmo local do hospital-balneário instituído em 1691 pelo bispo D. Simão da Gama⁴⁰⁷. O Dr. José de Sousa Costa complementou o relatório com a planta pretendida, do ponto vista clínico, das diversas funções e respectivos equipamentos e mobiliário úteis ao seu funcionamento. À semelhança do que sucedera no final de Oitocentos – entre o Dr.

⁴⁰⁵ Tostões, 2009, p.43.

⁴⁰⁶ Cf. Pascoal, 2012.

⁴⁰⁷ Cf. Costa, 1957, pp.5-7.

Bentes Castel-Branco e Nicola Bigaglia –, médico e arquitecto repartiam também agora a delineação do projecto, complementando a prática médica com a feição artística do edifício balnear.

No entanto, o director clínico teceu considerações relativas tanto à feição desejada dos alçados como do seu interior: “o exterior do balneário subordinar-se-á arquitectonicamente, adentro de um estilo marcadamente português, às características da província e do local. Haverá abóbadas, a brancura da cal e o azulado da sienite local. Interiormente, dominarão os tons do azul ou do verde que, em fototerapia têm acção sedante do sistema nervoso”⁴⁰⁸. A descrição do exterior do balneário parece, contudo, desajustada da proposta de Hoetger, caracterizada pela sobriedade internacional europeia em tendência naquele período.

Na verdade, as palavras de José de Sousa Costa parecem coadunar-se mais com a proposta técnica da Inspeção de Água (afecta à DGMSG), a aferir pelos resultados produzidos por aquele organismo público no mesmo ano em que saiu a publicação dos esboços realizados por Hoetger. O gabinete do Estado terá partido, porém, do trabalho do arquitecto germânico (elaborado em 1938, ou mesmo numa estadia anterior do autor nas Caldas de Monchique), a aferir pela solenidade da fachada tripartida, igualmente dotada de uma colunata, mas aqui com a identificação inequívoca do balneário na frontaria (*Figs.72-73*).

A fachada principal ficaria, nesta proposta, voltada para o fundo do vale das Caldas de Monchique, a Sul, com a Buvette localizada na extremidade Norte, sob a forma de um edifício de planta circular e abóbada. O revestimento do edifício combinaria uma técnica mista de cal branca e sienito aparelhado, conforme sugerido pelo Dr. Sousa Costa. Refira-se que Jorge Mangorrinha atribui a autoria destes alçados da Inspeção de Águas ao arquitecto Eugénio Correia (sem justificar, porém, a atribuição), técnico do quadro da DGEMN⁴⁰⁹, na já referida gramática austera dos edifícios públicos em Portugal, a partir de finais dos anos 30. Na verdade, esta tipologia chegou a ser concretizada em outros espaços termais portugueses, como a *Buvette* nas

⁴⁰⁸ *Id., ibid.*, p.8.

⁴⁰⁹ Desconhecemos os motivos que levam Jorge Mangorrinha e Helena Gonçalves Pinto a atribuir os desenhos a Eugénio Correia Cf. Mangorrinha; Pinto 2009, p.270). Sobre o arquitecto da DGEMN, Sandra Vaz Costa faz-lhe alusão enquanto autor designado pelo organismo do Estado em 1939 para projectar o Museu de Arte Contemporânea em Lisboa, numa medida que revelar-se-ia inconsequente (Costa, 2012, p.220).

Os alçados deste projecto para o balneário de Monchique possuem a sigla A.A.F., que até ao momento não nos foi possível descodificar.

termas do Vale da Mó (Anadia), em 1932, com desenho do engenheiro de minas António José Adriano Rodrigues, numa “reação a tradicionalismo”⁴¹⁰ instituído pelo molde do *Português Suave*, ali pautado pela estrutura recta com arcada, bastante semelhante à proposta da DGMSG para Monchique. Um anticorpo, portanto, do próprio Estado aos cânones tradicionalistas que o próprio Estado Novo disseminava pelo país, numa dicotomia patente nas estâncias termais beneficiadas a partir dos anos 30.

Apesar da convergência entre a Comissão Administrativa das Caldas de Monchique na elaboração de planos para novas infraestruturas termais e hospitalares no fulgor da década de 40, os esforços saldaram-se num novo impasse, não havendo concretização em obra nem do projecto de Bernhard Hoetger nem por parte da Inspeção de Águas. Em 1949, lamentava o presidente da Comissão Administrativa o facto de as termas ainda funcionarem em exíguas instalações provisórias⁴¹¹, devido à falta de efectivação superior de um empréstimo que estaria já aprovado para a edificação do novo Balneário e do Hospital⁴¹². E só no ano seguinte seriam demolidas, por fim, as velhas enfermarias dos pobres construídas em 1862 e 1874; as termas achavam-se um campo de ruínas, pelo que a ausência de aprovação do Plano de Urbanização era, sem dúvida, outro factor decisivo na travagem de novas construções particulares e públicas⁴¹³, além da complexa (e complicada) partilha de entidades do Estado que tutelavam as diferentes dinâmicas nas Caldas de Monchique⁴¹⁴.

Entre os avanços e recuos do Antepiano de Urbanização de Miguel Jacobetty Rosa, o arquitecto dedicou-se à concepção de um edifício escolar a construir nas Caldas de Monchique – cujo projecto ofereceu à Câmara Municipal⁴¹⁵ –, visto as instalações onde eram leccionadas as aulas do ensino primário às crianças dos arredores não apresentarem as devidas condições estruturais, inicialmente no acréscimo Nascente da

⁴¹⁰ Mangorrinha; Pinto, *op. cit.*, pp.84, 250.

⁴¹¹ Entre as estruturas provisórias, achava-se o gabinete pré-fabricado dos engenheiros de minas, em ripas de madeira e com janelas de guilhotina, que foi posteriormente transferido do lado Sul da Hospedaria Nova para o Lajeado (em frente da Capela), onde hoje se encontra na condição de armazém da Villa Termal das Caldas de Monchique – Spa Resort.

⁴¹² Cf. Ofício do presidente da CACM ao Director-Geral da Fazenda Pública, 22/11/1949, Arquivo STM. De acordo com o Diário do Governo nº97 – I Série, de 28 de Abril de 1942, as Caldas de Monchique passaram a depender do Ministério das Finanças.

⁴¹³ Ofício do presidente da CACM ao Director-Geral da Fazenda Pública, 27/08/1956, Arquivo STM.

⁴¹⁴ Num relatório do director-geral de Minas e Serviços Geológicos (04/10/1946), é referida a complexa e burocratizada teia de entidades a pronunciar-se sobre o futuro das Caldas: Direcção-Geral da Fazenda Pública, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção-Geral de Urbanização, Junta Autónoma de Estradas, Direcção-Geral da assistência e Direcção-Geral dos Serviços Florestais (Arquivo STM);

⁴¹⁵ Ofício do presidente da CACM ao arquitecto Miguel Jacobetty, 09/02/1956, Arquivo STM. Em Março de 2013 tentámos localizar esta planta nos arrumos do Município, mas sem o sucesso pretendido;

Hospedaria Velha (na chamada *Meia Laranja*), nem mais tarde, no interior do Casino, que se encontrava, como sabemos já, em péssimo estado de conservação. Também este projecto ficaria condenado à gaveta, sem materialização apesar da urgência na construção de uma nova escola nas Caldas de Monchique⁴¹⁶.

De resto, tal estado era extensível a praticamente todo o estabelecimento termal, tornando-o desprestigiante, não obstante todos os projectos que iam sendo esboçados, ao ponto do guarda-livros das termas afirmar peremptoriamente que o “Anteplano de Urbanização desta Estância, que estando há muito concluído, ainda não está aprovado. (...) enquanto as oficinas de engarrafamento não estiverem devidamente apetrechadas para funcionarem, os balneários e o hospital concluídos, não há aqui nada de que se possa fazer a natural propaganda”⁴¹⁷. Encontrava-se, deste modo, comprometida também a imagem de destino turístico, fonte de parte considerável dos frequentadores das Caldas de Monchique, além das condições precárias nos termos terapêuticos.

Viria a ser sob a orientação da Comissão de Construções Hospitalares⁴¹⁸ que, após diversos estudos preliminares, se realizou o desenho do programa definitivo de construção para o novo Hospital Termal das Caldas de Monchique, pela autoria do arquitecto Sebastião Formosinho Sanchez (1922-2004). A documentação refere a presença deste arquitecto na modernização das Caldas de Monchique a partir de 1957, aquando de uma visita técnica ao local, acompanhado do director da Comissão de Construções Hospitalares, engenheiro Raúl Maçãs Fernandes. Formosinho Sanchez havia ganho notoriedade três anos antes, com o projecto de arquitectura habitacional do Bairro das Estacas (juntamente com Ruy Athouguia) que inaugurou o traço racionalista no contexto de um urbanismo moderno em Portugal⁴¹⁹, arejado do tradicionalismo disseminado pelo Estado Novo. Contudo, a sua carreira viria a pautar-se, sobretudo, pela concepção de edificios ligados à Saúde e à Justiça, como os hospitais de Chaves e de Miranda do Douro, ou os tribunais do Redondo e de Rio Maior, tendo também neste último (iniciado em 1956) imprimido o seu cunho revolucionário, ao retirar-lhe a monumentalidade austera, apanágio dos edificios institucionais. Entre 1956 e 1959

⁴¹⁶ Viria a ser construído um novo edificio escolar perto do miradouro da mata no pós-25 de Abril de 1974 (afastado do núcleo populacional das Caldas), encontrando-se actualmente desactivado.

⁴¹⁷ Ofício do guarda-livros do Estabelecimento Termal das Caldas de Monchique, José Leandro Martins Correia.

⁴¹⁸ Organismo criado em 1946 no seio do Ministério das Obras Públicas.

⁴¹⁹ Naquele ano, o projecto do Bairro das Estacas (no Bairro de Alvalade, Lisboa) sagrou-se vencedor de um galardão internacional na Bienal de S. Paulo, e alvo de reconhecimento interno com o Prémio Municipal de Arquitectura de Lisboa.

estava ainda a ser edificado o Centro de Reabilitação de Alcoitão, em que o arquitecto lisboeta aplicou as características formais da sua obra, fixando o edifício nas linhas puras direitas, tentando transpor para o exterior a função do espaço interior⁴²⁰

De resto, estas premissas viriam a ser aplicadas ao tão almejado Hospital Termal das Caldas de Monchique, pelas inegáveis semelhanças formais, e até mesmo na escolha dos materiais, cuja combinação cromática entre a alvenaria branca e a cor-de-tijolo, denunciado de forma clara o mesmo autor. Mais ainda, o projecto assistencial para o Hospital Termal, e para boa parte do novo Balneário adjacente, ficou concluído ainda em 1959, por conta de dotação da DGEMN⁴²¹, sendo por isso cronologicamente muito próximo ao daquele centro de reabilitação, com que partilha as referidas semelhanças.

Mas o arquitecto com especialização prática em construções hospitalares entendia o edifício-hospital além da sua mera função de tratamentos de saúde. Na sua obra teórica descreveu-o como um “programa socialmente responsabilizado”, devido à depuração de cada um dos sectores que o compõem e que por esse motivo transcende a coordenação de um só indivíduo, devendo alargar-se a equipas pluridisciplinares ou a gabinetes altamente especializados no seu planeamento e organização⁴²². Por esse motivo, terá certamente entrado em diálogo complementar com o experiente médico hidrologista da estância – o Dr. José de Sousa Costa –, que havia também produzido um estudo sobre o novo balneário a erguer nas Caldas de Monchique.

A Comissão de Construções Hospitalares havia de conceber também mobiliário em madeira para o novo edifício, incluindo um altar e bancos de igreja para uma pequena e esquemática capela que estava projectada para o seu interior, sem aparente valor artístico digno de nota⁴²³. Mais ainda, a planta do último piso demonstra estarem contempladas instalações como um dormitório para freiras e os aposentos da superiora, o que nos leva a crer ter sido intenção inicial dar continuidade à missão histórica assistencial no Hospital⁴²⁴ por parte de um pequeno grupo de religiosas instaladas no edifício.

Parecia, deste modo, estar próximo de concretizar-se o sonho pelo qual o Dr. José de Sousa Costa e restante Comissão Administrativa das Caldas de Monchique

⁴²⁰ Cf. Mendes, 2008, p.114.

⁴²¹ http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17062;

⁴²² Cf. Sanchez, 1969, pp.10, 29.

⁴²³ Conforme os desenhos existentes no Arquivo do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU).

⁴²⁴ Relatório do Inspector de Águas Minerais, Manuel Marques Mata, 12/11/1963, Arquivo STM: “(...) a instalação do Hospital das Caldas de Monchique deve, primeiro que tudo, assegurar a cura hidromineral dos pobres que dela necessitam nas províncias do sul do Tejo (...)”.

havia lutado desde o final dos anos 30: em 1962 estava já em marcha a construção do Hospital Termal, a uma cota mais baixa que o núcleo edificado das termas, e em breve seria iniciado novo Balneário. A fábrica de engarrafamento de água havia sido inaugurada em 1959, algumas dezenas de metros a Sul, e aos poucos refulgia a tranquila esperança na urbanização da estância.

Porém, nesse mesmo ano, Miguel Jacobetty Rosa haveria de solicitar a cessação das funções de urbanista das Caldas de Monchique⁴²⁵, por motivos que se absteve de enunciar, sendo em 1964 contratado o arquitecto Frederico George (1915-1994) para dirigir a equipa responsável pela revisão do Antepiano de Urbanização. E também em 1962 dá-se a morte do presidente da CACM, Dr. Alberto de Sousa, em cujas funções viria a ser substituído pelo coronel e deputado louletano Manuel de Sousa Rosal Júnior (1896-1978), que há mais de uma década alertava sucessivamente para o *Problema das Caldas de Monchique* na Assembleia Nacional.

Sousa Rosal, citando um relatório da Direcção-Geral de Saúde, acabaria por defender com grande lucidez, a nosso ver, o valor primordial da construção de um novo edifício de banhos: “o balneário é a célula fundamental, a célula mãe de todas as outras concepções construtivas termais. Depois da água mineral, é a sua existência a razão de ser da exploração das termas. Só depois de o balneário construído, tecnicamente apetrechado e em desempenho da sua função terapêutica, poderá o Estado com maior facilidade negociar e levar a bom termo o trabalho de atracção de capitais para que esta obra, de tão grande envergadura financeira e de tão justificado interesse nacional”⁴²⁶.

Num curto período desmoronava-se o núcleo de individualidades que desde os anos 30 se digladiava pelo cabal desenvolvimento da estância nas várias frentes, e que iria sofrer o rombo decisivo com o falecimento do Dr. José de Sousa Costa em 1963, que não chegaria a ver concluída a obra por que pugnara ao longo da sua carreira ininterrupta de três décadas no estabelecimento termal. Com o seu desaparecimento, desaparecia, em boa medida, também a força anímica motriz da Utopia de um novo Hospital com Balneário, ao serviço da sociedade em geral, mas ainda com a valência assistencial.

Sucedeu-lhe o Dr. Manuel Rodrigues Clarinha (1905-1993), que em 1965 denunciava o mau estado das instalações em uso, não sendo possível aproveitar a vaga

⁴²⁵ Ofício do arquitecto Miguel Jacobetty Rosa ao Director-Geral dos Serviços de Urbanização, 19/05/1962, Arquivo STM.

⁴²⁶Intervenção do deputado Sousa Rosal na da Assembleia Nacional, 11/12/1963.

de aqúistas que não ficavam alojados no estabelecimento termal, por não se encontrar ainda definida a zona de urbanização, facto que impedia o surgimento de novos hotéis e pensões na envolvência. Relatava, por outro lado, os acabamentos do novo Hospital, estando então prevista a sua abertura para o ano seguinte, no sentido “de dar início a uma nova vida nas velhas Caldas de Monchique”⁴²⁷.

O Hospital estaria, com efeito, concluído⁴²⁸ nos primeiros meses de 1966 (*Figs. 74 e 75*). Mas o desfecho que se previa apoteótico no renascimento das termas algarvias haveria de sofrer uma inesperada e decisiva reviravolta: só depois da sua conclusão é que o Estado parece ter tomado consciência da falta de recursos humanos e financeiros para pôr o Hospital a funcionar e, sobretudo, para os encargos da sua manutenção.

No ano de 1967 o Hospital ainda não estava em funcionamento, pelo que o Governo (através do Ministério das Obras Públicas) outorgou a sua gestão simultaneamente à Direcção-Geral da Fazenda Pública e à Comissão Administrativa das Caldas de Monchique⁴²⁹. Todo o caso foi amplamente descrito pelo deputado Sousa Rosal: “não desejando os membros desta [CACM], entre os quais me contava, aceitar a incumbência de se tornarem responsáveis pela conservação das instalações e tudo quanto nelas estava depositado sem se vislumbrar com que meios se havia de iniciar o funcionamento do hospital, solicitaram a demissão”⁴³⁰. O novo edifício jamais viria a cumprir a função hospitalar para que fora projectado por Formosinho Sanchez, e os seus equipamentos clínicos seriam dispersos por outras unidades de saúde.

Desde o último quartel do século XIX que se vinha arrastando o dilema entre a recuperação do velho balneário bispal e a sua demolição para dar lugar a um edifício moderno. João Bentes Castel-Branco, ao relegar o melhoramento do balneário para segundo plano em relação aos alojamentos e ao lazer, acabara por sentenciar o seu próprio plano geral de melhoramentos. Meio século mais tarde, a construção de um balneário provisório de reduzida capacidade na década de 1940, deixando arrastar durante mais de vinte anos a construção do novo Hospital e Balneário, impediu o crescimento da afluência e a melhoria da qualidade dos serviços prestados nas Caldas de Monchique.

⁴²⁷ Relatório do Director Clínico, Dr. Clarinha, 31/12/1965, Arquivo STM.

⁴²⁸ O novo Hospital Termal foi apetrechado com equipamentos de Raios X., câmara escura e Fisioterapia. Laboratório., desinfectação de banheiras, ar comprimido e de Hidroterapia.

⁴²⁹ Nota de Alterações ao Diário do Governo nº40 – II Série, de 16 de Fevereiro de 1967.

⁴³⁰ Intervenção do deputado Sousa Rosal na Assembleia Nacional, 08/01/1969.

À imagem do que sucedera nos alvares de Oitocentos, com a morte do bispo Gomes do Avelar, também no século XX se saldaria determinante a visão e a persistência de individualidade no cumprimento de projectos de melhoramentos, com a morte de Teófilo Trindade, o trágico desaparecimento precoce do ministro Duarte Pacheco – impulsor do plano do Governo para a revitalização da estância –, e duas décadas depois, a morte impediria o Dr. José de Sousa Costa de ver materializado o seu sonho de vida para as Caldas de Monchique e de poder, talvez, apresentar soluções práticas para o seu funcionamento. Por aqui se percebe o relevo de um indivíduo sobre os destinos de uma instituição, ela própria construída pelas Realizações e idealizada nas Utopias das figuras históricas anteriores.

Urdidas pelo artista alemão Bernhard Hoetger ou pelos técnicos da Inspeção de Água, as Utopias caminhariam a par das Realizações: o balneário *provisório* com a sua Buvette numa traça de singeleza nacional estadonovista, que cerca de vinte anos depois, iria conviver com o volume rectilíneo funcionalista e despojado, sob a tipologia moderna de Formosinho Sanchez, um dos mais relevantes autores da arquitectura de saúde em Portugal àquele tempo. Duas estéticas ambíguas adoptadas pelo Regime, uma impregnada de retórica tradicionalista, e a outra ventilada de influências internacionais.

▪ 2.2- O Programa da Nova Capela (1940-1945)

▪ 2.2.1- A Arquitectura de Guilherme Rebelo de Andrade (1940)

Na viragem para a década de 40, estava perspectivado um novo rumo para as Caldas de Monchique, contando com o suporte ministerial de Duarte Pacheco na sua modernização. Prevista a demolição das dependências existentes no antigo balneário, foi criada no seio da Comissão Administrativa da estância termal uma subcomissão⁴³¹, com o objectivo de garantir um novo espaço de culto católico aos aquistas e demais frequentadores das termas, de forma a substituir o vetusto e pequeno oratório setecentista daquele edifício.

Até ao presente estudo, nenhum trabalho historiográfico foi realizado acerca da nova Capelinha inaugurada em 1945, tanto na perspectiva arquitectónica isolada, como

⁴³¹ A Subcomissão Pró-Construção da Capela era composta pelo Dr. Alberto Júlio Loureiro de Sousa, pelo vice-presidente e industrial das conservas Caetano Fel Marchena e pelo director clínico do estabelecimento termal, Dr. José de Sousa Costa.

em relação ao espólio artístico que enriquece a sua leitura estilística. Seja por tratar-se de um templo relativamente recente, ou pelo mero desconhecimento da importância em contexto nacional dos artistas intervenientes, cuja qualidade inegável dos trabalhos neste imóvel (individualmente ou no valor do conjunto) aguarda ainda ser devidamente compreendida, reconhecida e valorizada. Nos estudos acerca dos diferentes artistas, as obras que produziram para a Capela são, em muitos casos, ainda desconhecidas, sendo também esta a primeira vez que se procede à tentativa de enquadrá-las no currículo de cada um deles.

O timbre ideológico de contornos nacionalistas vertido pelo regime de Salazar iria consolidar-se de forma exuberante com a Exposição do Mundo Português, em Lisboa, reflectindo o orgulho panegírico no pequeno país de gente humilde mas brava, precursora das Descobertas e conquistadora histórica de distantes colónias. Seguindo o mote das efemérides de uma identidade nacional coesa e vincada em 1940, a Comissão Administrativa das Caldas de Monchique manifestou ao Ministro das Obras Públicas e Comunicações, o desejo de “inaugurar durante este ano das Comemorações Centenárias da Fundação e da Independência de Portugal, uma Capela nas Caldas de Monchique, património do Estado”⁴³². *Património*, no sentido administrativo, uma vez que a Comissão que administrava o estabelecimento termal era, na verdade, representante do Estado, seu proprietário efectivo.

Antecipando a decisão de Duarte Pacheco sobre a premência de levantar uma nova capela, Alberto de Sousa informou o Ministro de que já existia um projecto elaborado pelos arquitectos, e irmãos, Carlos (1887-1971) e Guilherme Rebelo de Andrade (1891-1969). Está por apurar qual o mecanismo que conduziu a estes arquitectos, cujo renome estava naquela altura a desenhar-se pelo Prémio Valmor por eles vencido na capital em 1939, cidade em cujo novo urbanismo foram intervenientes de relevo, de que é exemplo a concepção da Fonte Luminosa, iniciada em 1938 e inaugurada 10 anos depois, a tempo das celebrações dos 15 anos de Obras Públicas, encetadas no abrangente raio de acção nacional das campanhas promovidas por Duarte Pacheco. A ligação dos irmãos a diversas obras promovidas pelo Estado em articulação com o Ministro algarvio levam-nos a conjecturar se não terá sido o próprio Duarte Pacheco a nomeá-los ou a convidá-los para a beneficiação das termas em Monchique.

⁴³² Ofício do Presidente da CACM ao Ministro Duarte Pacheco, 05/06/1940, Arquivo STM.

Apesar da referência a ambos os irmãos neste projecto, Guilherme Rebelo de Andrade informou a Comissão Administrativa das Caldas de Monchique que, juntamente com o irmão, prescindia dos seus próprios honorários em benefício da construção da *Capelinha*⁴³³ – diminutivo utilizado não só pelas suas dimensões relativamente reduzidas, mas também pelo cunho singelo e pitoresco que viria a ser-lhe imprimido (*Figs. 76 e 77*). E na verdade, o projecto foi assinado somente por este arquitecto, não sendo contudo de desprezar o eventual diálogo com Carlos Guilherme de Andrade a seu respeito.

Autênticos embaixadores de uma arquitectura nacional, os Rebelo de Andrade haviam já endereçado à Exposição Internacional Centenária da Independência Brasil, no Rio de Janeiro (em 1922), e à Exposição Ibero-Americana de Sevilha (sete anos depois) os protótipos neo-barrocos depurados pelas inspirações das casas solarengas do século XVIII. Aquela estética foi, assim, ensaiada ainda sem a base teórica para a tipologia que se perenizou como imagem de marca do seu atelier, que só chegaria a Portugal mais de uma vintena depois.

A dupla de arquitectos viria a somar, então, experiência na reprodução de modelos arquitectónicos e decorativos joaninos nas suas arquitecturas oficiais, ainda antes do reconhecimento inicial da importância e singularidades do barroco português, feito inicialmente por parte de estudiosos estrangeiros, como Robert Chester Smith⁴³⁴.

A intenção de erigir um novo templo nas Caldas de Monchique já tinha cerca de meio século, com as propostas gizadas em 1896 pelo arquitecto-decorador Nicola Bigaglia, inserida no plano geral de melhoramentos de João Bentes Castel-Branco, que nos primeiros anos do século XX encomendaria ainda outros dois projectos a Manuel Ferreira dos Santos e a um outro autor não identificado, todos eles de matriz neo-medieva. Agora, a proposta de Guilherme Rebelo de Andrade tentava buscar também um tempo histórico do passado, mas ao contrário da política pública da Direcção-Geral

⁴³³ Cf. Ofício de Guilherme Rebelo de Andrade à CACM, 06/04/1940, Arquivo STM.

⁴³⁴ Robert C. Smith começou a desbravar o terreno teórico no sentido da sua afirmação, em 1936. Só mais tarde, em 1949, com ao advento do XVI Congresso Internacional de História da Arte, realizado nas cidades de Lisboa e Porto, é que se “consubstanciou um momento de viragem, permitindo a consagração da investigação da arte barroca nacional, com intervenções de Emilio Lavagnino, Germain Bazin e Robert Smith”⁴³⁴, garantindo os pressupostos científicos subjacentes, que iriam validar a legitimidade de um segmento que os Rebelo de Andrade já vinham consolidando antecipadamente, em termos práticos.

Acerca do contributo teórico para a valorização da arquitectura barroca em Portugal no século XX, por Reynaldo dos Santos (1880-1970), Ayres de Carvalho (1911-1997), Maia Ataíde (1912-2003) e Robert Chester Smith Junior (1912-1975), vide Soares, Clara Moura, “A 'Reabilitação' da Arquitectura Barroca através dos estudos de Reynaldo dos Santos, Ayres de Carvalho e Maia Athayde: o caso de Santa Engrácia”, actas do colóquio *João Antunes (1643 - 1712) e a Arte do seu Tempo*, no prelo.

dos Edifício e Monumentos Nacionais que tentava recuperar ou recriar a estética medieva coeva à fundação da Nacionalidade nas suas intervenções, aqui o arquitecto retomou o figurino setecentista do período em que os bispos do Algarve fundaram o hospital assistencial nas Caldas de Monchique (*Figs. 79 e 80*). De resto, os Rebelo de Andrade foram profícuos em transpor nas suas obras o modelo do barroco português – mais concretamente, a variante neo-joanina –, plasmado no Pavilhão dos Desportos em Lisboa (por ambos os irmãos em 1923) e mais tarde na ampliação do Museu Nacional de Arte Antiga (por Guilherme Rebelo de Andrade, inaugurado em 1940).

Inicialmente previsto pelo arquitecto com orientação para Nascente, paralela ao curso da Ribeira do Lajeado, acabou, afinal, por ficar o novo templo voltado sensivelmente a Sudoeste, em direcção à ponte que liga as Caldas ao Lajeado das termas, num anfiteatro rochoso, acima do núcleo edificado, podendo a sua fachada ser contemplada a partir do Largo do Palacinho. Guilherme Rebelo de Andrade beneficiou da localização sobranceira ao núcleo, precisamente para lhe conferir o aspecto de uma pequena ermida, tipicamente inserida na paisagem envolvente, tirando proveito dos elementos naturais. O curso de água ganha valor simbólico por se tratar da justificação histórica das Caldas de Monchique, e sua imagem de marca, ao passo que a inserção da capela na plataforma rochosa de sienito e a utilização deste material na escadaria que conduz ao alpendre, no corpo da sacristia e sala do despacho (a Nascente), nas colunas e cunhais acaba por fundir o edifício com a natureza, como se dela emergisse.

Nas palavras do próprio arquitecto, o não aproveitamento do sienito (pedra de feição granítica) e do anfiteatro natural seria uma ingratidão para com a Natureza, visto tratar-se de um cenário “de uma rusticidade encantadora e nobre, magnanimamente nos oferece ainda aquele material, por excelência, o mais rico e castiço para as construções de carácter tradicionalista”⁴³⁵. Guilherme Rebelo de Andrade atribuiu, desde logo, a designação estilística, e a devida carga ideológica, na sua obra, e que hoje é ainda utilizada para designar as arquitecturas fundamentadas na tradição construtiva nacional, de características depuradas.

Não era já o revivalismo historicista com base em outras matrizes culturais, reveladora de mentalidades viajadas e cosmopolitas do final do século XIX; tratava-se agora no apogeu da gramática estadonovista de recriar a arquitectura chã de volumetria

⁴³⁵ Andrade, Guilherme Rebelo de, *Projecto da Capelinha*, Memória Descritiva, Março de 1940, p.1, Arquivo STM.

contida e tendencialmente horizontal, mas também o chamado *Português Suave* dos beirais dos telhados, das paredes alvas de cal e da simplicidade das estruturas, comum à arquitectura residencial, ainda que aqui se trate de um templo religioso. Um templo tipicamente português, em consonância com o estilo de casa portuguesa do balneário provisório – construído praticamente em simultâneo com a capela – e a moradia particular edificada em 1940 no vale das Caldas de Monchique.

A simbiose entre património natural e património edificado estreita-se mais ainda pela presença de uma fonte que jorra directamente da parede Poente, numa solução criativa que, de certa forma, sacraliza a própria água que sai do interior da capela, retomando o epíteto romano das *Águas Sagradas* nas Caldas de Monchique.

O respeito pelas manifestações naturais serviu ainda para reforçar a ilusão de uma pretensa antiguidade setecentista, até nos telhados do imóvel: “na cobertura aplicar-se-á a telha de canudo, proveniente das demolições de uns casebres junto das termas, acautelando-se porém a conservação das ervas, musgo – «lichens» – que actualmente apresentam, para se obter desde já, o que será admirável, a pátina, interessantíssima que só o decorrer de longos anos empresta às construções”⁴³⁶. Reaproveitavam-se assim materiais de construção, e respectivas marcas do tempo, em prol do deliberado conceito cénico subjacente à retórica da arte.

Por a Comissão Administrativa das Caldas de Monchique não possuir orçamento próprio para a edificação do templo, foi realizada uma subscrição pública junto de entidades e individualidades com capacidade financeira, convidando-as a contribuir mecenaticamente para o novo edifício de culto. Não obstante as diligências em captar verbas também junto dos organismos do Estado, os trabalhos da capela, iniciados em 1941 foram suspensos logo no ano seguinte, “por dificuldades de ordem técnica e económica”⁴³⁷, tendo sido retomados dois anos mais tarde (graças à dotação das obras no valor de 62.400\$00, por via do Fundo do Desemprego), e, por fim, concluídos em 1945 (*Fig. 78*).

A Capela de Santa Teresa e S. João de Deus nas Caldas de Monchique apresenta-se como a única obra conhecida riscada pelo arquitecto Guilherme Rebelo de Andrade em contexto termal, tendo o autor prescindido dos seus honorários como contribuição para que, sobretudo, os doentes que buscavam a cura nas águas termais

⁴³⁶ *Id.*, *ibid.*, p.2.

⁴³⁷ Relatório da Gerência do Estabelecimento Termal das Caldas de Monchique – Ano de 1944, p.2, Arquivo STM.

tivessem acesso ao culto religioso. Não se tratando de arquitectura termal, *per se*, o conjunto de infraestruturas complementares aos tratamentos ganha, por esse motivo, a abrangência termal ligada aos cuidados de saúde.

O mesmo autor viria a oferecer posteriormente (em data que desconhecemos) os projectos para a Igreja da Parede (Carcavelos, Cascais), também com o intuito de garantir a frequência das celebrações eucarísticas aos enfermos tuberculosos do Sanatório Marítimo Dr. José de Almeida. Estes trabalhos do arquitecto decorriam à margem do que era a sua actividade quotidiana de imponentes obras públicas, numa atitude de responsabilidade social e abnegada fé católica, e que no caso da igreja em Carcavelos se traduziu na primeira igreja em Portugal pensada para indivíduos com mobilidade reduzida⁴³⁸, adaptada às condicionantes de um público particular de fiéis. Aqui, o número consideravelmente maior de pessoas resultou num templo de escala mais imponente e moderna, ainda que arreigado ao figurino medievalizante pelo recurso às absides e à verticalidade das catedrais, mas com os habituais beirais no telhado e a alvura dos panos murários da *casa portuguesa*.

Como se verifica, Guilherme Rebelo de Andrade defendia a existência de uma tradição arquitectónica nacional, “na inconfundível expressão que os monumentos religiosos, os edifícios públicos e os solares ostentam”, sempre num profundo diálogo com o território e os recursos naturais, considerando que “o meio ambiente que vincula fortemente o nosso País tem influenciado entre nós a produção artística”⁴³⁹, numa adaptação distintiva da população a estas características endógenas no decurso da História, num modo de viver e de habitar genuinamente português.

A Capela no Lajeado das Caldas de Monchique é assaz ilustrativa da teorização do autor, numa fusão cenográfica entre o sienito, a água e as paredes caiadas com telhados rubros com as colonizações biológicas das ervas, elemento natural que confere uma aura de antiguidade e dignidade histórica a um edifício pretensamente barroco. Ainda que a sua traça se afaste da arquitectura regional algarvia e o uso de uma pedra de cor granítica a façam assemelhar-se mais a uma orada da Beira Alta do que a uma capela meridional, é inegável a sua integração na moldura paisagística.

⁴³⁸ Cf. Recorte de jornal “Novo Templo vai ser Construído na Parede” (não identificado, sem data), existente no processo de membro da Ordem dos Arquitectos de Guilherme Rebelo de Andrade, Arquivo da Ordem dos Arquitectos – Região Sul.

⁴³⁹ Recorte de jornal “Não será Modelar a Parte Nova de Lisboa mas tem a Virtude de ser «Jovem» e Revela certo Encantamento – diz-nos o Arquitecto Guilherme Rebelo de Andrade” (não identificado, sem data), existente no processo de membro da Ordem dos Arquitectos de Guilherme Rebelo de Andrade, Arquivo da Ordem dos Arquitectos – Região Sul.

2.2.2- As Artes Integradas na Nova Capela de S. João de Deus e Santa Teresa de Jesus

A nova Capela das Caldas de Monchique havia sido projectada por Guilherme Rebelo de Andrade com o intuito de recriar uma ermida setecentista, já que o modelo remetia para o período considerado áureo pelos membros da Comissão Administrativa das Caldas de Monchique – os encomendantes da obra –, em que foi fundado o hospital termal de contornos assistenciais pela Diocese do Algarve.

O arquitecto incumbido do projecto era, no entanto, dotado de uma visão abrangente das arquitecturas, pelo seu “bom gosto e conhecimento de artes decorativas e sumptuárias”⁴⁴⁰, num claro reconhecimento do papel das expressões artísticas na valorização e teatralidade do espaço arquitectónico.

O Retábulo atribuído a José Abreu do Ó (c. 1790)

Ficara definido desde o início do projecto a intenção de encontrar-se um altar antigo, preferencialmente barroco, para ilustrar como autêntica *pièce de résistance*, original do tempo histórico em torno do qual orbitariam as restantes artes plásticas no interior do templo. Logo em 1940, o presidente da CACM – Alberto de Sousa – referia ter sido informado de que a Diocese de Lisboa havia cedido um altar para a capela a construir no Lajeado⁴⁴¹, contudo parecia ainda não estar definida a sua proveniência.

Só quatro anos mais tarde existem testemunhos de diligências para a dotação de um altar, pelo arquitecto Baltazar da Silva Castro (1891-1967)⁴⁴², que informa a CACM da existência de “dois altares de fraco gôsto a retirar com as obras da Igreja de Almoster⁴⁴³, [mas] nenhum reune as condições para se adaptar á nova Capela das Caldas de Monchique”⁴⁴⁴, mas que em breve seria designado um altar satisfatório. Alguns meses depois, o gerente do estabelecimento termal, Manuel de Sousa Costa assinava correspondência com a empresa de carpintaria Sousa Braga Filho, Lda.

⁴⁴⁰ Recorte de jornal “O Novo Edifício para Embaixada Portuguesa no Rio de Janeiro e o Modelo da Cidade Universitária de Coimbra” (não identificado, sem data), existente no processo de membro da Ordem dos Arquitectos de Guilherme Rebelo de Andrade, Arquivo da Ordem dos Arquitectos – Região Sul.

⁴⁴¹ Cf. Ofício do Presidente da CACM ao Arcebispo de Mitylene, 02/11/1940, Arquivo STM.

⁴⁴² Director da secção de Monumentos Nacionais na Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais a partir de 1936, e especializado em restauro de monumentos, particularmente de igrejas pré-românicas.

⁴⁴³ Igreja localizada na cidade de Santarém, alvo de profundas obras de restauro pela DGEMN, sobretudo ao longo das décadas de 1940 e 1950. Estão por identificar os dois altares a que se referiu o arquitecto Baltazar da Silva Castro.

⁴⁴⁴ Relatório do Arquitecto-Director dos Monumentos Nacionais, 29/05/1944, Arquivo STM.

referindo que a cedência de um altar proveniente do Mosteiro de Santa Maria de Belém⁴⁴⁵ (*Mosteiro dos Jerónimos*, em Lisboa) havia sido prorrogada para o dia 16 de Novembro, e que até lá era necessário perceber se convinha a sua adaptação ou restauro, ou a aquisição de um altar feito de novo. Fica, porém, por desvendar de que altar se tratava, qual a sua localização no Mosteiro, e por que motivo acabou por não transitar para a Capelinha das Caldas de Monchique.

Contudo, a preferência recaía sobre o aproveitamento de um altar original barroco, curiosamente num período em que a DGEMN foi responsável pelo despojamento do recheio barroco de vários imóveis religiosos pelo país, no intento de “devolver” a pureza primitiva desses templos, numa busca voraz pela sua matriz medieval. Autênticos documentos legitimadores da antiguidade lusitana, foram alvo de uma acção sustentada no “apanágio da reintegração estilística dos monumentos, na sua concepção primitiva, contribuindo para que os preceitos da *unidade de estilo* encontrem, com base neste suporte ideológico, um incentivo para se instalarem e desenvolverem”⁴⁴⁶.

A atitude valorizadora de uma obra de arte barroca, transformando-a em elemento central da estética cenográfica na Capelinha das Caldas de Monchique naquele contexto nacional, salda-se, pois, quase paradoxal com a prática oficial, conferindo substância ao papel de Guilherme Rebelo de Andrade enquanto arquitecto revivalista, mas como cenógrafo de arquitecturas, apropriando-se, neste caso concreto, de um objecto genuinamente barroco, como ponto de partida conceptual para iludir o observador relativamente ao restante cenário, pretensamente barroco.

O facto é que, já depois da inauguração da Capelinha delineada por Rebelo de Andrade, o director clínico José de Sousa Costa solicitou à DGMEN uma declaração para memória futura acerca da origem do altar que acabou por ser colocado no novo templo, dada a sua sensibilidade perante a História das Caldas de Monchique, tendo sido o responsável por terem sido guardados os azulejos da antiga capela demolida, entre outros objectos de interesse patrimonial, com o ensejo de ser futuramente criado

⁴⁴⁵ Em Março de 1945 a subcomissão responsável pela construção da Capelinha nas Caldas de Monchique delegava no Conselheiro Braga Carvalho plenos poderes em todos os actos relacionados com a cedência precária do altar que se encontrava disponível no Mosteiro dos Jerónimos (Cf. Ofício do Presidente da CACM ao Director-Geral da Fazenda Pública, 08/03/1945, Arquivo STM). Sabemos que o Conselheiro Jerónimo Braga de Carvalho (1879-?) foi utilizador das termas em Monchique durante muitos anos, desconhecendo porém o motivo por que esteve tão ligado à causa da construção da Capelinha. O seu filho João Botto de Carvalho (1900-1960), ligado à CUF, ofereceu a imagem do Sagrado Coração de Jesus que ainda hoje se encontra na Capela das Caldas de Monchique inaugurada em 1945.

⁴⁴⁶ Neto, 2001, p.432;

um museu na estância termal – desejo que se encontra ainda hoje por concretizar. Sousa Costa recebeu, pois, a informação desejada por aquele organismo do Estado: “o altar cedido para a Capela das Caldas de Monchique, é proveniente [sic.] do côro da Basílica da Estrela, sendo coevo da fundação e foi retirado pela necessidade de em seu lugar ser adaptado o órgão retirado duma das tribunas da Basílica”⁴⁴⁷, e cedido através da Direcção-Geral da Fazenda Pública. Dada a necessidade de retirar o altar da sua localização original na Basílica, nasceu assim a oportunidade da Capelinha de Monchique obter o retábulo tão procurado (*Fig. 81*).

Os trabalhos de restauro, adaptação e colocação do altar, bem como a feitura de um sacrário novo seguindo o estilo do mesmo, e a colocação de vidros espelhados foram realizados pela referida firma lisboeta, conforme as notas de liquidação no arquivo administrativo das termas. Já os “trabalhos de douradura” do altar e respectivo sacrário, entre outros, foram executados por Pedro Lemos Correia, também em Lisboa.

O altar da Capela das Caldas de Monchique encontra-se perfeitamente embutido num arco de volta perfeita em cantaria, na cabeceira do templo. A sua estrutura em três registos compõe-se de banco de altar (no qual repousa o sacrário), corpo e ático, talhados em madeira revestida de folha de ouro⁴⁴⁸.

O banco de altar em forma de urna, de herança barroca mas refreado nos contornos ondulantes, possui decoração de festões e laços, com almofada cujo centro ostenta um medalhão circular com o monograma *IHS*, com uma cruz que ascende da letra intermédia. Esta insígnia surge normalmente associada à Companhia de Jesus, mas é também muitas vezes representada como alusão ao nome de Jesus Cristo na língua grega.

Por sua vez, o corpo de planta plana encontra-se dividido horizontalmente em três registos, sendo que cada um dos laterais consiste num friso com duas molduras ovaladas, ladeado por pilastras lisas decoradas por pendões florais, a que se sobrepõem capitéis jónicos também com delicados pendões vegetalistas. O friso central é composto por uma superfície espelhada com emolduramentos, à frente da qual se localiza o sacrário que, por sua vez serve de base a um crucifixo. Os entablamentos dos três registos apresentam medalhão com o monograma *XP*, uma outra forma de evocar o nome de Cristo.

⁴⁴⁷ Declaração da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 11/01/1946, Arquivo STM.

⁴⁴⁸ As dimensões do retábulo são 4,68m x 2,75m.

O sacrário, executado de raiz na década de 1940, para fazer conjunto com o altar, em forma de estrutura arquitectónica exhibe na porta uma representação de um cálice com o Santíssimo Sacramento (numa clara invocação litúrgica da Consubstanciação), que se inscreve a mesma insígnia cristífera do banco do altar. Remates decorativos em forma de volutas angulosas invertidas decoram-no lateralmente, ao passo que as arestas biseladas são ornadas com o mesmo padrão de losangos do franjeado que dá início ao registo superior, sobrepujado por um cordeiro em cima de um livro. Tal representação em escultura de vulto encarna, de novo, uma referência bíblica a Cristo, retirada do Evangelho de S. João, em que João Baptista menciona Jesus como "Eis o Cordeiro de Deus, Aquele que tira o pecado do mundo" (João, 1:29).

Se os motivos decorativos do retábulo se manifestam como prenúncio do Neoclássico, já o Cristo crucificado que constitui o motivo principal do retábulo se manifesta com o corpo mirrado que se contorce em cenografia agonizante e redentora, num formulário claramente barroco, com fins catequéticos para os fiéis. Tal anacronismo pode explicar-se pela fase tardia, de miscigenação estética entre Barroco-rococó e Neoclássico, em finais de Setecentos⁴⁴⁹.

O modelo retabulístico das Caldas de Monchique sugere, no entanto, algumas analogias com alguns altares bracarenses, particularmente no retorno a formas maneiristas, visível “neste momento da evolução do esquema retabular, o desenho é de uma grande depuração e geometrização⁴⁵⁰”. O ensaio do figurino Neoclássico Internacional ronda a última década do século XVIII naquele centro de produção, e materializa-se no retábulo colateral das Almas da Igreja de Santiago da Cidade (1787), no altar-mor de Nossa Senhora da Lapa (1791), assim como em ambos os laterais da Igreja do Hospital de S. Marcos (1797)⁴⁵¹. Figura incontornável desta evolução da arquitectura nacional foi o entalhador Carlos Amarante, que trabalhou em Lisboa e transitou para o Porto no início de Oitocentos⁴⁵², para depois dar o risco ao Santuário do Bom Jesus do Monte, daí talvez as influências decorativas entre o retábulo hoje em Monchique, e algumas obras da Basílica da Estrela e de Braga.

⁴⁴⁹ Francisco Lameira situa a feitura deste altar no terceiro quartel do século XVIII (Lameira, 1997, p.158).

⁴⁵⁰ Lima, 2000, p.654.

⁴⁵¹ Cf. id., *ibid.*, pp.653-655.

⁴⁵² Cf. Rodrigues, 2004, p.391.

Apesar do altar da capela de S. João de Deus e de Santa Teresa de Jesus apresentar relativa profusão ornamental ainda barroquizante, as formas onduladas, perceptíveis nas formas mais simplificadas e rectilíneas da própria estrutura, mostram-se mais depuradas e caminham para a sobriedade neoclássica. O frontão de arco abatido no ático (sobre as três molduras superiores) comprova o seguimento da tendência das igrejas de Braga mencionadas, e ainda no exemplo da capital, patenteado pela fachada da Basílica da Estrela, inaugurada em 1889, com nichos encimados pela mesma solução, que albergam no segundo registo as esculturas laterais de Santo Elias e S. João da Cruz.

É referida a “transferência de um altar (coro) para a Capela das Caldas de Monchique⁴⁵³” em 1937, proveniente da Basílica da Estrela, na ficha de inventário do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) do monumento nacional lisboeta. Por seu turno, a informação é replicada também na ficha que diz respeito à capela monchiquense⁴⁵⁴, remetendo para o número do processo da Basílica da Estrela.

No inventário artístico do concelho de Monchique de Francisco Lameira⁴⁵⁵, o autor reflecte a mesma possibilidade de proveniência do retábulo pertencente à capela inaugurada em 1945, sem que em qualquer um dos casos o dado seja remetido para uma obra bibliográfica ou documental que explique a afirmação ou conjectura.

Perante a eventualidade, urge anotar a questão do paradeiro incógnito do retábulo durante os anos que medeiam a sua transferência em 1937 (quatro anos antes da nova capela começar a ser construída) e a inauguração do templo das Caldas de Monchique em 1945.

Seguindo a pista de que existia em 1885 um retábulo de madeira dourada no coro-alto da Basílica da Estrela, procedemos neste templo de Lisboa, em 2009, a uma investigação comparativa, ao nível estilístico, no sentido de alvitrar eventuais semelhanças na decoração do altar das Caldas de Monchique com a talha presente na Basílica da Estrela, de forma a confirmar peremptoriamente a sua origem.

O seguimento de uma metodologia de cotejo entre obras de arte estética ou documentalmente relacionadas revela-se muito importante pois, segundo Marc Bayard, “la comparaison est ainsi un processus de connaissance qui vise à augmenter les

⁴⁵³ Grilo, 2005.

⁴⁵⁴ Cf. Viegas, 2000.

⁴⁵⁵ Cf. Lameira, *op. cit.*, p.158.

capacités de compréhension d'un phénomène⁴⁵⁶”, pois torna o domínio de estudo mais abrangente na multiplicidade de relações e intercâmbios entre expressões artísticas.

Na realidade, o cômputo geral das obras de talha basilicais corresponde a um gosto ao estilo D. Maria I (de transição entre Rococó e Neoclássico), manifestações existem ao nível decorativo de elementos que parecem conjugar-se com o altar presente em Monchique.

Os arcazes da sacristia da Estrela, atribuídos por Sandra Costa Saldanha a José Abreu do Ó (1740-1828), e que tiveram a colaboração de carpinteiros⁴⁵⁷, apresentam os mesmos motivos florais que pendem a partir de laços nas pilastras, mas as semelhanças mais evidentes encontram-se, porém, na Tribuna das Freiras, que corresponde à do lado do Evangelho. Será de notar aqui o recurso à talha dourada (pontual no contexto da Basílica) no altar de uma das suas paredes, composto por vitrines, à semelhança do retábulo de Monchique (este último, actualmente revestido de vidro espelhado) (*Figs.82 e 83*).

Neste espaço elevado da Basílica encontra-se um retábulo atribuído ao mesmo autor dos arcazes, dourado com marmoreados fingidos e apontamentos ornamentais revestidos a folha de ouro, cuja escolha cromática e figurino se conjugam em harmonia com o altar do ante-coro baixo.

As maiores evidências decorativas que aquele altar da tribuna reservada à comunidade monástica partilha com o retábulo da capela de Monchique surgem ao nível dos capitéis, que exibem a mesma escala com ordem jónica rematada por festão, sobrepujando pilastras lisas com pendões fitomórficos, e que se repetem ao longo da ornamentação das paredes da mesma divisão basilical.

Se no advento do Barroco, as formas túrgidas da talha suscitavam o arrebatamento das almas dos crentes, a crescente linearidade das estruturas retabulares desta fase de transição reflecte proporcionalmente o incremento de uma fé de moldes mais contidos, “que assinalou uma nova relação entre o Homem e o Sagrado⁴⁵⁸”, e que se consubstancia na obra da Estrela.

O retábulo trazido da nova Capela das Caldas de Monchique traduz-se, pelo exposto, numa importante manifestação tardo-barroca em contexto nacional, atribuído a José Abreu do Ó – um dos entalhadores de maior vulto, colaborador numa das obras

⁴⁵⁶ Bayard, 2007, p.11.

⁴⁵⁷ Cf. Saldanha, 2004, pp.43-44.

⁴⁵⁸ *Id., ibid.*, p.661.

paradigmáticas da transição do Barroco para o Neoclássico: a Basílica da Estrela, e consiste na peça central de toda a encenação barroquizante composta pelo recheio artístico da Capelinha.

Os Azulejos Neo-Barrocos de Gilberto Renda (1945)

O arquitecto Guilherme Rebelo de Andrade concebera a Capela de S. João de Deus e de Santa Teresa de Jesus sob uma noção de *obra de arte total*, em que a arquitectura seria enriquecida com outras artes plásticas, conferindo-lhe uma leitura integrada de grande expressividade barroquizante. Se o exterior da capela se manifesta sóbrio e discreto, numa conjugação intuitiva com a envolvente natural, já o seu interior revela-se surpreendente em impacto visual, pela conjugação da talha dourada com o azulejo azul e branco, o vitral, entre outras manifestações artísticas.

Havia definido o mentor do projecto que os interiores da nave e da sacristia da Capela seriam forrados com silhares de azulejo, e tendo apreciado o revestimento da antiga capela (entretanto desmantelada), sugeriu mesmo que “poder-se-iam desenvolver painéis alusivos às curas e tratamentos operados nas termas inspirados nos preciosos documentos que constituem alguns azulejos antigos existentes nas dependências deste estabelecimento [termal]”⁴⁵⁹, num aproveitamento daquela interessante iconografia assistencial e hospitalar alusiva ao quotidiano histórico das Caldas de Monchique desde 1691. E concluía que tal trabalho deveria ser entregue a um artista de “indiscutível valor”, pelo que a exigência desse critério culminou na colaboração de Gilberto Renda⁴⁶⁰ (1884-1971) para produzir o revestimento cerâmico do templo.

Sobrinho do arquitecto Miguel Ventura Terra, Gilberto Renda foi discípulo de Veloso Salgado, pintor de temáticas históricas de que terá bebido influências na sua produção azulejar, intimamente ligada à Fábrica Sant’Anna⁴⁶¹, em Lisboa. Trabalhou ainda como cenógrafo – aspecto revelado na teatralidade estética das suas representações, mas foi efectivamente na pintura de azulejo que se celebrou, tendo pintado mais de uma centena de painéis em estações ferroviárias por todo o país,

⁴⁵⁹ Andrade, Guilherme Rebelo de, *Projecto da Capelinha*, Memória Descritiva, Março de 1940, p.3, Arquivo STM.

⁴⁶⁰ Cf. Ofício de Guilherme Rebelo de Andrade a Manuel de Sousa Costa, 04/10/1944: “a realização dos painéis de azulejo, da autoria do pintor Gilberto Renda (...)”, Arquivo STM.

⁴⁶¹ Contactámos esta fábrica no sentido de consultar eventuais esboços e documentação sobre o pintor de azulejo no seu arquivo. Infelizmente, todo o acervo foi destruído num incêndio em 1972.

figurando neles cenas de temário histórico e etnográfico, monumentos e paisagens⁴⁶², durante a década de 30. Renda havia-se cruzado já com os irmãos Rebelo de Andrade, nas decorações internas do Pavilhão dos Desportos em Lisboa, e ainda no Solar Frescata (Palmela), onde vestiu os panos murários na década de 1930 com painéis de iconografia histórica, segundo o figurino dos azulejos barrocos e em cartelas rococó⁴⁶³, numa antevisão da retórica artística do Estado Novo.

Provavelmente, terá sido o próprio Guilherme Rebelo de Andrade a sugerir o nome do pintor de azulejo natural de Seixas, por já terem colaborado, e confluírem no estilo neo-barroco que se pretendia cunhar no templo. Ignora-se, porém, qualquer outro trabalho deste artista em edifícios religiosos, pelo que a Capela das Caldas de Monchique salda-se inédita neste registo por parte de Gilberto Renda⁴⁶⁴, que aqui se dedicou aos temas hagiográficos, narrando episódios da vida mística dos dois padroeiros da estância termal algarvia.

Todos os panos murários da nave da actual Capela de S. João de Deus e de Santa Teresa de Jesus se acham revestidos de azulejos historiados pretensamente barrocos, sendo que os das paredes frontais e traseiras constituem quatro painéis alusivos a episódios da vida do santo, e as paredes laterais narram cenas que dizem respeito à hagiografia da Doutora da Igreja. Como sabemos, parte significativa da pintura barroca portuguesa é de temática sacra, com ênfase não só para as cenas da vida de Cristo e da Virgem, mas ainda para os episódios das vidas de santos e respectivas lendas⁴⁶⁵, de que este templo é exemplo ilustrativo.

Para uma leitura iconológica sequencial dos painéis referentes ao santo nascido em Montemor-o-Novo, importa iniciá-la na parede Norte do lado do Evangelho, lateral ao retábulo.

Andando carregado de livros pelas veredas da Andaluzia, João deparou-se com um menino de aparência miserável e perdido no caminho, que toma nos ombros, assumindo a dupla carga. Ao chegar a uma fonte, para saciar-se, reparou que a criança se havia transfigurado no próprio Menino Jesus, e que, segurando uma romã na mão, dirigiu-se a ele: “João de Deus, Granada será a tua cruz!”. Ora, em espanhol, *granada* significa romã, e é simultaneamente o nome da cidade para onde o santo se dirigiu após

⁴⁶² Cf. Calado; Almeida, 2001, p.318.

⁴⁶³ Cf. Serrão; Meco, 2007, p.374.

⁴⁶⁴ Ofício de Gilberto Renda a Manuel de Sousa Costa acerca do pagamento dos azulejos, 04/05/1945, Arquivo STM.

⁴⁶⁵ Cf. Aleixo, 2000, p.62.

esta visão, para tomar uma vida de altruísmo em prol dos necessitados⁴⁶⁶. O painel em questão retrata o momento da aparição, com o Menino exibindo uma romã crivada por uma cruz ao humilde João, veiculando de forma eficaz a mensagem sobre o rumo que ele deveria tomar resignadamente.

O segundo silhar será, então o do lado oposto do altar, em que figura o mesmo santo, que, regressando de um peditório com mantimentos para o seu hospital, numa noite de temporal, encontra um mendigo na rua que clama pelo seu auxílio. João acabou (como era da sua natureza generosa sanctífica) por transportar o indivíduo ao ombro, para levá-lo até ao hospital que tinha fundado recentemente ali, em Granada.

O seu corpo cedia ao peso do homem, e dos sacos que carregava, pelo que caiu de joelhos; nesse momento surgiu-lhe então um jovem de rara beleza que o ajudou a recolocar a carga aos ombros. João fez questão de saber o nome do mancebo, ao mesmo tempo que muitas pessoas observavam das janelas o desenrolar do diálogo. Foi então que o jovem se revelou como sendo o Arcanjo Rafael, enviado por Deus para assisti-lo na sua missão caritativa: “o Senhor confiou-me a guarda da tua pessoa e de todos os que servem os pobres em tua companhia⁴⁶⁷”. De novo, assistimos à iconografia do santo que recolhia os desprotegidos pelo seu caminho, independentemente da dificuldade que possa advir de tal amor ao próximo, acabando por ser recompensado.

No pano Sul do flanco da Epístola consta outro episódio que reforça essa ideia, de que um espírito imbuído do puro desejo abnegado de ajudar os que precisam, é merecedor da manifestação divina. Este terceiro painel azulejar remete para a cena em que, estando João ajoelhado perante um pobre, lavando-lhe os pés em chaga, reconheceu nele Jesus Cristo⁴⁶⁸ (*Figs. 84 e 85*).

Por fim, o painel do lado do Evangelho da parede Sul, narra o derradeiro episódio da vida de S. João de Deus. Estando João irremediavelmente finando, uma senhora nobre de Granada, D. Ana de Osório, convenceu-o a repousar na sua casa, com o objectivo de afastar o santo homem do bulício do Hospital, onde era incapaz de recusar ajuda aos enfermos, apesar do seu próprio estado débil.

As autoridades e as pessoas mais importantes da comunidade tiveram autorização para acompanhar o agonizante no quarto. Contudo, o santo pediu-lhes para o deixarem só, e, levantando-se do leito, ajoelhou-se perante o altar, com o crucifixo

⁴⁶⁶ Cf. S. José, 1949, pp.13-15.

⁴⁶⁷ Magnin, 1948, pp.86-87.

⁴⁶⁸ S. José (1949), p.26 (ilustração com legenda alusiva ao episódio).

erguido entre os dedos. Estando os restantes na sala contígua, ouviram-lhe as últimas palavras, determinadas, em que encomenda o seu espírito a Deus, e nesta posição expirou: “ali o encontram, hirto, petrificado em acção de graças, a cabeça erguida para a Luz, (...) fonte de todas as promessas e de todas as recompensas⁴⁶⁹”. Este último painel relata, precisamente, o momento em que os que velavam pelo exânime, se aperceberam do seu falecimento, e irromperam pelo quarto dentro (entre os quais D. Ana de Osório), deparando-se com o corpo inerte empunhando fervorosamente o crucifixo.

Contrapondo os painéis azulejares da capela com as gravuras presentes na quarta edição biografia de S. João de Deus da autoria de D. Frei António de Gouveia⁴⁷⁰ (em 1624), torna-se clara a continuidade iconográfica das representações da sua vida.

Aquela obra é acompanhada de trinta e sete estampas da autoria do buril de três autores distintos: Pedro de Villafranca (castelhano), Juan de Noort (holandês) e Herman Panneels (flamengo), em que cada episódio representado nas Caldas de Monchique é claramente reconhecível através dos atributos e posturas das figuras, como é o exemplo sugestivo do painel em que S. João de Deus viu a figura de Jesus Cristo num pobre, ao qual lavava os pés. A gravura correspondente (de Pedro de Villafranca) mostra Cristo sentado na mesma posição que nos azulejos da capela, segurando um cajado, enquanto João de Deus segurava o seu pé em chaga, no preciso momento em que O reconhece. O cenário de interior do hospital de Granada é sugerido de forma distinta, numa interpretação mais livre do pintor, porém a cena que importa veicular ao observador é perfeitamente reconhecível.

Outros autores existem que legaram formas de representar o santo, que o tornam reconhecível na História da Arte, sendo o mais célebre o pintor barroco Bartolomé Esteban Murillo (1617-1682), que representou a aparição do Arcanjo Rafael ao santo de Granada, antes de este ser canonizado em 1691⁴⁷¹. Trata-se de uma composição muito semelhante à gravura na obra de D. Frei António Gouveia; esta, por sua vez, é sugerida no painel de Monchique, ainda que a disposição das figuras seja o negativo na capela, com o anjo à mão direita do observador.

Tendo em conta que o Estabelecimento termal das Caldas de Monchique ganhou maior importância a partir da criação de um hospital vocacionado para doentes pobres (por acção dos bispos algarvios), o epíteto de *Hospitalidade de S. João de Deus* adequa-

⁴⁶⁹ Ameal, 1995, pp.123-124.

⁴⁷⁰ Gouveia, 1996.

⁴⁷¹ Cf. Tavares, 2004, p.86.

se completamente à conduta de renúncia em favor dos que precisam de auxílio, de que se revestiu a vida do santo, e que seria replicada no dito hospital. Figura da devoção popular, faz todo o sentido que fosse invocado como padroeiro de tal instituição caritativa.

Quanto aos painéis da padroeira da Capela, a vida de Santa Teresa de Jesus (ou de Ávila) teve lugar durante o século XVI, sendo conhecida como uma Doutora da Igreja e como escritora mística, inspirada por Deus. Foi nessa condição que relatou na sua autobiografia, e em outras obras literárias, as experiências metafísicas por que passou. Fundou a Ordem Reformada das Carmelitas Descalças, criando uma bifurcação no seio da própria Ordem do Carmelo, e nesta condição fundou diversos conventos⁴⁷² afectos à reforma que promoveu.

Na capela da Caldas de Monchique encontramos quatro painéis de azulejo que remetem para a biografia da abadessa carmelita, nas paredes laterais da nave, com três episódios no lado da Epístola, e o último na do Evangelho.

Não obstante tratar-se de uma figura hagiográfica de ampla difusão, explicada pela sua personalidade cativante, os escritos de cariz místico e a obra efectiva que deixou através da criação de uma nova Ordem Religiosa, a identificação das cenas representadas nos silhares da capela em apreço culminou, para nós, algo inconclusiva.

Precisamente pela biografia provida de diversos episódios em que contacta com personalidades históricas de grande relevo do seu tempo (como S. Pedro de Alcântara), as experiências ligadas ao misticismo religioso que relatou nos seus livros, entre outros elementos, a tarefa de reconhecimento de cenas específicas da sua vida dificulta-se. Ao facto acrescem os poucos indícios iconográficos dos painéis, que diminuem a certeza da sua identificação, ao contrário dos azulejos alusivos a S. João de Deus (cuja temática dos momentos apresentados é perfeitamente cognoscível, como vimos).

No primeiro painel do lado da Epístola (a contar da capela-mor), dois terços dos espaços pictórico mostram edifícios de pendor religioso, com frontões e torres, ao passo que no último terço, do lado direito do observador, surgem algumas figuras com trajas de nobreza, sensivelmente da primeira metade do século XVIII. Com efeito, o azulejo figurativo “funciona aqui como documento identificativo de uma época⁴⁷³”, na medida

⁴⁷² Cf. *id.*, *ibid.*, p.139.

⁴⁷³ Aleixo, 2000, p.100.

em que retrata elementos etnográficos que denunciam os usos e costumes do tempo a que reportam as suas composições.

À frente do grupo de indivíduos, parece destacar-se uma figura com vestes masculinas, mas de feições e gestos andróginos (comuns no tempo), que caminha para o lado esquerdo, com uma espada na bainha. A mesma figura olha para trás, e parece estar a apontar para uma criança que se encontrava no meio da multidão.

Já a parcela intermédia do mesmo silhar aparenta mostrar Santa Teresa em ambiente conventual, presumivelmente professando os votos a partir de um livro (cujos caracteres são imperceptíveis) ostentado por um monge com tonsura, que se faz acompanhar de duas monjas. A da direita encontra-se descalça com as sandálias na mão, numa clara alusão à Reforma das Carmelitas.

Outra possibilidade poderá ser a da visita que recebeu em 1566 do General das Carmelitas, João Batista Rubeo, que além de aprovar o convento, afiançou a criação de outros cenóbios femininos e masculinos⁴⁷⁴. Também não serão de desprezar as conjecturas sobre a representação de outras individualidades masculinas, como confessores e teólogos de relevo com quem privou, de que são exemplo Frei Vicente Barron (que a convence a não abandonar a oração) e Frei Pedro Ibañez (da Ordem dominicana).

Surge, no entanto, a inscrição vertical “Comfrade emeyo” no lado esquerdo da composição, que diz respeito a uma fase avançada da vida da Madre, em que almeja encontrar monges com perfil espiritual adequado à formação de uma Ordem masculina (*Fig.86*).

Santa Teresa aconselhou-se primeiro com Frei António de Herédia, homem de 58 anos com reputação na Ordem, figura bem constituída e de bons modos, mas que não a convenceu em pleno da sua vocação para tal empreendimento. Consultou então Frei João Yepes (mais tarde conhecido como S. João da Cruz), jovem e de compleição franzina, cujo fervor e empenho em cumprir o desígnio cativam as boas graças da já envelhecida abadessa. Considerados os candidatos (física e espiritualmente), Santa Teresa desabafa de forma espirituosa: “Já tenho para a reforma dos nossos Padres, frade e meio⁴⁷⁵”.

⁴⁷⁴ Cf. “Santa Teresa d’Ávila”, http://www.santacultura.com.br/padroeiros/index_teresa.php, consultado a 23/08/2009.

⁴⁷⁵ Cf. S. José, *op. cit.*.

Pelo exposto, a cena do painel em questão terá que ver com o processo da instituição da Ordem dos Carmelitas Descalços

O terceiro painel da Epístola mostra-nos Teresa de Ávila trajada de abadesa, juntamente com duas figuras masculinas de barba, que vestem hábitos semelhantes entre si, sendo que aos pés do indivíduo à esquerda, estão pousados uma mitra e um báculo, atributos bispais, e o do lado direito deixa vislumbrar um pé descalço. A santa empunha um documento com uma inscrição (cujo teor não nos foi possível descortinar), que mostra aos dois homens.

Os painéis azulejares existentes no locutório da Basílica da Estrela narram também a vida da santa carmelita descalça, e do conjunto será de salientar aquele que mostra Santa Teresa acompanhada de S. Pedro e de S. Paulo, os fundadores da Igreja de Roma. Ambas as figuras masculinas possuem neste caso os atributos que lhes conferem reconhecimento iconográfico: S. Pedro com a chave, e, por seu turno, S. Paulo com a espada.

Apesar das figuras dos painéis monchiquenses não ostentarem objectos identificativos, será de relevar o facto de o indivíduo do lado direito se encontrar na mesma posição (mas em negativo) que uma gravura do século XVII, que retrata a santa entre os dois fundadores, e que inspirou o painel da Basílica lisboeta. Este (S. Pedro), levanta um pouco a roupagem com a mão, deixando ver o pé descalço. O dilema iconográfico fica, no entanto, dificultado, se tivermos em conta o báculo e a mitra, que não correspondem aos sinais distintivos nem de S. Pedro, nem de S. Paulo.

Ainda assim, pela existência de representações recuadas e replicadas da Santa entre os dois fundadores da Igreja, os azulejos de Monchique podem, muito bem, narrar a relação iconográfica da fundadora das Carmelitas Descalças, entre os dois pilares da Igreja Católica.

Preferimos, todavia, ausentar-nos de adiantar a temática representada, de forma peremptória, pois existem na vida da santa de Ávila outros encontros com figuras masculinas eminentes ligadas à Igreja, como sejam S. Pedro de Alcântara, S. Francisco de Assis e Santo António (dando-lhe a Comunhão), ou na visita que realiza aos primeiros religiosos masculinos da sua reforma, Frei António de Jesus e Frei João da Cruz, em Duruelo.

Outro célebre momento da sua biografia foi o encontro com S. Pedro de Alcântara e S. Francisco de Borja, aos quais pediu aconselhamento sobre os seus planos

de reformar a Ordem do Carmelo⁴⁷⁶, fazendo-a regressar à austeridade original, e do qual existirão, muito provavelmente, representações artísticas.

A semelhança iconográfica entre painéis azulejares de diferentes templos, ainda que com maiores ou menores variações, é frequente, e advém do facto de que “a fonte inspiradora dessa figuração encontra-se numa vasta gama de colecções de estampas e gravuras, provenientes da Itália, Flandres e França (sobretudo na fase rococó), interpretadas e seleccionadas localmente⁴⁷⁷”. No que respeita à temática sagrada, os modelos era retirados de múltiplas fontes: antigas pinturas cuja iconografia era meticulosamente corrigida pela legislação sinodal portuguesa e pelos preceitos introduzidos pela Contra-Reforma desde meados do século XVI, de escritos místicos e das vidas dos santos, interpretados pelo encomendante ou pelo artista, ou ainda em livros de iconografia sagrada, de grande divulgação no período pós-tridentino⁴⁷⁸, factores que estão na base daquelas variações.

Por último, o painel da série de Santa Teresa no pequeno templo das Caldas de Monchique, que ocupa todo o pano entre ambas as portas da sacristia, contém uma composição dividida em duas cenas: uma, com a santa ajoelhada (no mesmo cenário arquitectónico de arcadas que o segundo painel da parede oposta), com a visão de Jesus Cristo Crucificado. E do lado direito do observador, uma cena de batalha, de que se destacam duas figuras masculinas com trajes de época, sendo que, do céu, surge um anjo na sua direcção, empunhando duas coroas.

De novo, também na Basílica da Estrela (desta feita, num pequeno vestíbulo anterior ao antigo locutório) se encontra paralelo com este painel, mais precisamente a cena da santa rezando perante o crucifixo, com as mãos ao peito, envolta em cercadura de concheado polícroma, típica da segunda fase rococó (ou Pombalina⁴⁷⁹).

A representação da batalha poderá estar relacionada, muito provavelmente com a campanha levada a cabo por Filipe II, que armou uma frota juntamente com o seu irmão, D. João de Áustria em 1571, no combate ao infiel turco, e da qual saíram vitoriosos. Esta possibilidade parece-nos certa, não só pela forma de representação do rei das coroas espanhola e portuguesa, assim como pelo facto de serem dois os indivíduos prestes a ser coroados vitoriosos (os irmãos espanhóis). Acresce a isto a

⁴⁷⁶ Cf. S. José, *op. cit.*, pp.65-66.

⁴⁷⁷ Pereira, José Fernandes, “Azulejo”, Pereira, José Fernandes (dir.); Pereira, Paulo (coord.), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Editorial Presença, 1ª ed., Lisboa, 1989, p.55.

⁴⁷⁸ Cf. Pereira; Gandra, “Iconografia”, *ibidem*, p.225.

⁴⁷⁹ Meco, 1993, p.108.

fisionomia dos inimigos, de feições orientalizantes, com turbantes na cabeça, empunhando uma espécie de cimitarra, e com o Crescente islâmico representado nos escudos com que se tentam defender e no seu acampamento. E, com efeito, Santa Teresa de Jesus foi contemporânea de Filipe II, do qual chegou a receber alguns favorecimentos para a instituição da Ordem que fundara. Existe no entanto uma contradição iconográfica no painel: tratou-se de uma batalha marítima ao largo da Grécia, e não de uma quezília terrestre, como retratou o artista. Talvez lhe tenha sido encomendada a representação de uma batalha entre a Cristandade e o Islão, e desconhecendo os encomendantes ou o artista (ou todos eles) os moldes em que foi travada, Gilberto Renda acabou por retratar daquela forma errónea o episódio histórico.

A dupla cena será, por este motivo, uma referência à devoção de Santa Teresa, que rezou fervorosamente pelo triunfo cristão (personificado pelo rei das coroas espanhola e portuguesa, e pelo seu irmão aliado), tendo recebido sinal divino de que a Cruz venceria na Batalha do Lepanto⁴⁸⁰. O painel mostra, acima de tudo, a influência que a própria Santa Teresa teve na vitória do Cristianismo, por intercessão das suas orações, legitimando a sua santidade.

Devido à ausência de documentação que explique a escolha da santa de Ávila para padroeira da capela de um estabelecimento de banhos terapêuticos para pobres no Algarve serrano, ou que indique a data em tal invocação foi adoptada, resta-nos conjecturar sobre a questão. Com base nos dados de que dispomos hoje, parece-nos provável que tal esteja relacionado com o bispo algarvio D. Inácio de Santa Teresa, que, no século XVIII terá emprestado o seu epíteto ao local onde terá realizado obras de melhoramento no edifício balnear. De acordo com o que já foi referido, terá sido em 1751 que os bens da capela deste estabelecimento foram instituídos, possivelmente sob autorização daquele bispo, ou em seu nome, no ano da sua morte. Outra explicação poderá residir no número considerável de enfermos espanhóis que se deslocavam às Caldas de Monchique, trazendo consigo a devoção por uma santa da sua predilecção nacional.

Não obstante a proposta de Guilherme Rebelo de Andrade em recuperar a iconografia dos tratamentos de saúde e da assistência aos pobres, representada nos azulejos da capela anterior, o facto é que Manuel de Sousa Costa emprestou ao pintor Gilberto Renda um livro sobre S. João de Deus, o que poderá indiciar o desejo

⁴⁸⁰ Cf. Serrão, 1985, p.252.

prevalecente dos encomendadores – a Comissão Administrativa das Caldas de Monchique – de ver, afinal, representadas nos azulejos da Capela as biografias hagiográficas dos padroeiros.

Ressalve-se que os azulejos que forram os paramentos da Sacristia e da Sala do Despacho, compondo enrolamentos vegetalistas emoldurados na parte superior por um friso imitando franjado e na parte inferior pela sobreposição de dois frisos de esponjado, de aspecto fruste e antigo, assim como o emolduramento em aletas do abluctório, coroados por uma cruz azulejar, são igualmente da autoria de Gilberto Renda.

O Vitral de Lino António (c.1946)

Ainda que no contexto da obra de arte total barroca gizada por Rebelo de Andrade para a Capela das termas algarvias o vitral se revele uma expressão artística anacrónica – por ter sido utilizado sobretudo nas catedrais góticas -, esta técnica foi utilizada no novo local de culto erguido na primeira metade da década de 1940.

No projecto inicial do arquitecto, previa-se um óculo rectangular na fachada principal da Capela, acima da cobertura da galilé. Contudo, a opção foi alterada, e o óculo tomou a forma de quadrifólio. Da mesma forma que o autor do edifício defendia a colaboração de um pintor de azulejos de qualidade indiscutível, também no que respeita ao vitral comportado pelo óculo, só deveria ser entregue “a artista de competência comprovada”. As palavras de Guilherme Rebelo de Andrade denotam que a escolha dos artistas-decoradores do templo teriam de ser aprovados pelo próprio arquitecto, mostrando através das suas obras estar à altura do imóvel religioso traçado por um dos arquitectos mais conceituados em Portugal àquele tempo – e que teria consciência da responsabilidade de tal estatuto –, de forma a não comprometer a qualidade artística do conjunto arquitectónico.

Foi então adjudicada a realização do vitral a Lino António (1898-1974), artista provavelmente escolhido pelo autor do projecto, pois havia colaborado anteriormente com os irmãos Rebelo de Andrade, no pavilhão português galardoado com o primeiro prémio na Exposição Ibero-Americana de Sevilha, em 1929. O pintor receberia por este trabalho uma medalha de honra. À semelhança do azulejador Gilberto Renda, também o vitral da Capela das Caldas de Monchique ficaria a cargo de um pintor com provas dadas em trabalhos decorativos em edifícios riscados pelos dois arquitectos, num

trabalho de equipa em que as artes decorativas se subordinam à arquitectura no discurso cenográfico integrado.

Lino António fora discípulo de Marques de Oliveira – dos primeiros bolseiros portugueses e um dos introdutores do Naturalismo em Portugal – na Escola de Belas-Artes do Porto, no entanto pendeu para a corrente modernista nas tertúlias, sobretudo enquanto estudante naquela cidade. Após obter visibilidade e reconhecimento pelas suas participações na Exposição de Sevilha e na Exposição Colonial de Paris (1931), o artista começou no fim da década de 30 a colaborar em obras públicas de maior duração, na condição de pintor-decorador, como forma de subsistência⁴⁸¹, alinhando desta forma com a *Política do Espírito* doutrinada por António Ferro.

E essa sincronização com os cânones vigentes vinha-se reflectindo na sua própria obra, pela passagem “de uma pintura de tipos urbanos, mundanamente observados e estilizados (...), para uma temática regionalista, de um folclorismo estilizado em cores lisas e traços sintéticos”⁴⁸². Expôs em 1930 no Salão dos Independentes, e até à década de 40 nos salões do SPN/SNI, tendo ingressado na Exposição do Mundo Português, e especializado a partir daí na pintura decorativa, em complemento das arquitecturas, nas áreas da pintura mural (átrio da Biblioteca Nacional, em 1966), desenhando tapeçarias, vitrais (Casa do Douro em 1945), azulejos e peças cerâmicas para diversas construções públicas e religiosas.

Começou a leccionar na Escola de Artes Decorativas António Arroio no início dos anos 40, de que se tornou posteriormente director, numa actividade sempre paralela às encomendas públicas que recebia. Foi colaborador do arquitecto Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957) nos projectos da Igreja de Nossa Senhora de Fátima (a sua primeira grande encomenda, em 1938), Cidade Universitária⁴⁸³ e Hotel Ritz, todos em Lisboa.

Naquela igreja ensaiou o discurso medievalizante, pintando figuras de anjos no arco triunfal, motivo que viria a ser recorrente nas suas obras de cariz religioso, incluindo a Capelinha das termas de Monchique.

Artista polivalente, interessado em aprender diferentes técnicas, adquiriu o vidro colorido com que realizou em 1945 no seu atelier os vitrais para a sede da Casa do

⁴⁸¹ Cf. Leandro, 1998, p.28.

⁴⁸² Soares; Ferreira, 2004, vol.II, pp.424-425.

⁴⁸³ Cf. Pascoal, 2012.

Douro, na Régua⁴⁸⁴, com o auxílio de José Alves Mendes⁴⁸⁵ e de António Alves Mendes, que, por seu turno, tinham trabalhado no atelier de Ricardo Leone, o vitralista responsável pelo restauro do tríptico de vitrais datado de 1514, pertencente à casa capitular no Mosteiro da Batalha⁴⁸⁶.

A factura de 1.500\$00 relativa ao vitral produzido por Lino António para a Capelinha do Lajeado⁴⁸⁷ foi emitida a 31 de Outubro de 1946, mais de um ano após a inauguração do templo, pelo que levantamos a dúvida se o trabalho já estaria colocado no respectivo lugar por ocasião do evento, tal como o ano exacto da sua produção. Em todo o caso, afigura-se provável que tenha sido executado no biénio 1945-1946, fase das primeiras experiências do pintor com esta técnica artística.

O quadrifólio vítreo possui uma composição simples, em que a pomba alusiva ao Espírito Santo se destaca de um ponto de luz branca – sob o formato de um cálice eucarístico (propositadamente, ou não) –, e a cada lado um anjo segura uma filacteria rubra (cuja cor se destaca da restante paleta de cores mais frias) com uma citação em latim retirada do Evangelho de Mateus: *SCRIPTVM EST DOMVS MEA DOMVS ORATIONIS VOCABITVR* (“Está escrito: a minha casa há-de chamar-se casa de oração”, Mat.21:13), revelando de forma inequívoca a função religiosa do edifício (*Fig.88*). São perceptíveis dois níveis: um superior, de céu estrelado, cujos astros brancos captam a luz de uma forma mais incisiva, e outro na direcção descendente dos raios de luz, que se dissipam numa espécie de neblina de formas arredondas, numa das quais parece constar a assinatura do artista ou a identificação da oficina (quase ilegível), no lado direito.

A relação entre as figuras dos anjos e a emanção de luz remete para as teorias de Pseudo-Dionísio Areopagita (século VI d.C.), acerca das hierarquias dos seres divinos e a revelação de Deus sob a forma de luz, reveladoras de um sincretismo entre as ideias neoplatónicas, o misticismo oriental e o próprio cristianismo, e que serviram, de facto, de base às manifestações artísticas medievais, nomeadamente às representações em vitral. A técnica aparenta simultaneamente a junção dos elementos

⁴⁸⁴ Cf. Leandro, 1998, p.120.

⁴⁸⁵ Ainda hoje existe a oficina de vitral artístico em Lisboa fundada por José Alves Mendes em 1945, tendo saído dela obras delineadas por Eduardo Nery, Frederico George, Almada Negreiros, Rolando Sá Nogueira, entre outros artistas, (Cf. <http://www.mendes-vitraisdarte.pt>, consultado a 18/09/2013).

⁴⁸⁶ Cf. <http://www.mosteirobatalha.pt/pt/index.php?s=white&pid=244>, consultado a 18/09/2013.

⁴⁸⁷ Cf. Factura do vitral realizado por Lino António, 31/10/1946, Arquivo STM.

vítreos com recurso ao chumbo, recuperando a prática medieval nestas experimentações técnicas a que Lino António era propenso, e que havia utilizado na Casa do Douro.⁴⁸⁸

Certo é que em 1946 Lino António voltou a colaborar com um dos Rebelo de Andrade, mais concretamente com Carlos, irmão do autor do risco da Capela monchiquense, na feitura dos oito vitrais para a Capela do Colégio das Escravas do Sagrado Coração de Jesus, à Lapa. Aqui, integrando uma equipa de artistas como o seu amigo Jorge Barradas e Leopoldo de Almeida, o artista natural de Leiria elabora representações da vida de Cristo. O vitral de Monchique enquadrar-se-á talvez como ensaio para esta composição mais vasta e complexa, porém como visíveis parecências técnicas, estéticas e iconográficas: uma paleta semelhante, em que a cor vermelha atribui santidade às figuras mais importantes (ao mesmo tempo que as destaca), a minúcia do desenho dos rostos, a representação da pomba do Espírito Santos e a utilização de filacteras com citações bíblicas são alguns aspectos semelhantes entre ambos os trabalhos (*Fig.89*).

Esta expressão artística viria a tornar-se recorrente e incontornável ao longo da carreira de Lino António, tendo-a exercitado posteriormente nos vitrais de diversas obras públicas, como o salão nobre da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, o Grande Pórtico da Aula Magna e do átrio da Reitoria da Universidade de Lisboa, o salão nobre da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, o Tribunal de Seia, o Palácio de Justiça de Ponte-de-Sôr, e tendo chegado a realizar uma proposta (não concretizada) para a Sala do Capítulo do Mosteiro dos Jerónimos.

Outras Artes Decorativas na Capelinha: entre Tradicionalismo e Modernismo

A leitura integrada da Capela de S. João de Deus e de Santa Teresa de Jesus nas Caldas de Monchique não se esgota, porém, nas técnicas artísticas que enriquecem a estrutura arquitectónica, como o altar, o azulejo e o vitral. Existem peças móveis com interesse que reforcem conteúdo, por um lado, da aura neo-barroca popularizada pelos Rebelo de Andrade, e outras reveladoras de uma estética mais arrojada, inegavelmente reflexo da outra face – a face modernista – do Estado Novo, acrescentando valor ao conjunto que recheia a Capela das termas.

⁴⁸⁸ Cf. Leandro, 1998, p.121.

Neste sentido, o contributo do então gerente do estabelecimento termal, Manuel Baptista de Sousa Costa, merece referência. Manuel e José de Sousa Costa, além de irmãos e naturais de Monchique, sempre se revelaram adestrados para as artes plásticas, nomeadamente para o desenho e pintura, apesar da ausência de formação técnica. Enquanto José se diplomou em medicina, com especialização posterior em hidrologia e se tornou director clínico das Caldas de Monchique, Manuel de Sousa Costa ficou encarregado da administração e gerência do estabelecimento termal, tendo ainda exercido o cargo de presidente do Município de Monchique na década de 1960, ainda que não possuísse qualquer formação académica superior. Ambos civicamente interventivos, os irmãos ficariam ligados à história da estância termal entre as décadas de 1930 e 1960, como membros da sua Comissão Administrativa.

No decurso da construção da nova Capela a erguer no Lajeado das Caldas, assistiu-se à troca de correspondência entre Manuel de Sousa Costa e o arquitecto Guilherme Rebelo de Andrade, em que aquele informava o autor do progresso das obras, ao mesmo tempo que discutiam – em tom relativamente informal e amigável – as directrizes a tomar acerca de certos elementos decorativos para o templo. Ao que parece, Rebelo de Andrade – com *atelier* em Lisboa – delegava directamente em Sousa Costa a supervisão da construção no local durante a sua ausência. Por sua vez, o colaborador monchiquense contactava os artistas e as oficinas, enquanto intermediário do arquitecto e representante da entidade encomendadora que integrava⁴⁸⁹.

Mas além destas incumbências, Rebelo de Andrade parecia confiar no talento do lápis de Manuel de Sousa Costa, ao ponto de autorizar a adopção das suas propostas para as ferragens das portas da Capela, a pia de água benta localizada à entrada do templo (*Fig.90*), os bancos de igreja, as cadeiras⁴⁹⁰, e ainda das lápides em sienito e a fonte que corre do interior da Capela para o seu exterior, a Poente⁴⁹¹.

Logo em 1941, Alberto de Sousa, na condição de presidente da CACM, informava o ministro Duarte Pacheco que a Capela e respectivo terreno seriam entregues ao Estado, logo que o pequeno templo fosse sagrado e aberto ao culto. Na

⁴⁸⁹ Cf. Ofício de Manuel de Sousa Costa a Gilberto Renda, 02/11/1944, Arquivo STM; Cf. Ofício de Manuel de Sousa Costa a Guilherme Rebelo de Andrade, 17/10/1944, Arquivo STM; Cf. Ofício de Manuel de Sousa Costa à firma Sousa Braga Filhos & C^a, 17/10/1944, Arquivo STM.

⁴⁹⁰ De acordo com o testemunho da Sr^a Ilda de Lourdes, o modelo das cadeiras terá sido inspirado numas cadeiras antigas que a sua mãe possuía, e que Manuel de Sousa Costa pediu autorização para desenhar;

⁴⁹¹ Os respectivos esboços encontram-se no Arquivo da Sociedade das Termas de Monchique. Existem outros desenhos que nos levam a crer ter sido também Manuel de Sousa Costa a debuxar o arco sienítico do altar da Capela.

mesma missiva, indicava ainda a existência de um “artista que nos pintará graciosamente algumas tábuas”⁴⁹², com vista ao embelezamento do edifício. Talvez se referisse ao pintor Carlos Lyster Franco, o mesmo que havia defendido no *Guia de Portugal*, na década de 20, a demolição dos edifícios pré-existentes e dos chalets que considerava de mau gosto na estância termal. Facto é que em 1945 o artista produziu um tríptico com episódios da vida mística da padroeira da Capela, com a Transverberação, uma aparição de Cristo à santa, e Cristo inspirando Santa Teresa a escrever os seus livros de doutrina (*Fig.91*). Supomos a possibilidade de ter havido a intenção de colocar-se também uma pintura dos mesmos moldes dedicada ao padroeiro, S. João de Deus, mas que não terá chegado a concretizar-se.

O pintor nascido na capital havia concluído o curso de Pintura Histórica na Escola Superior de Belas Artes, também em Lisboa, em 1900, um ano antes de se fixar em Faro. Tornou-se ao longo da sua longa carreira num dos artistas mais emblemáticos com actividade no Algarve do século XX, tendo em paralelo exercido cargos municipais e uma vida política activa, dirigido a Escola Industrial Pedro Nunes (em Faro) a partir de 1912, tendo sido agraciado com a Ordem de Santiago de Espada em 1932, em consagração da sua actividade multifacetada⁴⁹³. No ano em que o tríptico foi produzido, o pintor expôs no Círculo Cultural do Algarve, e no ano seguinte, em 1946, participou na Exposição Bibliográfica e de Artes Plásticas do Algarve, na Sociedade Nacional de Belas-Artes.

A pintura tripartida das Caldas de Monchique revela, assim, a obra já amadurecida de um artista conceituado⁴⁹⁴, sobretudo conhecido como pintor de atmosferas pelas suas paisagens a carvão, entre as quais se contam, inclusivamente, algumas representações de recantos pitorescos das Caldas de Monchique. Aquela obra em particular traduz, portanto, uma técnica menos utilizada por Lyster Franco, mas ainda assim em sintonia com a realidade vigente naquele período, com o recurso a manchas de cor, representações simplificadas e uma expressividade contida, além de tratar-se sobretudo de uma obra retratística, e não da mais representação paisagista que habitualmente caracteriza o autor. Ainda que o tema hagiográfico remeta para um outro tempo histórico – o século XVI, em que Santa Teresa de Ávila viveu –, e dada a

⁴⁹² Ofício do presidente da CACM ao ministro Duarte Pacheco, 01/02/1941, Arquivo STM.

⁴⁹³ O filho de Carlos Lyster Franco, Mário Lyster Franco, foi articulista e director do periódico *Correio do Sul*, onde foi muitas vezes invocado o “Problema das Caldas de Monchique”, décadas de 1950-1960;

⁴⁹⁴ Cf. Afonso, 2007.

formação que o pintor tinha neste tipo concreto de representações, o estilo indica claramente o esquematismo de laivos modernistas.

Também os próprios objectos eucarísticos apontam uma estética mais inovadora no recheio da Capela do Lajeado, tanto no caso do prato e respectivas galhetas para o vinho e a água⁴⁹⁵, aquele com a representação da Cruz da Ordem de Cristo, símbolo histórico e heroicizante da nação portuguesa comandada por Salazar, conotado sobretudo com as Descobertas Marítimas. Da mesma forma, a Sagrada Custódia – da qual nada mais sabemos além do observável – exhibe também um design surpreendentemente arrojado, quanto a nós, neste tipo de peças ligadas ao dogma da Consubstanciação, sob a forma da mesma Cruz, e demarcando-se claramente do espírito barroquizante do edifício e das artes complementares à arquitectura (*Fig. 92*).

No que concerne à escultura de vulto, serão de maior interesse artístico as imagens de S. João de Deus e Santa Teresa de Jesus, de Nossa Senhora da Conceição, e do Sagrado Coração de Jesus.

Sabe-se que as imagens de ambos os padroeiros foram adquiridas especificamente para a nova Capela, e alvo de um *restauro* (assim designado na factura da Oficina de Santeiro Manoel Anjos Machado, de Lisboa, no valor de 3.000\$00), desconhecendo-se qual a intervenção realizada. A imagem de S. João de Deus foi oferecida por João Botto de Carvalho, filho do benemérito da Capela, Jerónimo Braga de Carvalho⁴⁹⁶. Mais de um ano volvido da inauguração do templo, Botto de Carvalho lamentava o facto da escultura votiva não ter sido ainda sagrada, quer pelo bispo do Algarve, quer por alguma outra entidade eclesiástica: “receio muito que a verdadeira causa será não merecer a imagem que eu enviei para a Capela, pela sua pobreza ou erro de representação, que seja benta e fique patente ao culto”, sugerindo mesmo oferecer uma nova imagem “que possa ficar servindo ao fim a que pensámos destiná-la e não permaneça, apenas, mero objecto decorativo”⁴⁹⁷. Desconhece-se se o desejo do mecenas terá sido, afinal, cumprido, no sentido de validar um objecto artístico, tornando-o num símbolo de culto religioso.

Por outro lado, a imagem do Sagrado Coração de Jesus saiu da mesma oficina, a avaliar pela inscrição pungida na parte posterior da sua base, fazendo conjunto com a

⁴⁹⁵ A nota de envio do prato e das galhetas proveniente da Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande data de 11/09/1945, quatro dias antes da inauguração da Capela, Arquivo STM.

⁴⁹⁶ Cf. Ofício do presidente da CACM a João Botto de Carvalho, agradecendo a oferta da imagem de S. João de Deus, 06/12/1945, Arquivo STM.

⁴⁹⁷ Ofício de João Botto de Carvalho ao presidente da CACM, 23/09/1946, Arquivo STM.

escultura de Nossa Senhora da Conceição. São ambas de proveniência incógnita. A dita oficina lisboeta executava também imagens em madeira em “imitação do Antigo”, pelo que, à falta de evidências, registamos a dúvida quanto à época de fabrico.

Todas estas quatro imagens sublinham o aspecto barroquizado do recheio da Capelinha, integrando-se perfeitamente com o altar – a peça, por excelência, ilustrativa da autêntica arte tardo-setecentista, que ganha assim valor simbólico –, em torno do qual toda a encenação do azulejo neo-barroco de iconografia catequética executado por Gilberto Renda, que legitimam, enfim, o modelo arquitectural riscado por Guilherme Rebelo de Andrade.

O recheio da Capela aberta ao culto em 1945 encontra-se, desta forma, comprometido, por um lado com o cunho tradicionalista e barroquizante, ao mesmo tempo que se articula com objectos artísticos de figurino contemporâneo, e que denunciam a extemporaneidade do edifício que pretende cenografar uma ermida do século XVIII, em comunicação orgânica com o meio natural envolvente. Verifica-se assim, a mesma dicotomia da arquitectura termal das Caldas de Monchique ao longo do Estado Novo, dividida entre realizações tradicionalistas e projectos de vanguarda modernista. O conjunto de artistas de vulto que orbitavam intervenientes nas grandes obras públicas numa obra singela e periférica mostra uma qualidade inesperada na Capelinha das Caldas de Monchique, mas provavelmente explicada pela teia de obras anteriores que os liga, sendo cada um dos contributos artísticos perfeitamente enquadrável nos seus percursos individuais, agora revelados.

▪ **2.3- Realizações e Utopias no Pós-25 de Abril (1977-2001)**

Dois anos decorridos da Revolução de Abril foi criada a Enatur – Empresa Nacional de Turismo, E.P.⁴⁹⁸, sendo em 1977 “transferido para a ENATUR (...), e integrado no respectivo património, o conjunto dos valores Activos e Passivos que constitui o «E.T.C.M.» [Estabelecimento Termal das Caldas de Monchique], no qual se incluem os imóveis do Estado que se acham afectos à exploração do referido Estabelecimento”⁴⁹⁹.

⁴⁹⁸ Decreto-lei nº 662/76 de 4 de Agosto.

⁴⁹⁹ Despacho normativo nº162/77 do Ministério das Finanças, Indústria e Tecnologia no Diário da República nº187 – II Série, de 13 de Agosto de 1977.

Após a conclusão do Hospital Termal concebido por Formosinho Sanchez, em 1966, o novo edifício e o respectivo balneário terão ficado inutilizados por falta de recursos humanos e meios financeiros por parte da Comissão Administrativa das Caldas de Monchique, como sabemos já. O balneário construído em 1944 como solução provisória – dotado de equipamentos para banhos de imersão, duche escocês, irrigação vaginal, enteroclise e tratamentos respiratórios –, foi afinal utilizado durante décadas, e em 1978 o seu aproveitamento surgia ainda como a melhor opção para a manutenção de tratamentos termais nas Caldas de Monchique, “embora a título precário”⁵⁰⁰. O mesmo propósito com que havia sido levantado 34 anos antes.

No mesmo ano de 78, porém, foi contratado pela Enatur o arquitecto Carlos Manuel de Oliveira Ramos (1922-2012)⁵⁰¹ para elaborar o Plano Director das Caldas de Monchique, que colocou de parte o primeiro estudo realizado por Miguel Jacobetty Rosa, por se encontrar desactualizado, ao passou que adoptou o projecto posterior gizado por Frederico George, que, regra geral, se assemelhava à sua própria proposta. Sobre o conjunto edificado na estância termal, marcado por distintas estéticas, Carlos Manuel Ramos defendia que o “ecletismo das linguagens arquitectónicas, que acabam por conviver de modo aceitável, criando um ambiente próprio – de escala humana, de cromatismo, etc., que se pretende valorizar”. Todavia, “perfeitamente desintegrado é o volume do hospital construído há poucos anos, que constitui solução irreversível e bloqueia totalmente o estreito vale, pelo Sul”⁵⁰², considerando a volumetria e a localização do edifício de Formosinho Sanchez inadequadas.

O arquitecto havia colaborado anteriormente com o pai em diversos projectos, como a remodelação da Praça Marquês de Pombal em Lisboa, e no edifício dos CTT no Porto. A título individual havia desenhado o Estádio do Restelo (em 1952-1956), de “apurada concepção estrutural associada à exemplar inserção paisagística, formando um encaixe topográfico aberto ao Tejo”⁵⁰³, considerado um das suas obras maiores. Carlos Ramos vencera ainda o Prémio Valmor em 1958, pelo edifício do Laboratório Pasteur, também na capital, pelo que quando tomou o Plano Director das Caldas de Monchique, era já um arquitecto experiente, não só no risco de imóveis, mas com uma forte vocação

⁵⁰⁰ Cf. Ofício da ENATUR à Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, 15/07/1978, Arquivo DGEG-ME.

⁵⁰¹ Filho do arquitecto Carlos Chambers Ramos (1897-1969).

⁵⁰² *Caldas de Monchique: Plano Director. Memória Descritiva e Justificativa*, Carlos Manuel Ramos, Junho de 1979, p.4, Arquivo DGEG-ME.

⁵⁰³ <http://www.arquitectos.pt/?no=2020493616,154>, consultado a 19/09/2013.

para a arquitectura paisagística, pensando o lugar como um conjunto articulado entre o território, os seus recursos naturais e os edifícios ali implantados.

O autor, que assinou ainda diversos projectos de planeamento urbanístico e de unidades hoteleiras⁵⁰⁴, cumpriu com esta última especialização nas termas algarvias. O lugar não era entendido apenas enquanto paisagem termal, mas também na sua aptidão para o turismo, com a proposta de criação de um “complexo termal-turístico”⁵⁰⁵, com um total previsto de 2582 camas disponíveis. Entre outros aspectos, pretendia o arquitecto diversificar a oferta, à imagem dos programas de recuperação das estâncias termais europeias após a Segunda Guerra, e com reflexos socioeconómicos sentidos em indicadores como o emprego. Uma visão, portanto, bastante alargada, alicerçada em realidades internacionais e com preocupações socioeconómicas, face à estrita preocupação arquitectónica e paisagística do lugar.

Nesse sentido, são de sua autoria as propostas de requalificação da Hospedaria Velha, bem como para um novo hotel e um aparthotel a erguer nas cercanias das Caldas de Monchique – um na zona do Montinho, e outro na Alcaria do Banho –, ambos com volumetrias escalonadas, de forma a adaptarem-se ao acentuado declive das colinas, imiscuindo-se, de alguma forma, na paisagem. No Montinho⁵⁰⁶ (*Fig.93*), previa o arquitecto o hotel com 2000 camas e a construção de 65 moradias, ao passo que o empreendimento na Alcaria iria ser dotado de 510 camas.

Apesar da aprovação da Direcção-Geral do Turismo em 1980, o conjunto turístico proposto por Carlos Manuel Ramos acabou por nunca sair do papel, por motivo que fica por clarificar.

A tutela pública da Enatur sobre o complexo termal das Caldas de Monchique iria cessar em Fevereiro de 1994, com o processo de aquisição por parte da Fundação Oriente, sob a empresa Sociedade das Termas de Monchique, Ld.^a, “sociedade titular do trespasse de todas as unidades hoteleiras e termais que faziam parte do antigo E.T.C.M.”⁵⁰⁷. O conjunto edificado mantém-se ainda actualmente sob a direcção da mesma sociedade, volvidos praticamente 20 anos, com a imagem corporativa de Villa Termal das Caldas de Monchique – Spa Resort.

⁵⁰⁴ Cf. Pedreirinho, 1994, pp.202-203. Entre as unidades hoteleiras projectadas por Carlos Manuel Ramos, conta-se a Pousada D. Maria na torre e edifício contíguo do Palácio de Queluz.

⁵⁰⁵ *Caldas de Monchique: Plano Director. Memória Descritiva e Justificativa*, Carlos Manuel Ramos, Junho de 1979, p.1, Arquivo DGEG-ME.

⁵⁰⁶ No local onde foi erigido o Longevity - Wellness Resort, complexo inaugurado em 2010.

⁵⁰⁷ Ofício da Sociedade das Termas de Monchique, Ld.^a. ao Instituto Geológico e Mineiro, assinado por Carlos Beja, 11/0471994, Arquivo DGEG-ME.

O avultado investimento da Fundação Oriente na recuperação das infraestruturas adquiridas remontou ao início de 1997, tendo as obras sido bastante prejudicadas pelas inundações que ocorreram em Outubro daquele ano, que se fizeram sentir especialmente na unidade industrial de engarrafamento de águas e no balneário termal. Apesar da manutenção das fachadas dos edifícios, o seu interior foi remodelado e actualizado, de acordo com as exigências actuais face às unidades hoteleiras, por questões logísticas, de conforto e também de decoração contemporânea⁵⁰⁸.

Com o estatuto de utilidade pública, e nas palavras do Presidente do Conselho de Administração da Fundação Oriente, Dr. Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino, “o recurso público que é o aquífero da água mineral de Monchique nas suas diversas componentes está confiado a uma Fundação que, por natureza, é uma instituição com papel e vocação de certa forma complementar ao do Estado”⁵⁰⁹. Nessa medida, representando a entidade concessionária, acrescentou que “nunca poderemos ser acusados de crime de abandono, porque a larga obra de melhoramentos está feita”, em articulação com o executivo municipal então em funções, sob a presidência do Dr. Carlos Tuta.

Com a nova gestão, foram encomendados projectos de modernização dos edifícios pré-existentes nas Caldas de Monchique e também a nível paisagístico. Entre eles, refiram-se as propostas dos ateliers da Arquitraço (arquitectos Luís Rebelo de Andrade e Francisca Magalhães Ramalho) (*Figs.94 e 98*) e do arquitecto Vítor Lourenço (*Figs.95, 96 e 97*), entre os anos de 1996 e 2001, com projectos efectivados e outros reveladores das Utopias inspiradas pelo território e o seu património edificado.

Luís Rebelo de Andrade (n.1953), autor do projecto Pedras Salgadas Spa & Nature Park (em colaboração com Diogo Aguiar), venceu em 2012 o Prémio Building of the Year do site ArchDaily⁵¹⁰, com sete construções modulares integradas na paisagem natural do parque em contexto termal. Em 1996, com o gabinete Arquitraço lançou uma proposta de reabilitação da antiga Pensão Encarnação nas termas algarvias, que então se achava numa ruína de obras interrompidas. Contudo, esta proposta não chegou a implementar-se em obra.

⁵⁰⁸ Para informações detalhadas acerca da intervenção, Cf. Lucena, 2008.

⁵⁰⁹ Intervenção na inauguração da obra de requalificação e renovação urbana das Caldas de Monchique a 26/05/2001, realizada pelo Presidente do Conselho de Administração da Fundação Oriente, Dr. Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino, policopiado, p.5, Arquivo STM.

⁵¹⁰ <http://www.archdaily.com/307297/pedras-salgadas-eco-resort-luis-rebelo-de-andrade-diogo-aguiar/>, consultado a 22/09/2013.

Em 1999, o mesmo gabinete de arquitectura lançou o projecto de remodelação do Balneário e Hotel Termal⁵¹¹ (reconversão do antigo Hospital Termal), que conferiu em obra a sua estrutura interna actual e actualizou a estética do balneário: “as cores predominantes do balneário termal são o azul, o cinza e o branco. A associação da água ao azul e a criação de um ambiente calmo, equilibrado e transmissor de tranquilidade foram algumas das razões para a utilização das cores referidas”⁵¹². Parece-nos estar subjacente a esta escolha o conceito de Spa, na vertente hodierna de Bem-Estar dos tratamentos termais, já que as termas são agora também utilizadas exclusivamente para fins de relaxamento, de tratamentos estéticos, e mesmo na profilaxia de doenças, na evolução do termalismo tradicional, normalmente associado à cura de patologias já instaladas.

E como o Bem-Estar também se estende à paisagem termal exterior, o arquitecto de raízes monchiquenses Vítor Lourenço (n.1964) sugeriu o aproveitamento da zona baixa do vale (que então se encontrava sem qualquer função ou ornamento), na criação de piscinas para crianças e adultos e de espelhos de água fluindo a partir da localização das fontes termais, com plataformas em pedra para percursos pedonais e jactos de água, articulados com zonas ajardinadas, reforçando a omnipresença histórica da água no lugar. Todavia, o espaço designado para o projecto acabou por ser ocupado apenas por duas piscinas em dois níveis do terreno, uma infantil e outra para adultos.

O arquitecto, vencedor do Prémio Inovação 2005 na Tektónica⁵¹³, com a linha de mobiliário urbano UrbConcept (produzida pela Sienave – Sienitos do Algarve, Ld.^a), projectou ainda a recuperação da Casa de Madeira, cujo material de construção e a estrutura evocam, na sua opinião, “formas de estar descomprometidas e fazendo lembrar as estâncias turísticas de zonas montanhosas”⁵¹⁴. Vítor Lourenço propunha recuar a casa 2 metros no supedâneo, bem como a criação de um terraço para Nascente e de outro para Sul, mas “sem deixar de acrescentar as características de modernidade que façam denotar a actualidade da intervenção” da campanha de obras.

A casa pré-fabricada, trazida para as termas de Monchique na década de 1940 e colocada a Sul da Hospedaria Nova, na qualidade de gabinete técnico para os engenheiros de minas (aquando da captagem das águas termais), serviu posteriormente

⁵¹¹ Cf. Mangorrinha; Pinto, 2009, pp.304, 306.

⁵¹² Ramos, Adriano Barreto; Castro, Estela de Avelar: *Remodelação do Balneário Termal - Memória Descritiva*, Caldas de Monchique, policopiado, 2001, p.24.

⁵¹³ Feira Internacional de Construções e Obras Públicas (na Feira Internacional de Lisboa - FIL).

⁵¹⁴ Lourenço, Vítor, *Casa de Madeira – Caldas de Monchique*, Arquivo STM, p.1.

de consultório médico ao Dr. José de Sousa Costa, tendo depois sido transferida para a margem da Ribeira do Lajeado, onde hoje se encontra, voltada para a Capela, servindo de armazém da Villa Termal das Caldas de Monchique – Spa Resort.

No decorrer das obras de actualização das infraestruturas termais e hoteleiras nas Caldas de Monchique, a Arquitraço definiu o revestimento dos edifícios que compõem o centro histórico das Caldas algarvias, nomeadamente o Hotel Central, o Palacete e o Casino, este último cambiando da cor branca com barrão cinzento, para uma conjugação mais neutra de amarelo e branco.

Por outro lado, a empresa de arquitectura previa ainda a remodelação do interior do Casino, cirando duas salas polivalentes no piso térreo voltado para o Parque, com uma recepção à passagem da entrada principal e uma gelataria, ao passo que o piso inferior voltado a Sul seria dotado de uma sala infantil com *playground* exterior, esplanadas, bar e cervejaria. A concretização deste plano transformaria o edifício – que desde sempre teve uma vocação de sociabilidade e lazer – num pólo central de restauração, agregando diferentes tipos de serviço. Mas a proposta dos arquitectos ficaria em suspenso, à imagem das anteriormente referidas, revelando todas elas, no entanto, as diversas possibilidades de aproveitamento do espaço ao ar livre e dos imóveis ali existentes, na complementaridade à função termal das Caldas de Monchique.

Notas Finais

Pretendeu o nosso trabalho delinear a evolução da ocupação humana no vale das Caldas de Monchique, justificada desde tempos remotos pela utilização das suas águas termais, naquele que terá sido o primeiro destino de migração turística no Algarve, motivada por questões de saúde. E foi, precisamente, a mesma razão que conduziu D. João II às termas algarvias, depois de ordenar a beneficiação dos edifícios então já existentes, que no final do século XVII levou a que a diocese algarvia se responsabilizasse pelas infraestruturas, mas agora também com preocupações caritativas.

O edifício balnear crescia desordenadamente, ao sabor do altruísmo e das verbas disponibilizadas por cada prelado, ainda que a estrutura se tenha vindo a tornar gradualmente mais organizada e especializada no seu interior, integrando mesmo uma capela e uma singela buvette, revestidas por azulejos setecentistas, com uma interessante iconografia ligada à actividade quotidiana do imóvel e o papel da água nesse contexto hospitalar, ilustrando a sua mensagem assistencial, a par das representações catequéticas das vidas de santos.

O trabalho por nós realizado no seminário de Estudos da Arte Maneirista e Barroca (Professora Doutora Margarida Calado) contribuiu para o estudo mais aprofundado destes objectos cerâmicos, bem como dos motivos hagiográficos que revestem os panos da nova Capelinha inaugurada em 1945, inspirados na azulejaria barroca, estética e iconograficamente. O mesmo trabalho, vertido na presente dissertação, permitiu-nos ainda comprovar a localização original do retábulo de talha dessa Capelinha, cotejando-o com os altares do seu conjunto na Basílica da Estrela, e atribuindo-o assim a José Abreu do Ó, um dos mais importantes entalhadores do final do século XVIII a operar no nosso país.

Com efeito, a presente dissertação permitiu-nos identificar autorias, no caso das obras de arte móveis, do revestimento da Capelinha concebida por Guilherme Rebelo de Andrade, como sejam os azulejos de Gilberto Renda ou o vitral de Lino António, e integrá-los na narrativa individual de cada artista, mas também perceber a existência de outras arquitecturas em que o arquitecto já tinha contado com aquelas colaborações, denotando um leque coeso de decoradores associados entre si nos áureos tempos das obras públicas do Estado Novo, em expressões artísticas que funcionavam em complementaridade.

Da mesma forma, aprofundou-se o conhecimento acerca dos projectos arquitectónicos de Nicola Bigaglia para as Caldas de Monchique – ainda incipientemente conhecidos –, nomeadamente no que toca à diversidade de funções em que o professor italiano ensaiou Utopias e Realizações no final de Oitocentos para aquela paisagem concreta, em articulação com o saber científico do director clínico, adjudicatário e personalidade multifacetada, Dr. João Bentes Castel-Branco.

O período de transição para o século XX assumiu-se como um momento ímpar no desenvolvimento das termas de Monchique, com impulso por parte do titular da concessão, quer de indivíduos da alta sociedade algarvia que ali implantaram os seus chalets de veraneio, na recriação (consciente ou não) de uma *Sintra do Algarve*. O trabalho realizado no seminário de Estudo da Arte Contemporânea (Professora Doutora Clara Moura Soares) foi, pois, também aproveitado neste estudo para conferir esse contexto epocal.

O impulso reformador do Dr. Bentes viria, de certo modo, a ser emulado mais tarde, na década de 1930, pelo Dr. José de Sousa Costa, que tirou partido dos esboços do *Rodin alemão* (epíteto pelo qual o médico dizia ser conhecido o artista germânico), Bernhard Hoetger, organizando a espacialidade interna de acordo com as exigências terapêuticas ideais, mas que não teriam correspondência com a situação financeira da Comissão Administrativa das Caldas de Monchique.

E são nomes como o de Formosinho Sanchez que trazem uma nota de inovação e da crescente especialização na arquitectura em Portugal, por tratar-se de um técnico experiente no desenho de hospitais e um teórico no tema, mas ainda um revolucionário, por natureza, como comprovou com o icónico Bairro das Estacas ou o Tribunal de Rio Maior. A concretização do ansiado hospital termal tornar-se-ia, afinal, uma frustração, por o seu maior promotor ter falecido antes que ficasse concluído.

Depois do 25 de Abril de 1974, o Estado promoveu obras e encomendou projectos a Carlos Manuel Ramos para novas unidade hoteleiras que aumentariam drasticamente o número de camas disponível, mas que não passou de mera intenção, no desenvolvimento de um pólo turístico. Mais tarde, já sob a actual administração, outros projectos foram solicitados a gabinetes de arquitectos, como Vitor Lourenço e Luís Rebelo de Andrade, no intento da actualização de infraestruturas e de embelezamento paisagístico, também entre Utopias e Realizações.

A súpula destas individualidades e do contributo que deram na feição das Caldas de Monchique, quer na sua idealização, comprova, quanto a nós, a presença de vultos da arte nacional em diferentes épocas a laborar na beneficiação da estância termal, que lhe atribuíram obras de qualidade estética digna de figurar nos seus currículos e de valorizar as termas, pelo seu contributo para um certo *espírito do lugar*.

Mas igualmente os projectos guardados nas gavetas possuem valor artístico, a que acresce o carácter simbólico de concepções pensadas exclusivamente para aquele lugar, permitindo-nos vislumbrar um outro aspecto edificado das Caldas, caso as circunstâncias económicas, políticas ou de gosto pessoal dos encomendantes, tivessem permitido a sua construção. A paisagem termal é, assim, um lugar de relações complexas mas complementares entre as estruturas arquitectónicas e o terreno onde são implantadas, servindo as necessidades e anseios de gestores e frequentadores, de acordo com as tendências estéticas de cada época.

Além dos novos dados apurados, também muitas novas questões surgiram, muitas delas ainda sem resposta cabal, como os verdadeiros motivos que levaram ao abandono daqueles projectos, visto a documentação não os referir, restando-nos as conjecturas possíveis. A forma como se chegou à contratação de arquitectos e artistas galardoados, de renome nacional, nos diferentes períodos históricos, intervencionando num conjunto periférico, poderá justificar-se pela importância conferida por parte de concessionário (na transição para Novecentos) e Estado (a partir de 1921) às termas algarvias, sobretudo no seu potencial turístico intrínseco, pelos recursos naturais de que dispunha, aliados à favorável localização geográfica no Algarve, o epicentro turístico de Portugal. A classificação como *terra de turismo* na legislação de 1918 terá, certamente, garantido a partir de então um estatuto privilegiado à *Sintra do Algarve*, permitindo-lhe captar técnicos e artistas de qualidade, à altura de respeitar e valorizar a sua paisagem.

Contudo, essa é também uma das metas do trabalho científico: partir dos novos pressupostos conquistados para novas perguntas, numa perspectiva de conhecimento cumulativo, e que consideramos cumprida. Talvez no futuro possa este estudo contribuir, de algum modo, para renovadas descobertas e outras perguntas pertinentes, rumo à reconstituição mais fidedigna possível dos factos históricos.

Inegável é, pois, o potencial das Caldas de Monchique enquanto destino de Cultura, pela vasta história que o seu património arquitectónico e artístico encerra. Mas o património das termas não se esgota na arte, ainda que os vestígios móveis do período

romanos (estatuetas em bronze, tesselas do pavimento), assim como os azulejos barrocos da Capela extinta aguardam a sua devida musealização: no antigo balneário *provisório* de figurino tradicionalista existem ainda equipamentos com valor patrimonial tecnológico, guardando ainda os mecanismos, equipamentos e mobiliário relativos aos tratamentos hidroterápicos em meados do século XX, como sejam os aparelhos para tratamentos respiratórios ou o duche escocês.

O potencial turístico de matriz cultural nas Caldas de Monchique parece-nos, assim, evidente, não só pela riqueza histórica e artística que o lugar detém, mas ainda pelo crescente interesse dos turistas em enriquecer-se através de experiências no sentido de conhecer a identidade dos seus destinos de viagem, com retorno socioeconómico à escala local e regional. A presente dissertação poderá, nesse sentido, funcionar como publicação ou guião de visita, permitindo dar a conhecer, não só à comunidade académica, mas também ao público em geral, o devir histórico e os recursos artísticos da estância termal algarvia, no sentido de chamar a atenção para a sua existência e consciencializar para a importância da sua salvaguarda.

Bibliografia/ Documentação/ Webgrafia

■ Fontes Documentais Manuscritas/ Dactilografadas

BORGES, José Pinheiro, Parecer da Direcção das Obras Públicas do distrito de Faro dirigido ao Conselheiro Director Geral das Obras Públicas e Minas em 3 de Março de 1888, Arquivo DGEG-ME;

CASTEL-BRANCO, João Bentes, *Proposta de adjudicação do Estabelecimento Termal das Caldas de Monchique*, 1883, Arquivo da Direcção-Geral de Energia e Geologia – Ministério da Economia (D.G.E.G- M.E.);

CASTEL-BRANCO, João Bentes, *Documentos Inéditos (2º Volumen): Caldas de Monchique*, Arquivo Distrital de Faro;

CASTEL-BRANCO, João Bentes, *Bazes para a Construção d'uma Companhia Exploradora das Caldas de Monchique*, 17/08/1913, Arquivo STM;

CASTEL-BRANCO, João Bentes, *Projectos de Contratos Caldas de Monchique. Diferenciação e Organização dos Serviços – 1918*, Arquivo STM;

CASTEL-BRANCO, João Bentes, *Relatorio sobre o plano geral a seguir na execução do decreto de 17 de Março de 1906 relativo às Caldas de Monchique*, 02/04/1906, Arquivo DGEG-ME;

CORTES, Frederico Lázaro, *Livro A: Registo das Pessoas que tomão banho nas Caldas de Monchique*, Monchique, 1872-1874;

COSTA, Jerónimo Bivar Gomes da, Parecer dirigido ao Ministro e Secretário de Estado do Ministério do Reino, em 17/04/1885, Arquivo da Direcção-Geral de Energia e Geologia - Ministério da Economia;

Relatório de Manuel Roldan y Pego ao Engenheiro-Chefe da Circunscrição Mineira do Sul, 08/02/1898, Arquivo DGEG-ME;

Relatório do Inspector de Águas Minerais, Manuel Marques Mata, 12/11/1963, Arquivo STM;

Factura do vitral realizado por Lino António, 31/10/1946, Arquivo STM;

Inventário - 1933, Arquivo STM;

Nota de envio do prato e das galletas proveniente da Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande data de 11/09/1945, Arquivo STM;

Secretaria da Administração do Concelho de Monchique, *Auto de Posse* do concessionário João Bentes Castelo-Branco, Monchique, 26 de Janeiro de 1895, Arquivo DGEG-ME;

Inventário a que se procedeu nas Caldas de Monchique em 26 de Janeiro de 1895, Arquivo STM;

Inventário dos Bens Móveis do Estabelecimento de Banhos de Monchique, 1891, ADF, fls 8-10;

Parecer da Procuradoria Geral da Coroa e Fazenda, dirigido ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, em 12/02/1886, Arquivo da DGEG-ME;

Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas de 24 de Fevereiro de 1898, Arquivo D.G.E.G.-M-E.;

Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas, 24/02/1898, Arquivo DGEG-ME;

SILVA, Bernardino Moreira da, Ofício dirigido ao Presidente do Instituto Hidrológico, 25/6/1923;

SILVA, Bernardino Moreira da, Ofício dirigido ao Director-Geral de Minas e Serviços Geológicos, 27/9/1923;

Título N.º4 (cópia de Foros), Arquivo STM;

SOUSA, Alberto de, ofício dirigido à Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, 29/9/1939, Arquivo STM.

CASTEL-BRANCO, João Bentes, *Proposta de adjudicação do Estabelecimento Termal das Caldas de Monchique*, 1883, Arquivo da Direcção-Geral de Energia e Geologia – Ministério da Economia (D.G.E.G- M.E.);

CASTEL-BRANCO, João Bentes, *Bazes para a Construção d'uma Companhia Exploradora das Caldas de Monchique*, 17/08/1913, Arquivo STM;

CASTEL-BRANCO, João Bentes, *Uma Solução do Problema das Caldas de Monchique*, 1914?, Arquivo da Sociedade das Termas de Monchique;

CASTEL-BRANCO, *Memória sobre os Melhoramentos a efectuar nas Caldas de Monchique*, 30/09/1916, p.5;

CASTEL-BRANCO, João Bentes, *Projectos de Contratos Caldas de Monchique. Diferenciação e Organização dos Serviços – 1918*, Arquivo STM;

Ofício dactilografado, sem data nem remetente identificado (João Bentes Castel-Branco?), Arquivo STM;

MONJARDINO, Carlos Augusto Pulido Valente, Intervenção na inauguração da obra de requalificação e renovação urbana das Caldas de Monchique a 26/05/2001, realizada pelo Presidente do Conselho de Administração da Fundação Oriente, policopiado, Arquivo STM;

RAMOS, Adriano Barreto; CASTRO, Estela de Avelar: *Remodelação do Balneário Termal - Memória Descritiva*, Caldas de Monchique, policopiado, 2001;

Ofício do arquitecto Miguel Jacobetty Rosa ao Director-Geral dos Serviços de Urbanização, 19/05/1962, Arquivo STM;

Ofício do Presidente da Comissão Administrativa das Caldas de Monchique (CACM) ao Engenheiro-Director de Minas e Serviços Geológicos, 14/09/1937;

Ofício do Presidente da CACM ao Director-Geral da Fazenda Pública, 08/03/1945, Arquivo STM;

Ofício de Guilherme Rebelo de Andrade a Manuel de Sousa Costa, 04/10/1944, Arquivo STM;

Ofício de Gilberto Renda a Manuel de Sousa Costa acerca do pagamento dos azulejos, 04/05/1945, Arquivo STM;

Ofício de Manuel de Sousa Costa a Gilberto Renda, 02/11/1944, Arquivo STM;

Ofício de Manuel de Sousa Costa a Guilherme Rebelo de Andrade, 17/10/1944, Arquivo STM;

Ofício de Manuel de Sousa Costa à firma Sousa Braga Filhos & C^a, 17/10/1944, Arquivo STM;

Resposta aos Pontos de Acusação (Processo da Sindicância movida a João Bentes Castel-Branco em 9 de Fevereiro de 1920), Arquivo DGEG-ME;

Ofício do Presidente da CACM ao Arcebispo de Mitylene, 02/11/1940, Arquivo STM;

Ofício do presidente da CACM ao ministro Duarte Pacheco, 01/02/1941, Arquivo STM;

Ofício da Sociedade das Termas de Monchique, Ld.^a. ao Instituto Geológico e Mineiro, assinado por Carlos Beja, 11/04/1994, Arquivo DGEG-ME;

Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas, 24/02/1898, Arquivo DGEG-ME, Arquivo STM;

Relatório de Manuel Roldan y Pego ao Engenheiro-Chefe da Circunscrição Mineira do Sul, 08/02/1898, Arquivo DGEG-ME;

Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas, 26 de Fevereiro de 1903, Arquivo DGEG-ME;

Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas, 16 de Junho de 1903, Arquivo DGEG-ME;

Parecer do Conselho Superior de Minas, 19/11/1926, Arquivo DGEG-ME;

Gráfico indicativo do terreno que o Exmº Sr. Visconde de Miranda pretende adquirir para construção, Arquivo DGEG-ME

Caldas de Monchique: Plano Geral de Melhoramentos (1929), 2ª Parte, Arquivo DGEG-ME;

Caldas de Monchique: Plano Director. Memória Descritiva e Justificativa, Carlos Manuel Ramos, Junho de 1979, Arquivo DGEG-ME;

LOURENÇO, Vítor, *Casa de Madeira – Caldas de Monchique*, Arquivo STM

Estatística das Águas Minerais (relatórios dos anos de 1932, 1933 e 1934), Arquivo STM;

Convite de Alberto de Sousa ao Ministro Duarte Pacheco, Agosto de 1938, Arquivo STM;

Ofício do presidente da CACM a João Botto de Carvalho, 06/12/1945, Arquivo STM;

Ofício de João Botto de Carvalho ao presidente da CACM, 23/09/1946, Arquivo STM;

Ofício do presidente da Comissão Administrativa das Caldas de Monchique [Dr. Bernardino Moreira?] dirigido ao Director-Geral de Minas e Serviços Geológicos a 27/09/1923, Arquivo STM;

Ofício do Presidente da CACM ao Ministro Duarte Pacheco, 23/12/1942, Arquivo STM;

Ofício do Presidente da CACM ao Ministro Duarte Pacheco, 27/03/1943, Arquivo STM;

Ofício do presidente da CACM ao Director-Geral da Fazenda Pública, 27/08/1956, Arquivo STM;

Ofício do Presidente da CACM ao Ministro Duarte Pacheco, 05/06/1940, Arquivo STM;

Intervenção do deputado Sousa Rosal na da Assembleia Nacional, 11/12/1963;

Intervenção do deputado Sousa Rosal na Assembleia Nacional, 08/01/1969;

Relatório do Director Clínico, Dr. Clarinha, 31/12/1965, Arquivo STM;

Relatório do Arquitecto-Director dos Monumentos Nacionais, 29/05/1944, Arquivo STM;

Declaração da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 11/01/1946, Arquivo STM;

■ **Fontes Documentais Impressas**

BEIRES, José de, *Regulamento do Estabelecimento Thermal das Caldas de Monchique*, Imprensa Literária, Coimbra, 1873;

BEIRES, José de, *Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Faro na Sessão Ordinária de 1873*, Imprensa Académica, Coimbra, 1873;

BEIRES, José de, *Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Faro na Sessão Ordinária de 1875*, Imprensa Académica, Coimbra, 1875;

BEIRES, José de, *Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Faro na Sessão Ordinária de 1876*, Imprensa Académica, Coimbra, 1876;

CARDOSO, Jorge, *Agiologio Lusitano de Sanctos, e Varoens illustres em virtude do Reino de Portugal & suas conquistas: consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. António, insigns patronos desta inclyta cidade Lisboa e a seu illustre Cabido Sede Vacante*, tomo II, Oficina Craesbeekiana, Lisboa, 1657;

CASTEL-BRANCO, João Bentes, *Estabelecimento Thermal das Caldas de Monchique: Relatório sobre o Estado e Necessidades do Estabelecimento, sua História, Uso das Águas e Analyse Estatística relativo a 1884*, Tipografia Elzeviriana, Porto, 1885;

CASTEL-BRANCO, João Bentes, *Bazes para a Construcção d'uma Companhia Exploradora das Caldas de Monchique*, Caldas de Monchique, 1913;

CASTEL-BRANCO, João Bentes, *O Tratamento Natural pela Higiene e Therapeutica Biologica: por Meios Seguros, Inocentes e Economicos para Conservar a Saúde, alongar a Vida e Curar os Doentes*, Escola Tipográfica das Oficinas de S. José, Lisboa, 1929

Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, *Quinze Anos de Obras Públicas: 1932-1947*, 2 vols., Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, Lisboa, 1948;

CORTES, Frederico Lázaro, *“Relatório das Caldas de Monchique – 1874”*, Monchique, 1874;

Decreto de 30 de Setembro de 1892, regulando as nascentes de águas minero-medicinais e a exploração dos estabelecimentos anexos;

FÉLIX, Francisco da Costa, *Aguas Minero-Medicinaes em Geral e de Portugal em Particular*, Imprensa J.G. de Sousa Neves, Lisboa, 1877;

PINTO, Júlio Lourenço, *Regulamento do Estabelecimento Thermal de Monchique*, Typographia E. Seraphim, Faro, 1892;

CASTRO, José Luciano– Portaria do Ministério do Reino, de 05/09/1887, Arquivo da Direcção-Geral de Energia e Geologia – Ministério da Economia;

RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Introdução de Joaquim Veríssimo Serrão, edição fac-cimilada da edição de 1798, 1ª edição: 1545, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1973;

SANTA MARIA, Agostinho de, *Santuário Mariano e Historia das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora, e das Milagrosamente Aparecidas, em Graça dos Pregadores e dos Devotos da mesma Senhora*, 1ª ed., vol.VI, tit.2, l.2, Officina de Antonio Pedrozo Galrao, Lisboa, s.d.;

2008;

ANDRADE, Rebelo de Andrade *Projecto da Capelinha*, Memória Descritiva, Março de 1940, Arquivo STM;

Ofício da ENATUR à Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, 15/07/1978, Arquivo DGEG-ME;

Ofício de Guilherme Rebelo de Andrade à CACM, 06/04/1940, Arquivo STM;

Relatório do director-geral de Minas e Serviços Geológicos (04/10/1946), Arquivo DGEG-ME;

Relatório da Gerência do Estabelecimento Termal das Caldas de Monchique – Ano de 1944, p.2, Arquivo STM;

Ofício do presidente da CACM ao arquitecto Miguel Jacobetty, 09/02/1956, Arquivo STM;

Ofício do guarda-livros do Estabelecimento Termal das Caldas de Monchique, José Leandro Martins Correia (década de 1950?);

- Diário do Governo, nº261, de 16 de Novembro de 1894;

- Diário do Governo, nº62, de 20 de Março de 1906;

- Diário do Governo nº44 – II Série, de 24 de Fevereiro de 1921;

Diário do Governo nº69 – II Série de 15 de Março de 1924

- Diário do Governo nº92 – I Série, de 21 de Abril de 1937, Decreto nº27659;

- Diário do Governo nº114 – II Série, de 18 de Maio de 1937;

- Diário do Governo nº97 – I Série, de 28 de Abril de 1942;

- Diário do Governo nº145 – II Série, de 21 de Junho de 1963;

- Decreto nº20.816, de 20 de Janeiro de 1932;

- Decreto-lei nº24802, de 21 de Dezembro de 1934;

- Decreto-lei nº 662/76 de 4 de Agosto;
- Despacho normativo nº162/77 do Ministério das Finanças, Indústria e Tecnologia no -
- Diário da República nº187 – II Série, de 13 de Agosto de 1977;
- Decreto-lei nº4819, de 19 de Setembro de 1918 (Terras de Turismo);
- Nota de Alterações ao Diário do Governo nº40 – II Série, de 16 de Fevereiro de 1967;
- *Carta Internacional do Turismo Cultural*, ICOMOS, México, 1999;
- *Declaração de Quebec sobre a Preservação do "Spiritu Loci"*, ICOMOS, Quebec

▪ **Bibliografia**

- AA.VV., *Álbum das Termas na Coleção do Centro Português de Fotografia*, Assírio & Alvim, Lisboa, 2003;
- ACCIAIUOLI, Luís, *Esboço Histórico das Águas Minerais de Portugal*, Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1940;
- ACCIAIUOLI, Luís, *Águas de Portugal: Relatório referente à Exploração das Nascentes de Águas Minerais e de Mesa durante o Ano de 1939*, Ministério da Economia - Subs-Secretariado de Estado do Comércio e Indústria - Direcção-geral de Minas e Serviços Geológicos, Lisboa, 1941;
- ACCIAIUOLI, Luís, *Águas de Portugal em 1940*, Ministério da Economia – Direcção-geral de Minas e Serviços Geológicos, Lisboa, 1942;
- ACCIAIUOLI, Luís, *Águas de Portugal Minerais e de Mesa: História e Bibliografia*, vol.II (6 vols.), Ministério da Economia – Direcção-geral de Minas e Serviços Geológicos, Lisboa, 1944;
- AFONSO, Ana Rita Carvalho, *A Obra Gráfica de Carlos Augusto Lyster Franco*, vol.I (2 vols), Mestrado em Desenho, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007;
- ALEIXO, Ana Teresa, *O Azulejo enquanto Pólo Dinamizador do Espaço Arquitectónico Religioso: A Capela da Fortaleza de S. Filipe em Setúbal e as "Falsas Arquitecturas"*, 2 vols., Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos, Universidade Técnica de Lisboa- Faculdade de Arquitectura, Lisboa, 2000;

- ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel (coord.), *História da Arte em Portugal – A Arquitectura Moderna*, vol.14, Publicações Alfa, Lisboa, 1986;
- ALVES, Alice Nogueira, *Ramalho Ortigão e o Culto dos Monumentos Nacionais no Século XIX*, Dissertação de Doutoramento em História na Especialidade de Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras da Universidade Lisboa, 2009;
- AMEAL, João, *Vida de S. João de Deus*, Grifo, Lisboa, 1995;
- ANACLETO, Maria Regina, *Arquitectura Neomedieval Portuguesa: 1780-1924*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1992;
- ARCHER, Paulo, *Sobre a Visão Patrimonial de Herculano em Monumentos Pátrios*, Terra de Linho, Tomar, 2003;
- ARGAN, Giulio Carlo (dir.), *El Revival en las Artes Plásticas, la Arquitectura, el Cine y el Teatro*, Colección Comunicación Visual, Editorial Gustavo GILI, S.A., Barcelona, 1977;
- AZEVEDO, Clara; VASCONCELOS, Lúcia, *Termas Portuguesas*, Edições Inapa, Lisboa, 1995;
- BAIÃO, António, “Fontes para a História do Algarve”, *Congresso Regional Algarvio promovido pela Sociedade Propaganda de Portugal*, Typ. da «Gazeta dos Caminhos de Ferro», Lisboa, 1915;
- BAIRRADA, Eduardo Martins (texto), *Prémios Valmor de Arquitectura*, Crédito Predial Português, Lisboa, 1983;
- BASTOS, Cristiana, “Banhos de princesas e de lázaros: termalismo e estratificação social”, *Anuário Antropológico*, s.l., 2010-II, pp.107-126;
- BASTOS, Cristiana, “From Sulphur to perfume: spa and SPA at Monchique, Algarve”, *Anthropology & Medicine*, 2011, 18:1, 37-53;
- BAYARD, Marc (dir.), *L’Histoire de L’Art et le Comparatisme: Les Horizons du Détour*, Somogy- Éditions D’Art, 2007;
- BONNET, Charles, *Algarve (Portugal): Description Géographique et Géologique de cette Province*, Academia Real das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1850;
- BONNET, Charles, *Memória sobre o Reino do Algarve: Descrição Geográfica e Geológica*, Introdução: José Carlos Vilhena Mesquita; trad., actual. E notas: Maria Armada Ramalho Viegas, Secretaria de Estado da Cultura – Delegação Regional do Sul, Faro, 1990;

- BRIZ, Maria da Graça, *A Arquitectura de Veraneio: os Estoris- 1880-1930*, dissertação de Mestrado em História da Arte, Universidade Nova de Lisboa- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, vol.I, Lisboa, 1989,
- BUTOR, Michel, *O Espírito do Lugar*, Editora Arcádia, Lisboa, 1963;
- BENEVOLO, Leonardo, *Introduzione all'Architettura*, Universale Laterza, Bari, 1966;
- BRITO, Sérgio Palma, *Notas sobre a Evolução do Viajar e a Formação do Turismo*, 2 vols., Medialivros, Lisboa, 2003, 1º vol.;
- CABREIRA, Tomás, *O Algarve Económico*, Imprensa Libanio da Silva, Lisboa, 1918;
- CALADO, Rafael Salinas; ALMEIDA, Pedro Vieira de, *Aspectos Azulejares na Arquitectura Ferroviária Portuguesa*, Caminhos de Ferro Portugueses, E.P., s.l., 2001;
- CARNEIRO, Isabel; CAMPOS, Nuno, *O Concelho de Monchique e as suas Armas Municipais – Da Perspectiva Histórico-Sociológica à Perspectiva Heráldica*, Junta de Freguesia de Monchique e Comissão Instaladora do Museu de Monchique, Monchique, 2003;
- CARRIÇO, António da Silva, *Memória das Coisas*, Associação “O Monchiqueiro” – Grupo de Dinamização Cultural, 2ª ed., Loulé, 2008;
- CARVALHO, António; HENRIQUES, João Miguel (coord.), *O Estoril e as Origens do Turismo em Portugal*, catálogo da exposição, Câmara Municipal de Cascais, s.l., 2011;
- CARVALHO, António Herculano de, “Composição Química dum Tubo de Chumbo da Época Romana (Caldas de Monchique)”, separata de *Revista Portuguesa de Química*, Faculdade de Ciências de Lisboa, Lisboa, 1964;
- CARVALHO, Augusto da Silva, “Subsídios para a História das Caldas de Monchique”, separata do *Jornal das Ciências Médicas de Lisboa*, Lisboa, 1930;
- CARVALHO, Augusto da Silva, “Contribuições para a História da Hidrologia Portuguesa: Caldas de Monchique”, separata de *Lisboa Médica*, nº11, Lisboa, 1934;
- CARVALHO, Augusto da Silva, *Memórias das Caldas de Monchique*, Comissão Administrativa das Caldas de Monchique, Lisboa, 1939;
- CARVALHO, Herculano de, *Estudos Analíticos das Águas Termais das Caldas de Monchique*, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, Lisboa, 1955;
- CARVALHO, Herculano de, “Composição Química dum tubo de chumbo da época romana (Caldas de Monchique), separata da *Revista Portuguesa de Química*, vol.IV Faculdade de Ciências de Lisboa, Lisboa, 1964;

CASTEL-BRANCO, João Bentes, *Os Tratamentos Naturaes. Relatório de Viagem: Estudo sobre os Methodos de Priessnitz, Kuhn, Jaeger, Brehmer e Kneipp*, Antiga Casa Bertrand, Lisboa, 1897;

CASTEL-BRANCO, João Bentes, *Estação Climatérica e Sanitária das Caldas de Monchique: Estudo da Situação Geographica, Historia, Clima, Aguas Thermaes e Potaveis, Systema e Aplicações Therapeuticas, Indicações e Contra-Indicações nas Diferentes Enfermidades, Condições do Tratamento*, Imprensa de Libânio da Silva, Lisboa, 1906;

CASTEL-BRANCO, João Bentes, *Memória Financeira sobre a Exploração das Caldas de Monchique*, Tipografia a Vapor do Bem Público, Lisboa, 1910;

CLARINHA, Manuel Rodrigues, “Dr. José de Sousa Costa”, separata da revista *O Médico*, nº827, 1967, pp.1-4;

CASTEL-BRANCO, João Bentes, *Tratamento Natural (Physiopathia)*, Colecção do Povo VII, Livraria Editora, Lisboa, s.d.;

CASTEL-BRANCO, João Bentes, *O Tratamento Natural pela Higiene e Therapeutica Biologica: por Meios Seguros, Inocentes e Economicos para conservar a Saúde, alongar a Vida e Curar os Doentes*, Escola Tipografica das Oficinas de S. José, Lisboa, 1929;

Comissão Regional de Turismo de Leiria, Lino António: *Exposição de Pintura*, catálogo, Comissão Regional de Turismo de Leiria, Leiria, 1970;

COSTA, Francisco, *História da Quinta e Palácio de Monserrate*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1985;

COSTA, José de Sousa, *Alguns elementos para a elaboração do programa de edificação do novo balneário da Estância Termal das Caldas de Monchique*, Comissão Administrativa das Caldas de Monchique, Lisboa, 1944;

COSTA, José de Sousa, *Alguns Elementos para a Elaboração do Programa de Edificação do Hospital das Caldas de Monchique*, Comissão Administrativa das Caldas de Monchique, Faro, 1957;

COSTA, José de Sousa, *Balneário da Estância Termal das Caldas de Monchique. Alguns Elementos para a elaboração do novo balneário*, Comissão Administrativa das Caldas de Monchique, Faro, 1957;

- COSTA, Sandra Vaz, *O País a Régua e Esquadro. Urbanismo, Arquitectura e Memória na Obra Pública de Duarte Pacheco*, 1ª ed., Instituto Superior Técnico Press, Lisboa, 2012;
- COUTINHO, Glória, *A Propósito do Palácio de Monserrate em Sintra: Obra Inglesa do Século XIX. Perspectivas sobre a Historiografia da Arquitectura Gótica*, dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2004;
- CRAPLET, Michel, “La Médecine Thermale: du Plaisir a la Cure”, GRENIER, Lise (dir.), *Villes d'Eaux en France*, Institut Français d'Architecture, Paris, 1984;
- CRUZ, Luís André Freire da, *O Estádio Nacional e os novos Paradigmas do Culto: Miguel Jacobetty Rosa e a sua Época*, dissertação de Mestrado, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa, 2005;
- CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*, vol.III, Coleção Parlamento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, Lisboa, 2005;
- D'ALFONSO, Ernesto; SAMSA, Danilo, *Guia de História da Arquitectura: Estilos Arquitectónicos*, Editorial Presença, Lisboa, 2006;
- D'ALMEIDA, Amaro; ALMEIDA, João de, *Inventário Hidrológico de Portugal. Algarve*, 1º vol., Instituto de Hidrologia de Lisboa, Lisboa, 1966;
- D'ENCARNAÇÃO, D'Encarnação, José, *Inscrições Romanas do Convento Pacencis: Subsídios para o Estudo da Romanização*, dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia, Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras, Coimbra, 1984;
- D'ESAGUY, Augusto, Portugal, *País Rico de Fontes e Águas Mineromedicinais*, Imprensa Médica, Lisboa, 1954;
- DUARTE, Maria João Raminhos, *Oposição à Ditadura Militar e ao Estado Novo no Algarve (1926-1958): o caso do concelho de Silves*, Dissertação de Doutoramento em História
- DIRECÇÃO-GERAL DE MINAS E SERVIÇOS GEOLÓGICOS, *Boletim de Minas: Ano de 1930*, Ministério do Comércio e Comunicações, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos – Repartição de Minas, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Lisboa, 1932;

- DIRECÇÃO-GERAL DE MINAS E SERVIÇOS GEOLÓGICOS, *Boletim de Minas: 1936*, Ministério do Comércio e da Indústria – Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos – Repartição de Minas, Lisboa, 1938;
- DIRECÇÃO-GERAL DE MINAS E SERVIÇOS GEOLÓGICOS, *Boletim de Minas: Ano de 1940*, Ministério do Comércio e Comunicações, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos – Repartição de Minas, Lisboa, 1943;
- Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007;
- DUARTE, José Gonçalo, “A primeira das oras temporais e a Misericórdia de Monchique”, *Promontoria Monográfica*, série História do Algarve, nº1: Contributo para a História da Saúde no Algarve, Centro de Estudos de Património e História do Algarve - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, Faro, 2013;
- FABIÃO, Carlos, *A Herança Romana em Portugal*, C.T.T. – Correios de Portugal, Lisboa, 2006;
- FAHR-BECKER, Gabriele, *A Arte Nova*, Könemann, Colónia, 1997;
- FARIAS, Javier, *Historia de la Arquitectura*, 2ª ed., Editorial Atlantida, Buenos Aires, 1951;
- FELIZ, Francisco da Costa, *Águas Minero-Medicinais em geral e de Portugal em particular*, Imprensa de J.G. de Sousa Neves, Lisboa, 1877;
- FERNANDES, José Manuel, “Romantismo, Historicismo, Revivalismo, Ecletismo na Arquitectura Algarvia”, MARQUES, Maria da Graça Maia (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias*, Edições Colibri, Lisboa, 1999;
- FERNANDES, José Manuel, *Português Suave – Arquitecturas do Estado Novo*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 2003;
- FERNANDES, José Manuel, “Silves na transição dos séculos XIX-XX. Aspectos urbano-arquitectónicos”, *Monumentos*, nº23, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, 2005;
- FERNANDES, José Manuel, *Arquitectura no Algarve: dos Primórdios à Actualidade. Uma Leitura de Síndissertação*, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Faro, 2005;
- FERNANDES, José Manuel, *Arquitectos do século XX – da Tradição à Modernidade*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2006;

- FERNANDES, José Manuel, *A Casa Popular do Algarve: Espaço Rural e Urbano. Evolução e Actualidade*, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Faro, 2008;
- FERREIRA, Octávio da Veiga, “Acerca das ruínas do Balineum lusitano-romano das Caldas de Monchique”, *Engenho – Órgão do Sindicato Nacional dos Engenheiros, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*, vol.18, nº1, Janeiro/Março de 1963;
- FERRO, António, *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*, Edições do Secretariado Nacional de Informação, Lisboa, 1949;
- FORMOSINHO, José; FERREIRA, Octávio da Veiga; VIANA, Abel, “O Conjunto Visigótico de Alcaria (Caldas de Monchique)”, separata da *Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*, nºs 33-34, Lisboa, 1949;
- FORMOSINHO, José, “Vestígios dos Romanos nas Caldas de Monchique”, separata de *I Congresso Luso-Espanhol de Hidrologia*, s.l., 1948;
- FORMOSINHO, José; FERREIRA, Octávio da Veiga; VIANA, Abel, *Estudos Arqueológicos nas Caldas de Monchique*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1953;
- FORMOSINHO, José; FERREIRA, Octávio da Veiga; VIANA, Abel, “Estudos Arqueológicos nas Caldas de Monchique”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Porto, 1953-1954;
- FORMOSINHO, José; FERREIRA, Octávio da Veiga; VIANA, Abel, *Estudos Arqueológicos nas Caldas de Monchique: Relance das Explorações nas Necrópoles da Idade do Bronze, do Ano de 1937 ao de 1949*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1955;
- FRANCO, Mário Lyster, *Praia da Rocha, Monchique, Sagres – a Trindade Maravilhosa. Os problemas iniciais do Turismo no Algarve* (Edição Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1928);
- FRANCO, Mário Lyster; PROENÇA, Raúl, “Caldas de Monchique”, in DIONÍSIO, Santana (apresentação), *Guia de Portugal- vol.II: Estremadura, Alentejo e Algarve*, , Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª reimpressão: ed. facsimilada (1ª ed: BNL, 1927), Coimbra, 1991;
- FRANCO, Mário Lyster, *As Termas Romanas de Monchique*, Comissão Administrativa das Caldas de Monchique, Faro, 1945;

- FRANCO, Mário Lyster, *Guia Turísticos do Algarve*, edição da Revista Internacional, Lisboa, 1954;
- FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no Século XX: 1911-1961*, 4ª ED., Livros Horizonte, Lisboa, 2009;
- FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, *Arte Portuguesa nos anos 40*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1982;
- GASCON, José Guerreiro, *Subsídios para a Monografia de Monchique*, 2ª ed. (fac-similada), Algarve em Foco Editora, Faro, 1993;
- GEORGE, Frederico, *Considerações sobre o Ensino da Arquitectura*, Editorial Minerva, Lisboa, 1964;
- GOMES, Neto, *Governo Civil do Distrito de Faro: 175 Anos de História*, Governo Civil de Faro, Loulé, 2009;
- GONÇALVES, António, *A Natureza ao Serviço da Saúde*, (prefácio: João Bentes Castel-Branco) Imprensa Lucas & Cª, Lisboa, 1938;
- GOUVEIA, Fr. D. António de, *Vida e Morte de S. João de Deus, seguidas das Cartas do Santo e da sua Iconografia* (trad. De Moreira de Andrade), Edições Távola Redonda e Editorial Hospitalidade, Lisboa, 1996;
- GRENIER, Lise (dir.), *Villes d'Eaux en France*, Institut Français d'Architecture, Paris, 1984;
- GUEDES, Lívio da Costa (coord.), “A Viagem de Christian, Príncipe de Waldeck, ao Alentejo e ao Algarve descrita pelo Barão von Wiederhold – 1798”, *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, nº60, Arquivo Histórico Militar, Lisboa, 1992;
- GUERREIRO, Manuel Viegas; MAGALHÃES, Joaquim Romero (apresentação, leitura, notas e glossário), “Duas Descrições do Algarve do Século XVI: Frei João de S. José, Corografia do Reino do Algarve (1577), Henrique Fernandes Sarrão, História do Reino do Algarve (circa 1600)”, *Revista de História Económica e Social – Cadernos*, nº3, Sá da Costa Editor, 1ª ed., s.l., 1983;
- HENRIQUES, Francisco da Fonseca, *Aquilegio Medicinal em que se dá Notícia das agoas de Caldas, de Fontes, Rios, Poços, Lagoas, e Cisternas, do Reyno de Portugal, e dos Algarves, que ou pelas Virtudes Medicinaes, que tem, ou por outra alguma Finalidade, são dignas de particular Memória*, Officina da Musica, Lisboa, 1726;
- LEANDRO, Sandra, *Lino António (1898-1974)*, 1ª ed., Câmara Municipal de Leiria, 1998;

- LAMEIRA, Francisco, *Inventário Artístico do Algarve. A Talha e a imaginária: XIV-Concelho de Monchique*, Ministério da Cultura- Delegação Regional do Algarve, Faro, 1997;
- LEPIERRE, Charles, *Águas das Caldas de Monchique: Estudo Físico, Químico, Bacteriológico e da Radio-actividade*, Oficina da Secção de Publicidade, Lisboa, 1928;
- LIMA, Ângelo de, *Poesias Completas*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1991;
- LIMA, Maria Luísa, *A Talha Neoclássica Bracarense*, I vol., Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2000
- LIMA, Maria de Lourdes, *Manifestações da Arquitectura Revivalista no Algarve*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002;
- LINK, Heinrich Friedrich, *Notas de uma Viagem a Portugal*, trad., introd. e notas: Fernando Clara, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2005;
- LOPES, João Baptista da Silva, *Corografia ou Memoria Economica, Estadistica e Topografica do Reino do Algarve*, Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1841;
- LOPES, João Baptista da Silva, *Corografia ou Memoria Economica e Topografica do Reino do Algarve*, Academia Real das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1841;
- LOPES, João Baptista da Silva, *Memórias para a Historia Ecclesiastica do Bispado do Algarve*, Typographia da Mesa da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1848;
- LOUREIRO, Francisco de Sales, *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve. A Alteração das Linhas de Força da Política Nacional: Texto do Cronista João Cascão*, Livros Horizonte, s.l., 1984;
- LOUSADA, Maria Alexandre; PIRES, Ana Paula (coord.), *Viajar. Viajantes e Turistas à descoberta de Portugal no tempo da I República*, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Lisboa, 2010;
- LOUSADA, Maria Alexandre, “Viajantes e Turistas. Portugal, 1850-1926”, *Viajar – Viajantes e Turistas à descoberta de Portugal no tempo da I República*, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Lisboa, 2010;
- LUCENA, Teresa Vaz Almeida de, *As Estâncias Termas de Portugal: o Caso do Complexo Termal das Caldas de Monchique*, dissertação de Mestrado em Arquitectura, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa, 2008;

- MAGALHÃES, Joaquim Romero, *O Algarve Económico: 1600-1773*, Editorial Estampa, Lisboa, 1988;
- MAGNIN, Inácio Maria, *S. João de Deus- fundador da Ordem dos Irmãos Hospitaleiros e Padroeiro dos Hospitais, Doentes e suas Associações Católicas*, Editora Tipografia Fonseca, Porto, 1948;
- MANGORRINHA, Jorge; SERRA, João B., *O Hospital de Santo Isidoro: Assistência, Higiene e Arquitectura no Século XIX*, 1ª ed., Cadernos de História Local 4, P.H.- Património Histórico, Grupo de Estudos, Caldas da Rainha, 1993;
- MANGORRINHA, Jorge (coord.), *Rodrigo Maria Berquó Cantagalo: 1839-1896. Arquitecto das Termas*, Centro Hospitalar das Caldas da Rainha, Caldas da Rainha, 1996;
- MANGORRINHA, Jorge; PINTO, Helena Gonçalves, *O Lugar das Termas: Património e Desenvolvimento Regional. As Estâncias Termas da Região Oeste*, Livros Horizonte, Lisboa, 2000;
- MANGORRINHA, Jorge, *A Cidade Termal: Ordenamento do Território e Turismo, dissertação de Doutoramento em Urbanismo*, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2009;
- MANGORRINHA, Jorge, “As Caldas de Monchique no contexto das termas portuguesas: marcos históricos e actualidade”, *I Jornadas de Monchique*, Comissão Instaladora do Museu de Monchique/ Junta de Freguesia de Monchique, Lousã, 2001;
- MANGORRINHA, Jorge; PINTO, Helena Gonçalves, *O Desenho das Termas: História da Arquitectura Termal Portuguesa*, Ministério da Economia e Inovação – Direcção-geral de Energia e Geologia, Odivelas, 2009;
- MANGORRINHA, Jorge, *O que é uma Cidade Termal?*, 1ª ed., s/ editor, s.l., 2012;
- MARIA SANTÍSSIMA, Fr. Manuel de, *Historia da Fundação do Real Convento e Seminario de Varatojo*, 2 vols, Of. de Antonio Alvarez Ribeiro, Porto, 1799-1800;
- MARQUES, Maria da Grça Maia (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias*, Edições Colibri, Lisboa, 1999;
- MARTINHO, Sónia, *Percursos para o Desenvolvimento Sustentável Local: o Caso de Monchique*, Dissertação de Mestrado em Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento, ISCTE, Lisboa, 2004;
- MARREIROS, Glória Maria, *Quem foi Quem? 200 Algarvios do Século XX*, 2ª ed., Edições Colibri, Lisboa, 2001;

- MATA, Manuel Marques da, *Anuário Médico-Hidrológico de Portugal*, 2ª ed., Ministério da Saúde e Assistência – Direcção-Geral de Saúde, Lisboa, 1963;
- MECO, José, *O Azulejo em Portugal*, Publicações Alfa, Lisboa, 1993;
- MENDES, Adelino, *A Terra Portuguesa*, Typographia França Amado, Coimbra, 1917;
- Ministério do Interior, *Relatório do Conselho Nacional de Turismo: 1935*, Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1935;
- MESQUITA, José Carlos Vilhena, *Confidências e Revelações de Mário Lyster Franco*, AJAE Edições, Faro, 2005;
- Ministério do Comércio e da Indústria (Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos – Repartição de Minas), *Boletim de Minas: Ano de 1931*, Oficinas do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Lisboa, 1934;
- MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1834-1910*, vol.I, Coleção Parlamento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, Lisboa, 2004;
- MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1834-1910*, vol.III, Coleção Parlamento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, Lisboa, 2006;
- MUILLESEAUX, Jean-Pierre, “L’eau et les images: le decor des villes thermales”, in Grenier, 1984;
- MURRAY, John, *A Handbook for Travellers in Portugal: a Complete Guide for Lisbon, Cintra, Mafra, de British Battle-fields, Alcobaca, Batalha, Oporto, &c.*, 3ª ed., John Mason Neale, Londres, 1864;
- NARCISO, Armando, “A Medicina Social nas Termas”, separata *Clínica, Higiene e Hidrologia*, nº7, Editora Médica, Lisboa, 1940;
- NARCISO, Armando, *Investigação Científica e Medicina Social nas Termas*, Editora Médica, Lisboa, 1944;
- NASCIMENTO, Manuel do, *Roteiro da Província do Algarve*, Tipografia “Povo Algarvio”, Tavira, 1951;
- NETO, Maria João Baptista, *A Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995;

- NETO, Maria João Baptista, “Monumentos Nacionais – Memória, Propaganda e Poder (1929-1960)”, CASTRO, Ivo; NETO, Maria João; SERRÃO, Vítor (coord. científica), *Propaganda e Poder. Congresso Peninsular de História da Arte*, Edições Colibri, Lisboa, 2001;
- NETO, Maria João Neto, “ O leilão do Palácio de Monserrate em 1946” in A. Fernandes e L. Afonso (eds.), *Os Leilões e o Mercado da Arte em Portugal - Estrutura, História, Tendências*, Lisboa, Scribe, 2012, pp. 96-110;
- NOGUEIRA, Augusto de Melo (coord.), *Boletim de Minas: Ano de 1935*, Ministério do Comércio e Indústria - Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos – Repartição de Minas, Sociedade Astoria, Lisboa, 1938;
- NOGUEIRA, Augusto de Melo (coord.), *Boletim de Minas: Ano de 1936*, Ministério do Comércio e Indústria - Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos – Repartição de Minas, Sociedade Astoria, Lisboa, 1938;
- OLIVEIRA, Francisco Xavier Ataíde de, *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar, Arcebispo-bispo do Algarve*, Typographia Universal, Porto, 1902;
- OLIVEIRA, Francisco Xavier Ataíde de, *Memórias para a História Eclesiástica do Bispado do Algarve – Continuação*, Typographia Universal, Porto, 1908;
- ORTIGÃO, José Duarte Ramalho, *Banhos de Caldas e Aguas Mineraes*, Livraria Universal, Porto, 1875;
- ORTIGÃO, José Duarte Ramalho, *As Praias de Portugal – Guia do Banhista e do Viajante*, Livraria Universal, Porto, 1876;
- O Lusitano: Album Illustrado, Artístico e Anunciador – Edição de 1913*, 1º ano, Frick & Cª, Lisboa, 1913;
- PAIVA, José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, Vols. 1 e 3 (9 vols), União das Misericórdias Portuguesas, Lisboa, 2004;
- PASCOAL, Ana Mehnert, *A Cidade do Saber: o Património Artístico Integrado nos Edifícios de Pardal Monteiro para a Cidade Universitária de Lisboa*, 1ª ed., Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012;
- PASSOS, José Manuel da Silva (coord.), *Estudos de Integração do Património Histórico-Urbanístico para a Reabilitação Urbana. Aljezur, Vila do Bispo, Monchique, Lagos*, Secretaria de Estado da Cultura e Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, vol.1 (2 vols.), Lisboa, 1989;

- PAULINO, Maria Clara Borge, *Olhares de Europeus e Norte-Americanos em Viagem por Portugal. Fontes para Estudos de Arte e Património, (ca. 1750-1850)*, 2 vols, dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2009;
- PEDREIRINHO, José Manuel, *Dicionário dos Arquitectos em Portugal do Século I à Actualidade*, Edições Afrontamento, Porto, 1994;
- PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme, *Portugal – Diccionario Historico, Chorographico, Biographico, Heraldico, Numismatico e Artistico*, João Romano Torres & C^a Editora, Lisboa, 1909;
- PEREIRA, José Fernandes, “Azulejo”, PEREIRA, José Fernandes (dir.); PEREIRA, Paulo (coord.), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Editorial Presença, 1^a ed., Lisboa, 1989;
- PEREIRA, Paulo; GANDRA, Manuel Joaquim, “Iconografia”, *ibidem*, p.225;
- PEREIRA, Teresa Sancha, *Frederico George, Arquitecto e Pintor*, Câmara Municipal de Lisboa – Comissão Municipal de Toponímia, Lisboa, 1997;
- PINTASSILGO, Joaquim; TEIXEIRA, Maria Adelaide (coord.), *Turismo: Horizontes Alternativos. Actas do Encontro realizado na E.S.E. de Portalegre*, Edições Colibri, Lisboa, 1998;
- PINTO, Ana Maria Lourenço, *Convento de Nossa Senhora do Desterro em Monchique: Contributo para a Memória Histórico-Artística e Salvaguarda Patrimonial*, trabalho de seminário de Mestrado em História da Arte e Salvaguarda Patrimonial, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009;
- PINTO, Ana Maria Lourenço, “Caldas de Monchique: das Águas Sagradas ao Lugar de Bem-Estar. Um Esboço da Instituição através das Personalidades Históricas”, *Promontoria Monográfica*, série História do Algarve, nº1: Contributo para a História da Saúde no Algarve, Centro de Estudos de Património e História do Algarve - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, Faro, 2013;
- PINTO, Nuno Ricardo Rodrigues, *Arquitectura Termal Portuguesa: Benefícios da sua Recuperação*, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, MIEC- Mestrado Integrado em Engenharia Civil 2008-2009, Porto, 2009;
- PIRES, Ema Cláudia, *O Baile do Turismo: Turismo e Propaganda no Estado Novo*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2003;

- PLATEN, M., *O Novo Método de Curar. Manual de Higiene – Regras de Vida, Preservação da Saúde e Cura de Moléstias sem Auxílio de Drogas*, Tomo I, Lemmert & C.^a Editores, Rio de Janeiro, 1903;
- PROVIDÊNCIA, Paulo, *A Cabana do Higienista*, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2000;
- QUINTELA, Maria Manuel, *Curar e Folgar: uma Etnografia das Experiências Termais nas Termas de S. Pedro do Sul*, dissertação de Mestrado em Antropologia: Patrimónios e Identidades, ISCTE – Departamento de Antropologia, Lisboa, 1999;
- QUINTELA, Maria Manuel, *Águas que Curam, Águas que “Energizam”*: Etnografia da Prática Terapêutica Termal na Sulfúrea (Portugal) e nas Caldas da Imperatriz (Brasil), dissertação de Doutoramento em Ciências Sociais – Especialidade de Antropologia Social e Cultural, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008;
- RESENDE, Garcia de, *Crónica de Dom João II e Miscelânea*, Introdução de Joaquim Veríssimo Serrão, reedição da edição de 1798, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, Lisboa, 1973;
- RODRIGUES, José Carlos Meneses, *Retábulos no Baixo Tâmega e no Vale do Sousa (Sec.XVII-XIX). Do Maneirismo ao Neoclássico*, vol.I, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004;
- ROCK, Nicholas Martin Shaw, “Alguns Aspectos Geológicos, Petrológicos e Geoquímicos do Complexo Eruptivo de Monchique”, separata de *Comunicações Serv. Geol. Portugal*, Porto, 1983;
- SADDY, Pierre, “Le Casino”, GRENIER, Lise (dir.), *Villes d’Eaux en France*, Institut Français d’Architecture, Paris, 1984;
- SALDANHA, Sandra Costa, *Real Fábrica do Santíssimo Coração de Jesus à Estrela*, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Universidade Lusíada de Lisboa, 2004;
- SAMPAIO, José Rosa, *No Centenário da Visita Real a Monchique (13 de Outubro de 1897)*, edição do autor, Monchique, 1997;
- SAMPAIO, José Rosa, *Convento de Nossa Senhora do Desterro de Monchique: um Passado à Espera de Futuro*, edição do autor, Monchique, 2007;
- SAMPAIO, José Rosa, *Dr. José de Sousa Costa (1896-1963): o Publisita das Caldas de Monchique*, 2^a ed., ed. do autor, Monchique, 2011;

- SAMPAIO, José Rosa, *Médicos Ilustres das Caldas de Monchique (Sécs. XVII-XX)*, 2ª ed. Aumentada, Edição do Autor, Portimão, 2010;
- SAMPAIO, José Rosa, *João Bentes Castel-Branco (1850-1940). O Naturista das Caldas de Monchique*, 2ª ed., ed. do autor, Monchique, 2011;
- SAMPAIO, José Rosa, *As Caldas de Monchique na génese do Turismo Algarvio*, 2ªed., edição do autor, Monchique, 2012;
- SAMPAIO, José Rosa, *As Estadias de Bernhard Hoetger nas Caldas de Monchique*, edição do autor, Monchique, 2012
- SANCHEZ, Sebastião Formosinho, *Hospitais: da Organização à Arquitectura*, Editorial Estúdios Cor, Lda, Lisboa, 1969;
- SANTOS, Cristina Fé, *Sanatório Vasconcelos Porto – S. Brás de Alportel*, Dom Quixote, Lisboa, 2006;
- SANTOS, Cristina Fé, “Sanatório Carlos Vasconcelos Porto. Sanatório de uma Empresa”, *Promontoria Monográfica*, série História do Algarve, nº1: Contributo para a História da Saúde no Algarve, Centro de Estudos de Património e História do Algarve - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, Faro, 2013;
- SANTOS, Cristina Fé, “José de Beires e os Relatórios do Governo Civil. Fontes para a História da Saúde”, *Promontoria Monográfica*, série História do Algarve, nº1: Contributo para a História da Saúde no Algarve, Centro de Estudos de Património e História do Algarve - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, Faro, 2013;
- SANTOS, Luís Filipe Rosa, “As vias de Comunicação”, MARQUES, Maria da Grça Maia (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias*, Edições Colibri, Lisboa, 1999;
- SANTOS, Reinaldo dos, *O Azulejo em Portugal*, Editorial Sul Limitada, Lisboa, 1957;
- Secretariado da Propaganda Nacional, *Exposição de Lino António. No estúdio do SPN, Abril de 19454*, catálogo, Lisboa SPN, 1944;
- SERRÃO, Adriana Veríssimo (coord.), *Filosofia da Paisagem: uma Antologia*, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011;
- SANTOS, Luís Reis, *Anuário: Turismo. 1933-34/ 1935-36*, 2ª ed., Conselho Nacional de Turismo, Lisboa, 1934;
- SARZEDAS, Joaquim António Tenreiro, *Algumas Estancias Hydromedicinaes e Instalações Hydrotherapicas da França e Suissa (impressões d'uma viagem d'estudo)*.

As estancias hydromedicinaes portuguezas em 1906 (observações colhidas em inspecção medica). Os principaes agentes da physiotherapia (breves traços historicos e scientificos), ed. Do autor, Lisboa, 1907;

SANTOS, João António Correia dos, *O Turismo no Algarve: como os Estrangeiros sabem Valorizar as suas Riquezas*, Imprensa Lucas & C^a, Lisboa, 1931;

SEQUEIRA, Maria Luísa Paiva de, *Contributo para o Estudo do Desenho no Projecto de Architectura: Análise de Desenhos de Architectura de Frederico George*, 2 vols., dissertação de Mestrado em Teoria da Architectura, Universidade Lusíada, Lisboa, 1998;

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “Filipe I (II de Espanha)”, *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, II vol., Publicações Alfa, s.l., 1985;

SERRÃO, Vítor, *A Cripto- História de Arte. Análise de Obras de Arte Inexistentes*, Livros Horizonte, Lisboa, 2001;

SERRÃO, Vítor; MECO, José, *Palmela Histórico-Artística: Um Inventário do Património Artístico Concelhio*, Edições Colibri, Lisboa/ Palmela, 2007;

SILVA, Bernardino Moreira da, *Caldas de Monchique: Resumo Histórico*, s.e., s.l., 1926;

SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS, *1º Congresso Nacional de Architectura: Relatório da Comissão Executiva. Dissertações, Conclusões e Votos do Congresso*, Sindicato Nacional dos Arquitectos Lisboa, 1948;

SOARES, Clara Moura, *Os Restauros do Mosteiro de Santa Maria de Belém: o Sítio, a História e a Prática Arquitectónica*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006;

SOARES, Clara Moura, “A 'Reabilitação' da Arquitetura Barroca através dos estudos de Reynaldo dos Santos, Ayres de Carvalho e Maia Athayde: o caso de Santa Engrácia”, actas do colóquio João Antunes (1643 - 1712) e a Arte do seu Tempo, no prelo;

SOARES, Maria Fernanda; FERREIRA, Vítor Wladimiro (coord.), *Grande Dicionário Enciclopédico*, vols. II, IX, XI, XIII (16 vols.) Clube Internacional do Livro, Madrid, 2004;

SOCIEDADE PROPAGANDA DE PORTUGAL (org. e dir.), *Portugal: seus Multiplos Aspectos como Paiz de Excursões*, Imprensa Libanio da Silva, Lisboa, 1908;

SOCIEDADE PROPAGANDA DE PORTUGAL, *Portugal: Clima, Paisages, Estaciones Thermales, etc.*, Sociedade Propaganda de Portugal, Lisboa, 1915;

- SOCIEDADE PROPAGANDA DE PORTUGAL, *As Nossas Praias: Indicações Gerais para Uso e Turistas*, Tipografia Universal, Lisboa, 1918;
- SOUSA, Alberto de, *Em prol de uma Riqueza do Património Nacional*, cópia da exposição apresentada ao Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Tipografia de “O Algarve”, Faro, 1943;
- SOUSA, Alberto de, *O Problema “Caldas de Monchique” através da sua Longa História*, Tipografia Maurício & Monteiro, Lisboa, 1951;
- SILVA, Raquel Henriques da, *Arquitectura de Veraneio: Cascais*, Câmara Municipal de Cascais, s.l., 2010;
- SUMMAVIELLE, Elísio (coord.), *Frederico George: Ver pelo Desenho*, Livros Horizonte, Lisboa, 1993;
- S. JOSÉ, Fr. Bernardino de, *S. João de Deus: sua Vida e sua Obra (Resumo Histórico)*, Imprimatur, Lisboa, 1949;
- TAVARES, Francisco, *Instruções e Cautelas sobre a natureza, diferentes especies, virtudes em geral, e uso legitimo das aguas mineraes, principalmente de Caldas; com a noticia daquellas, que são conhecidas em cada huma das Provincias do Reino de Portugal, e o methodo de preparar as aguas artificiaes*, vol.I (2 vols), Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1810;
- TAVARES, Jorge Campos, *Dicionário de Santos*, 3ª ed., Lello Editores, Lisboa, 2004;
- TOSTÕES, Ana, *Arquitectura Moderna e Obra Global a partir de 1900*, Colecção Arte Portuguesa. Da Pré-História ao Século XX (Dalila Rodrigues, coord.) , vol.16, Fubu Editores, s.l., 2009;
- TRH (Asesores en Turismo Hotelaría y Recreación, S.A.), *10 Productos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal. Sol e Mar*, Turismo de Portugal, Lisboa, 2006;
- VASCONCELOS, José Leite de, *Etnografia Portuguesa*, vol. II (10 vols.), reimpressão fac-similada da ed. de 1980, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994

▪ **Periódicos**

- AZEVEDO, Augusto Feio (redactor e responsável), *Gazeta do Algarve*, nº66, 01/04/1874;

- AZEVEDO, Augusto Feio (redactor e responsável), *Gazeta do Algarve*, nº73, 20/05/1874;
- CASTILHO, Augusto de, et all. (dir.), *Brasil-Portugal – Revista Quinzenal Ilustrada*, nº108, Ano V, 16 de Julho de 1903;
- CARRIÇO, António da Silva, “As Milagrosas Águas Santas do Banho”, *Jornal de Monchique*, 25 de Janeiro de 2008;
- CASTEL-BRANCO, João Bentes (dir.), *A Saúde*, nº1, Caldas de Monchique, Agosto de 1898;
- COLLARES, Nuno (aut., dir. e ed.), “Casa do Exmº Sr. João Vaz no Alto do Dáfundo. Architecto, Sr. N. Bigaglia”, *A Architectura Portuguesa – Revista Mensal da Arte Architectural Antiga e Moderna*, ano V, nº10, Outubro de 1912, pp.37-39;
- BARBOSA, Gomes (dir. e propr.), *Revista Internacional*, nº23 (número de homenagem ao Engenheiro Duarte Pacheco), 1951;
- CASTRO, Oliveira (dir. e ed.), *A Medicina Moderna*, Ano XII, Vol.IV, Porto, Agosto de 1905;
- FORMOSINHO, José, “Vestígios Romanos nas Caldas de Monchique”, separata *I Congresso Luso-Espanhol de Hidrologia*, Sociedade Tipográfica, Lda, Lisboa, 1948;
- FRANCO, Mário Lyster, “Nas Caldas de Monchique: Curiosos Achados Arqueológicos”, *Diário de Notícias*, Dir: Augusto de Castro, 11/12/1942, ano 77º, nº27599;
- FREITAS, Domingos de, “Monchique, Região sem Par no Mapa Turístico de Portugal”, *Algarve Pitoresco – Revista Ilustrada de Propaganda e Defesa dos Interesses do Algarve*, nº1, 1935 (dir. ed. José Eduardo de Sousa Gago);
- Gazeta do Algarve. Folha Semanal*, redactor e responsável (até ao nº97): Augusto Feio Soares de Azevedo, vários números;
- GEORGE, Frederico, “Lisboa Penta Hotel”, *Binário: Arquitectura, Planeamento, Design*, nº204, Novembro/Dezembro de 1975;
- GEORGE, Frederico, “Banco Nacional Ultramarino – Ponte de Sôr”, *Binário: Arquitectura, Planeamento, Design*, nº211, Agosto/Setembro de 1976, pp.294-298;
- GOES, Maria das Dores Jorge de, “Silves... Mascarenhas Gregório... E o Teatro”, *12º Congresso do Algarve*, Racal Clube, s.l., 2004;
- GUERREIRO, João Veríssimo, “Os Climats e as Aguas Thermaes de Portugal”, separata *Jornal das Sciencias Medicas de Lisboa*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1897, pp-363-390;

- HOSDAIN, Maurice, “Princípios Directivos da Construção Hospitalar, separata dos nºs 25 e 26 Hospitais Portugueses, pp.1-32, Coimbra, 1953;
- JACOBETTY, Miguel, “A Pousada de Turismo em S. Braz de Alportel”, *Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Decoração (reunidas)*, ano XXXII, 3ª série, Agosto de 1939 (dir.: Júlio Martins e Tomás Ribeiro) , pp.10-14;
- MATOS, António Perestrelo de, “Pobres, indigentes, aquistas e turistas – em 4 regimes sobre 4 leis”, *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2004;
- MENDES, Pedro Ferreira, “Rigorous no Projecto e na Vida”, *Arquitectura & Construção*, Edição Casa, nº46, Janeiro de 2008;
- PERALTA, José António, “Dr. Bentes Castel-Branco”, *A Vida Social*, nº1, Agosto de 1929;
- O Occidente*, nº 677, 20 de Outubro de 1897;
- O Século*, Dir.: João Pereira da Rosa, 29/04/1942, “Ruínas dum Balneário Romano”;
- PESSOA, Fernando, “Monchique: Oportunidade para um Desenvolvimento Diferente”, *Sociedade e Território – Revista de Estudos Urbanos e Regionais: Algarve*, nº36 (dir.: Cristina Cordeiro), Dezembro de 2003, pp.63-70;
- PERALTA, José António, “Dr. Bentes Castel-Branco”, *A Vida Social*, nº1, Agosto de 1929;
- TAVARES José Estevão Medel (propr., dir e ed.), *Praias e Termas do Algarve*, número único, Tipografia União, Faro, 1935;
- TOUSSAINT, Michel, “Um Hospital ainda Testemunho de uma Época”, *Arquitectura e Vida*, nº92 (dir.: José Chartres Monteiro), Abril de 2008;
- Diario Illustrado*, ano III, nº619, 28/05/1874;
- Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal*, nº9, Março de 1908
- Voz do Sul*, ano III, nº150, Dir.: Maurício Morgado, Partido Republicano Português, Silves, 13/03/1910;
- Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal*, nº9, Março de 1908;
- A República*, “José Roberto da Encarnação: Faleceu este Dedicado Democrata”, 1950;
- Correio do Sul*, 19/03/1944;
- Recorte de jornal “Novo Templo vai ser Construído na Parede” (não identificado, sem data), existente no processo de membro da Ordem dos Arquitectos de Guilherme Rebelo de Andrade, Arquivo OARS;

¹ Recorte de jornal “Não será Modelar a Parte Nova de Lisboa mas tem a Virtude de ser «Jovem» e Revela certo Encantamento – diz-nos o Arquitecto Guilherme Rebelo de Andrade” (não identificado, sem data), existente no processo de membro da Ordem dos Arquitectos de Guilherme Rebelo de Andrade, Arquivo OARS;

Recorte de jornal “O Novo Edifício para Embaixada Portuguesa no Rio de Janeiro e o Modelo da Cidade Universitária de Coimbra” (não identificado, sem data), existente no processo de membro da Ordem dos Arquitectos de Guilherme Rebelo de Andrade, Arquivo OARS;

▪ **Webgrafia**

- www.aguas.ics.ul.pt (26/08/2009) – Projecto “Das termas aos "spas": reconfigurações de uma prática terapêutica”- Centro de Estudos de Antropologia Social e Instituto de Ciências Sociais (Universidade de Lisboa);

- www.dgotdu.pt (21/01/2013) – Arquivo Histórico Online da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano;

- CARDOSO, Luís, *Memórias Paroquiais ou Dicionário Geográfico*, Tomo 23, M 2, 1758, <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4240810>, Arquivo Nacional/ Torre do Tombo Online (consultado a 15/08/2009);

- GILPIN, *Three essays : on picturesque beauty, on picturesque travel and on sketching landscape : to which is added a poem, on landscape painting*, 1792, <http://archive.org/details/threeessaysonpic00gilp> (consultado a 23/04/2013);

- GRILO, Júlio (actualização) “Basílica e Convento da Estrela/ Basílica e Convento do Santíssimo Coração de Jesus”, www.monumentos.pt, 2005, consultado a 04/04/2009;

- LANDMANN, George, *Historical, military, and picturesque observations on Portugal, illustrated by seventy-five coloured plates, including authentic plans of the sieges and battles fought in the Peninsula during the late war*, vol.II (2 vols.), T. Cadell and W. Davies, Londres, 1818, http://purl.pt/22714/1/ds-xix-231/ds-xix-231_item1/P1.html (Biblioteca Nacional de Portugal);

- MENDES, José Maria, *Inácio de Santa Teresa: Construindo a Biografia de um Arcebispo*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa,

- Lisboa, 2012, http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6964/2/ulfl120641_tm.pdf
(Consultado a 25/04/2013);
- MENDONÇA, Artur Barracosa, <http://www.barlavento.pt/index.php/noticia?id=44904>,
artigo publicado a 05/10/2010 (23/05/2013);
 - ROBALO, Mário, “Deuses de Pedra”, <http://museudeodrinhas.no-sapo.pt/Artigos/Expresso630.htm>, (consultado a 20/03/2013)
 - VELASCO, Francisco Diez de, “Epigrafía y analysis de espacios sagrados: el ejemplo de los lugares de culto termal en la Península Ibérica en el mundo antiguo” (Universidade de La Laguna, Espanha), - -
<http://fradive.webs.ull.es/introhis/epigrafia%20celtica%20hispana/index.html>
(20/03/2013);
 - Dicionário Priberam da Língua Portuguesa – Porto Editora,
<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=concertar> (consultado a 10/04/2013);
 - www.debate.parlamento.pt (consultado a 20/05/2013);
 - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico – IGESPAR
<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/71475/>,
ficha de inventário do Palacete dos Viscondes de Lagoa, em Silves (22/06/2013);
 - MENDES, Ernesto da Silva, *Hydrotherapia: Estudo dos Efeitos Physiologicos e Therapeuticos da Agua*, Typ. da Empreza Litteraria e Typographica, Porto, 1900 -
http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/16745/3/98_2 EMC_I_01_P.pdf
(07/07/2013);
 - www.archiver.rootweb.ancestry.com (consultado a 30/11/2012)
 - <http://icomos.fa.utl.pt/eventos/apap2007.pdf>, consultado a 22/09/2013;
 - <http://www.galerie-malaquais.com/HOETGER-Bernard--DesktopDefault.aspx?tabid=45&tabindex=44&artistid=19484>, consultado a 15/06/2013;
 - “Santa Teresa d’Ávila”, http://www.santacultura.com.br/padroeiras/index_teresa.php,
consultado a 23/08/2009;
 - CANNATA, Peter, “Iconography”, <http://carmelnet.org/biographies/TeresaAvila.pdf>,
consultado a 24/08/2009;
 - <http://www.mendes-vitraisdarte.pt>, consultado a 18/09/2013
 - <http://www.mosteirobatalha.pt/pt/index.php?s=white&pid=244>, consultado a 18/09/2013;

- <http://www.arquitectos.pt/?no=2020493616,154>, consultado a 19/09/2013;
- <http://www.archdaily.com/307297/pedras-salgadas-eco-resort-luis-rebello-de-andrade-diogo-aguiar/>, consultado a 22/09/2013;
- *Correspondência do Bispo do Algarve para D. Miguel Forjaz, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, sobre um Requerimento dos Militares Doentes do Hospital das Caldas de Monchique*, 1811, Arquivo Histórico Militar, <http://arqhist.pt/ViewerForm.aspx?id=201002>, consultado a 21/06/2013;
- Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana – IHRU, http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21800, Ficha de Inventário do Convento de S. Francisco (Leiria), consultado a 02/10/2013;
- http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17062, Ficha de Inventário do Hospital Termal das Caldas de Monchique/ Hotel Termal, consultado a 02/10/2013;
- http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22908 Ficha de Inventário da Casa Costa e Silva/ Casa dos Condes de Ficalho (Estoril), consultado a 02/10/2013;
- http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11761, Ficha de Inventário da Capela das Termas de Monchique/ Capela das Caldas de Monchique/ Capela de Santa Teresa, consultado a 27/12/2008;

Apêndice Imagético



Fig.1- Ara votiva romana encontrada nas Caldas de Monchique nas escavações de 1942. (Propr. Sociedade das Termas de Monchique II/ Foto: Ana Pinto, 2012)



Fig.2- Fragmento de opus vermiculatum, recolhido na década de 1940, durante as obras de captação das águas termais. (Propr. Sociedade das Termas de Monchique II/ Foto: Ana Pinto, 2009)



*Figs.3 e 4 – Estatueta feminina e cornucópias em bronze.
(Propr. Sociedade das Termas de Monchique II/ Foto: Ana Pinto, 2009)*

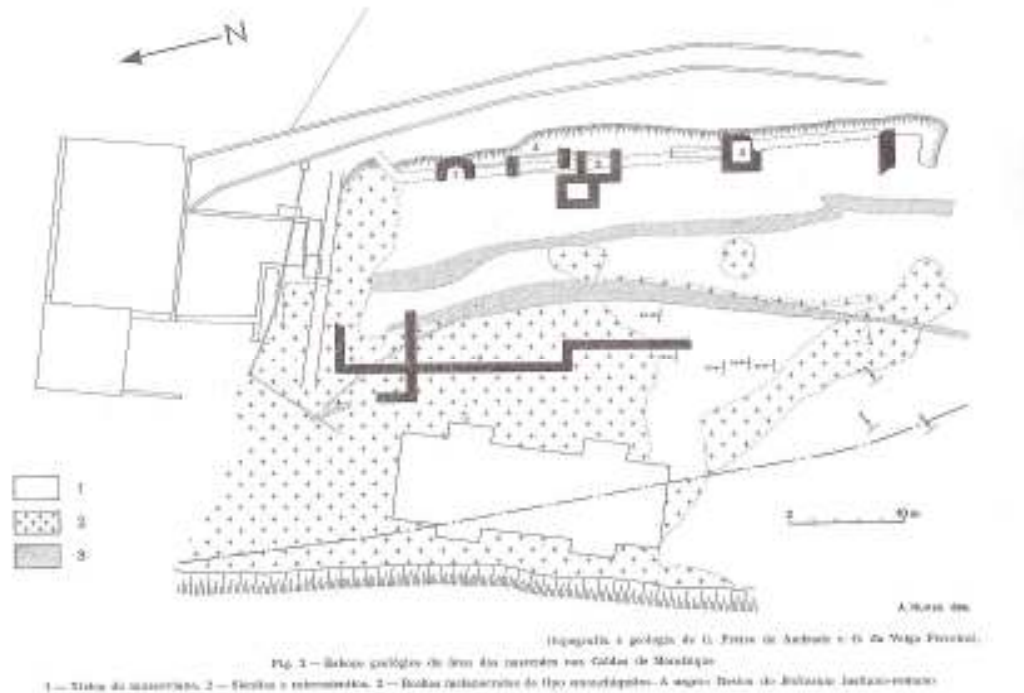


Fig.5- Planta dos vestígios do Bailneum lusitano-romano no vale das Caldas de Monchique (Ferreira, 1963, p.15).



Fig.6- Aspecto actual da sineta colocada por D. Simão da Gama no Hospital primitivo das Caldas de Monchique, com a data de 1691, a identificação do bispo, e a representação da mitra episcopal. (Propor. Sociedade das Termas de Monchique II / Foto: Ana Pinto, 2012)

Fig.7- Lápide com a inscrição “Este dormitório com seu banho dentro fundou de novo para comodo e aposento de



mulheres o Exmº Sen.r Cardial Pereira sendo Bispo deste Algarve no anno de 1731”. Encontrava-se por baixo do brasão heráldico do prelado.

(Propor. STM / Foto: Ana Pinto, 2012)



Fig.8- Aspecto da página de um Foro existente no Arquivo da Villa Termal das Caldas de Monchique, de que consta o seguinte excerto: “(...) Do dito Hospital aplicadas para obras pias e bem comum de todos os Pobres. E logo pelo dito Manuel da Silva e de sua mulher foi dito que de sua livre vontade, proveito e conveniência aceitavam este Benefício de redução e rebatimento do dito foro. (...) na conformidade do Alvará de 19 de Janeiro de 1779: e como pelo título junto consta que Manuel da Silva trabalhador desta Cidade [de Faro] paga um foro em cada ano de 1000 réis à Comarca e Mitra aplicado para o Espital das Caldas de Monxique”. (Propr.: STM; Foto: Ana Pinto, 2012)



Fig.9- Retrato de D. Francisco Gomes do Avelar, colocado na antiga residência do governador civil nas Caldas de Monchique, cópia adaptada da pintura então existente na Diocese de Faro. Possui a assinatura “J.P. Gomes” e a data de 20 de Março de 1862, com a legenda: “O FAMOSO BISPO D. FRANCISCO GOMES DO AVELAR, INSIGNE BENFEITOR D’ESTE HOSPITAL. EM MEMORIA DAS SUAS VIRTUDES E PATRIOTISMO SE MANDOU, EM 1862, COLLOCAR AQUI SEU RETRATO” (Propr. STM; Foto: Ana Pinto, 2012)



Fig10.- Tela com a representação de S. João Baptista, referida no Almanach Bertrand de 1932 como fazendo então parte da ornamentação da Capela de S. João de Deus, de data e autor desconhecidos. Mais do que uma referência evangélica ao episódio Ecce Agnus Dei: “Aí está o cordeiro de Deus que vai tirar o pecado do mundo” (João 1:29), a água que brota do rochedo alude não só para o Baptismo de Cristo, mas também para a íntima relação da obra com a função termal do edifício onde se achava a capela, contribuindo para reforçar a simbologia sacra da água. (Propr. STM; Foto: Ana Pinto, 2012)



Figs.11 e 12- Pia da primitiva Capela de S. João de Deus e pia manuelina da Igreja Matriz de Monchique. Ainda que a primeira aparente um desenho mais simples, são de apontar as semelhanças formais entre ambas. (Almanach Bertrand, 1932; Foto: Ana Pinto, 2006, respectivamente)



Fig.13- Alguns exemplares de azulejos de figura avulsa (enkele tegels) provenientes da capela dos Pobres. (Propr. STM/ Foto: Ana Pinto, 2009)



Figs.14-17 - Azulejos de função meramente decorativa originários da capela demolida a meio do século XX. (Propr. STM/ Foto: Ana Pinto, 2009)



Fig.18.- Representação azulejar de uma figura sacra feminina, que parece estar a abençoar um cântaro. (Propr. STM/ Foto: Ana Pinto, 2009)



Fig.19- Fragmentos restantes de painéis da capela primitiva, com a representação de uma santa dando de beber a um homem, e de um indivíduo carregando outro aos ombros. Ambos faziam parte da decoração da Fonte de Santa Teresa.

(Propr. STM/ Foto: Ana Pinto, 2009)



Fig.20.- Fragmentos de azulejos que representam uma figura feminina mexendo um caldo, junto a uma doente acamada. (Propr. STM/ Foto: Ana Pinto, 2009)



(Propr. STM/ Foto: Ana Pinto, 2009)



Fig.22- Fragmentos do mais extenso dos painéis recuperados, que pertenciam ao estabelecimento de banhos primitivo. Trata-se, possivelmente, do episódio do Feliz Trânsito de S. João de Deus.

(Propr. STM/ Foto: Ana Pinto, 2009)



Fig.23- Hot Baths in the Mountains of Monchique, pintura original da autoria de George Landmann, aquando da sua estadia nas termas algarvias, 1813. (Biblioteca Nacional de Portugal)

Fig.24- Aspecto actual da fachada da Hospedaria Velha. A estrutura inicial edificada em 1692 correspondia à parte média do edifício, que era térreo. Sofreu no século XIX ampliações para os flancos Poente e Nascente, tendo-lhe sido acrescentado um piso.
(Foto: Ana Pinto)



Fig.25- Aspecto actual da fachada do chamado Palacete. (Foto: Ana Pinto, 2012)



Fig.26- Pormenor central da Planta geral de toda a propriedade do estabelecimento thermal de Monchique em 13 de Setembro de 1883. O grande edifício oblongo corresponde ao balneário construído e acrescentado pelos Bispos do Algarve, com as enfermarias para pobres edificadas em 1864 e

1874 a Sul (esquerda). Do lado Norte começava a desenhar- o pequeno núcleo urbano entre o balneário e a Hospedaria (edifício alogando na vertical do lado direito). (Propr.: DGEG-ME; Foto: Ana Pinto, 2013)



***Fig.27- Pormenor central da Planta geral e melhoramentos no estabelecimento thermal de Monchique. Proposto pelo Exmº Sr. Dr. João Bentes Castel-Branco. Elaborado pelo pelo Exmº Sr. Prof. architecto N. Bigaglia. Para o concurso de 21 de Julho de 1894.
(Propr. DGEG-ME; Foto: Ana Pinto)***



Fig.28- Verso de uma cédula emitida pela Câmara Municipal de Monchique após a I Guerra, com a representação do vale das Caldas de Monchique. Em primeiro plano, na empena triangular da fachada Sul do balneário, a chamada Janela da Saudade, ao meio. (Propr. e Foto: Ana Pinto)



Fig.29- Aerofotograma com o aspecto actual do centro histórico das Caldas de Monchique. Os edifícios ainda existentes construídos nos finais de Oitocentos e transição para Novocentos encontram-se numerados e com as designações originais (quando conhecidas):
1: Hospedaria Nova; 2: Casino; 3: Hotel Central; 4: Palacete; 5: Hospedaria Velha; 6: Casa dos Bicos; 7: Chalet Msscarenhas; 8: Estação de telégrafo-postal; 9: Chalet Rouge; 10: Pensão Encarnação; 11: Chalet Trindade; 12: habitação com vãos em arco ogival; 13: Casa do Lajeado; 14: Hotel Guerreiro. Os rectângulos vermelhos assinalados com letras correspondem a edifícios entretanto extintos: A: Chalet do Mercado; B: Hotel Popular; C: Balneário Primitivo; D: Enfermarias para doentes pobres; E: “Casa Queimada”.

(Foto: Google, 2013; Edição: Ana Pinto, 2013)

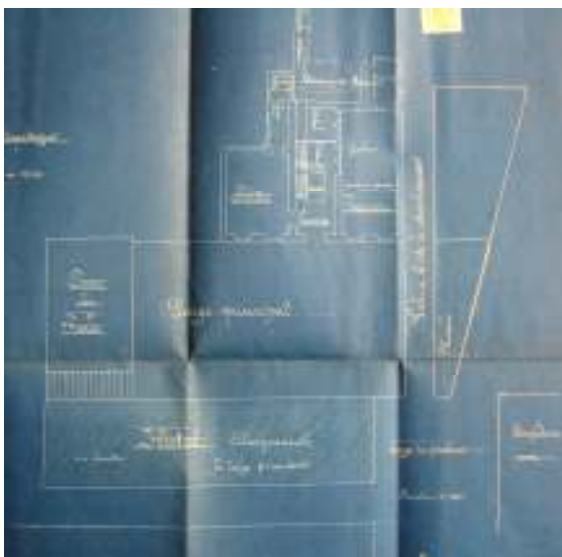


Fig.30- Caldas de Monchique: Modificações ao Projecto (datadas de 05/02/1901)
Creemos que as modificações foram assinaladas posteriormente (em 1901 sobre a planta de localização elaborada originalmente por Nicola Bigaglia por volta de 1895. No documento é possível verificar a disposição dos imóveis projectados pelo professor de desenho ornamental para a estância termal: Hospedaria Nova (Estalagem), Hotel (Hospedaria Velha), Casa de Saúde (Hotel Central), Salão (Club/Casino) com salas de lazer e farmácia anexas.

(Propr.: DGEG-ME; Foto: Ana Pinto, 2013)



Fig.31- Projecto de uma Estalagem, no edifício existente das Cavalharias: Fachada Principal e Planta de Localização, por Nicola Bigaglia, em Lisboa a 18 de Maio de 1895

(Propr.: DGEG-ME, Foto: Ana Pinto, 2013).

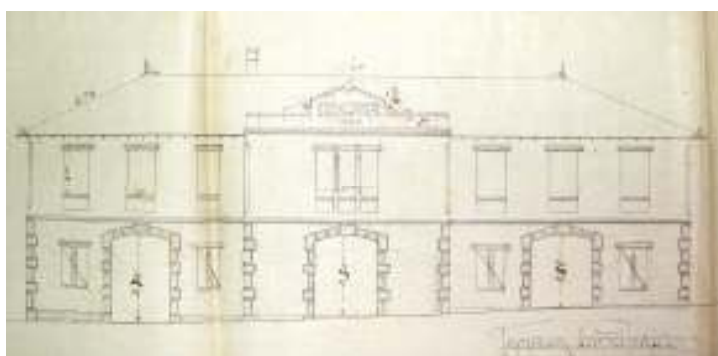


Fig.32- Projecto da Estalagem para as Caldas de Monchique: Fachada Principal, executado por Nicola Bigaglia em 1896, que veio substituir o projecto realizado pelo artista no ano anterior.

As janelas do rés-do-chão encontram-se aqui rasuradas a vermelho; com efeito, a estalagem foi edificada apenas com as três portas neste registo térreo. (Propr.: DGEG-ME, Foto: Ana Pinto, 2013)



Fig.33: Aspecto actual da Hospedaria Nova, hoje designada por Apartamentos D. Francisco. Em 1931 foi-lhe adicionado um piso superior, e nessa intervenção, a platibanda sofreu alterações. (Foto: Ana Pinto, 2008)



Fig.34- Projecto da fachada principal de um Club a erguer nas Caldas de Monchique, por Nicola Bigaglia, em 1896. (Propr.: STM, Foto: Ana Pinto, 2013)



Fig.35- Aspecto actual da fachada Norte do Club, iniciado em 1898 e concluído em 1902. Em postais da transição para o século XIX verifica-se que a traça não foi alvo de alterações significativas. O edifício passou a ser conhecido posteriormente como Casino. (Foto: Ana Pinto, 2008)

Figs.36 e 37- Uma das portas laterais e a porta principal do Club, respectivamente. (Fotos: Ana Pinto, 2009)





Figs.38 e 39- Detalhe dos merlões do torreão do Club (vista de Sueste) e nicho em formato de ameia, com a sineta de D. Simão da Gama simbolizando o início da instituição termal, em 1691 (fachada Norte). (Fotos: Ana Pinto, 2009)



Fig.40: Caldas de Monchique - Projecto de construção entre o Palacete e o Hotel, por Nicola Bigaglia, em 1896. Edifício conhecido com Hotel Central. (Propr.: STM; Foto: Ana Pinto, 2012)



Fig.41: Aspecto actual da fachada Poente do Hotel Central, com a Hospedaria Velha à esquerda, e do lado direito o Palacete. (Foto: Ana Pinto, 2009)

Fig.42. Aspecto actual da fachada Nascente do Hotel Central. A mesma fachada, numa foto publicada em 1903. O edifício foi aumentado em altura em 1929, tendo então as coberturas – com as respectivas águas-furtadas – sido eliminadas⁵¹⁵.(Fotos: Ana Pinto, 2009; Revista Portugal-Brasil, nº108, de 1903, respectivamente)



⁵¹⁵ *Boletim de Minas – 1929*, Ministério do Comércio e Comunicações – Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos – Repartição de Minas, Indústrias Gráficas, Lisboa, s.d.;



Fig.43: Detalhe de um postal da primeira metade do século XX. Em primeiro plano, a parte superior da fachada Poente do Hotel Central, com águas furtadas e mansarda central, entretanto retiradas. Atrás, o chalet construído por Gregório Mascarenhas, e por

detrás deste, a “Casa Queimada” (?). Do lado esquerdo, o Chalet dos Cantinhos.

(Colecção Dr. Manuel Roque; Propr.: Junta de Freguesia de Monchique)



Fig.44:- Perspectiva geral sobre o Chalet de Gregório Mascarenhas. (Foto: Ana Pinto, 2009)



Fig.45: Aspecto geral do Chalet dos Cantinhos, que se encontra junto à estrada que liga as Caldas de Monchique à vila e sede de concelho.

(Foto: Ana Pinto, 2009)



Fig.46: Chalet Trindade, verificando-actualmente a sua cor original em 1899.

(Foto: Ana Pinto, 2009)



Figs.47 e 48: *Localização do Chalet Trindade de Azevedo Lobo, e painel de azulejos identificativo, com a figuração de Santa Teresinha. Por se encontrar à venda e a subida ao imóvel estar vedada, não nos foi possível fotografar o seu aspecto com maior detalhe (Fotos: Ana Pinto, 2010)*



Fig.49- *Habitações geminadas no vale das Caldas de Monchique, com os vãos em arco ogival.*

O imóvel do lado Norte (à direita) foi representado na pintura de Ângelo de Lima, em 1899, deixando antever que a moradia ao lado foi construída posteriormente, ainda que com a mesma feição. Contudo, na primeira os vãos das portas e janelas foram executados em cantaria, apresentando capitéis no embasamento dos arcos.

Na segunda casa, as molduras das portas e janelas foram realizadas em argamassa, numa clara imitação dos da habitação vizinha, com recurso a um material menos nobre e imponente, mas que ilude o observador à distância. (Foto: Ana Pinto, 2012)



Fig.50- *Detalhe do projecto da Hospedaria (ou Grande Hotel) a edificar no lugar da Hospedaria Velha, por Nicola Bigaglia. Fachada Sul, voltada para o Parque. (Propr.: STM; Foto: Ana Pinto, 2012)*



Figs.51 e 52 *Detalhe do projecto de Bigaglia de 1896 para a fachada Este da Hospedaria (Grande Hotel) Aspecto actual da fachada Este da Hospedaria Velha, hoje denominada Estalagem D. Lourenço). (Propr.: DGEG-ME; Fotos: Ana Pinto)*

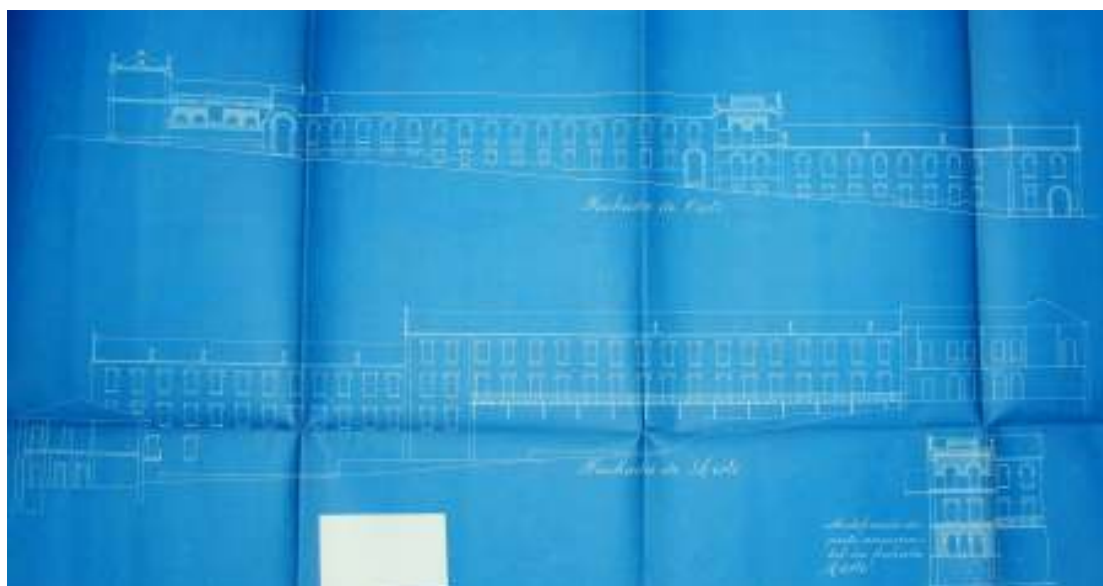


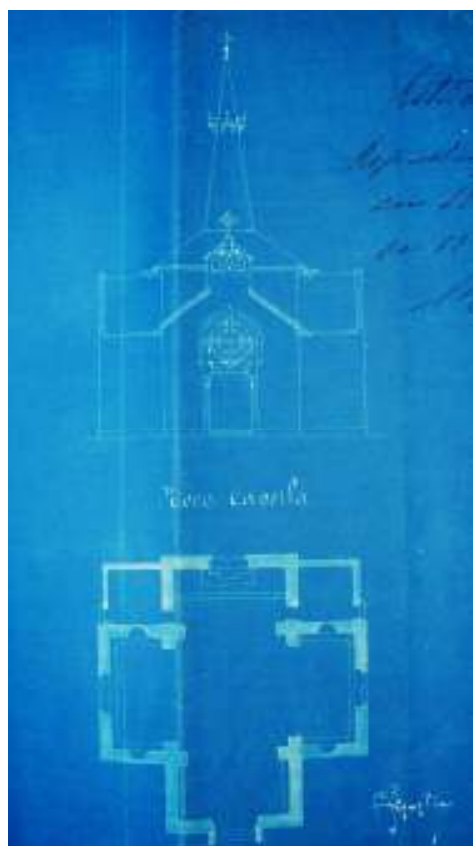
Fig.53- Alçados de Oeste e Este do edifício balnear proposto por Bigaglia. De notar o facto da fachada Oeste ser composta por janelas em arco de ferradura (dando continuidade ao gosto neo-árabe do edifício do Club), ao passo que do lado oposto do edifício as janelas foram projectadas com formato rectilíneo, adornadas apenas por uma cimalha.

(Propr.: STM; Foto: Ana Pinto)

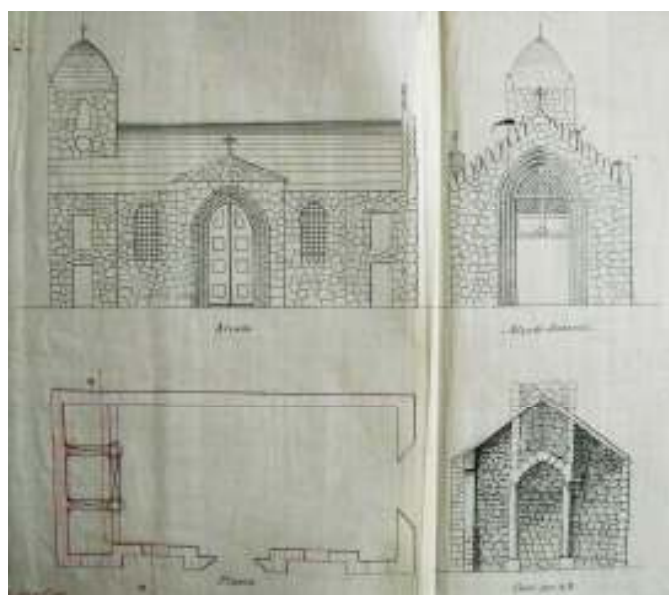


Fig.54- Aspecto da fachada Sul da Albergaria, por Nicola Bigaglia.

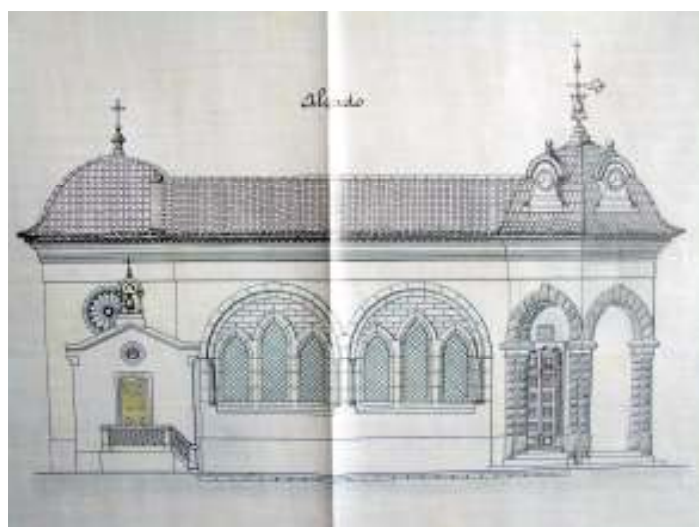
(Propr.: STM; Foto: Ana Pinto)



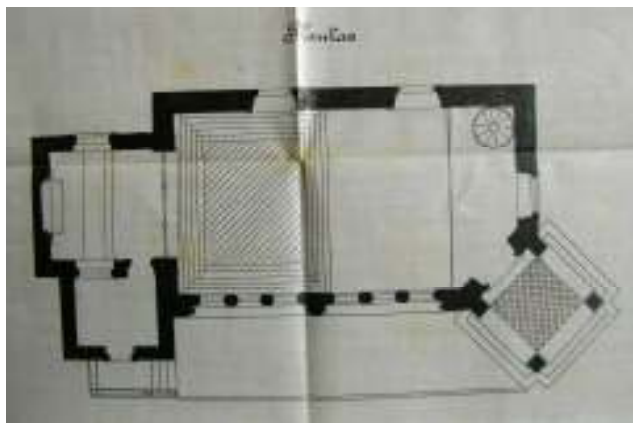
*Fig.55- Alçado e planta da Nova Capela a erigir nas Caldas de Monchique, por Bigaglia em 1896.
(Propr.: Sociedade das Termas de Monchique II, Foto: Ana Pinto)*



*Fig.56- Projecto para uma capela nas Caldas de Monchique, datado de 1901 (autor não identificado).
(Propr.: DGEG-ME; Foto: Ana Pinto)*



*Fig.57- Alçado da capela projectada por Manuel Ferreira dos Santos, em 1903.
(Propr.: DGEG; Foto: Ana Pinto)*



*Fig.58- Planta do projecto de
Manuel Ferreira dos Santos.*

*(Propr.: Direcção-Geral da Energia
Geologia – Ministério da Economia;
Foto: Ana Pinto)*

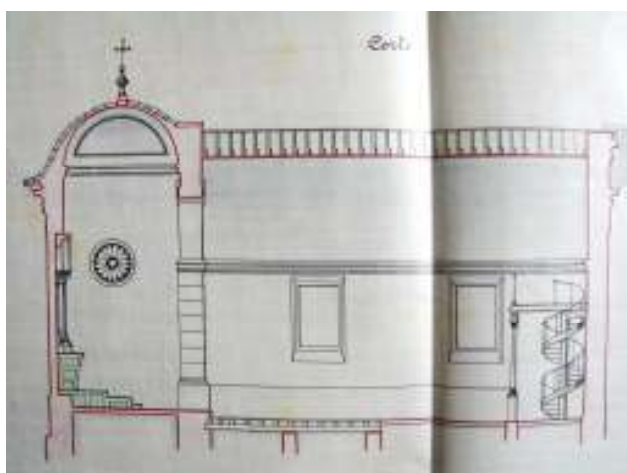


Fig.59- Corte longitudinal do projecto.

(Propr.: DGEG-ME; Foto: Ana Pinto)



Fig.60- Corte do torreão e corte transversal do corpo da Capela.

(Propr.: DGEG-ME; Foto: Ana Pinto)



Fig.61- Pintura de Ângelo de Lima executada em 1899 por encomenda de João Bentes Castel-Branco, com a representação do núcleo edificado das Caldas de Monchique (79cm x 54cm) (Propr. STM; Foto: Ana Pinto, 2012)



Fig.62- Legendagem dos imóveis representados na pintura de Ângelo de Lima.

Os números a vermelho correspondem aos edifícios construídos nas Caldas de Monchique até à data da pintura: 1: Hospedaria Nova; 2: Club; 3: Hotel Central; 4: Palacete; 5: Estação do telégrafo-postal; 6: Chalet de Gregório Mascarenhas; 7: Hotel Viola; 8: Hotel Guerreiro; 9: Chalet do Mercado; 10: Chalet do Comendador Trindade; 11: casa com arcos ogivais.

As letras a verde apontam as remodelações idealizadas por João Bentes Castel-Branco, mas que não chegaram a realizar-se: A: Grande Hotel das Caldas de Monchique (no lugar da Hospedaria Velha); B: Estabelecimento Balneoterápico (aproveitamento do balneário primitivo) com Hospital para pobres e Albergaria.

Alguns edifícios, como o Chalet dos Cantinhos, não surgem representados por se localizarem fora do campo de visão do pintor, que se encontrava voltado para Sul aquando da execução da pintura.



Figs.63 e 64- Projecto da Moradia que o Exm^os Snrs. D. Aurora Ventura da Silva e Paula e José Manuel da Silva Desejam Construir nas Caldas de Monchique, projecto submetido à Repartição de Minas em 1940. Alçados Nascente e Sul (Prop.: DGEG-ME; Foto: Ana Pinto, 2013)

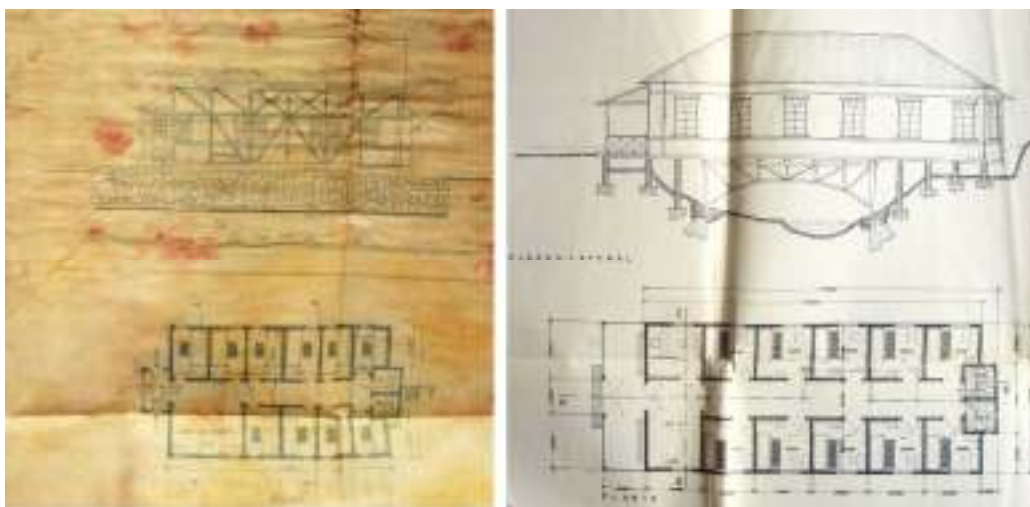


Fig.65- Aspecto actual de um dos três painéis de azulejo que decoram o exterior da mesma moradia, conhecida como Casarão Cinzento (a sua cor original, actualmente amarela).

Este encontra-se junto à entrada principal, na fachada Poente, com iconografia de elogio ao trabalho agrícola e industrial, de sabor doutrinário e estético do “Estado Novol.

Os dois painéis restantes estão voltados a Nascente, e exibem o Padrão dos Descobrimentos e a Cruz de Cristo de Silves. Autoria e fabrico não identificados.

(Foto: Ana Pinto, 2011)



Figs.66 e 67- Os dois projectos propostos pela DGMSG para um balneário provisório em madeira nas Caldas de Monchique. (Arquivos STM. e DGEG-ME; Fotos: Ana Pinto, 2012 e 2013.)

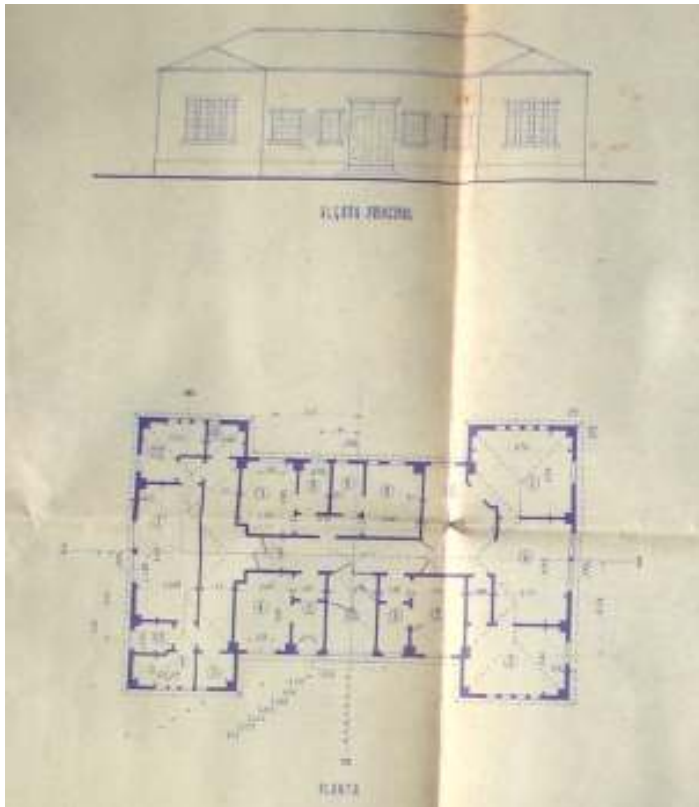


Fig.68- Projecto para o Balneário Provisório a Construir nas Caldas de Monchique para Banhos Quentes e Inalações (incluído no dossier do concurso público para a sua construção). A planta sofreu alterações em obra, pelo que o corpo longitudinal se prolongou além dos corpos laterais, como se vê na imagem seguinte. Propr.: D.G.E.G.-M.E; Foto: Ana Pinto, 2013)



Fig.69- Aspecto actual do balneário provisório construído nos anos 40, então intitulado de provisório, com a Buvette erigida ao lado. (Foto: Ana Pinto, 2012)

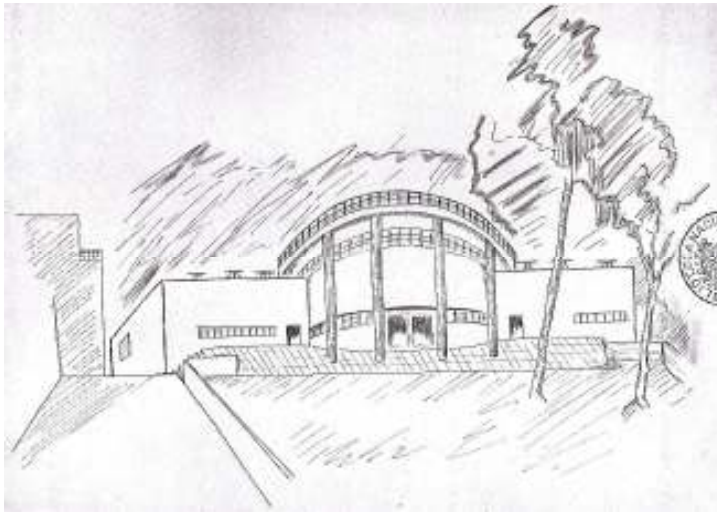


Fig.70- Proposta para a fachada principal (Norte) do novo balneário, segundo Bernhard Hoetger, e publicada em 1944 pelo Dr. José de Sousa Costa.

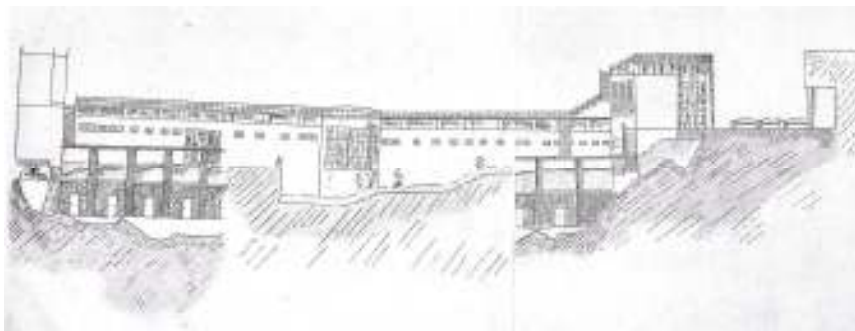


Fig.71- O mesmo edifício, visto a partir de Nascente, acompanhando o declive do vale na orientação Norte-Sul. Sensivelmente a meio, um corpo cilíndrico quebrava o volume rectilíneo do edifício, à semelhança do corpo intermédio na fachada principal.

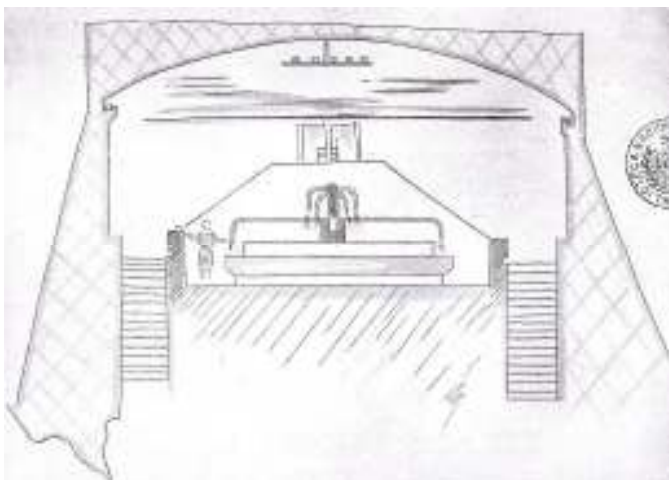


Fig.72- Interior da Buvette no novo balneário (extremidade Sul) a edificar nas Caldas de Monchique, segundo o projecto de Hoetger.



Fig.73- Esboço do Alçado Principal do Balneário Definitivo a Construir nas Caldas de Monchique (DGMSG – Inspeção de Águas), 1944. (Propr.: STM; Foto: Ana Pinto)

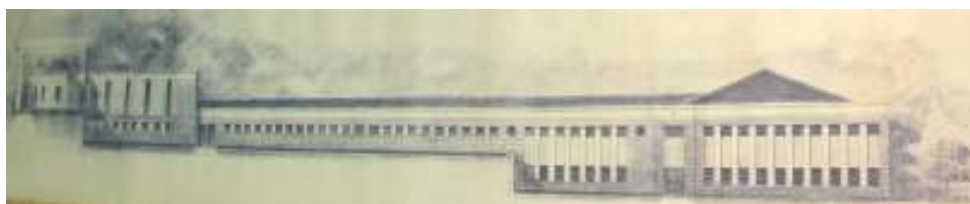


Fig.74- Esboço do Alçado Lateral Direito do Balneário Definitivo a Construir nas Caldas de Monchique (DGMSG – Inspeção de Águas). (Propr.: STM; Foto: Ana Pinto, 2012)

Fig.75- Aspecto da fachada principal (Sul) do Hospital Termal riscado por Formosinho Sanchez, atravessado no piso térreo pelo Balneário (num postal da década de 1970?). (Propr.: Delmira Fortunato Marques)



Fig.76- Aspecto actual do edifício, motando-se as reformulações feitas posteriormente na sua adaptação a unidade hoteleira, com a divisão dos janelões e a colocação de floreiras. (Foto: Ana Pinto, 2012)



Figs. 7

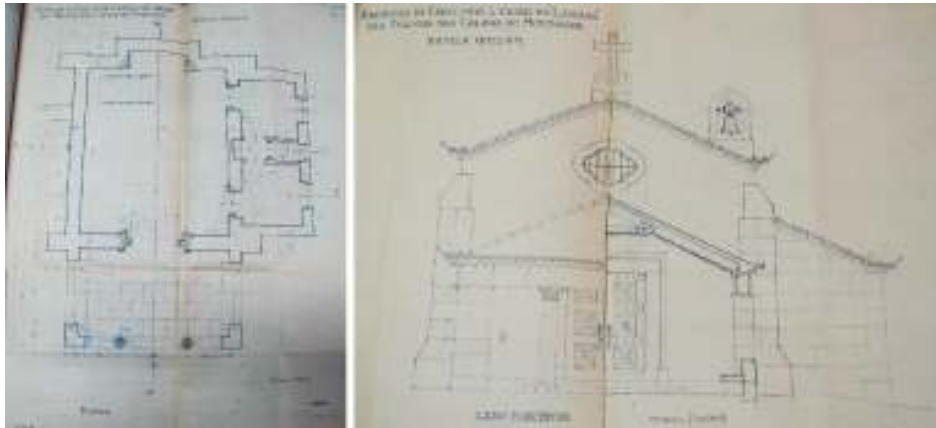
7 e 78- Projecto para Capelinha a erigir no Lageado das Thêrmas das Caldas de Monchique, aguarelas datadas de 1940 e assinadas pelo arquitecto Rebelo de Andrade.



Fig.79- Manuscrito da autoria de Manuel de Sousa Costa existente na Sala do Despacho da Capela, alusivo à construção e evento de inauguração, com as assinaturas das individualidades presentes:

“Aos XV dias deste mês de Setembro do ano da era de Nosso Senhor Jesus Cristo de MCMXLV, Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Dom Marcelino António, Bispo da Diocese do Algarve, assistido pelo Reverendo Francº Jorge de Mello prior de Monchique na presença do Governador Civil do Distrito, Dr. Amtero Cabral q por honrar a cerimónia a ela quis deslocar-se, abençoou a nova Capela da invocação dos Santos Padroeiros São João de Deus e Santa Tereza de Jesus construída por iniciativa da Comissão Adm. destas Caldas q pª esse fim especial no ano de MCMXL instituiu em Comissão de entre os seus membros aos Snrs. Dr Alberto de Sousa, Dr José

de Sousa Costa e Caetano Feu. O Arq. G. Rebelo de Andrade da cid.e de L.xª foi qe, por mtº obsequio lhe concebeu e definiu a inspirada traça, seguida devotadamente por Mestre João de Moura na construção que logo nesse ano de MCMXLI se iniciou, custeada por subscrição pública com a ajuda do Estado. Dêste empreendimento foi principal promotor o Cons Jeronymo Braga de Carvalho, auxiliar desinteressado de quanto ao bem destas Caldas se fez. Quantos foram referidos [menos Mestre João de Moura já por Deus chamado a Si] comigo Manoel de Sousa Costa que o escrevi, e com alguns fieis q de varias partes acorreram hoje a este local, vão firmar este documento, feito como o nêle referido, para maior glória de Deus.” (Propr.: STM; Foto: Ana Pinto, 2009)



***Figs. 80 e 81- Projecto da Capelinha a erigir no Lageado das Termas das Caldas de Monchique:
planta e alçado principal, por Guilherme Rebelo de Andrade em 1940.***

(Propr.: STM; Foto: Ana Pinto, 2012)



Fig.82- Aspecto do corpo e ático do retábulo.

(Foto: Ana Pinto, 2009)



***Figs.83 e 84- Pormenor da parede da
Tribuna das Freiras, na Estrela.
Aspecto do retábulo da capela de S.
João de Deus e de Santa Teresa. De
notar a semelhança entre o tipo de
entablamento, as molduras com laços,
os capitéis jónicos com festões e os
pendões florais em
ambas as figuras.***

(Fotos: Ana Pinto, 2009)



*Figs. 85 e 86- S. João de Deus reconhece Jesus Cristo num pobre a quem lava os pés.
(Foto: Ana Pinto, 2009). A mesma representação, numa gravura de Pedro de Villafranca
(1624).*



*Fig.87- Painel intermédio do
lado da Epístola, com a inscrição
vertical “Comfrade emeyo” do
lado esquerdo da figura de Santa
Teresa. (Foto: Ana Pinto, 2009)*



*Fig.88- Aspecto actual do revestimento azulejar num dos
panos da Sacristia, com o respectivo abluctório,
executado em brecha. (Foto: Ana Pinto, 2009)*



Fig.89- Aspecto actual do vitral concebido por Lino António para a Capela de S. João de Deus e de Santa Teresa de Jesus nas Caldas de Monchique. (Foto: Ana Pinto, 2009)

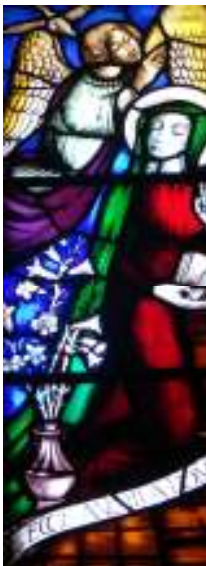


Fig.90- Pormenor do vitral alusivo à Anunciação, executado por Lino António em 1946, na Capela gizada por Carlos Rebelo de Andrade em Lisboa, à Lapa. De notar a figuração do anjo, da pomba do Espírito Santo, da filacteria e o recurso à cor rubra para demarcar a figura da Virgem. (Foto: Ana Pinto, 2013)

Fig.91- Sugestão para uma pia de água benta, por Manuel de Sousa Costa, que recebeu aprovação de Guilherme Rebelo de Andrade, tendo sido efectivada. (Propr.: STM; Foto: Ana Pinto, 2012)



Fig.92-
*Triptico pintado por
Carlos Lyster Franco
em 1945, colocado na
Sala do Despacho da
Capelinha do
Lajeado. (Foto: Ana
Pinto, 2009)*



Fig.93 *Sagrada Custódia e cálice com a respectiva patena, ambos pautados por um design invulgarmente moderno no contexto dos objectos eucarísticos. (Foto: Ana Pinto, 2009)*

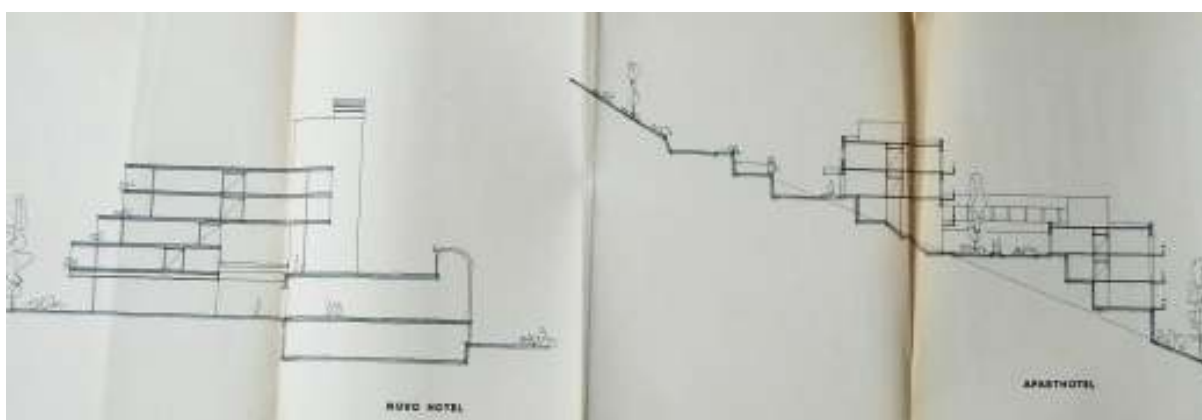


Fig.94- *Projectos para Hotel e Aparthotel, assinado por Carlos Manuel Ramos, 1978.
(Propr.: DGEG-ME; Foto: Ana Pinto, 2013)*



**Fig.95- Arquitraço - Arquitectura Lda. Proposta para Hotel Internacional (1996)
(Propr.: STM; Foto: Ana Pinto)**



**Figs.96 e 97- Aspecto actual da Casa de Madeira (Foto: Ana Pinto, 2009). Proposta de Recuperação
da Casa de Madeira, pelo arquitecto Vítor Lourenço (Março de 2001)**



**Fig.98- Proposta do
arquitecto Vítor
Lourenço, Planta
Geral das Piscinas
(Janeiro de 2001?)
(Propr.: STM; Foto:
Ana Pinto)**



Fig.99- Arquitráço: Alçados Norte, Poente e Sul do edifício do Casino (Abril de 2001), com proposta (concretizada) para novas cores de revestimento dos imóveis.

(Propr.: STM; Foto: Ana Pinto)